





CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê amazônia azul

5 Editorial

7 A Amazônia Azul: Recursos e Preservação *Belmiro M. Castro, Frederico P. Brandini, Marcelo Dottori e João F. Fortes*

27 A Amazônia Azul e o domínio marítimo brasileiro *José Augusto Fontoura Costa*

45 Sustentabilidade das regiões costeiras e oceânicas – necessidade de um novo relacionamento entre ciência e gestão *Natalia de Miranda Grilli, Luciana Yokoyama Xavier, Pedro Roberto Jacobi e Alexander Turra*

59 Levantamentos geofísicos para a delimitação da margem continental brasileira *Webster Ueipass Mohriak e Luiz Carlos Torres*

81 O tráfico negreiro na cartografia luso-afro-brasileira: a circulação da informação geográfica no Atlântico Sul *Iris Kantor*

Antonio Candido

104 Antonio Candido pioneiro *Telê Ancona Lopez*

108 Na sala de aula com Antonio Candido *Marisa Lajolo*

115 1º de maio de 2017, a última visita *Jorge Schwartz*

textos

121 O Caso dos Dez Negrinhos: romance em ampulheta *Jean Pierre Chauvin*

133 Entre raízes e arbustos: a forma arvoral da literatura e da cultura brasileira *Lúcia Ricotta*

arte

152 Instalação e *site specific works*: arte como oposição *Marcos Fabris*

livros

171 O Guesa esmiuçado *Alessandra da Silva Carneiro*

176 A força de uma devoção mariana *Margarida Maria Moura*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor MARCO ANTONIO ZAGO
Vice-reitor VAHAN AGOPYAN

Superintendência de Comunicação Social

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

Editor chefe FRANCISCO COSTA

Editor executivo JURANDIR RENOVATO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Colaboradores MARCOS SANTOS (fotografia)
SAULO ADRIANO (tradução)

Conselho Editorial

ANA LUCIA DUARTE LANNA

BELMIRO MENDES DE CASTRO FILHO

CICERO ROMÃO RESENDE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

EUGÊNIO BUCCI (membro nato)

FRANCO MARIA LAJOLO

JOÃO SAYAD

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

MIGUEL TREFAUT URBANO RODRIGUES

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

J.L.E. Gráfica e Editora



Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar – sala 411
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
<http://jornal.usp.br/revista-usp>
e-mail: revisusp@edu.usp.br

S

ão muito famosos aqueles versos que o poeta português Fernando Pessoa tomou dos antigos marinheiros: “Navegar é preciso; viver não é preciso”. A frase, na verdade, é de um general romano, Pompeu, e está contida num livro de Plutarco intitulado *Vida de Pompeu*. Tirando a genialidade de Pessoa e a imprecativa de Pompeu – que a utilizou para motivar seus soldados, que não queriam entrar em suas embarcações, e partir para a guerra –, o que nos interessa aqui é o mar (*la mar*, como dizem os castelhanos).

Se Portugal teve destino glorioso em suas embarcações que, literalmente, cruzavam os mares e oceanos desde Vasco da Gama, foi devido à sua alma ainda hoje nostálgica – pois, para lembrar outros versos encantadores de Pessoa, quantas mães não choraram a não volta de seus maridos, a não volta de seus namorados, presas do que se convencionou chamar de *mare nostrum*. Portugal desbravou os mares, os oceanos e, durante um período significativo de nossa história, o pequeno país se elevou diante do mundo.

Tudo isso para dizer exatamente o quê? Se me permitem o nariz de cera, para dizer que quem tem mar tem poder. Vamos ao que interessa: Amazônia Azul é o tema de nossa atual edição. Esta é uma belíssima expressão poética cunhada por nossa Marinha para designar “a ampla área de espelho d’água, leito e subsolo marítimos sobre a qual incidem direitos econômicos do Brasil”, este país-continente outrora dos papagaios e dos índios – que certamente viveram em maior harmonia do que nós.

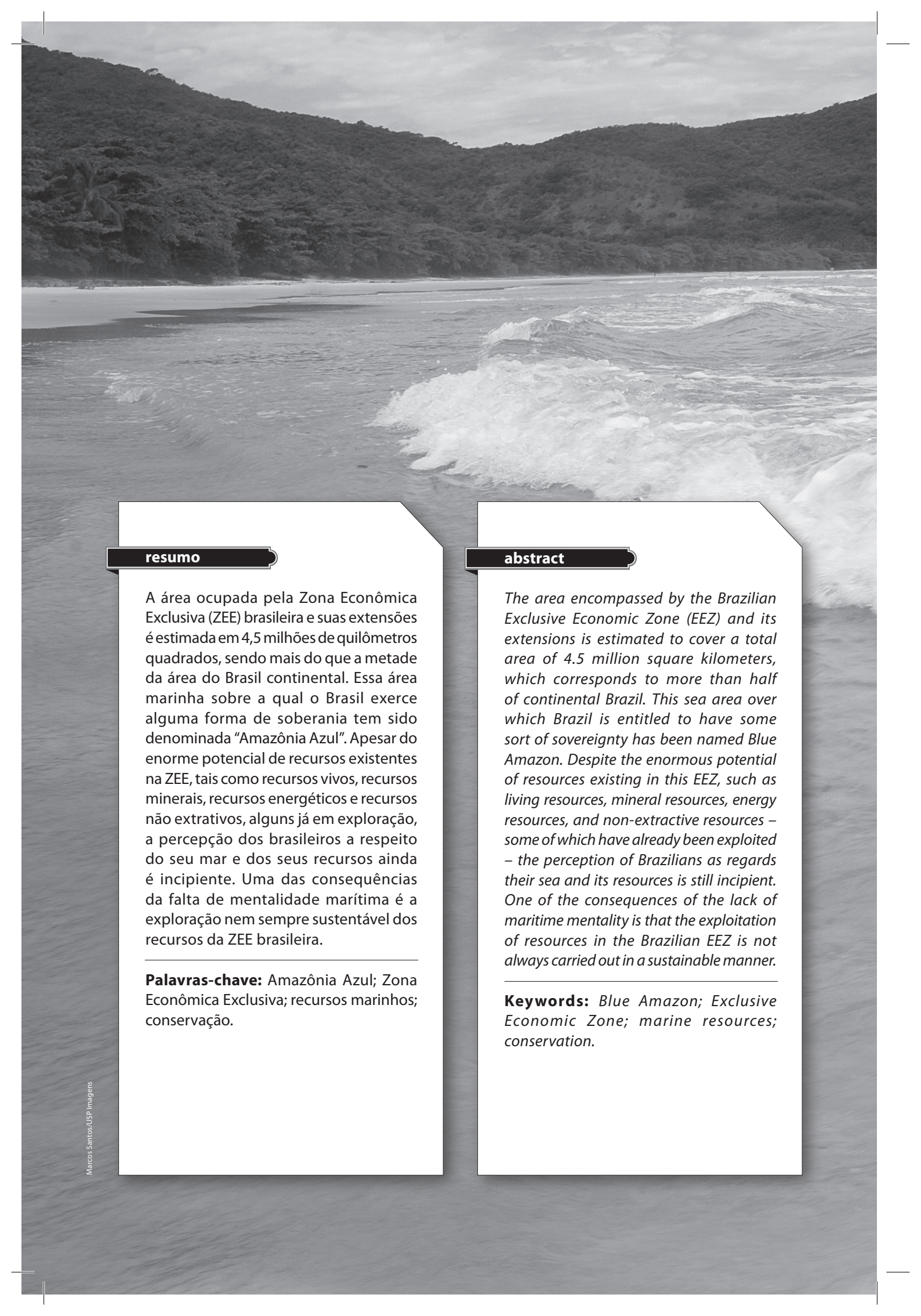
Deixando de lado o pré-sal e seu colossal repositório de petróleo, as águas marítimas brasileiras – até os seus limites – são uma fonte de possíveis descobertas de deixar Monteiro Lobato, se vivo fosse, dando urras de felicidade. Sabe-se que tal imensidão de água corresponde, pelo menos, à metade do nosso território emerso. Voltando ao início: caberá a nós e a nossos governantes fazer uso desse tesouro que provavelmente está escondido pelas águas desse nosso imenso “território” marítimo. Se isto ocorrer, o Brasil, a exemplo do que aconteceu a seu colonizador, poderá se elevar entre as nações e dizer de boca cheia: este mar é nosso.

Francisco Costa



A Amazônia Azul: recursos e preservação

Belmiro M. Castro
Frederico P. Brandini
Marcelo Dottori
João F. Fortes



resumo

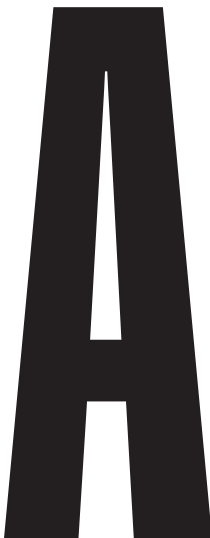
A área ocupada pela Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira e suas extensões é estimada em 4,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo mais do que a metade da área do Brasil continental. Essa área marinha sobre a qual o Brasil exerce alguma forma de soberania tem sido denominada “Amazônia Azul”. Apesar do enorme potencial de recursos existentes na ZEE, tais como recursos vivos, recursos minerais, recursos energéticos e recursos não extrativos, alguns já em exploração, a percepção dos brasileiros a respeito do seu mar e dos seus recursos ainda é incipiente. Uma das consequências da falta de mentalidade marítima é a exploração nem sempre sustentável dos recursos da ZEE brasileira.

Palavras-chave: Amazônia Azul; Zona Econômica Exclusiva; recursos marinhos; conservação.

abstract

The area encompassed by the Brazilian Exclusive Economic Zone (EEZ) and its extensions is estimated to cover a total area of 4.5 million square kilometers, which corresponds to more than half of continental Brazil. This sea area over which Brazil is entitled to have some sort of sovereignty has been named Blue Amazon. Despite the enormous potential of resources existing in this EEZ, such as living resources, mineral resources, energy resources, and non-extractive resources – some of which have already been exploited – the perception of Brazilians as regards their sea and its resources is still incipient. One of the consequences of the lack of maritime mentality is that the exploitation of resources in the Brazilian EEZ is not always carried out in a sustainable manner.

Keywords: Blue Amazon; Exclusive Economic Zone; marine resources; conservation.



Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), criada em 1982 e complementada em 1994, definiu os limites do mar jurisdicional dos países costeiros. A primeira faixa é o mar territorial, que se estende desde a costa, caracterizada pela linha da baixa-mar, até 12 milhas náuticas de distância. Sobre o seu mar territorial o Brasil, desde a promulgação da Lei 8.617, de 1993, exerce plena soberania, incluindo o leito e o subsolo marinhos, bem como o espaço aéreo sobrejacente.

A segunda faixa, denominada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), fica situada entre o limite externo do mar territorial e 200 milhas náuticas de distância da costa. NA ZEE o Brasil exerce soberania sobre a exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar e seu subsolo (Figura 1).

A CNUDM define ainda a plataforma continental, sobre a qual os países costeiros

exercem direito de soberania para exploração de recursos naturais, incluindo os recursos minerais, outros não vivos e, ainda, os recursos vivos conectados ao fundo e ao subsolo marinhos, que compõem o grupo dos bentos. Essa plataforma continental estende-se desde o limite do mar territorial até a borda externa da margem continental. Evidentemente, há regiões em que a plataforma continental assim definida é mais estreita do que a ZEE, como na costa leste brasileira, e outras em que ocorre o contrário, possibilitando uma extensão, conforme verificado nas costas sudeste-sul e norte do Brasil.

A ZEE compreende tanto as áreas marinhas situadas ao largo da porção continental do Brasil quanto aquelas localizadas ao redor das ilhas oceânicas e rochedos, como do Arquipélago de Fernando de Noronha e das ilhas Trindade e Martim Vaz. Dado o

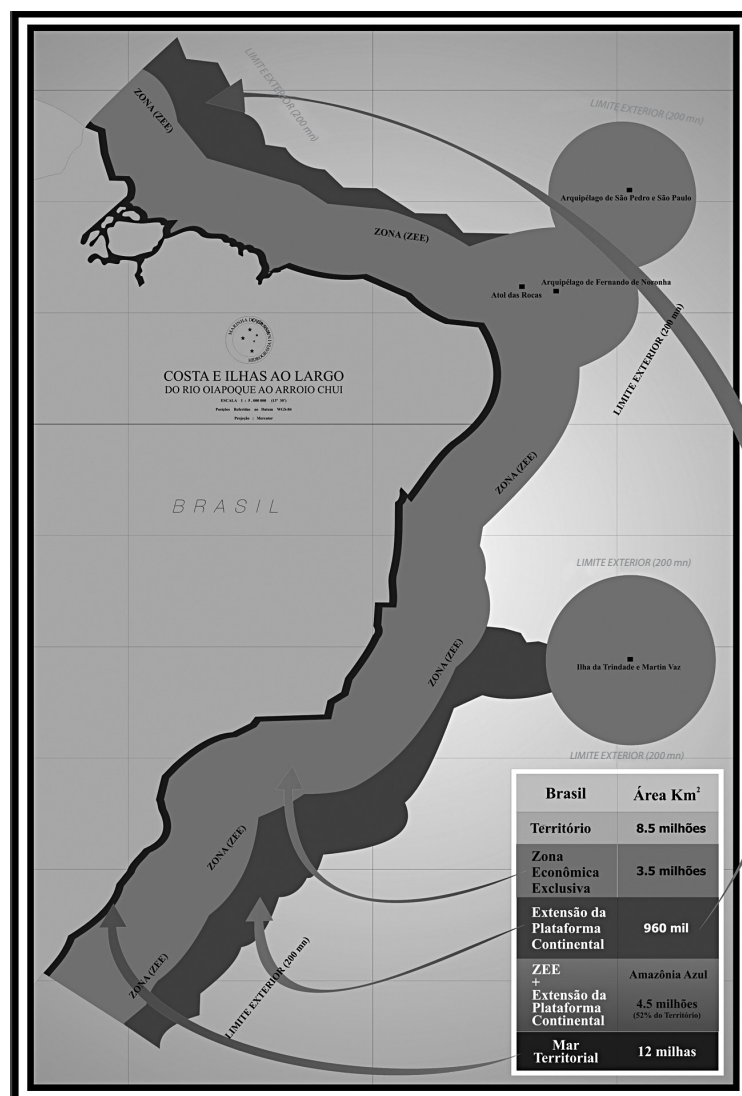
BELMIRO M. CASTRO, FREDERICO P. BRANDINI e MARCELO DOTTORI

são professores do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP).

JOÃO F. FORTES é mestrando do IO-USP.

FIGURA 1

Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva
e Extensão da Plataforma Continental



enorme comprimento da linha de costa do Brasil, 7.367 km segundo o IBGE, a área ocupada pela ZEE é imensa, sendo estimada em 3,5 milhões de quilômetros quadrados. Somando-se a isso a área da extensão da plataforma continental, requerida às Nações Unidas como ZEE ao redor das ilhas oceânicas e do remoto Arquipélago de São Pedro e São Paulo, chegamos a quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Essa enorme área

sobre a qual o Brasil exerce alguma forma de soberania tem sido denominada “Amazônia Azul”, expressão esta introduzida pela Marinha do Brasil para ressaltar a importância estratégica e econômica dessa parte do território brasileiro que é tão vulnerável, ambiental e estrategicamente, quanto a Amazônia continental, verde.

A área do Brasil continental é de aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros

quadrados (IBGE) e, adicionada à área da Amazônia Azul, caso os argumentos da diplomacia brasileira em relação aos nossos direitos no Atlântico convençam as Nações Unidas, soma mais de 13 milhões de quilômetros quadrados. Portanto, quase 35% do território brasileiro está no mar ou, de outra forma, a área da Amazônia Azul é equivalente a mais da metade da área continental do Brasil. Essa imensa área marinha contém enorme quantidade de recursos importantes econômica, social e estrategicamente, sendo ainda de fundamental relevância para a estabilidade do clima no país e para a qualidade ambiental das costas brasileiras.

A CNUDM também estabeleceu que os países signatários têm direito de exploração, por solicitação, dos recursos minerais do leito marinho em regiões oceânicas situadas além da ZEE ou da extensão da plataforma continental, e designou essas regiões por “Área”. Os recursos minerais, geralmente situados em profundidades de milhares de metros, da Área são patrimônio comum da humanidade e sua exploração é organizada e controlada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Nos fundos marinhos da Área, além dos recursos minerais propriamente ditos, há materiais biotecnológicos que podem ser de grande valia para as indústrias farmacêuticas e bioquímicas. Ao largo da costa brasileira, os recursos do leito marinho da Área têm importância política e estratégica para o país e, por isso, devem ser investigados para que, eventualmente, possam subsidiar solicitações de lavra por empresas ou entidades nacionais, garantindo dessa forma uma extensão ainda maior do nosso território economicamente ativo.

Há um arcabouço legal bem definido que regula e controla a exploração de recursos

marinhos não apenas na Área, mas, também, na ZEE. Legislações internacionais, nacionais e regionais determinam as possíveis formas de exploração dos recursos vivos e não vivos dos oceanos. No caso brasileiro especificamente, uma revisão recente sobre essa legislação encontra-se em CGEE (2007, capítulo 2).

MENTALIDADE MARÍTIMA

Apesar da reconhecida importância do mar brasileiro no contexto histórico e socioeconômico, ainda há muito desconhecimento entre a população brasileira sobre essa relevância, isto é, não há uma mentalidade marítima desenvolvida e consolidada em nossa sociedade. A conquista do oeste durante a colonização do Brasil, após a chegada dos portugueses pelo mar, teve, como uma de suas consequências, a perda gradual da conexão entre os brasileiros e o oceano.

Pesquisa recente sobre a percepção dos brasileiros a respeito do mar, realizada em 2011 pelo Instituto Análise, indica que grande parte da população reconhece a importância do mar, principalmente por ele ser fonte de alimentos e de lazer. Essa é uma visão parcial sobre a importância socioeconômica do oceano, pois na ZEE há uma grande diversidade de recursos não alimentares e, além disso, o mar brasileiro ofereceu, e oferece, oportunidades de integração nacional em áreas tão diversas quanto ciência, tecnologia e cultura. Em síntese, a sociedade brasileira ainda vê o mar de sua perspectiva terrestre, enfatizando a zona litorânea e esquecendo-se que nossa ZEE representa cerca de 1/3 do território nacional e está pronta para ser desbravada cientificamente, para que possamos efetivamente nos apropriar de sua diversidade e riqueza.

A perda da mentalidade marítima é agravada pela pouca, ou quase nenhuma, ênfase com que o mar brasileiro é apresentado no ensino fundamental e médio. Há muitos temas que podem ser trabalhados nas aulas de ciências, geografia, biologia, física, química e matemática, por exemplo, mas que, em geral, não o são. Por exemplo: as características costeiras do mar territorial, os recursos marinhos da ZEE, os processos de formação e de manutenção de estuários, de praias e de lagoas costeiras, a origem da biodiversidade marinha, a descrição e quantificação dos processos físicos oscilatórios, tais como as marés e as ondas, a origem dos saís e a composição química da água do mar, e muitos outros. Também nas artes, a relação entre as obras de Jorge Amado, Dorival Caymmi e Tom Jobim, entre outros, e o mar pode ser explorada com o intuito de reforçar nos estudantes a noção da importância cultural de sermos um país costeiro com extensa área marítima.

Cursos de divulgação e de especialização voltados aos professores do ensino fundamental e médio podem contribuir para a inclusão das ciências do mar como temas transversais nos currículos tradicionais. Outra forma de expandir a mentalidade marítima é estabelecer a opção *licenciatura* em complementação aos muitos cursos de graduação em oceanografia existentes no Brasil. Devido ao currículo mínimo estabelecido para formar um bacharel em Oceanografia, graduados desses programas têm conhecimentos suficientes para ministrar, por exemplo, aulas de ciências em nossas escolas, desde que tenham, paralelamente à formação em Oceanografia, também disciplinas e treinamento didático-pedagógicos.

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar criou um Programa de Mentalidade Marítima (Promar), que tem como objetivo estimular uma mentalidade marítima na população brasileira, destacando os interesses nacionais e enfatizando a necessidade de um maior conhecimento do mar e de seus recursos, de formas racionais de exploração desses recursos e da necessidade da preservação do meio ambiente marinho. Esse programa, que busca atingir pelo menos 1,2 milhão de brasileiros, tem como uma de suas metas também a inclusão de temas ligados ao mar nas grades curriculares do ensino fundamental e médio.

A falta de mentalidade marítima mais bem consolidada torna vulnerável a integridade física e biológica dos ecossistemas marinhos, dos quais dependem comunidades tradicionais e muitas indústrias e atividades econômicas. As rotas de navegação costeira e nossa abertura para o mar foram fatores determinantes na forja da nossa cultura. Os dois maiores biomas brasileiros são o mar da Amazônia Azul e a floresta amazônica. Esses dois biomas suportam a maior biodiversidade do planeta.

Uma especulação possível é perguntarmos: Como seria o Brasil sem o mar? Mais do que não termos a Amazônia, incluindo sua bacia hidrográfica, que formam o principal bioma terrestre de nosso país, não termos a Amazônia Azul e o seu bioma costeiro e marinho implicaria certamente enormes diferenças, principalmente geopolíticas, socioeconômicas e culturais, comparativamente com o que somos hoje. Em síntese, caso o Brasil não tivesse o imenso território no mar, nossa história, cultura e patamar de desenvolvimento socioeconômico seriam radicalmente diferentes.

RECURSOS DA AMAZÔNIA AZUL

Os oceanos oferecem para a humanidade quatro classes de recursos: vivos, minerais, energéticos e não extrativos.

Recursos vivos

Tradicionalmente a expressão “recursos vivos” é usada para definir a produção pesqueira, ou seja, os peixes, invertebrados (moluscos e crustáceos) e algas comestíveis. Na verdade, a produção pesqueira deveria representar, no Brasil, uma pequena fração dos recursos vivos. A complexidade geomorfológica da costa brasileira abriga um estoque genético de valor imensurável e ainda pouco explorado, uma vez que nossa quase única forma de exploração dos recursos vivos tem sido a pesca extrativista.

Conceitualmente, os principais recursos vivos provêm da pesca e da biotecnologia marinha. As leis que regulamentam a pesca no Brasil distinguem as práticas pesqueiras em duas categorias: pesca comercial e pesca de subsistência. A comercial, como o próprio nome diz, é aquela induzida pela demanda do mercado, e pode ser de pequena escala (artesanal) ou de larga escala (industrial). Em média, a pesca industrial captura anualmente entre 500 e 600 mil toneladas de peixes, crustáceos e moluscos marinhos (Viana, 2013). Parece muito, mas isso representa menos de 1% da produção mundial (MPA, 2010), que é de aproximadamente 100 milhões de toneladas.

A pesca artesanal e de subsistência sustenta aproximadamente um milhão de pescadores e suas famílias. Estes vivem da exploração de manguezais, de recifes de coral, de estuários, lagoas costeiras, fundos arenosos

e rochosos do mar aberto, em busca diária por peixes, crustáceos e moluscos. A pesca industrial em nosso país não prospera em razão de uma série de fatores associados à limitação dos estoques e à infraestrutura.

Podemos dizer que a pesca em nosso país tem maior valor social do que econômico. As características físico-químicas das águas da Amazônia Azul não são totalmente favoráveis ao desenvolvimento da cadeia alimentar marinha, tornando, portanto, nossas costas oligotróficas em sua maior parte, isto é, relativamente pobres em nutrientes e com pequena produção primária.

Tais características oligotróficas devem-se em sua maior parte à posição do Brasil no extremo oeste do Oceano Atlântico. Tanto as costas norte-nordeste quanto as leste-sudeste-sul de nosso país contemplam ao largo, a distâncias de tipicamente 100 km da linha de costa, correntes denominadas de limite oeste: a Corrente Norte do Brasil, na primeira região, e a Corrente do Brasil, na segunda. Grande parte das águas transportadas por essas correntes nos primeiros 100-200 m da coluna de água, denominada água tropical, atravessou o Atlântico inteiro na região equatorial, desde a costa da África, chegando então empobrecida na concentração de nutrientes ao largo da costa brasileira. Essas duas correntes brasileiras transportam ainda, abaixo da água tropical, a chamada Água Central do Atlântico Sul (ACAS), que tem origem diversa e é, sim, rica em nutrientes. Entretanto, tal riqueza fica situada abaixo dos 100-200 m superiores da coluna de água, local onde praticamente não há penetração da radiação solar. Nessa camada escura a fotossíntese é sobremaneira dificultada pela ausência de luz, embora haja nutrientes disponíveis.

A quebra da plataforma continental, região onde se inicia o talude continental, em quase toda a costa brasileira, fica situada no máximo a 200 m de profundidade. Ambas as correntes, Corrente Norte do Brasil e Corrente do Brasil, fluem ao longo do talude continental e na parte externa da plataforma continental, nesse último caso em profundidades em geral pouco inferiores a 200 m. Portanto, em nossas regiões mais costeiras, onde as pequenas profundidades possibilitam a penetração da radiação solar até o fundo do mar, isto é, onde a zona eufótica atinge o fundo, não há, em geral, águas ricas em nutrientes (ACAS). Consequentemente há uma separação espacial entre as águas ricas em nutrientes e as águas iluminadas pelo Sol: onde há luz (zonas costeiras) não há nutrientes suficientes (ausência de ACAS) e, ainda, onde há nutrientes (ACAS abaixo da água tropical) não há luz suficiente (profundidades maiores do que 100-200 m). Na costa do Peru, por exemplo, as águas ricas em nutrientes atingem a superfície do mar nas regiões costeiras, por causa do fenômeno conhecido como ressurgência, acelerando o desenvolvimento da cadeia alimentar pela grande produção de fitoplâncton e tornando esse país situado na costa leste do Pacífico Sul um dos maiores produtores mundiais de pescado.

Assim, apesar da grande biodiversidade da Amazônia Azul, a verdade é que aqui há pouco peixe, isto é, a biomassa é pequena. E esse pouco vem sendo disputado por cerca de um milhão de pescadores “artesanais”, que praticam uma pesca de subsistência e que estão registrados pelas associações e colônias de pesca ao longo da costa brasileira. Esses pescadores dependem quase exclusivamente da pesca, com poucas alter-

nativas para compor a renda familiar. A estabilidade social dessa comunidade está seriamente ameaçada pela degradação ambiental da região costeira, pelos conflitos com a pesca industrial e, ainda, pela especulação imobiliária nas zonas litorâneas.

Em muitos locais, a pesca industrial explora os mesmos recursos que a pesca artesanal recebendo, desde 1970, subsídios governamentais (Abdallah & Sumaila, 2007). No início deste século, mais de 1.600 embarcações industriais pescavam em toda a plataforma continental do Brasil (FAO, 2012) com redes de arrasto de camarões e redes de cerco para captura de cardumes pelágicos, sobretudo sardinha. Em 2009, entretanto, restavam apenas cerca de 900 embarcações. O que explica esse declínio, dentre outras coisas, é o impacto sobre o ecossistema da pesca industrial e, também, da pesca comercial de pequena escala. Esta última arrasta e causa o mesmo tipo de estragos que a pesca industrial, só que em menor escala, em áreas sensíveis e importantes para os ciclos de vida das espécies.

No caso do arrasto camaroeiro, por exemplo, a integridade física e biológica do fundo marinho é seriamente comprometida. As redes varrem e revolvem o assoalho marinho, munidas de correntes, capturando indiscriminadamente qualquer organismo. Dessa forma, a estrutura física e biológica do fundo marinho é destruída, de forma análoga à utilização de tratores em terra firme para a derrubada de florestas e exploração da madeira (McAllister et al., 1999; Thrush & Dayton, 2002; Kumar e Deepthi, 2006). As redes não são seletivas na captura do camarão, que é o alvo comercial. Capturam também uma fauna acompanhante, sem valor comercial, que é descartada de volta

para o mar. Frequentemente esse descarte é acima de 50%, e não raras vezes de 100% (Kaiser, 1998; Johnson, 2002). O impacto indireto é de longo prazo, uma vez que o arrasto destrói a estrutura do sedimento e sua comunidade biológica, comprometendo o ciclo de vida de centenas de animais importantes do ponto de vista ecológico, além do próprio camarão, que depende desse ecossistema natural. Isso explica, em grande parte, o declínio de estoques comerciais e, consequentemente, o aumento do preço do pescado. Com o aumento do preço, a corrida pela pesca aumenta, provocando mais impacto ambiental e mais decréscimo do estoque, em um círculo vicioso que só termina quando não há mais alvos de interesse comercial para a pesca, de forma similar ao garimpo em regiões continentais. A redução dos estoques obriga a transferência do esforço pesqueiro para outras áreas, ampliando cada vez mais a escala geográfica do impacto sobre o ecossistema.

A biodiversidade por si só já é um recurso vivo. Por exemplo, tudo o que se admira em um aquário marinho tem valor comercial. Um pequeno peixe ornamental já nasce com valor agregado. A aquariofilia global explora esse filão biotecnológico, movendo até US\$ 30 bilhões por ano. Só que, com poucas exceções, o faz de forma predatória. O roubo de organismos ornamentais e de “rochas vivas” nos bancos de coral do Brasil para exportação é ainda um problema para a conservação da biodiversidade.

A biotecnologia marinha tem enorme potencial no fornecimento de insumos para a indústria médica, farmacêutica, alimentar e de cosméticos. Nosso mar tem, em sua maior parte, características tropicais, com habitats e nichos diversificados. A biotecnologia

é um dos ramos da ciência aplicada que mais se desenvolvem. O mar é uma fonte inexplorada de substâncias bioativas produzidas principalmente por invertebrados sésseis (esponjas, ascídias, micro-organismos), com inúmeras aplicações médicas e industriais. Esses organismos, imóveis que são, se defendem com substâncias que afastam predadores, sendo a base da biotecnologia marinha para extração de substâncias bioativas. Portanto, também são recursos vivos. A biotecnologia marinha é particularmente promissora, mas no Brasil as pesquisas nesse campo ainda são feitas por pequenos grupos acadêmicos.

Infelizmente, a exploração da biodiversidade como recurso vivo também segue o modelo extrativista, em oposição ao muito mais adequado cultivo dos organismos, ao contrário do que ocorre na região continental, no interior do país. Com poucas exceções, a pesca, o turismo e, mais recentemente, a maricultura ainda são atividades impactantes ao meio ambiente e aos ecossistemas, e desordenadas.

Nossa política de ordenamento pesqueiro ainda é deficiente porque as leis existentes, muitas vezes adequadas, nem sempre são obedecidas na imensidão da Amazônia Azul, inclusive pela dificuldade de monitoramento e de fiscalização numa área tão extensa. A legislação que estabelece o defeso espacial e temporal da pesca (período em que a pesca de qualquer tipo fica proibida), ainda que nem sempre leve em conta características do ciclo de vida de cada espécie, tenta proteger estoques pesqueiros e resolver conflitos entre a pesca artesanal e a industrial. Entretanto, a fiscalização nem sempre é suficiente para controlar a pesca predatória em áreas e em períodos legalmente excluídos do arrasto.

Recursos minerais

A exploração de recursos minerais existentes no leito ou no subsolo marinho depende de vários fatores. O principal é a viabilidade econômica. Caso existam recursos semelhantes abundantes em regiões continentais, com custos financeiros de exploração menores, não há possibilidade de investimentos para que a mineração marinha torne-se realidade. Entretanto, tal balanço reflete muitas vezes a situação do mercado a médio prazo, pois sempre há possibilidade de que os recursos continentais entrem em declínio, em rota de esgotamento, com consequente aumento do valor do insumo. Esse incremento no valor de mercado pode, em poucos anos, tornar a lavra em regiões marinhas financeiramente atraente. Outro fator que deve ser considerado, e que não está dissociado dos custos de exploração, é a existência de tecnologia confiável e ambientalmente adequada para a exploração do recurso mineral marinho. Como essas tecnologias nem sempre estão prontas, disponíveis no mercado, é necessário arcar, pelo menos no início do empreendimento, com os custos de desenvolvimento de métodos e de sistemas que permitam acesso e lavra dos recursos com o menor impacto ambiental possível. Os custos ambientais são um outro fator determinante, pois as atividades de mineração marinha geralmente revolvem o fundo do mar, impactando diretamente os organismos bentônicos, que vivem junto ao fundo oceânico, e outros, e, através deles, toda a cadeia alimentar no oceano.

De qualquer forma, a exploração de recursos minerais marinhos no Brasil ainda é incipiente, ficando restrita a alguns poucos recursos e a algumas poucas regiões da ZEE. Embora a exploração total de recursos mine-

rais represente quase 4% do PIB nacional e apresente sistematicamente saldo comercial positivo, não há dados concretos sobre qual é a contribuição real dos recursos marinhos para esse número. Entretanto, acredita-se que essa contribuição ainda seja pequena.

Areia e cascalho são os recursos que apresentam maior potencial para exploração marinha na ZEE, excedendo, em volume, o valor de qualquer outro recurso não vivo excluindo óleo e gás (CGEE, 2007, capítulo 3). A indústria da construção civil é a grande utilizadora desses recursos, que são extraídos de regiões costeiras da ZEE para baratear custos, dado o baixo valor do insumo. Por causa principalmente dessa proximidade da costa, os custos ambientais dessa exploração são relativamente altos. As dragagens podem comprometer a estabilidade das regiões costeiras e o aumento da turbidez das águas marinhas pode dificultar o desenvolvimento do fitoplâncton, base da cadeia alimentar nos oceanos. Além disso, há a destruição dos habitats recifais, de moluscos e de crustáceos. Por essas razões, internacionalmente há leis rígidas para o controle da exploração desses recursos. O aspecto estratégico dos recursos arenosos da plataforma continental brasileira foi destacado por vários autores, tais como Martins e Toldo Jr. (2006).

As formas livres de algas calcárias, tais como rodólitos, têm viabilidade econômica para extração através de dragagens (CGEE, 2007, capítulo 3). Contendo altas concentrações de carbonato de cálcio e de magnésio, esses recursos são de grande interesse para a agroindústria, mas são também utilizados pelas indústrias farmacêuticas e de produtos dietéticos, bem como para implantes ósseos, nutrição animal e tratamento de água (Dias, 2000).

Segundo o CGEE (2007, capítulo 3), a ZEE brasileira contém a mais longa plataforma contínua dominada por sedimentos carbonáticos no mundo, estendendo-se desde a costa do Pará até Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Apenas ao largo da costa de Pernambuco, Montalverne e Coutinho (1982) estimaram reservas de mais de 1 bilhão de toneladas entre as isóbatas de 20 m e de 30 m. Entretanto, os possíveis impactos ambientais da exploração desse calcário são similares àqueles já discutidos, associados à exploração de areias e cascalhos.

Metais nobres como ilmenita, monazita, zirconita e rutilo ocorrem praticamente em toda a faixa litorânea da Amazônia Azul (Cembra, 2012, capítulo 5). Há exploração comercial desses metais pesados nas costas do Rio de Janeiro e da Bahia, principalmente na área litorânea emersa. Explorações na zona litorânea imersa apresentarão os mesmos impactos ambientais associados ao revolvimento do fundo.

Foram observadas ainda ocorrências de diversos outros minerais na ZEE brasileira, tais como fosfatos, potássio, magnésio, enxofre e carvão. Hidratos de metano foram observados por Tanaka e Silva (2003) na parte norte da Amazônia Azul.

Na área internacional do Atlântico contígua à Amazônia Azul há recursos minerais de grande potencial e interesse para o Brasil, embora a exploração comercial dos mesmos a curto e médio prazos não apresente viabilidade econômica. Esses recursos revestem-se, no presente, principalmente de importância político-estratégica, dada a proximidade dessas reservas à ZEE brasileira (Souza, 2000). Os nódulos polimetálicos, ricos em manganês, cobre, níquel e cobalto, são encontrados a profundidades de milhares de metros, como

na região do platô de Pernambuco e na cadeia Vitória-Trindade (Cembra, 2012, capítulo 5).

As crostas cobaltíferas ocorrem em montes submarinos, como na Elevação do Rio Grande. Além do cobalto, essas crostas contêm quantidades de outras substâncias, tais como titânio, níquel, platina e manganês. Os sulfetos polimetálicos, ricos em zinco, cobre, chumbo, ouro e prata, são outro recurso mineral da Área, ocorrendo principalmente nas regiões das cordilheiras meso-oceânicas. Há indicações ainda da presença desses materiais nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Souza, 2000).

Recursos energéticos

Petróleo e gás natural retirados do mar representam cerca de 40% da matriz energética global. A maior parte das reservas de petróleo nacionais está em campos marítimos, havendo previsão para a produção de 3 milhões de barris por dia para 2020 (Tolmasquim et al., 2007). As descobertas na área do pré-sal da Bacia de Santos, por exemplo, já fornecem cerca de 1 milhão de barris por dia para o nosso país.

Sem desconsiderar toda a pujança da indústria petroleira brasileira, há também recursos energéticos alternativos associados ao mar que estão sendo seriamente considerados por países industrializados, principalmente do hemisfério norte, com o intuito de reduzir suas dependências dos combustíveis fósseis, esgotáveis, e, ainda, contribuir para desacelerar o aquecimento global. Em razão da grande extensão da ZEE brasileira e da variedade dos processos físicos hidrodinâmicos que nela ocorrem, há um grande potencial para aproveitamento de recursos energéticos marinhos além do dueto petróleo-gás.

Em princípio, é possível gerar energia elétrica a partir dos processos marinhos dinâmicos, como ondas, correntes e marés, e termodinâmicos, como gradientes verticais de temperatura e horizontais de salinidade, além dos processos eólicos que ocorrem sobre a ZEE. Internacionalmente, existem projetos e protótipos em estágios avançados de desenvolvimento ou de funcionamento.

O fenômeno de marés, por seu determinismo, tem sido utilizado para a criação de usinas, com aproveitamento dessa energia mecânica dos oceanos através de barragens e de turbinas submarinas. Nas barragens, o desnível entre as águas represadas em regiões litorâneas e aquelas situadas imediatamente ao largo da barragem é aproveitado para transformar essa diferença de energia potencial em energia elétrica, de forma muito semelhante àquela existente nas usinas hidroelétricas continentais. A primeira usina de barragem de maré foi construída no estuário do Rio Rance, no norte da França, em 1966, com capacidade para gerar até 40 MW, energia suficiente para iluminar 130 mil casas. Foi a maior barragem durante muito tempo, até a construção da Sihwa Lake Tidal Power Plant na Coreia do Sul, em 2011, com potência instalada de 254 MW. Uma outra barragem está sendo construída próximo à Ilha de Ganghwa (Coreia do Sul) com capacidade instalada de 812 MW, que poderá produzir o equivalente a 862 mil barris de petróleo por ano. Outros países, como Canadá e China, também possuem usinas desse tipo. Para contribuir com o atendimento ao Protocolo de Quioto, que regula a emissão de carbono para a atmosfera, a Grã-Bretanha estuda como alternativa a possibilidade de gerar um quinto da demanda de eletricidade do país com a construção

de uma usina de barragem no estuário do Rio Severn. Evidentemente, a construção de barragens em regiões costeiras e estuarinas tem custo ambiental elevado por causa da deterioração dos habitats marinhos. Outra forma de utilização da energia das marés é através de turbinas subaquáticas, que aproveitam a energia cinética das correntes de maré gerando até 1.500 kW com uma única turbina, usando a tecnologia atual; dependendo da corrente local, são como verdadeiros “moinhos de vento submersos”.

Ambientes costeiros com grande amplitude de marés na costa brasileira ficam restritos à região Norte, como o Golfão Maranhense e a costa nordeste do estado do Amazonas, ao norte da foz do Rio Amazonas, em razão do fenômeno de ressonância entre a onda de maré do oceano profundo e os modos naturais de oscilação da plataforma continental. Nessas duas regiões as correntes de maré também são intensas, principalmente no Golfão Maranhense, onde chegam a atingir valores superiores a 2 m/s.

O potencial de geração de energia pelas ondas de alta frequência (período típico de 10 s), usualmente geradas pelo vento, em todos os oceanos é estimado em aproximadamente 2 mil GW. Estudos feitos na costa oeste americana estimam que, em média, tais ondas produzam entre 40 e 70 kW/m. Projetos de extração de energia diretamente da oscilação vertical da superfície do mar durante a passagem das ondas, ou das variações de pressão em subsuperfície decorrentes desse mesmo movimento ondulatório, vêm sendo investigados em vários países, inclusive no Brasil.

Desenvolvida na Coppe/UFRJ, a usina de ondas brasileira foi testada no Porto de Pecém, no Ceará, constituindo-se na primeira estrutura da América do Sul a utilizar a energia

das ondas do mar para produção de energia elétrica. Estudos recentes do Instituto Oceanográfico da USP (IO-USP) indicam que, ao largo da costa do estado de São Paulo, o potencial para extração da energia das ondas é, tipicamente, de até 15 kW/m (Gomes, 2014); na zona costeira, entretanto, a região com maior potencial é aquela situada no lado externo da Ilha de São Sebastião, com valores médios de até 10 kW/m. De fato, quase toda a ZEE brasileira possui regime de ondas de alta frequência em faixa de energia entre 10 e 30 kW/m, considerada ótima para sua exploração, capaz de manter a extração sem submeter os equipamentos a grandes tensões.

Além das correntes de maré, no oceano há diversos outros tipos de correntes, geradas por distintas forças. Na plataforma continental, em geral, a principal força das correntes é o atrito entre o ar (vento) e a camada superficial de água. Em praticamente toda a região mais costeira da Amazônia Azul, as correntes geradas pelo vento são as que possuem maior energia cinética. Essa energia pode ser aproveitada para gerar eletricidade utilizando os mesmos moinhos de vento submarinos já discutidos. Pequenas estações costeiras poderiam transformar a energia cinética das correntes geradas pelo vento em energia elétrica suficiente para abastecer bairros ou cidades menores de forma integral. Novamente, pesquisas recentes do IO-USP mostram que a costa norte do estado de São Paulo, particularmente a região de São Sebastião, é a mais adequada para esse tipo de aproveitamento de energia marinha no estado.

A água do mar tem maiores temperaturas na superfície, com os valores diminuindo em direção ao fundo. Em determinadas regiões da Amazônia Azul, como na Plataforma

Continental Sudeste, as diferenças de temperatura entre a superfície e o fundo podem ser superiores a 10°C em profundidades de cerca de 50 m ou até mesmo menores. O aproveitamento desses gradientes verticais de temperatura envolve o ciclo de evaporação-condensação de uma substância, como a amônia, por exemplo, num processo similar ao Ciclo de Carnot. Nesse caso, a amônia é evaporada pela água quente superficial, movimentando turbinas que geram energia elétrica no processo. Parte da energia gerada é utilizada para bombear águas frias das maiores profundidades, sendo estas empregadas para resfriar a amônia, retornando a mesma ao estado líquido. Experimentos pioneiros realizados com tal processo no final do século XIX e na primeira metade do século XX, principalmente nas regiões costeiras de Cuba e do Brasil (Rio de Janeiro), mostraram que, com a tecnologia então existente, o custo energético para manter o sistema operando era maior do que a quantidade de energia gerada.

A partir de 1974, os Estados Unidos assumiram a liderança na pesquisa de extração de energia a partir de gradientes térmicos oceânicos. O projeto Ocean Thermal Energy Conversion (Otec), além de aplicar o sistema fechado com amônia, também mantém um sistema de bombeamento aberto no qual a água quente da superfície é bombeada para uma câmara de vácuo, evaporando e expandindo-se, movimentando turbinas. A água fria profunda bombeada para o sistema condensa o vapor formando água doce, que é aproveitada para consumo. Em 1979, uma parceria entre o governo americano e empresas privadas viabilizou um pequeno sistema Otec em um navio ancorado ao largo do Havaí. O sistema produziu energia suficiente para iluminar o navio e manter os computadores

ligados. O sistema Otec também canaliza a água fria profunda para sistemas de refrigeração e resfriamento de solos, viabilizando a agricultura de espécies de clima temperado em clima tropical. Aplicações similares ao sistema Otec poderiam ser analisadas para emprego, em princípio, nas ilhas oceânicas da ZEE brasileira, onde as diferenças verticais de temperatura da água podem atingir 20°C; também na Plataforma Continental Média dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina essas diferenças são altas, embora não tão grandes quanto nas ilhas oceânicas. Principalmente porque os desenvolvimentos tecnológicos obtidos pelos engenheiros e empresas brasileiros na exploração de óleo e gás em grandes profundidades poderão ser utilizados para viabilizar novos experimentos na ZEE para aproveitamento desses gradientes verticais de temperatura marinhos.

Gradientes osmóticos são comuns no mar, sobretudo nos estuários, onde o encontro da água doce com a água salgada forma gradientes salinos quase-horizontais marcantes, que podem gerar energia através da osmose. O fluxo de água através de membranas semi-permeáveis para equilibrar a pressão osmótica pode ser usado para girar turbinas. A tecnologia poderia ser estudada para aplicação em nossos maiores sistemas estuarinos, como, por exemplo, o do Rio Amazonas e o da Lagoa dos Patos.

A força dos ventos em terra para geração de eletricidade já é uma realidade no Brasil, com uma participação de 7% na matriz elétrica atual e tendência de crescimento. Sobre a Amazônia Azul, evidentemente, sopram os mesmos ventos de larga escala; entretanto, nas regiões oceânicas os ventos são, em geral, mais intensos e constantes, já

que a superfície do mar é muito mais plana e homogênea do que a do continente. Em muitos países, o caminho natural de desenvolvimento dos aproveitamentos eólicos foi no rumo do continente para o oceano, tanto impulsionado pelos altos custos dos terrenos ou pela busca de maiores potenciais, quanto pela necessidade de geração próximo a centros consumidores costeiros. No final de 2016, a região do Mar do Norte, com seus fortes ventos, já contava com mais de 3 mil turbinas *offshore*, localização facilitada pelas pequenas profundidades da extensa plataforma continental da região. A maior parte dessas estruturas está fixada no leito do oceano, mas já existem modelos e cada vez mais pesquisas em plataformas flutuantes. No Brasil, essa será provavelmente uma alternativa interessante para estados como São Paulo e Paraná, que têm uma grande demanda próximo à costa, mas com pequeno potencial em terra.

As diversas formas de aproveitamento da energia mecânica ou termodinâmica do oceano geram energia limpa, com relativamente pequeno impacto ambiental. Entretanto, os processos de construção das estruturas e dos sistemas necessários para esse aproveitamento certamente terão impactos ambientais locais e, por isso, permissões para implantação e funcionamento pelas agências reguladoras deverão ser rigorosas, necessitando de estudos completos de impacto ambiental.

Recursos não extrativos (ecossistêmicos)

Serviços ecossistêmicos são recursos marinhos inerentes ao meio, não mensuráveis. Do ponto de vista socioeconômico, os recur-

sos não extrativos podem ser tão importantes quanto os demais, mas, em virtude do pequeno índice de mentalidade marítima de nossa sociedade, muitas vezes não são percebidos nem sequer avaliados.

O mar é a nossa principal via de transporte. Pelo menos 95% do comércio exterior é feito por via marítima. A indústria nacional importa matéria-prima e exporta seus produtos essencialmente através do transporte marítimo.

O turismo ao longo do litoral brasileiro é outro recurso não extrativo, baseado na paisagem costeira e nas formas de lazer por ela oferecida. Atualmente, este último recurso está contribuindo com cerca de 10% do PIB nacional, incluindo a hotelaria, gastronomia, pesca esportiva, esportes marinhos, turismo subaquático e outros serviços que sustentam uma parcela significativa da socioeconomia litorânea.

O mar controla o clima global e a temperatura média do planeta em razão da alta capacidade que a água tem de conservar a energia térmica oriunda do Sol, propiciada pelo seu relativamente alto calor específico. Essa capacidade de armazenamento mantém diariamente uma enorme quantidade de calor nos oceanos, que, por sua vez, aquecem a atmosfera, propiciando que as temperaturas médias da Terra fiquem em torno de 14°C e possibilitando a manutenção da vida como a conhecemos. O oceano, na sua camada mais superficial, é aquecido diretamente pelo Sol, enquanto a atmosfera é aquecida essencialmente pelo oceano, isto é, o oceano é aquecido por cima enquanto a atmosfera é aquecida por baixo. Também, quando há excesso de calor na atmosfera, o oceano é capaz de absorver parte do mesmo sem grandes alterações em sua temperatura, regulando

a temperatura do ar. Apenas para comparação, todo o calor contido na atmosfera pode ser armazenado nos primeiros metros da coluna de água oceânica. Este essencial serviço ecossistêmico, propiciado pelo oceano ao planeta Terra, dificilmente será perdido, a não ser que o mar desapareça.

No entanto, alterações no delicado equilíbrio termodinâmico existente entre o oceano e a atmosfera, com pequenos aquecimentos sistemáticos desta última, podem ser catastróficas para a sociedade global. A manutenção do clima na Terra, e das temperaturas que possibilitaram o desenvolvimento da vida em nosso planeta, dependem desse equilíbrio, que é regulado principalmente pela concentração de gases de efeito estufa, como o gás carbônico, na atmosfera.

O oceano ocupa quase 71% da superfície da Terra e, portanto, participa ativamente do ciclo global do carbono, absorvendo e emitindo diariamente milhões de toneladas de gás carbônico através de seus processos físicos e biológicos. A “bomba biológica” oceânica é a capacidade que o mar tem de absorver gás carbônico da atmosfera para formar biomassa vegetal através da fotossíntese das microalgas (fitoplâncton), transportando ao final essa massa para o fundo marinho, onde ela permanece estocada por centenas de anos. O carbono fitoplancctônico flui pela teia alimentar, distribuindo-se por todos os níveis tróficos marinhos. Nesse processo, existe sempre perda de carbono sob a forma de detritos. Ao contrário de uma floresta, onde tudo que morre cai rapidamente e se acumula em uma fina camada de solo, o mar exporta mais detritos. Bilhões de toneladas de detrito marinho sedimentam-se anualmente no fundo dos oceanos, desfazendo-se através de regeneração microbiana

e liberando o gás carbônico. Este último mantém-se dissolvido sob as altas pressões e as baixas temperaturas das grandes profundidades. Este é um processo contínuo que há milhões de anos mantém um reservatório enorme de carbono dissolvido no fundo dos oceanos.

A “bomba física oceânica” ou “bomba de solubilidade” é uma outra forma de absorção de gás carbônico que ocorre nos ecossistemas oceânicos. Trata-se da capacidade que a água do mar tem, regulada pela sua temperatura, de manter uma certa quantidade de gás carbônico dissolvido. Quanto menor for a temperatura da água, maior será a sua capacidade de reter o gás dissolvido. Nas altas latitudes polares a água da superfície é muito fria, permitindo o armazenamento de grandes quantidades de gás carbônico atmosférico. Como o processo de resfriamento superficial nessas latitudes é praticamente constante, essa água torna-se mais densa e desloca-se verticalmente para níveis mais profundos, em processo contínuo. Por continuidade, as águas que afundam em regiões de altas latitudes têm que se deslocar quase horizontalmente em direção ao equador terrestre, transportando com elas o gás carbônico armazenado para grandes profundidades em todas as bacias oceânicas. Eventualmente, a água fria profunda com alta concentração de gás carbônico pode retornar à superfície em latitudes tropicais, em razão da divergência das correntes superficiais causada pela variabilidade espacial dos ventos que sopram sobre a superfície do mar. Regionalmente, esse processo de ascensão de águas do fundo, frias e ricas em gás carbônico, também denominado ressurgência, pode ocorrer de forma praticamente contínua, como nas costas do Peru e Chile

ou na costa leste da África, por exemplo. Ao atingirem a superfície, essas águas são aquecidas pela radiação solar, diminuindo sua capacidade de armazenar gás carbônico por causa da elevação da temperatura. Nesses locais, o excesso de gás carbônico é devolvido para a atmosfera.

O ciclo do gás carbônico através da “bomba física oceânica” é lento, demorando centenas de anos para se completar, ou seja, para entrar nos oceanos nos mares gelados de altas latitudes e sair de volta para a atmosfera nos mares quentes das regiões tropicais. Evidentemente, quanto mais gás carbônico é introduzido na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis, por exemplo, maior será a quantidade desse gás mantido pela “bomba física” no interior do oceano, diminuindo os efeitos dos gases-estufa de elevar a temperatura do nosso planeta. Entretanto, não sabemos ainda quanto o mar suportará desse excesso de gás carbônico na “bomba física”. Evidências recentes sugerem que a capacidade de absorção de gás carbônico atmosférico pelo oceano está chegando ao limite, o que terá como consequência o acúmulo ainda maior desse gás na atmosfera.

O aquecimento global pode derreter as calotas de gelo polares, com evidências já irrefutáveis na Groenlândia e no Alasca. Além da perda de hábitat polar, fundamental para a sobrevivência dos animais marinhos do topo da pirâmide alimentar (ursos, focas e baleias) e para a integridade da teia alimentar dos mares polares, o derretimento das geleiras poderá aumentar a fonte de água doce na superfície dos oceanos. No Atlântico Norte, por exemplo, a superfície do mar poderá se tornar menos salina, dificultando o transporte de águas superficiais tropicais quentes em direção ao norte

pela Corrente do Golfo, que flui pelo lado oeste dessa bacia e que se separa da costa e deflete para leste, atingindo a Europa. Essa advecção de água quente reduz o rigor do inverno em países do norte da Europa e a sua diminuição é uma das explicações para a “Pequena Era do Gelo” que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, quando a intensidade da Corrente do Golfo foi cerca de 10% menor e a temperatura nesses países, aproximadamente 1°C menor.

Cerca de 90% da água que existe na superfície da Terra está congelada em altas latitudes, principalmente no continente Antártico, nas terras ao redor do Oceano Ártico e nas grandes cordilheiras da Ásia e das Américas. A fusão de parte desse gelo pelo aumento da temperatura causado pelo aquecimento global terá como consequência pequeno aumento do nível médio do mar, destino final da água líquida gerada. Uma consequência imediata dessa elevação da superfície do mar seria o alagamento de muitas das regiões costeiras baixas e, também, a intensificação dos processos de ressacas na costa sudeste do Brasil.

CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS MARINHOS: REALIDADE OU UTOPIA?

A conservação marinha envolve processos complexos e de implementação lenta. O incremento da mentalidade marinha na nossa sociedade, principalmente a partir dos ensinamentos fundamental e médio, permitirá a gradual mudança de postura dos brasileiros frente à Amazônia Azul, que abriga um bioma único, indivisível e frágil, tanto diante da contaminação ambiental quanto

das mudanças climáticas globais previstas para as próximas décadas.

Ainda há poucas pessoas que compreendem os estragos que, por exemplo, uma rede camaroeira faz na biodiversidade do sedimento submerso, ou aqueles causados pela substituição de manguezais, criadouros do mar, por tanques de camarões exóticos que infectam a biodiversidade local com seus vírus também exóticos, ou ainda uma das fontes de contaminação marinha que são os fármacos (anticoncepcionais, antidepressivos, anti-inflamatórios, por exemplo), os cosméticos e os produtos de higiene pessoal. Ao final, parte dos resíduos gerados pela utilização desses processos e produtos pela população que vive em regiões costeiras acaba penetrando no mar, que, embora tenha um volume enorme e uma capacidade de depuração gigantesca, não pode ser tratado como se infinito fosse.

O capítulo XVII da Agenda 21 recomenda o uso sustentável do mar e de seus recursos por meio de várias ações governamentais e sociais, dentre elas, a criação de Planos Nacionais de Unidades de Conservação Marinha, genericamente chamados de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs). São espaços aquáticos, geralmente costeiros, nos quais a estrutura biológica e os processos naturais que os mantêm são protegidos por lei, por meio da restrição de atividades antrópicas potencialmente impactantes, como a pesca sem manejo integrado e ecossistêmico. O ecossistema marinho é evidentemente vulnerável a todo tipo de poluente orgânico persistente, aos metais pesados oriundos das atividades industriais na zona costeira e ao lixo sólido não biodegradável. Somada a isso, a perda de habitats sensíveis causada por obras costeiras mal planejadas compro-

mete ainda mais a diversidade biológica e a diversidade cênica da zona costeira.

Aos poucos a sociedade global vai se conscientizando sobre as questões ambientais, principalmente aquelas associadas às mudanças climáticas que nos afetam mais diretamente com a ameaça do colapso dos estoques pesqueiros comerciais, como a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em 2002, o Congresso Mundial de Parques em 2003 e, recentemente, a Convenção de Diversidade Biológica, por meio das metas de Aichi (Japão), recomendou a criação de um sistema mundial de AMPs e a proteção integral de no mínimo 20% dos oceanos contra a pesca predatória até o fim de 2020. Atualmente, existem cerca de 1.300 AMPs ao redor do mundo, número que parece elevado, mas que representa na verdade apenas 1% dos oceanos.

No Brasil, existem inúmeras unidades de conservação terrestres ao longo da zona costeira, sobretudo na região Sudeste-Sul. São mais de 30 só nos estados de São Paulo e Paraná. Mas, novamente, no espaço marinho a situação é crítica e segue o mau exemplo global, tendo apenas 0,6% do espaço oceânico protegido. Aqui, as AMPs existentes têm a categoria de parques, reservas e APAs (veja as definições no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc), tais como Fernando de Noronha, Abrolhos, Atol das Rocas, Ilha do Arvoredo, APA dos Corais, etc. Juntas, somam 1,57% de toda a extensão de nosso mar territorial e ZEE.

Vale ressaltar que grande parte do esforço global de conservação marinha está associada ao esgotamento dos recursos pesqueiros. Na verdade, é necessário retirar a questão pesqueira do centro das atenções no palco da conservação marinha. Os oceanos não devem

ser conservados apenas porque os estoques comerciais de peixes estão condenados a se extinguirem nas próximas décadas caso a captura continue nos níveis atuais. É importante lembrar que, por exemplo, os oceanos, através da fotossíntese, produzem pelo menos metade do oxigênio que respiramos. Saber que eles aquecem a atmosfera, regulam a temperatura do ar e que são responsáveis pela manutenção do clima que herdamos, que permitiram a proliferação da vida e o grande desenvolvimento socioeconômico das últimas décadas. Lembrar que os oceanos todos os anos fornecem quase 100 milhões de toneladas de proteína animal para a humanidade. Saber também que os oceanos retardam o aquecimento global, absorvendo quase um terço da emissão anual de gás carbônico, resultante principalmente da queima de combustíveis fósseis. E, no entanto, apesar de todos esses serviços ambientais ofertados gratuitamente, recebem em troca, anualmente, mais de seis bilhões de toneladas de lixo sólido e mais alguns bilhões de litros de água contaminada com um coquetel de poluição venenosa produzida pela atividade humana ao longo das zonas costeiras.

Existem métodos diretos e indiretos para proteger os recursos marinhos do mar territorial e da ZEE brasileiros, explorando-os com responsabilidade socioambiental e perpetuando esse legado para as gerações futuras. Por exemplo: manter o esforço de pesca abaixo da capacidade máxima sustentada, extinguir a pesca predatória e usar tecnologias alternativas de baixo impacto para a produção artificial de recursos vivos podem ser exemplos de métodos diretos. Métodos indiretos podem ser exemplificados com o aumento da educação ambiental e da mentalidade marítima da população brasileira,

particularmente daquela que vive em regiões costeiras, aumento da renda dessas comunidades costeiras, desviando-as da pesca quando necessário, e o controle da poluição terrestre que acaba atingindo o mar.

Uma das alternativas para aumentar a produção de proteína animal marinha e aliviar os estoques pesqueiros em declínio é a maricultura. Entretanto, no Brasil, a maricultura tradicional está se desenvolvendo com um custo ambiental muito elevado, em razão da poluição marinha que ocasiona, e, além disso, muitas vezes apresenta conflitos com o desenvolvimento urbano, o turismo e o transporte na zona costeira. A criação de camarões, ostras e mexilhões começou timidamente em meados de 1980, nas costas de Santa Catarina, e se espalhou por estuários e zonas costeiras abrigadas do litoral brasileiro, aumentando (um pouco) a renda de centenas de famílias de pescadores. Os impactos causados por essa indústria, entretanto, prejudicam suas próprias atividades.

Uma possível solução alternativa e ambientalmente sustentável é produzir em áreas situadas a dezenas de quilômetros das costas. Essa maricultura de moluscos e algas em mar aberto é uma alternativa promissora, com baixo custo ambiental, uma vez que a capacidade de depuração das águas da plataforma aberta é incomparavelmente maior do que aquela das águas de áreas costeiras, em geral confinadas, onde a advecção e a difusão dos poluentes são restritas.

Podemos dizer que o que a pesca retira, o repovoamento devolve e recupera. A aplicação de conhecimentos robustos adquiridos pelas pesquisas oceanográficas e dos processos biológicos de uma determinada região é fundamental para a recuperação de estoques pesqueiros em declínio. O repovo-

amento consiste na produção de juvenis de espécies exploradas comercialmente para serem reintroduzidas na natureza, aumentando o recrutamento e recuperando estoques. É um método eficiente de recuperar estoques naturais degradados, usado em diversos países, especialmente no Japão. O repovoamento de moluscos, crustáceos e peixes de valor comercial é factível regionalmente onde há conhecimento definido dos ecossistemas e dos processos oceanográficos. Esse repovoamento deveria ser incentivado nas regiões estuarinas e de lagoas costeiras de todo o país que ainda mantêm razoáveis condições ambientais.

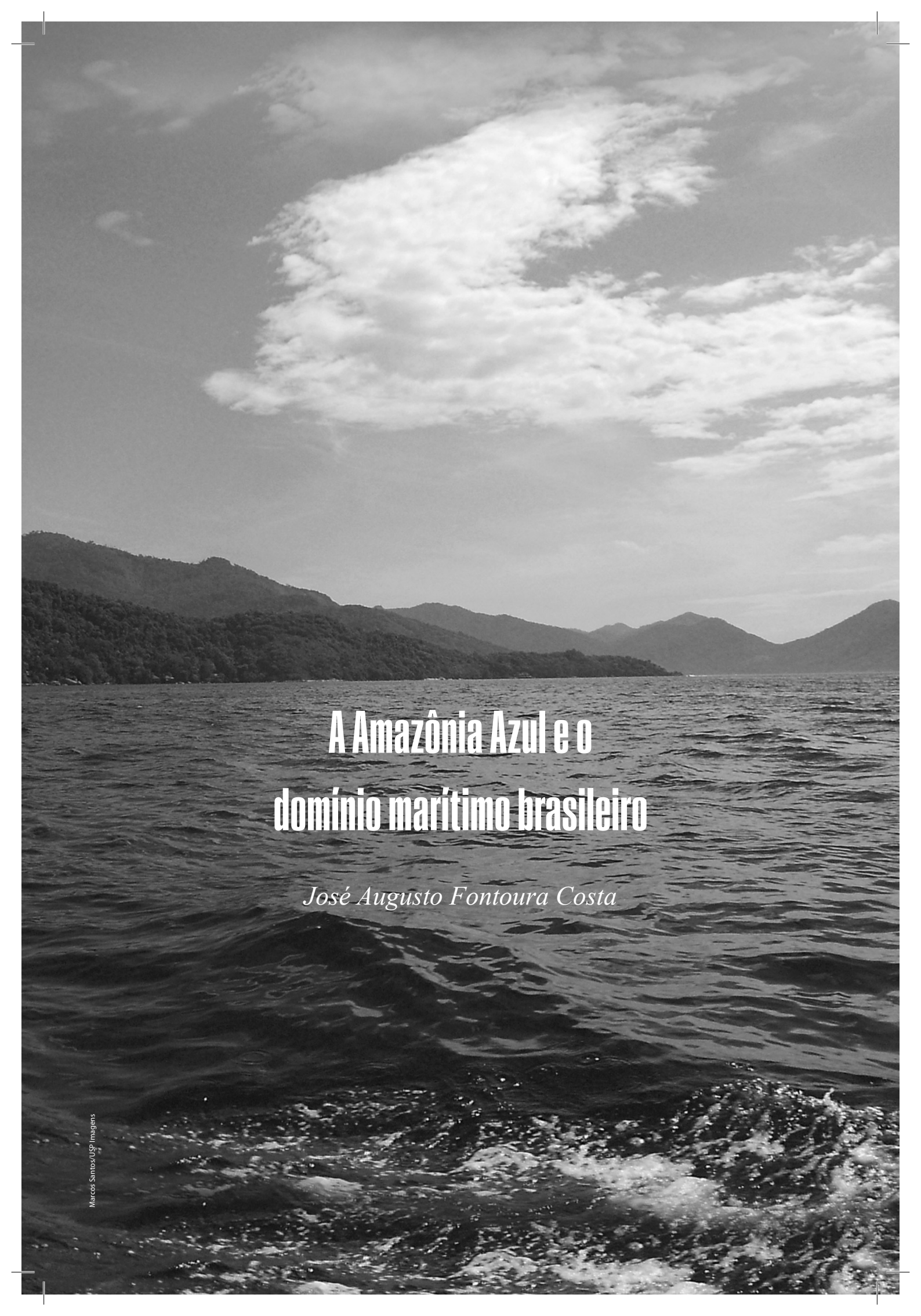
A manipulação do ambiente com habitats artificiais também é uma tecnologia usada em vários países, e também no Brasil, para a proteção dos recursos marinhos, repovoamento de estoques degradados e conservação da biodiversidade. Estruturas de grande porte feitas de concreto ou navios descomissionados, quando assentados no fundo marinho em locais apropriados, oferecem habitats novos, nos quais se desenvolve uma comunidade biológica semelhante à encontrada nos habitats rochosos adjacentes. Essa nova comunidade pode ser explorada economicamente, diminuindo a pressão do homem sobre as comunidades naturais. A manipulação artificial do habitat torna-o mais favorável como abrigo e concentração de alimento do que o próprio meio adjacente. Habitats artificiais também têm forte aplicação turística, servindo como mitigadores de impactos turísticos nos habitats naturais. Os norte-americanos conseguiram diminuir em 50% o impacto do turismo nos recifes de coral de sua ZEE, atraindo turistas para habitats artificiais, principalmente navios descomissionados e afundados propositada-

mente, mas preparados para isso de acordo com protocolos rigorosos de limpeza e eliminação de riscos ao mergulho esportivo.

Além de atraírem peixes, habitats artificiais colonizam-se rapidamente e podem ajudar a preservar as populações naturais.

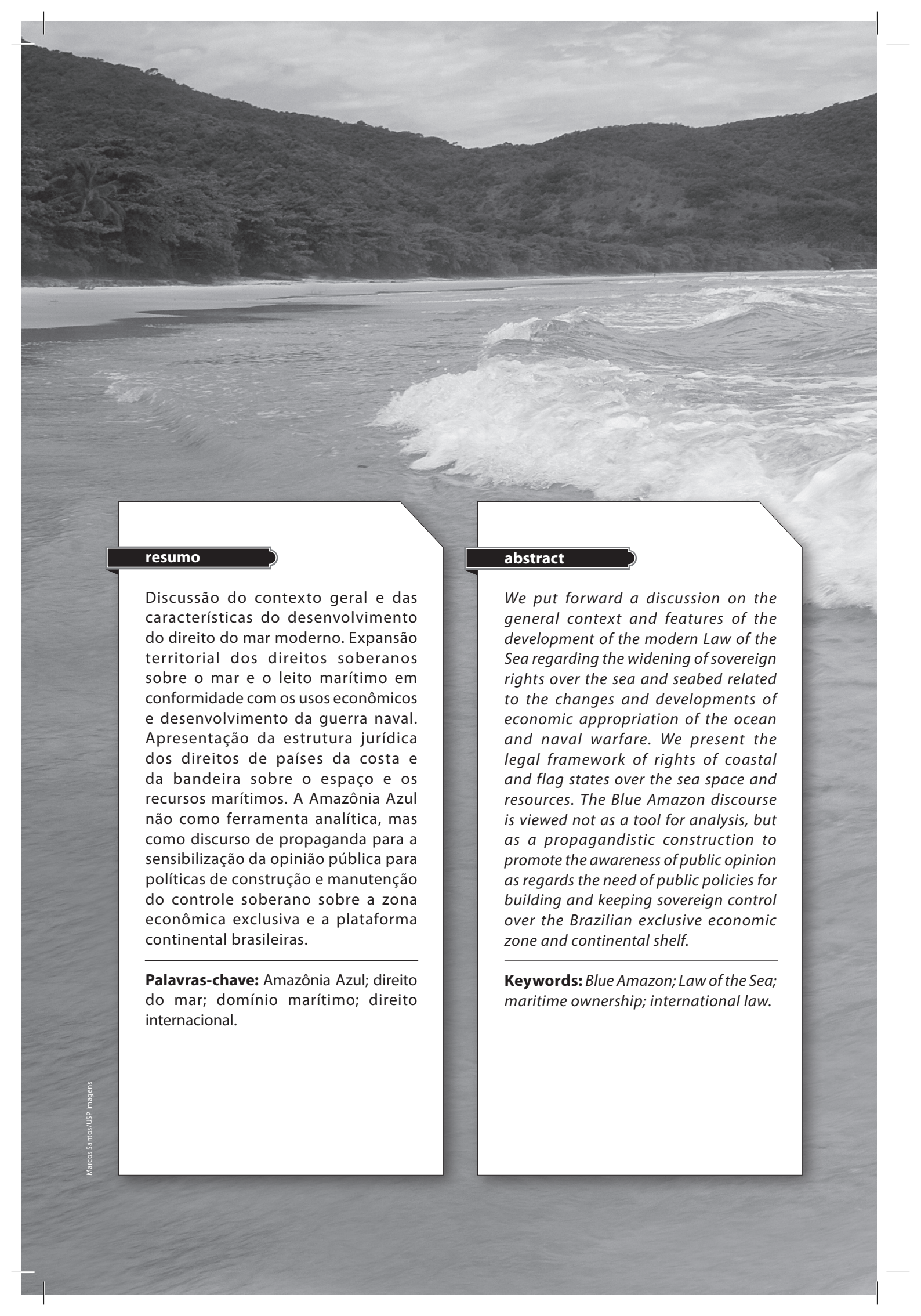
BIBLIOGRAFIA

- ABDALLAH, P. R.; SUMAILA, U. "An Historical Account of Brazilian Public Policy on Fisheries Subsidies", in *Marine Policy*, 31(4), 2007, pp. 444-50.
- CEMBRA (Centro de Excelência para o Mar Brasileiro). *O Brasil e o Mar no Século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro, s. e., 2012.
- CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). *Mar e Ambientes Costeiros*. Brasília, s. e., 2008.
- DIAS, G. T. M. "Granulados Bioclásticos: Algas Calcárias", in *Revista Brasileira de Geofísica*, 18(3), 2000, pp. 307-19.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). "The State of World Fisheries and Aquaculture", 2012.
- GOMES, C. P. "Caracterização do Regime de Ondas da Costa Brasileira: Base para o Desenvolvimento de um Gerador Elétrico para Extração de Energia de Ondas". Trabalho de graduação. São Paulo, Instituto Oceanográfico da USP, 2014.
- KUMAR, A. B.; DEEPTHI, G. R. "Trawling and By-Catch: Implications on Marine Ecosystem", in *Current Science*, 90(7), 2006, pp. 922-31.
- MARTINS, L. R.; TOLDO Jr., E. E. "Estoque Arenoso da Plataforma Continental: Um Recurso Estratégico", in *Gravel*, 4, 2006, pp. 37-48.
- MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura). *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura*. Brasília, 2010.
- SOUZA, K. G. "Recursos Minerais Marinhos Além das Jurisdições Nacionais", in *Revista Brasileira de Geofísica*, 18(3), 2000, pp. 454-5.
- TANAKA, M. D.; SILVA, C. G. "Gas Hydrates on the Amazon Submarine Fan, Foz do Amazonas Basin, Brazil", in *Proceedings of the American Association of Petroleum Geologists Annual Meeting*. Salt Lake, s. e., 2003.
- THRUSH, F.; DAYTON, P. K. "Disturbance to Marine Benthic Habitats by Trawling and Dredging: Implications for Marine Biodiversity", in *Annual Review of Ecology and Systematics*, 33, 2002, pp. 449-73.
- TOLMASQUIM, T.; GUERREIRO, A.; GORINI, R. "Matriz Energética Brasileira", in *Novos Estudos*, 79, 2007, pp. 47-69.
- VIANA, J. P. "Recursos Pesqueiros do Brasil: Situação dos Estoques, da Gestão e Sugestões para o Futuro", in *IPEA Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 7, 2013, pp. 45-59.



A Amazônia Azul e o domínio marítimo brasileiro

José Augusto Fontoura Costa



resumo

Discussão do contexto geral e das características do desenvolvimento do direito do mar moderno. Expansão territorial dos direitos soberanos sobre o mar e o leito marítimo em conformidade com os usos econômicos e desenvolvimento da guerra naval. Apresentação da estrutura jurídica dos direitos de países da costa e da bandeira sobre o espaço e os recursos marítimos. A Amazônia Azul não como ferramenta analítica, mas como discurso de propaganda para a sensibilização da opinião pública para políticas de construção e manutenção do controle soberano sobre a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiras.

Palavras-chave: Amazônia Azul; direito do mar; domínio marítimo; direito internacional.

abstract

We put forward a discussion on the general context and features of the development of the modern Law of the Sea regarding the widening of sovereign rights over the sea and seabed related to the changes and developments of economic appropriation of the ocean and naval warfare. We present the legal framework of rights of coastal and flag states over the sea space and resources. The Blue Amazon discourse is viewed not as a tool for analysis, but as a propagandistic construction to promote the awareness of public opinion as regards the need of public policies for building and keeping sovereign control over the Brazilian exclusive economic zone and continental shelf.

Keywords: Blue Amazon; Law of the Sea; maritime ownership; international law.

*Terrae potestas finitur
ubi finitur armorum vis.*
(Cornelius van Bynkershoek)

A denominação “Amazônia Azul” se refere à ampla área de espelho d’água, leito e subsolo marítimos sobre a qual incidem direitos econômicos do Brasil. Cunhado pela Marinha, o termo vem sendo amplamente utilizado e ajuda a captar a atenção do público para a grande importância dos recursos naturais aí existentes, de modo a relacionar a necessidade premente de investimentos em defesa naval como pressuposto material da assecuração do domínio sobre recursos juridicamente garantidos.

O presente artigo contribui para a compreensão das múltiplas dimensões que compõem a Amazônia Azul a partir da análise de aspectos do direito internacional relevantes para a caracterização do conjunto de direitos atribuídos ao Brasil como Estado costeiro e os limites de seu exercício. Com o objetivo de evitar ao leitor os aborrecimentos de uma leitura exclusivamente técnica, parte-se do pressuposto que a estruturação jurídica

dos espaços marítimos segue exigências de natureza econômica e estratégica e, portanto, os institutos jurídicos se formam e articulam a partir da necessidade de garantir um uso eficiente e bem-distribuído do mar e dos recursos aí existentes, bem como dos objetivos de segurança e as transformações tecnológicas no campo da defesa.

Para tanto, analisa-se a Amazônia Azul desde três pontos de vista: 1) o das modificações dos usos do mar e suas consequências para a dinâmica histórica dos regimes jurídicos de sua exclusividade e apropriação; 2) o do desenvolvimento teórico, político e jurídico do sistema jurídico internacional contemporâneo para a conformação dos direitos dos Estados sobre o mar; e 3) o sentido político de um discurso centrado na noção de Amazônia Azul como um elemento de legitimação de esforços para a afirmação brasileira de direitos sobre ampla zona marítima, inclusive em termos de perspectivas de exploração e exploração de recursos naturais.

JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA

é professor da Faculdade de Direito da USP e da Faculdade Santa Cecília.

USOS ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS DO MAR

Estando o nascimento das primeiras civilizações espalhado pelas margens dos rios, em que o ritmo da vazante e da enchente domina aspectos materiais e espirituais da vida, a ampliação do mundo e a razão de qualquer cosmopolitismo se devem ao mar, ao oceano. Se com os pés na terra a humanidade espera humildemente as dádivas da chuva e do sol, no mar dos azares imprevisíveis e irresistíveis a experiência fixa os olhos no horizonte e deixa toda esperança para trás, esquecida ou lembrada tantas e tantas vezes em amuletos e cacoetes a ponto de se reduzir aos atos mecânicos.

O mar que une é o meio navegável. Nesse sentido, importa ressaltar que um dos elementos conducentes ao longo predomínio do Ocidente sobre as outras regiões do globo, iniciado no Renascimento, se deu em razão da capacidade de navegação e de defesa naval, colocando o desenvolvimento da tecnologia da navegação e de seus meios materiais de realização no mesmo patamar de importância da imprensa de tipos móveis e da pólvora (Braudel, 1981, pp. 402-15).

As aventuras oceânicas portuguesa, espanhola, inglesa, francesa e holandesa deram novas feições a todo o mundo, estendendo sobremaneira a influência cultural e religiosa europeia, concomitantemente ao início de uma inclusão paulatina de novos povos e regiões à nascente economia de mercado. Naquele tempo, como hoje, as estratégias políticas dos Estados estavam em profunda imbricação com o incremento das capacidades econômicas e, em particular, com o

emprego do capital para aumentar a produtividade do trabalho e da terra.

O comércio tinha, do século XVI ao XVIII, um papel central para o capitalismo ainda nascente, mas já trazia a semente de transformações socioeconômicas profundas. A noção mais tradicional, conforme a qual o comércio serviria para dar acesso àqueles bens que não se conseguia produzir, deu passo ao reconhecimento da liberdade de intercâmbio como geradora de riqueza. Desse modo, a livre-troca começa a substituir o mercantilismo quando, ainda aquém da revolução do aço e das ferrovias, as principais artérias do comércio são aquaviárias, com destaque para as marítimas.

Os mares são, até então, vias de transporte. A produção pesqueira, essencial para muitas comunidades tradicionais próximas ao mar, não chega a ser determinante para os arranjos econômicos dos Estados nacionais. Do ponto de vista estratégico, porém, já desde há muito tempo o controle de rotas marítimas se mostra essencial para a configuração do poder.

Na emblemática Batalha de Salamina, que opôs a frota persa à grega, o objetivo das embarcações de Xerxes era o de prestar suporte logístico ao deslocamento por terra de seus exércitos, de modo que a vitória de Temístocles determinou o inexorável encurtamento do alcance das tropas invasoras. Mais de 2.400 anos depois, na Batalha do Atlântico, a incapacidade dos submarinos alemães de impedir o trânsito dos comboios cargueiros destinados à Grã-Bretanha manteve a capacidade de resistência que viria a possibilitar a reabertura do *front* ocidental em 1945.

Alfred Thayer Mahan, considerado o fundador da oceanopolítica (Barbosa Junior, 2012), abre seu mais importante livro, *The*

Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783, com um paralelo entre a vitória romana na II Guerra Púnica e a britânica no conjunto das guerras napoleônicas: a falta de controle naval. Aníbal teve de optar por uma rota de movimentação acidentada e de difícil manutenção de linhas logísticas. Horácio Nelson, em uma série de vitórias, culminando em importância e dramaticidade no Cabo Trafalgar, negou a Napoleão as facilidades próprias do transporte e comércio marítimos e, portanto, de apoio suficiente para suas tropas.

Houve, decerto, grandes mudanças desde o tempo de Mahan, ainda nos albores da navegação a vapor, até o tempo dos submarinos nucleares, cujas características possibilitam uma autonomia amplíssima e o exercício de funções táticas e estratégicas bem além do controle sobre os fluxos marítimos de mercadorias e pessoas. Continua verdadeiro, não obstante o caráter fundamental da manutenção de linhas aquaviárias de suporte logístico para qualquer conflito armado.

Há, porém, um outro aspecto do uso da força naval a ser ressaltado: as Marinhas de Guerra serviram, durante longo período, não apenas como elemento de apoio às embarcações mercantes, mas como instrumentos de criação e manutenção de uma ordem econômica mundial pautada pelos interesses daqueles capazes de abrir as artérias do comércio mediante a força das armas.

O episódio mais emblemático é, sem dúvida, aquele conhecido como o dos “navios negros”. Em novembro de 1853 uma flotilha de quatro vapores, comandada pelo comodoro Perry, chegou à baía de Tóquio e, dada a visão surpreendente de fumegantes barcos autopropelidos e da superioridade do armamento embarcado sobre as baterias de defesa

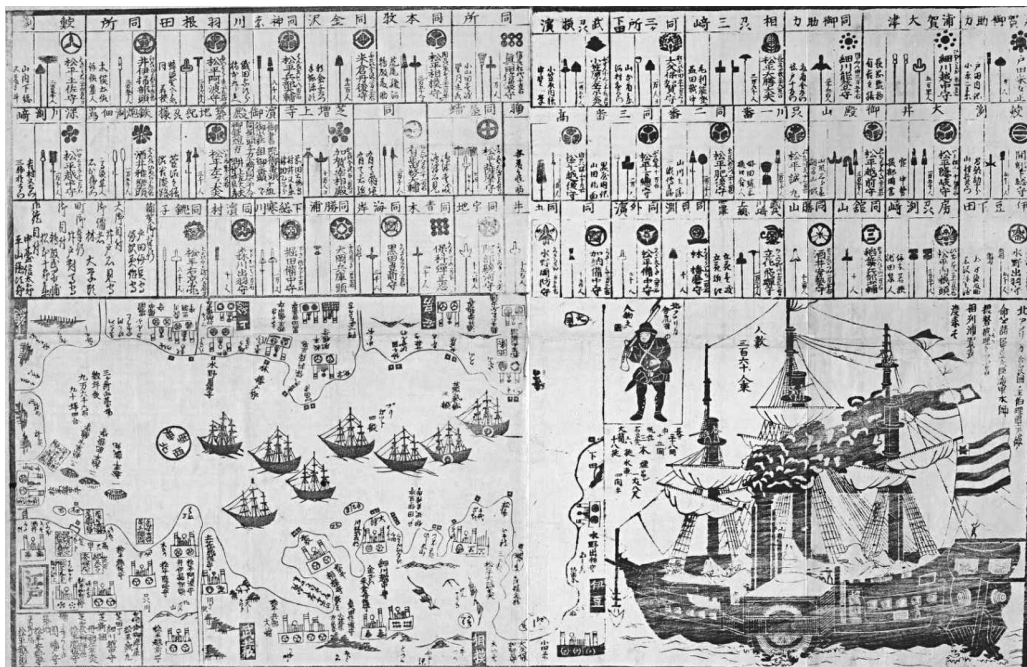
japonesas, ameaçou seriamente a segurança da cidade, considerando que até mesmo o palácio imperial estava sob o alcance dos canhões americanos. Em fevereiro de 1854 o Perry retornou com dez navios e 2 mil homens de tripulação, demonstrando força suficiente para alavancar a abertura do país. Em decorrência da presença dos “navios negros” foi assinado um tratado de amizade e aliança em 1858, abrindo caminho para vários outros tratados, os quais interromperam definitivamente a política de isolamento imposta pelo xogunato desde a expulsão dos portugueses no século XVII (Brinkley & Kikuchi, 1915) (Figura 1).

De qualquer modo, o uso de demonstrações de poder naval como ameaça velada voltada a resolver questões referentes a comércio e tratamento de investimentos, a chamada *gunboat diplomacy*, foi bastante generalizado até aproximadamente cem anos atrás. Recorde-se, nesse sentido, o episódio do bloqueio do porto de Caracas em 1902 para a cobrança de dívidas, do qual derivou a Doutrina Drago, conforme a qual o uso da força é um meio juridicamente vetado para a cobrança de débitos, e o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, conforme o qual a intervenção de potências europeias na América Latina não deveria ocorrer, deixando-se aos Estados Unidos o ônus de agir em seu interesse (Weeks, 2015) (Figura 2).

Porém, uma nova percepção da economia dos oceanos estava por emergir desde o século XVIII. Tratava-se, em parte, da pesca, que já ia se afastando da costa na medida da crescente escassez relativa de recursos próximos e do aprimoramento de sistemas de conservação dos alimentos. Outra atividade, porém, foi ainda mais importante. Um dos

FIGURA 1

Pintura japonesa de 1854 sobre a visita do comodoro Perry



Fonte: English Wikipedia

grandes negócios desse tempo será a caça das baleias, essencial para a obtenção, a partir do espermacete, de uma substância empregada na produção de velas inodoras e de pouca fumaça, bem como na de lubrificantes de precisão para uma revolução industrial ainda movida a carvão.

Esses grandes cetáceos só se salvaram da extinção dado o uso do petróleo para a produção de querosene, combustíveis e óleos de variada viscosidade (Dolin, 2007). Depois disso, já no final do século XIX, áreas adjacentes à costa começaram a ser ocupadas por instalações de exploração petrolífera (Yergin, 2010) (Figura 3).

A noção de plataforma continental, lançada pelo presidente Truman pouco depois do término da Segunda Guerra Mundial, tinha em vista a necessidade de explorar o leito e o subsolo marítimos em busca de riquezas e

incremento do poder. É importante retomar seus termos literais:

“Preocupados com a necessidade de conservar e utilizar de modo prudente seus recursos naturais, os Estados Unidos consideram os recursos naturais do subsolo e leito da plataforma continental sob o alto-mar, mas contígua às costas dos Estados Unidos, como pertencentes aos Estados Unidos, sob sua jurisdição e controle. Nos casos em que a plataforma se estende até as praias de outro Estado, ou é compartilhada pelo Estado adjacente, as fronteiras devem ser determinadas pelos Estados Unidos e o Estado em questão de acordo com princípios equitativos”¹.

1 Declaração do presidente Harry S. Truman de 28 de setembro de 1945. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.org/proclamations/index.php?pid=252&st=&st1=>. Acesso em: 12/5/2017.

FIGURA 2



Autor: William Allen Rogers. Courtesy of Granger Collection

Fonte: <http://americanhistory.si.edu/militaryhistory/exhibition/zoomify.asp?id=1937&type=g&width=640&height=480&hideAlt=1>

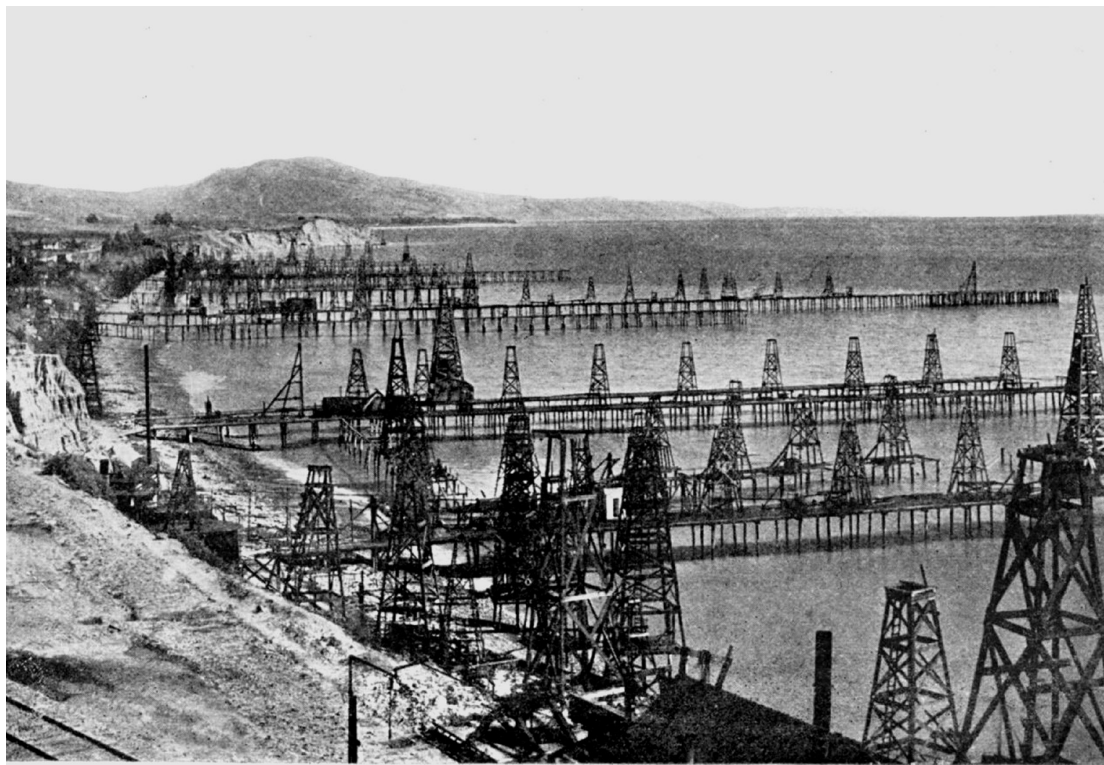
A utilidade econômica e o caráter estratégico de recursos naturais encontrados na plataforma continental e no espelho d'água acima dela resultaram de progressos da engenharia naval e mineral e levaram à revisão das percepções e doutrinas a respeito da proteção e uso estratégico dos espaços marítimos.

Mesmo sem tornar obsoleta a preocupação com a manutenção dos fluxos comerciais e das linhas de logística, passou-se a exigir uma maior presença das forças de defesa navais a fim de responder rapidamente a qualquer ameaça e formas de sensoriamento e domínio capazes de controlar espaços bas-

tante amplos. Houve, portanto, uma mudança considerável das preocupações referentes à conformação e uso da força naval, antes dedicada à proteção de portos e rotas e agora voltada à garantia da soberania sobre recursos oceânicos. É o que expressa, por exemplo, a definição de poder marítimo dada, em 1996, pelo então almirante de esquadra Hernani Goulart Fortuna:

“A capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer

FIGURA 3



Autor: G.H. Eldridge

Fonte: Published in *Nature and Science on the Pacific Coast*, Pacific Committee of the American Association for the Advancement of Science, 1915, p. 86. Scan by the NOAA, digital ID line 2969, in the America's Coastlines Collection

como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os Objetivos Nacionais” (Fortuna, 1996, p. 138).

O mar de hoje, portanto, é bem diferente do de Vasco da Gama ou de Cabral. À medida que os inúmeros perigos e monstros que habitaram o imaginário medieval e renascentista deram lugar ao conhecimento dos recursos marinhos, bem como a partir do desenvolvimento de equipamentos e técnicas, a disputa por espaço e influência foi se modificando de modo lento mas contínuo.

A história e a estrutura do estabelecimento de direitos sobre o mar seguem o desenvolvimento das necessidades econômicas e militares, como se poderá observar em seguida,

uma vez que a estrutura jurídica das pretensões sobre os espaços oceânicos é reflexo do complexo manejo dos interesses e desejos projetados sobre o mar.

REGIME JURÍDICO INTERNACIONAL DO MAR

As formas de regulação jurídica internacional dos espaços marítimos estão imbricadas às preocupações em torno de seus usos econômicos e estratégicos. Nesse sentido, intensificaram-se e estenderam-se a partir da linha da costa em direção ao alto-mar e do uso superficial das águas para os leitos profundos.

Como é bem sabido, o próprio nascimento do direito internacional é relacionado com o tema do domínio marítimo. Hugo Grócio, um dos fundadores da disciplina, publicou sua defesa da liberdade dos mares, *De Mare Liberum*, em 1608, mais de três lustros antes do seminal *De Jure Belli ac Pacis* (Grócio, 1916). A ideia de um mar livre para embarcações de quaisquer bandeiras responde, claro, à necessidade de expansão comercial da República Holandesa, enquanto a guerra de independência contra a Espanha duraria até a Paz de Münster, em 1648.

A ideia de que o alto-mar é livre para a navegação enseja, por outro lado, a questão da extensão da soberania territorial dos Estados. É até mesmo intuitivo que o poder estatal não se esgota na linha da maré baixa e que as necessidades de defesa implicam algum grau de controle sobre embarcações estrangeiras nas proximidades da costa. Decerto, a mais popular das propostas de delimitação foi abraçada pelo jurista holandês Cornelius van Bynkershoek utilizando uma medida náutica usual em seu tempo: a distância alcançada por uma bala de canhão. Se a questão era delimitar até onde vai a força de um Estado, podia-se medir o alcance dos armamentos, pois até aí vai a efetiva capacidade de defesa desde a terra firme. Decerto, havendo estado a artilharia em patamar estacionário por dois ou três séculos, a distância do tiro era tida por invariável no início do século XVIII e seu uso em tratados e determinações unilaterais já era bastante difundido no século anterior, sem que disso resultasse uma presunção *jure et de jure*, ou seja, imune a comprovações fáticas em contrário (Raestad, 1913, pp. 104-6 e 160-1).

O século XIX e o início do XX viram a substituição do critério da bala de canhão

pelo das três milhas náuticas, equivalentes, por alto, à distância alcançada no final do século XVIII (Oppenheim, 1920, p. 335). Não obstante a aceitação convencional e costumeira do limite pelas potências marítimas em matéria de pesca, neutralidade e jurisdição, jamais houve consenso na aplicação dessa medida para o exercício da autoridade aduaneira e sanitária (Raestad, 1913, pp. 141-2). De qualquer modo, mantidos os objetivos estratégicos atrelados ao controle portuário e de rotas de navegação, bem como ainda ausentes as preocupações com a exploração de recursos do leito e subsolo marítimos, não havia impulsos para a ampliação do âmbito de exercício do poder estatal.

Delineava-se, portanto, a ocasião para o aparecimento de uma zona em que se garantisse o direito de o Estado costeiro abordar embarcações de bandeira estrangeira em uma faixa além do mar territorial para fins de controle aduaneiro e sanitário. Entrementes, pouco se discutia a respeito de uma zona mais ampla para a exploração econômica. Nesse sentido, em 1913, Arnold Raestad afirma: “[...] mesmo que se trate de uma inovação, as potências pesqueiras não são, a meu ver, obrigadas a respeitar uma faixa mais larga que a de três milhas” (Raestad, 1913, p. 180).

Destarte, ainda no início do século XX, para lançar mão da definição de Lassa Oppenheim, pode-se dizer que o cinturão marítimo “é a parte do mar que, ao contrário do alto-mar, está sob a influência dos Estados costeiros” (Oppenheim, 1920, p. 333). Há, então, apenas a distinção entre a zona sob controle estatal soberano (águas internas e mar territorial, especialmente) e uma área resistente a qualquer forma de apropriação ou exercício de jurisdição estatal, o alto-

-mar. Como se observou, apenas a zona contígua se desenhava, ainda em um horizonte distante.

Com efeito, apenas a antevisão da exploração petroleira deu motivos para o domínio marítimo se voltar a zonas antes desprezadas, como o leito e os fundos oceânicos. Questões pesqueiras, sobretudo as marcadas pela visível redução de estoques em razão de sobreexploração, levaram a redefinições dos direitos dos Estados costeiros para abarcar recursos do espelho d'água em zonas tradicionalmente cobertas pelo alto-mar.

As discussões deflagradas pela declaração do presidente Truman levaram à necessidade de buscar um novo consenso sobre a delimitação e o conteúdo dos direitos sobre o mar. Em um tempo de profunda revisão do direito internacional para se ajustar ao difícil consenso entre grupos de países industrializados, socialistas e subdesenvolvidos, foi proposta a formulação de um novo Direito do Mar, iniciada com as Convenções de Genebra de 1958:

- 1) Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua (vigor em 1964);
- 2) Convenção sobre a Plataforma Continental (vigor em 1964);
- 3) Convenção sobre o Alto-Mar (vigor em 1962);
- 4) Convenção sobre Pesca e Conservação dos Recursos Vivos do Alto-Mar (vigor em 1966).

Entretanto, dada alguma incerteza sobre a extensão das zonas delimitadas e o alcance bastante limitado das assinaturas e adesões, resolveu-se convocar uma Segunda Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar, que teve lugar em 1960 e não chegou a qualquer outro instrumento concreto.

Treze anos depois, teve início a Terceira Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar. Dela saiu, com firma em Montego Bay (Jamaica), em 1982, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM)². Em vigor desde 1994, mas influenciando a formação de costume internacional até antes disso, ela passou a ser o marco jurídico fundamental que orienta o estabelecimento e as discussões do Direito do Mar de hoje.

São suas partes, atualmente, 168 Estados³. Não obstante a ampla aceitação, não se vincularam formalmente alguns países importantes, como os Estados Unidos e a Turquia, bem como, na América do Sul, Colômbia, Peru e Venezuela. O Equador, destaque-se, só ratificou a CNUDM em 2012.

Nos anos 1970, antes da assinatura da CNUDM, alguns Estados afirmaram unilateralmente mares territoriais bem além das três milhas então costumeiras. É o caso do Brasil, que, mediante o Decreto-Lei 1.098 de 1970, constituiu um mar territorial de 200 milhas. Essa pretensão não foi reconhecida por outras potências e a Marinha não dispunha de meios suficientes para o sensoramento e patrulha de área tão ampla.

Participante ativo das negociações que levaram à firma da CNUDM, inclusive mediante a indicação de Vicente Marotta Rangel como representante na conferência, o Brasil foi, em 1988, o 36º país a ratificá-la. Colocou seu texto em vigor interno por meio do Decreto 99.165 de 1990, confirmado pela

2 Para o texto completo, ver: http://www2.mre.gov.br/dai/m_1530_1995.htm. Acesso em: 3/3/2017.

3 Para a lista completa, com as datas, ver: [http://www.un.org/depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm#The United Nations Convention on the Law of the Sea](http://www.un.org/depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm#The%20United%20Nations%20Convention%20on%20the%20Law%20of%20the%20Sea). Acesso em: 22/5/2017.

Lei 8.617 de 1993, afastando definitivamente o fantasma da vigência do decreto-lei anterior. Depois do vigor internacional, o presidente da República emitiu o Decreto 1.530 de 1995, dando notícia do vigor internacional e afastando qualquer dúvida a respeito de sua aplicabilidade no e para o Brasil.

A CNUDM contém 17 partes, nas quais estão distribuídos os seus 320 artigos, os quais, além de estabelecer as distâncias e regras de cálculo das zonas marítimas e os direitos correspondentes aos Estados da costa e da bandeira das embarcações, também traz disposições sobre proteção ambiental e cria um sistema de solução de controvérsias.

Para os objetivos deste artigo é suficiente discutir os conjuntos de direitos e a extensão de cada uma das sete zonas delimitadas pela Convenção: águas interiores, mar

territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, alto-mar, plataforma continental e área (Figura 4).

A extensão das águas interiores é traçada na Parte II da CNUDM. Estão, em todos os aspectos, sob o domínio soberano do Estado costeiro e, em seu limite externo, constituem, em conjunto com a linha de maré baixa, a chamada linha de base do mar territorial. Abarca rios, lagos, mares interiores, portos e baías, sendo estas delimitadas por pontos da costa entre os quais seja possível traçar uma linha reta ou, em alguns casos, por definições históricas. O exercício da jurisdição estatal é, aí, pleno, inclusive sobre qualquer embarcação estrangeira, exceto vasos de guerra, os quais são imunes, mas apenas podem ingressar nas águas interiores mediante autorização por canais diplomáticos.

FIGURA 4

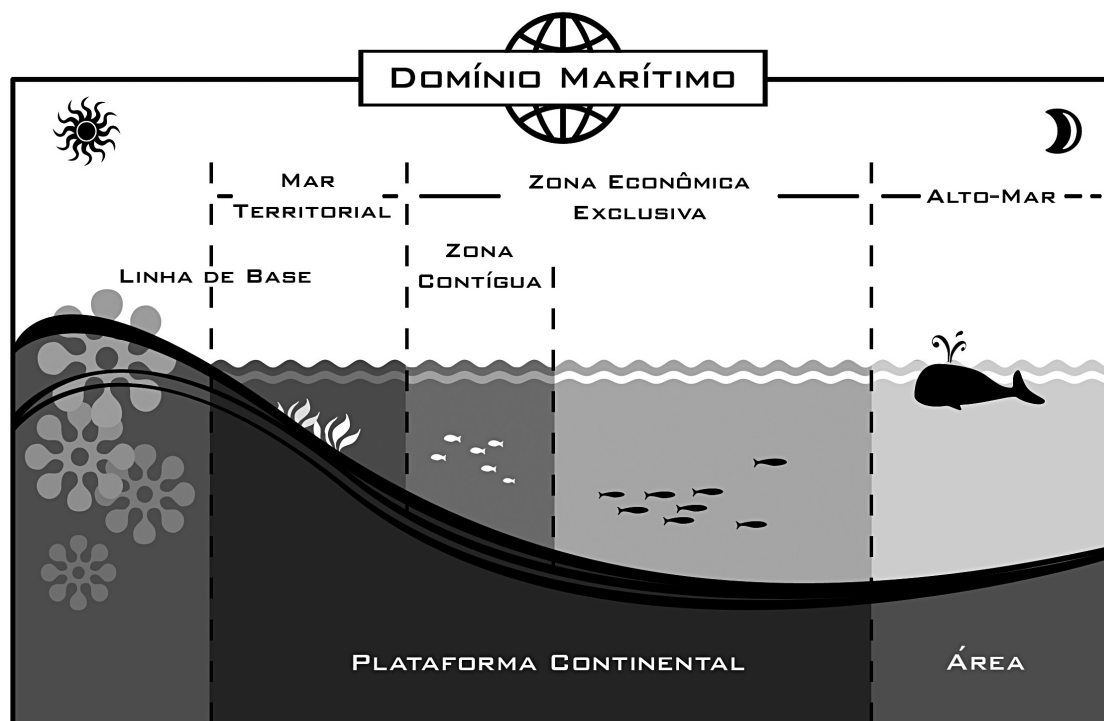


Ilustração: Maurício Paraguassu

O mar territorial, conforme definido na CNUDM, vai além dos limites costumeiros, pois esta afastou de uma vez por todas as dúvidas ainda existentes no início do século XX (Oppenheim, 1920, pp. 333-5), afirmando o poder soberano do Estado sobre ele, e estendeu sua extensão de três para 12 milhas náuticas, correspondentes a aproximadamente 22 quilômetros. Há, porém, um limite imposto pelo direito internacional, pois os navios de bandeira estrangeira gozam do direito de passagem inocente, amplamente reconhecido pelo costume. Esta deve ocorrer em passo rápido e contínuo, exceto em situações de força maior, quando se admite a interrupção.

A passagem inocente é aquela que não prejudica a paz. Pode ser levada a cabo por embarcações civis ou militares, devendo os submarinos percorrer o mar territorial emersos e ostentando a bandeira. Dentre as atividades descaracterizadoras da inocência estão as ações militares, de inteligência e de espionagem; as de propaganda que prejudiquem a ordem; as que atentem contra regras aduaneiras, tributárias ou sanitárias; as que poluam seriamente; as de pesca ou extração de quaisquer recursos; as de pesquisa e levantamento; e aquelas que, de algum modo, interfiram em sistemas de comunicação.

A zona contígua, também estabelecida na Parte II da CNUDM, tem seu limite externo na faixa de 24 milhas náuticas contadas da linha de base e o limite interno na linha do mar territorial. Aí o Estado costeiro exerce o controle de infrações aduaneiras, tributárias, de imigração e sanitárias, podendo também levar a cabo punições decorrentes de infrações cometidas no território e no mar territorial.

A zona econômica exclusiva é regulada na Parte V da CNUDM. Sua extensão alcança

200 milhas náuticas contadas da linha de base, tendo por limite interno o mar territorial. Compreende as águas sobre o leito marinho, o próprio leito marinho e seu subsolo. Aí a exploração e a exploração de recursos naturais são exclusivas do Estado costeiro. Estados terceiros têm amplos direitos de navegação, sobrevoo e instalação de cabos e dutos submarinos. A pesca pode ser restrita pelo Estado costeiro, mas não pode ser proibida sem motivos razoáveis.

A plataforma continental era, no regime da Convenção de Genebra, descrita em termos de profundidade, exploração e adjacência. Já na CNUDM há indicação de um critério mais simples: as mesmas 200 milhas náuticas da ZEE se estendem até o subsolo independentemente das características geológicas do terreno. Não obstante, caso o prolongamento natural do terreno se estenda para além dessa medida, é possível solicitar a extensão à Comissão sobre Limites da Plataforma Continental.

O Brasil pediu o alargamento da plataforma em 2004, recebendo resposta positiva em 2007. Como o reconhecimento não foi de toda a região pedida, por conseguinte, houve novo pedido em 2015, o qual aguarda decisão⁴.

O alto-mar, zona juridicamente reconhecida como oposta ao mar territorial desde as primeiras discussões a respeito de direitos soberanos, já tinha um regime de amplas liberdades bem estabelecido desde o século XVII. A CNUDM menciona, exemplificativamente, a liberdade de navegação, a liberdade

4 Ver: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_bra.htm e http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_bra_rev.htm. Acesso em: 23/5/2017.

de sobrevoo, a liberdade de instalar cabos e dutos submarinos, a liberdade de construir ilhas artificiais, a liberdade de pesca e a liberdade de investigação científica.

Por fim, a área é composta pelos fundos oceânicos, incluídos seu leito e subsolo. A definição de um regime separado daquele do alto-mar decorre de discussões do pós-guerra sobre a apropriação de recursos depositados para além da plataforma continental e as potenciais disputas entre as nações. Por que se adota um regime diverso daquele do alto-mar?

Grosso modo, pode-se afirmar que o alto-mar segue um regime de *res nullius*, ou seja, não está submetido ao domínio de nenhum sujeito internacional. Seus recursos, portanto, são daquele que primeiro deles se apossar. Como as riquezas distribuídas pelo espelho d'água são, principalmente, recursos vivos renováveis, muitas vezes com ampla circulação entre as distintas zonas oceânicas, é difícil vincular o bem a um único território; por exemplo, um peixe altamente migratório a um único regime estatal. O leito e o subsolo se movimentam bem menos; são vinculados a um posicionamento fixo. Consequentemente, sua apropriação por um Estado implica, dada a ocupação geográfica da zona de exploração, a exclusão dos demais. Daí se justifica a necessidade de um regime diferenciado.

Por outro lado, a tradição de longo tempo dificultaria qualquer alteração do regime de apropriação dos recursos em alto-mar, até em razão de expectativas legítimas bem estabelecidas. A solução da repartição desses recursos se deu, portanto, mediante a criação das zonas econômicas exclusivas que, em oposição ao que ocorre no alto-mar, indicam os Estados costeiros

como titulares dos recursos, provocando, na prática, uma redução significativa da área pesqueira livre.

Mas o estabelecimento de um regime jurídico para a apropriação dos recursos da área não foi tranquilo. Iniciou-se, em 1970, com a aprovação por ampla maioria e sem votos contrários de uma resolução da Assembleia Geral da ONU, que declarou os fundos marinhos fora dos limites estatais como patrimônio comum da humanidade. O consenso se desfez pouco adiante, quando das negociações da CNUDM. Países industrializados, detentores de maior conhecimento e tecnologias de exploração, entraram em atrito com países em desenvolvimento e, apesar de aprovado o texto convencional em 1982, resistiram. Ainda em 1993, quando do depósito da 60ª ratificação, necessária para o vigor internacional da Convenção, nenhum país desenvolvido havia confirmado sua intenção de ser parte.

Hoje, como se viu, a CNUDM alcança um âmbito territorial amplíssimo. Mesmo os Estados que se recusam a ingressar formalmente em seu sistema reconhecem a maior parte das delimitações e de composições de direitos e titularidades como parte do direito internacional geral costumeiro, resistindo pontualmente a um ou outro aspecto isolado.

AMAZÔNIA AZUL E DOMÍNIO MARÍTIMO: REFLEXÕES SOBRE DISCURSOS E REALIDADES

A similaridade entre a amplíssima região oceânica sujeita a direitos soberanos do Brasil com a Amazônia brasileira se dá a partir de três aspectos relevantes para a perspectiva militar: a extensão semelhante à da hileia

amazônica, a existência de recursos naturais estratégicos de interesse nacional e a necessidade de estabelecer ações de sensoriamento e presença suficientes para evitar qualquer ameaça externa. São elementos importantes e significativos, mas reveladores de uma articulação discursiva enviesada em razão de uma circularidade de atribuição de sentido e da diferença fundamental que ocultam.

Com efeito, predomina no discurso da Amazônia Azul a afirmação de uma lógica conforme a qual a existência de uma área com recursos é causa da necessidade de presença militar. A pressuposição da ação militar como instrumento de conquista e manutenção de riqueza, porém, desvela uma visão de mundo portadora, como toda visão de mundo, de algum viés. Isso se dá porque a redução da importância das Forças Armadas a algo apenas funcionalmente justificado naturaliza, com o reforço de argumentos universalistas, sua existência e, por conseguinte, mascara a ideologia e a ação política dedicadas a um projeto de busca de centralidade e de disputa por recursos materiais e simbólicos. No mínimo, a conquista de apoios ao projeto de defesa da Amazônia Azul fortalece as demandas por uma parcela mais polpuda do orçamento. Mais do que isso, essa estratégia ajuda a redefinir a percepção das Forças Armadas brasileiras e recolocar no debate nacional questões extremamente pertinentes a respeito de segurança e defesa.

Por mais que se simpatize com a necessidade de proteção nacional e não seja salutar esquecer que as Forças Armadas são atores políticos relevantes, é fato a inexistência de qualquer necessidade natural ou óbvia de apoio a um conjunto preferencial de estratégias de médio e longo prazos a respeito

de defesa e apropriação de recursos. São decisões políticas e econômicas cuja qualidade é diretamente proporcional à clareza que se tem sobre seu sentido e potenciais efeitos futuros.

Por outro lado, a ideia de uma Amazônia Azul oculta um dado importantíssimo: não há pessoas vivendo no mar ou na plataforma continental, eventualmente marinheiros embarcados e petroleiros em plataformas de exploração. Aquilo que tradicionalmente chamamos de Amazônia não é simplesmente verde; não é só rio e floresta, mas o resultado de emaranhados complexos de relações sociais historicamente constituídas e em constante e profunda transformação. Aí, aliás, a retórica do vazio populacional e a da necessidade de defesa são bem problemáticas.

Para ficar em uma única dimensão, a problemática ambiental tende, em uma, a ser percebida a partir do incremento da escassez de recursos em razão de sobreexploração ou crise ecossistêmica. Na outra, envolve necessariamente uma vertente humana e social em que se discutem modos diversos de apropriação econômica da natureza a partir de matrizes culturais diversas (Costa, 2012). A complexidade política e social da ocupação dos espaços e da utilização de recursos, portanto, não pode ser livremente transposta de uma para a outra.

Não obstante, o tratamento social e político da Amazônia Azul é, evidentemente, bem mais simples que o de regiões terrestres: a apropriação de recursos contidos no espelho d'água e no leito e subsolo depende da organização de empreendimentos em grande escala, os quais necessitam de um conhecimento detalhado e consistente sobre os oceanos. Portanto, potenciais tensões e conflitos resultantes do deslocamento

e extinção de povos e comunidades não adaptados a modos de produção modernos não se colocam na questão da apropriação oceânica; não há questões envolvendo a substituição de sistemas produtivos de menor escala mediante a integração de fatores produtivos locais em mercados maiores, promovendo especialização e, pelo menos se presume, eficiência.

A exploração marítima dos espaços sujeitos a direitos estatais soberanos a partir da segunda metade do século XX – plataforma continental, zona econômica exclusiva e área – apenas se tornou economicamente acessível e militarmente relevante a partir dos desenvolvimentos cognitivo e técnico capazes de tornar a exploração e o domínio marítimo viáveis. Ao que se observa, aliás, essa revolução foi alavancada por investimentos estatais no desenvolvimento de tecnologia dual, ou seja, tecnologia militar adequada a usos civis. Talvez à exceção do setor pesqueiro, a presença exclusivamente privada na pesquisa e ocupação dos limites marítimos é rara.

O caso brasileiro do pedido de extensão da plataforma continental, aliás, não é exceção: a Marinha do Brasil atuou em conjunto com a Petrobras – empresa estatal – no programa de levantamento e descrição dos fundos marítimos, de modo a informar tecnicamente os pedidos feitos à Comissão sobre Limites da Plataforma Continental.

Para uma reflexão sobre o caso brasileiro é preciso partir da seguinte premissa: em termos jurídicos o país é amplamente favorecido pelo regime da CNUDM. Não é sem razão, aliás, que o Brasil esteve entre seus primeiros ratificadores de peso. As regras e dimensões traçadas no século XVII – com suas três milhas de mar territorial e todo o

resto submetido à regra de *first come, first take* – pouco serviriam ao país; tampouco serviram as incertezas de ocasião e as tentativas de pouca repercussão prática, como a declaração unilateral de 200 milhas náuticas de mar territorial. Ocupar efetivamente a zona econômica exclusiva e a plataforma continental é bem mais difícil e caro.

Deve-se, não obstante, levar adiante políticas nacionais consistentes com as novas realidades da exploração oceânica. As pretensões reveladas pela Marinha do Brasil de buscar suporte material e simbólico para estender com clareza o domínio marítimo brasileiro, consolidando em poder efetivo aquilo que é conferido pelo direito, parecem ser bastante consistentes com projetos nacionais de longo prazo. Se a retórica da Amazônia Azul é eivada de sofismas e fragilidades próprios de qualquer discurso de ação política, ela também se configura como um instrumento de remodelagem de valorações e percepções da realidade e do futuro. Consequentemente, pode gerar a convergência de convicções e atuação efetiva em favor dos objetivos que apresenta como necessários.

Ora, faz sentido chamar a atenção para o mar, assim como é alvissareiro que as Forças Armadas se sensibilizem com a necessidade de conquistar legitimidade junto a públicos mais amplos. Dessa maneira a Amazônia Azul, como lugar discursivo histórico, é ambivalente, pois visa a cristalizar convicções sobre a realidade mas, às vezes, leva à opinião pública muitas discussões antes restritas aos círculos dos estrategistas militares e diplomáticos. E ao tornar noções e discursos abertos ao público abdica-se de pretensões ao controle semântico e prático, como quando o projétil deixa para trás o cano do canhão.

CONCLUSÃO

A noção brasileira de Amazônia Azul merece um lugar de destaque entre os elementos discursivos estratégicos voltados a provocar alterações nas percepções econômicas e políticas, visando a reforçar, material e simbolicamente, a posição da Marinha do Brasil como elemento-chave do desenvolvimento e da atenção aos objetivos nacionais por meio da realização de pesquisa científica, sensoriamento e proteção do mar territorial, da plataforma continental e da zona econômica exclusiva brasileiros.

O posicionamento defendido é consistente com a reconfiguração recente das formas econômicas e militares de utilização dos espaços oceânicos. Com efeito, se até o início do século XX a principal utilidade econômica dos oceanos era a de via de transporte, desde a Segunda Guerra Mundial a pesca e a extração de recursos do subsolo, especialmente petróleo e gás natural, foram se convertendo em atividades indispensáveis para o funcionamento de economias industrializadas, justificando projetos de grande escala e tecnologia avançada, o que os limita a atores, públicos ou privados, capazes de manejar grandes volumes de capital.

Em termos militares, as estratégias de bloqueio de portos e de interrupção das linhas logísticas e rotas comerciais foram dando lugar a novas necessidades e alternativas para a afirmação do poder naval. Os porta-aviões e os submarinos nucleares puseram objetivos terrestres, mesmo que distantes da costa, ao alcance de ataques originados em vasos de guerra. Portanto, além do controle de ampla região com a finalidade de fiscalizar a eventual predação ilegal de recursos, a capacidade de proteger os mares nacionais e

controlar o posicionamento das embarcações militares estrangeiras se tornou central para as estratégias navais.

Observe-se que o tratamento jurídico do mar passou, no último século, por transformações de grande envergadura. Há cerca de cem anos havia pouca diferença da situação já consolidada no século XVII: o mar territorial oposto ao alto-mar, sem preocupações significativas com o uso do leito e subsolo marítimos. As discussões existentes se concentravam na distância em que o Estado costeiro poderia atuar para prevenir problemas aduaneiros e sanitários, assim como na problemática da instalação de cabos e dutos, essenciais para as comunicações por cabo.

Os parâmetros estabelecidos na CNUDM, ao que se pode observar, estão longe de ser uma consolidação de costumes anteriores ou da fixação de um mínimo de consenso, como no caso das convenções em matéria de direito diplomático, consular e dos tratados internacionais. Boa parte dos instrumentos da codificação do direito internacional tem esse perfil e, portanto, podem ser explicados apenas pela necessidade de estabelecer regras comuns para um mundo dividido entre comunistas e capitalistas, bem como entre industrializados e subdesenvolvidos. Não é o caso do direito do mar. Assim como o direito internacional ambiental, ele cuidou de realidades econômicas e estratégicas que emergiam do turbilhão das forças materiais produtivas que gravitaram em torno da Segunda Guerra Mundial e, apesar de já contar 35 anos de assinatura, não parece ter perdido sua atualidade.

É significativo, portanto, que a Marinha do Brasil defina a Amazônia Azul nos termos consagrados pelo direito do mar. Do mesmo modo, a busca da extensão da

plataforma continental na Comissão sobre Limites da Plataforma Continental, utilizando pesquisa científica comprobatória dos parâmetros técnicos postos pela CNUDM e com predomínio da via jurídica sobre a política, aponta para a efetividade do direito internacional.

Se Cornelius van Bynkershoek, ao elaborar juridicamente a teoria da bala de canhão, partia do alcance efetivo da força estatal para determinar o direito, o direito internacional contemporâneo parece tomar uma perspec-

tiva diversa. Nele, a ação dos Estados para garantir e proteger seus direitos, atribuídos juridicamente sobre vastas regiões, parece partir de definições abstratas para conformar o poder efetivo a partir de ações coerentes com as regras e conceitos jurídicos. Mas seria excessivamente ingênuo duvidar das forças efetivas e imaginar que se possa manter indefinidamente a integridade de vastos recursos e espaços sem deter o domínio do conhecimento e dos elementos materiais suficientes para sua proteção.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA JUNIOR, Ilques. "Oceanopolítica: Conceitos Fundamentais: Amazônia Azul", in Ilques Barbosa Junior; Rodrigo More (orgs.) *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro, Femar, 2012, pp. 205-231.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization and Capitalism: 15th to 18th Century – The Structures of Everyday Life*. Londres, Collins/Fontana Press, 1981.
- BRINKLEY, Frank; KIKUCHI, Dairoku. *A History of Japanese People from the Earliest Times to the End of Meiji Era*. Londres, Encyclopaedia Britannica Company, 1915.
- COSTA, José Augusto Fontoura. "Amazônia Verde e Azul: Desenvolvimento e ambiente", in Ilques Barbosa Junior; Rodrigo More (orgs.) *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro, Femar, 2012, pp. 159-78.
- DOLIN, Eric Jay. *Leviathan: The History of Whaling in America*. Nova York, W. W. Norton and Company, 2007.
- FORTUNA, Hernani Goulart. "O Poder Marítimo como Projeção do Poder Nacional", in Georgette N. Nazo (org.). *Questões Importantes Referentes ao Mar*. São Paulo, Sociedade Amigos da Marinha, 1996, pp. 135-52.
- GRÓCIO, Hugo. *The Freedom of the Seas, or the Right Which Belongs to the Dutch to Take Part in the East Indian Trade*. Introductory note: James Brown Scott. Nova York, Oxford University Press, 1916.

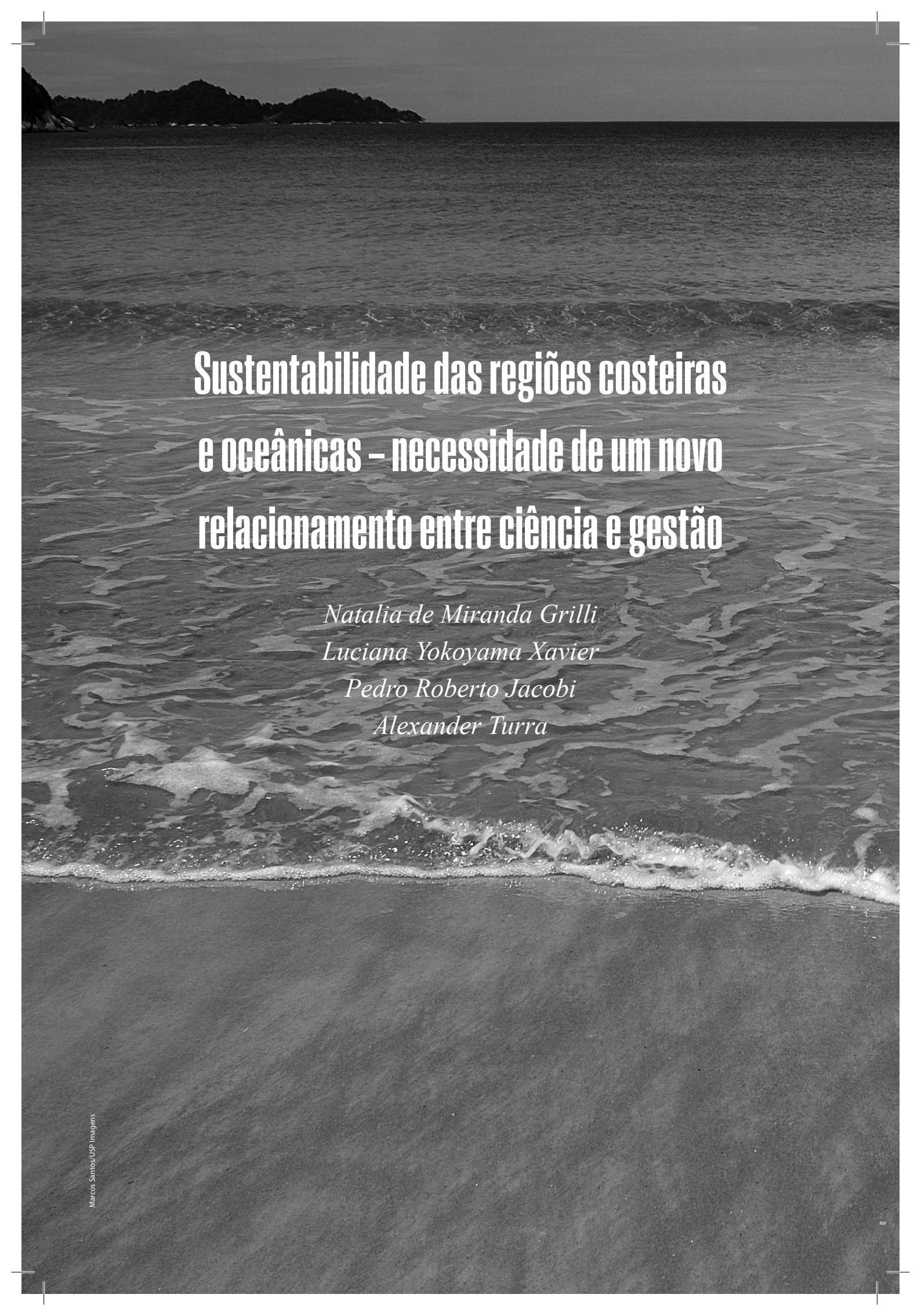
MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*. Boston, Little, Brown and Company, 1890.

OPPENHEIM, Lassa. *International Law: A Treatise*. Vol. I: Peace. Londres, Longmans, Green and Co., 1920.

RAESTAD, Arnold. *La mer territoriale: études historiques et juridiques*. Paris, Pedone, 1913.

WEEKS, Gregory B. *U.S. and Latin American Relations*. Hoboken, Wiley/Blackwell, 2015.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo na História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro*. São Paulo, Paz e Terra, 2010.



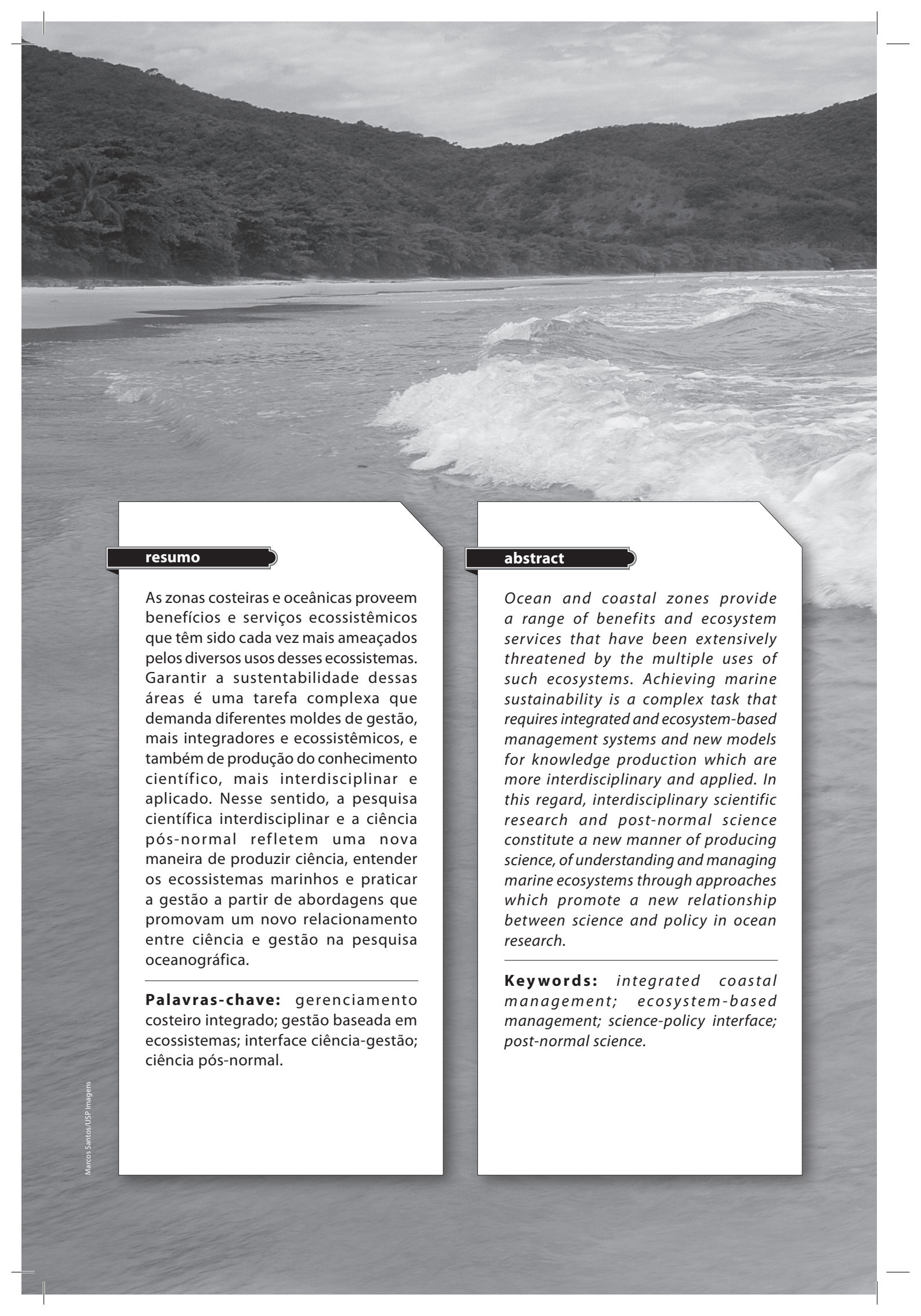
Sustentabilidade das regiões costeiras e oceânicas – necessidade de um novo relacionamento entre ciência e gestão

Natalia de Miranda Grilli

Luciana Yokoyama Xavier

Pedro Roberto Jacobi

Alexander Turra



resumo

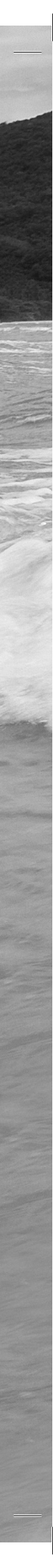
As zonas costeiras e oceânicas proveem benefícios e serviços ecossistêmicos que têm sido cada vez mais ameaçados pelos diversos usos desses ecossistemas. Garantir a sustentabilidade dessas áreas é uma tarefa complexa que demanda diferentes moldes de gestão, mais integradores e ecossistêmicos, e também de produção do conhecimento científico, mais interdisciplinar e aplicado. Nesse sentido, a pesquisa científica interdisciplinar e a ciência pós-normal refletem uma nova maneira de produzir ciência, entender os ecossistemas marinhos e praticar a gestão a partir de abordagens que promovam um novo relacionamento entre ciência e gestão na pesquisa oceanográfica.

Palavras-chave: gerenciamento costeiro integrado; gestão baseada em ecossistemas; interface ciência-gestão; ciência pós-normal.

abstract

Ocean and coastal zones provide a range of benefits and ecosystem services that have been extensively threatened by the multiple uses of such ecosystems. Achieving marine sustainability is a complex task that requires integrated and ecosystem-based management systems and new models for knowledge production which are more interdisciplinary and applied. In this regard, interdisciplinary scientific research and post-normal science constitute a new manner of producing science, of understanding and managing marine ecosystems through approaches which promote a new relationship between science and policy in ocean research.

Keywords: *integrated coastal management; ecosystem-based management; science-policy interface; post-normal science.*



As regiões costeiras e oceânicas são exploradas como fonte de alimento, energia, recursos minerais, espaço de lazer, recreação, práticas esportivas e religiosas. Esses ecossistemas fornecem uma variedade de bens e Serviços Ecossistêmicos (SE) para a humanidade (McLeod & Leslie, 2009; Mea, 2005a), dentre os quais estão serviços essenciais como regulação climática e purificação da água. Apesar de sua importância, impactos derivados das ações humanas afetam todas as regiões costeiras e oceânicas e ameaçam seus SE (Halpern et al., 2008a; Mea, 2005), reforçando a necessidade de ações que visem a proteger esses ecossistemas e manter seus benefícios. Como exemplos pode-se citar a criação do “Dia Mundial dos Oceanos” (Rio-92); o estabelecimento de metas específicas para a conservação da biodiversidade costeira e marinha (COP 10 - Metas de Aichi); a “Rio Ocean Declaration” (Rio+20); e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14, 2015). Essas ações

têm em comum o objetivo de inserir questões relacionadas à sustentabilidade do ambiente marinho na agenda política e promover ações imediatas para estabelecimento de diretrizes e metas para sua promoção em nível global.

As pressões sofridas pelos ecossistemas marinhos têm fontes diversas, relacionadas a atividades tanto em áreas marinhas como em áreas terrestres (Curtin & Prellezo, 2010; Halpern et al., 2008a). Além disso, características inerentes a esses ecossistemas, como interação dos ambientes terra-mar-ar, conectividade, elevada mutabilidade e tridimensionalidade conferem complexidade

NATALIA DE MIRANDA GRILLI é membro do Laboratório de Manejo, Ecologia e Conservação Marinha do Instituto Oceanográfico (IO) da USP.

LUCIANA YOKOYAMA XAVIER é membro do Laboratório de Manejo, Ecologia e Conservação Marinha do Instituto Oceanográfico (IO) da USP.

PEDRO ROBERTO JACOBI é professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Procam/IEE/USP.

ALEXANDER TURRA é professor associado do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP).

adicional às consequências dos impactos (Turra, no prelo; Barragán, 2016; Curtin & Prellezo, 2010). Assim, sua gestão é uma tarefa complexa que envolve lidar com um ambiente marcado pela multiplicidade de ecossistemas, usos, usuários, pressões e impactos (Cicin-Sain & Knecht, 1998; Mcleod & Leslie, 2009). No cerne dessa questão está a necessidade de se elaborar políticas públicas que promovam a sustentabilidade das áreas costeiras e oceânicas, com base no conhecimento de suas características, processos, ameaças, usos e usuários.

GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO COMO MARCO CONCEITUAL

O Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) surgiu como uma estratégia para resolução de múltiplos conflitos (Barragán, 2016; Cicin-Sain & Knecht, 1998; Moksness, Dahl & Stottrup, 2013), de forma a superar a gestão fragmentada baseada em ações desconexas de diferentes setores, agências reguladoras e órgãos de governo (Cicin-Sain & Knecht, 1998).

Dentre os objetivos do GCI, destacam-se a preservação e a proteção da produtividade e da biodiversidade dos ecossistemas, o reforço à gestão integrada por meio de medidas legais, a capacitação e formação de pessoal e a promoção do uso racional e sustentável dos recursos marinhos (Asmus et al., 2006). Tais objetivos devem ser atingidos com participação de todos os setores sociais relacionados, integrando os interesses e expectativas dos vários segmentos, de forma adaptativa e cíclica (Cicin-Sain & Knecht, 1998a; Unep, 1992).

O GCI emprega o enfoque adaptativo, modificando-se continuamente, ecossistêmico, considerando dimensões humanas e naturais na unidade a ser gerida, integrativo, envolvendo diferentes setores, ecossistemas, conhecimentos, instituições e governos, buscando assegurar consistência interna às propostas, e participativo, assegurando o envolvimento e o controle social ao longo de todo o processo (Cicin-Sain & Knecht, 1998; Gesamp, 1996). Dessa forma, pode ser entendido como um processo contínuo e dinâmico de formulação de políticas públicas para o uso sustentável de áreas marinhas e seus recursos, promovendo melhorias da qualidade de vida das populações e garantindo a preservação dos ecossistemas (Asmus et al., 2006; Gesamp, 1996).

Apesar do enfoque ecossistêmico, originalmente as ações do GCI não abarcavam toda a complexidade dos ecossistemas, o que seria desejável frente à necessidade de manutenção dos SE. No entanto, ao longo de sua aplicação, o GCI passou a incorporar novos princípios e abordagens, com destaque à inclusão dos ecossistemas como unidade a ser gerida (Aswani et al., 2012; Forst, 2009; Haines-Young & Potschin, 2011; Sandersen et al., 2013).

GESTÃO BASEADA EM ECOSSISTEMAS

Práticas de gestão baseadas na transposição da abordagem disciplinar, fragmentadora e positivista da produção de conhecimento, têm se mostrado ineficientes para garantir a integridade dos ecossistemas naturais e manter seus SE (Arkema, Abramson & Dewsbury, 2006; Curtin & Prellezo, 2010; Mcleod &

Leslie, 2009; Rosenberg & Mcleod, 2005). Como exemplo, tem-se que ações tradicionais de manejo ambiental focam, majoritariamente, uma espécie-alvo (Dereynier, Levin & Shoji, 2010; Leslie & Mcleod, 2007), desconsiderando as interações ecológicas entre as espécies e com o ser humano e os aspectos socioeconômicos e culturais associados (Mcleod & Leslie, 2009).

Desde a década de 1930, reconhece-se o desejo de se implantar ações de manejo que ampliassem o escopo de atuação, em contraposição ao manejo de uma espécie de interesse (Grumbine, 1994). Entretanto, só a partir da década de 1970 as discussões de se implantar o ecossistema como unidade básica de gestão ganharam força (Cheong, 2008; Curtin & Prellezo, 2010; Grumbine, 1994; Leslie & Mcleod, 2007), passando a abordagem ecossistêmica a ser aplicada à gestão de recursos naturais.

Em sua aplicação, duas linhas podem ser diferenciadas. Enquanto algumas iniciativas focam nos SE, comumente priorizando a gestão de um serviço e de um setor que se beneficia desses (Halpern et al., 2008b), outra tem uma abordagem mais ampla, inserindo o próprio ecossistema e seus componentes e processos no cerne da gestão, configurando a Gestão Baseada em Ecossistemas (GBE).

A contribuição da GBE é focar a manutenção, a longo prazo, da capacidade dos ecossistemas em prover múltiplos SE, de modo que todos os setores que se beneficiam de alguma forma desses serviços devem, em conjunto, analisar de que forma suas atividades cumulativamente afetam (direta ou indiretamente) a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas que os sustentam (Leslie & Mcleod, 2007). Com base em revisão teó-

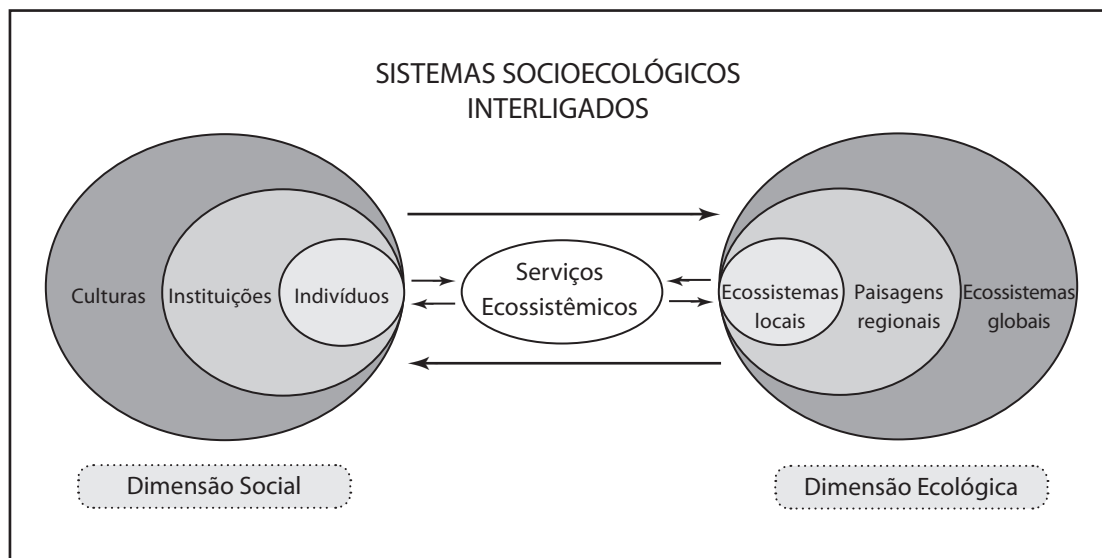
rica sobre GBE, Long, Charles e Stephenson (2015) propuseram que:

“A gestão baseada em ecossistemas é uma abordagem interdisciplinar que incorpora, de forma balanceada, princípios ecológicos, sociais e de governança em escalas espaço-temporais apropriadas, aplicando-os a uma área geográfica específica, com o intuito de promover o uso sustentável dos recursos existentes. O conhecimento científico e o monitoramento são aplicados para se reconhecer as conexões, a integridade e a biodiversidade de um ecossistema, bem como sua dinâmica natural e incertezas associadas. A GBE reconhece a conexão dos sistemas social e ecológico e busca envolver os *stakeholders* em um processo de gestão integrado e adaptativo, no qual as decisões refletem escolhas sociais” (Long, Charles & Stephenson, 2015, p. 59 – tradução dos autores).

Por mais que não sejam o foco da GBE, os SE são a representação dos benefícios que um ecossistema saudável e funcional promove à sociedade e podem ser utilizados como ferramenta de comunicação na gestão (Granek et al., 2010). Promover GBE implica conhecer as interações ecológicas e os processos físico-químicos que sustentam a existência dos SE e como são impactados por ações humanas. Nesse sentido, a GBE baseia-se nas conexões entre interações ecológicas e atividades humanas, ou sistemas socioecológicos interligados (Mcleod & Leslie, 2009), sendo os SE a conexão-chave entre as dimensões social e ecológica (Figura 1).

A GBE é especialmente relevante na gestão de ambientes marinhos. Ao se comparar os princípios norteadores do GCI e da GBE, é possível notar princípios comuns (Arkema,

FIGURA 1



Interações entre as dimensões sociais e ecológicas acontecem em diversas escalas geográficas e organizacionais, criando sistemas socioecológicos interligados. Os serviços ecosistêmicos representam a conexão-chave entre as dimensões e são afetados tanto por fatores ecológicos quanto sociais. Fonte: adaptado de Mcleod & Leslie (2009)

Abramson & Dewsbury, 2006; Forst, 2009; Haines-Young & Potschin, 2011; Sandersen et al., 2013), com destaque à busca por uma gestão participativa, que integre os diferentes conhecimentos. A principal diferença entre as duas abordagens reside no fato de o GCI focar a resolução de problemas e a GBE, a manutenção da qualidade dos ecossistemas (Mcleod & Leslie, 2009). Apesar disso, esses modelos de gestão devem ser vistos como complementares (Aswani et al., 2012; Sandersen et al., 2013), uma vez que, enquanto o primeiro abarca as complexidades institucionais e de múltiplos usuários do GCI (Aswani et al., 2012; Forst, 2009; Sandersen et al., 2013), o segundo agrega a complexidade ambiental ao foco da gestão, resultando em um arranjo que pode mais facilmente lidar com a complexidade dos ecossistemas marinhos. Ambos demandam conhecimentos específicos e remetem ao papel da ciência, considerando não apenas a resolução de pro-

blemas, mas principalmente o planejamento do uso e da ocupação do espaço marinho.

PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO

O Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um modelo originário de experiências relacionadas ao estabelecimento de áreas de proteção, da década de 1970 (Javier, 2014). Ele propõe uma organização do espaço marinho por meio do estabelecimento de zonas que definem a distribuição espacial e temporal das atividades humanas a fim de promover tanto a realização de atividades humanas como a proteção dos ecossistemas (Ehler & Douvère, 2009).

O PEM compartilha dos enfoques adaptativo, integrativo e participativo do GCI e se aproxima da GBE ao focar a qualidade e a sustentabilidade dos ecossistemas, baseadas em um planejamento estratégico e preventivo de longo prazo (Ehler & Douvère, 2009),

considerando os efeitos cumulativos e sinérgicos das múltiplas atividades que afetam as regiões marinhas (Halpern et al., 2008b).

Um outro aspecto evidenciado no PEM é sua caracterização como um processo público que busca mediar tanto conflitos entre usuários de recursos como entre usos e a conservação do ambiente por meio de um processo político (Ehler & Douvere, 2009). Dessa forma, reconhece a complexidade legal, política, econômica e ecológica da governança (Ehler & Douvere, 2009) e evidencia a necessidade de se congregarem os diferentes setores interessados na exploração das áreas marinhas em uma arena de discussão para a tomada de decisão.

O PEM se difundiu e tem sido aplicado em várias regiões do mundo (Ehler & Douvere, 2009). Ele pode ser visto como um instrumento para aplicação combinada dos princípios do GCI e também da GBE, que compartilha da mesma necessidade de um conhecimento integrado que faça frente à complexidade dos problemas que busca enfrentar.

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR

A Pesquisa Científica Interdisciplinar (PCI) é a base para a implementação dos princípios preconizados pelo GCI, GBE e PEM, uma vez que integra diversas áreas do conhecimento na formulação de um entendimento comum dos complexos problemas ambientais (Bremer & Glavovic, 2013b; Cheong, 2008; Turner, 2000). Ela surge da necessidade de resolver problemas socioambientais, aproximando ciências naturais, sociais e processos de tomada de decisão, de explorar problemas

básicos de pesquisa e de desenvolver novas tecnologias nas interfaces das diferentes disciplinas (CFIR, 2005).

O desenvolvimento de PCI é especialmente relevante quando se considera a multiplicidade do ambiente marinho. Ao longo de sua história, a oceanografia, que se iniciou como o estudo das variáveis geofísicas e químicas dos oceanos (século XIX), incorporou aspectos biológicos (século XX) e enfrenta atualmente o desafio de incluir as ciências sociais em seus estudos, desenvolvendo uma nova faceta, a oceanografia humana ou social (Moura, 2017).

Embora tenha havido um aumento mundial de PCI nas últimas décadas, ela ainda enfrenta muitos desafios, como problemas de comunicação devido à falta de padronização de linguagem entre as disciplinas, dificuldades em trabalhar em grupo, resistência por parte dos pares acadêmicos, dificuldades em se encaixar e se reconhecer na estrutura departamental clássica das universidades, barreiras institucionais relacionadas a incentivos e financiamento, dificuldades de avaliação das pesquisas interdisciplinares, dificuldades em publicar trabalhos interdisciplinares, além de demorar mais para ter impacto acadêmico, e acumular citações, do que pesquisas disciplinares (Brewer, 1999; CFIR, 2005; Ledford, 2015; Lyall & Meagher, 2007; Nightingale & Scott, 2007; Rylance, 2015; Scott, 2007; Van Noorden, 2015).

Parte dessas dificuldades advém do fato de que a PCI não acontece automaticamente a partir da junção de diversas disciplinas sob um mesmo objetivo de pesquisa (Lyall & Meagher, 2007; Tait & Lyall, 2007). A PCI demanda habilidades distintas da pesquisa disciplinar, tanto formais, tratando-se de aprender novos conteúdos de uma

área de conhecimento inédita (GRC, 2016), quanto informais, como flexibilidade, adaptabilidade, curiosidade e criatividade para trabalhar em grupo e lidar com opiniões divergentes (Tait & Lyall, 2007), demandando um esforço maior por parte de coordenadores de equipes interdisciplinares (Lyall & Meagher, 2007; Tait & Lyall, 2007).

Adicionalmente, estudos interdisciplinares são geralmente mais complexos e custosos, envolvendo mais recursos humanos e demandando mais tempo para chegar a um entendimento comum sobre os problemas a serem estudados e às respostas a eles (Ambrizzi, Lacerda & Dutra, 2017; Brewer, 1999; CFIR, 2005; GRC, 2016; Nightingale & Scott, 2007).

A NECESSIDADE DE INTEGRAR A PESQUISA CIENTÍFICA À GESTÃO

As abordagens descritas anteriormente convocam a uma maior integração na interface ciência-gestão, que vem se mostrando como um elemento-chave para a governança ambiental (Bremer & Glavovic, 2013a; Van Den Hove, 2007), e pode ser definida como “um processo social que envolve relações entre cientistas e outros atores no processo de gestão, permitindo trocas, coevolução e construção conjunta de conhecimentos, com o objetivo de enriquecer o processo de tomada de decisão” (Van Den Hove, 2007, p. 824).

No ambiente marinho, essa relação é de grande importância para qualificar a gestão (Cheong, 2008; Mcfadden, 2007), sendo recomendado que aconteça o quanto antes. Contudo, tal relação ainda é incipiente, caracterizando um hiato entre a ciência oceano-gráfica e a gestão costeira (Cheong, 2008;

Cicin-Sain & Knecht, 1998; Van Koningsveld, Davidson & Huntley, 2005).

O distanciamento ocorre principalmente em razão de diferenças de cultura, pontos de vista e comportamento entre cientistas e gestores (Cash et al., 2003; Cicin-Sain & Knecht, 1998). Por um lado, cientistas frequentemente frustram-se por seus conhecimentos não serem efetivamente implementados, pensam a longo prazo, com o objetivo de enriquecer o entendimento de uma determinada área (Cheong, 2008; Cicin-Sain & Knecht, 1998; Van Koningsveld, Davidson & Huntley, 2005). Já os gestores têm dificuldade em aplicar o conhecimento científico, pensam geralmente em curto prazo focando problemas imediatos e esperam respostas claras e assertivas da ciência (Cicin-Sain & Knecht, 1998; Van Koningsveld, Davidson & Huntley, 2005).

Uma forma de exercitar essa interface é criar os arranjos institucionais adequados para promover oportunidades para a interação entre os diferentes atores (Nurse-Bray et al., 2014; Wolters et al., 2016), como espaços de convivência como fóruns, conselhos consultivos ou através de *workshops* e reuniões regulares (Cicin-Sain & Knecht, 1998). Outra estratégia é a elaboração de “produtos-fronteira”, que favorecem a coprodução e divulgação do conhecimento, como modelos, cenários e relatórios de avaliação (Cash et al., 2003), com linguagem acessível aos tomadores de decisão e ao público leigo (Arkema, Abramson & Dewsbury, 2006; Cash et al., 2003; Cicin-Sain & Knecht, 1998; Wolters et al., 2016).

Diversas “instituições-fronteira” produzem relatórios de avaliação que fortalecem a interface ciência-gestão, como o Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas, a Avaliação Ecológica do Milênio

(MEA, na sigla em inglês) e a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (Turra, no prelo). Com relação à avaliação dos ambientes marinhos e costeiros, foi criado em 2004 um Processo Regular com o objetivo de revisar os aspectos ambientais, sociais e econômicos dos oceanos e mares em escala mundial (Unwoa, 2016). O “Processo Regular para Avaliação dos Ambientes Marinhos, incluindo Aspectos Socioeconômicos” foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e busca responder a questões como qual o estado dos oceanos e quais as tendências futuras, quais são e como se distribuem seus benefícios e quais as principais ameaças.

Todo o esforço de elaborar “produtos-fronteira” com linguagem adequada, no entanto, pode ser em vão se o conhecimento produzido não dialogar com as demandas sociais (Cash et al., 2003; Nursey-Bray et al., 2014; Wolters et al., 2016). Tal fato chama atenção a um novo modelo de desenvolvimento de pesquisas baseadas em demandas sociais e realizadas de forma integrada e participativa com usuários finais do conhecimento, em um processo que transcende as divisões disciplinares da ciência e modifica a própria forma de fazê-la.

CIÊNCIA PÓS-NORMAL

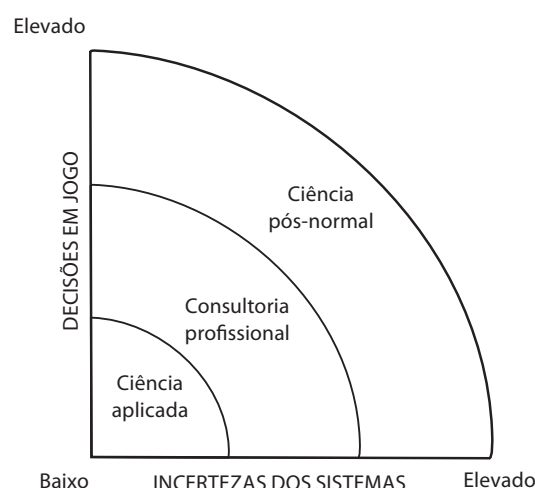
A Ciência Pós-Normal (CPN) transcende a “ciência normal” na medida em que visa à resolução de problemas que não são normalmente equacionados pelo conhecimento produzido de forma clássica, sendo aplicada em situações em que as incertezas do sistema são muito altas e as decisões em jogo refletem ideias conflitantes entre os tomadores de decisão (Funtowicz & Ravetz, 1993) (Figura 2).

Inicialmente, a CPN foi descrita como estratégia de resolução de problemas principalmente relacionados a políticas de avaliação de risco e meio ambiente (Funtowicz & Ravetz, 1993; Ravetz, 2006). Atualmente, muitas outras questões podem ser abordadas a partir da perspectiva da CPN, como mudanças climáticas globais, problemas de saúde pública (Giatti, 2015), sustentabilidade (Ravetz, 2006) e gestão costeira (Bremer, 2013; Udoviyk & Gilek, 2014).

Na abordagem da CPN, reconhece-se que os especialistas são frequentemente incapazes de apresentar soluções conclusivas frente a problemas complexos. Assim, propõe-se que o diálogo seja expandido a pessoas de fora da área específica da qual o problema é criado,

FIGURA 2

Gráfico explicativo da ciência pós-normal



O eixo horizontal corresponde a diferentes classes de incertezas de um dado sistema (técnicas, metodológicas, epistemológicas ou éticas). Já o eixo vertical relaciona as práticas do universo político. Por decisões em jogo entendem-se custos, benefícios, interesses e compromissos, de qualquer natureza, dos vários grupos de interesse envolvidos no tema em questão. Configuram-se, assim, três estratégias distintas de resolução de problemas: “ciência aplicada”, “consultoria profissional” e “ciência pós-normal”. Fonte: adaptado de Funtowicz & Ravetz (1997)

percebido ou estudado (Funtowicz & Ravetz, 1997). Desse modo, os novos participantes enriquecem as comunidades tradicionais de pares, gerando as comunidades ampliadas de pares, indispensáveis à transmissão de habilidades e à garantia da qualidade dos resultados. Assim, esse novo tipo de prática coloca em perspectiva uma nova meta, mais democrática e humanista, para a ciência e a tecnologia (Funtowicz & Ravetz, 1993, 1997).

A CPN não pretende substituir as formas tradicionais de ciência, pelo contrário, é uma estratégia complementar à ciência aplicada e à consultoria profissional (Funtowicz & Ravetz, 1997). Todos esses elementos têm seu espaço na interface entre ciência e gestão, que é mediada pelos objetivos do emprego do conhecimento e pela transição de uma pesquisa disciplinar para uma pesquisa interdisciplinar (Figura 3).

CAMINHOS DA PESQUISA OCEANOGRÁFICA

Os referenciais descritos refletem uma nova maneira de produzir ciência, entender os ecossistemas marinhos e praticar a gestão a partir de uma abordagem mais integrada, participativa e democrática. Apesar de ainda haver desafios a superar na busca pela sustentabilidade dos mares e oceanos, vários passos já foram dados em sua direção.

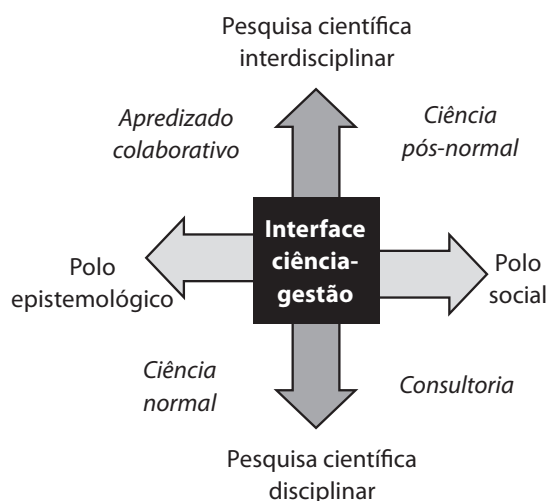
Os modelos de gestão estão postos e têm sido praticados em vários contextos ao redor do mundo, apesar das barreiras encontradas. No cenário nacional, uma das principais barreiras é o investimento na formação de recursos humanos e promoção da interdisciplinaridade na ciência, um ponto-chave para a implementação dos modelos de gestão dominantes.

A PCI, mesmo com todas as dificuldades inerentes à sua coordenação e demanda de tempo e recursos, vem sendo cada vez mais estimulada e desenvolvida (CFIR, 2005; Van Noorden, 2015). Apesar disso, ainda há um longo caminho entre gerar e aplicar o conhecimento. Esse caminho passará, necessariamente, por uma reforma dentro das universidades e instituições de fomento à pesquisa (Cicin-Sain & Knecht, 1998a; CFIR, 2005).

Como citado, estudos interdisciplinares são geralmente mais complexos e custosos, o que é ainda mais evidente nas regiões

FIGURA 3

Mapa da interface ciência-gestão



A interface é mediada por duas escalas: grau de integração do conhecimento (eixo vertical) e os objetivos do emprego do conhecimento (eixo horizontal). O eixo vertical representa um contínuo com as diversas formas de integração do conhecimento, iniciando-se com a pesquisa disciplinar (restrita aos cientistas) e voltando-se para uma pesquisa interdisciplinar que agrega diferentes disciplinas e sistemas de conhecimento, incluindo a sua coprodução. O eixo horizontal varia do polo epistemológico, no qual se faz “ciência pela ciência”, ao polo social, no qual a pesquisa científica é contextualizada e produzida a serviço da sociedade. Combinações diferentes de integração e motivação da pesquisa resultam nas diferentes formas de se gerar o conhecimento: ciência normal, consultoria, aprendizado colaborativo ou ciência pós-normal. Fonte: adaptado de Blanchard & Bremer (2013a)

costeiras e oceânicas, que demandam equipamentos e técnicas específicas para a obtenção, processamento e compartilhamento dos dados (Curtin & Prellezo, 2010; Tallis et al., 2010; UN, 2016). Assim, é necessário atrelar o desenvolvimento da PCI oceanográfica a políticas que garantam seu financiamento a longo prazo e a mudanças nas agências de fomento à pesquisa que levem a um maior direcionamento ao desenvolvimento de PCI, com programas de formação mais interdisciplinares e propostas de novas métricas para seleção e avaliação de projetos integrados (CFIR, 2005; GRC, 2016; Lyall et al., 2013; Lyall & Meagher, 2007; Nightingale; Scott, 2007; Trevisol, Medeiros & Giannini, 2017).

Nesse sentido, entende-se que a busca da sustentabilidade dos oceanos passa necessariamente por uma evolução no sistema de ciência e tecnologia do país, de forma que as diferentes instituições e atores garantam as condições necessárias para a produção de conhecimento relevante para a tomada de decisão. Tanto aspectos relacionados ao

fomento à pesquisa quanto questões comportamentais necessitam adaptar-se às novas demandas da sociedade de forma a possibilitar a emergência de informações, conhecimentos e relações institucionais voltadas ao aprimoramento da tomada de decisão.

A importância da PCI remete a diferentes fases do processo de tomada de decisão, desde o planejamento até a implementação e avaliação de políticas, com base em indicadores desenvolvidos conjuntamente no processo de diálogo entre ciência e gestão. Em todas essas fases é evidente a necessidade de informações sobre o estado do ambiente, considerando os aspectos físico, biótico e socioeconômico, os quais devem representar séries temporais de longa duração. Essa é uma grande lacuna na pesquisa oceanográfica latino-americana (Turra et al., 2013), que depende de uma visão estruturada de políticas de Estado para zelar pela qualidade ao mesmo tempo em que permite uma exploração equilibrada dos bens e serviços providos pela zona costeira e pelos oceanos.

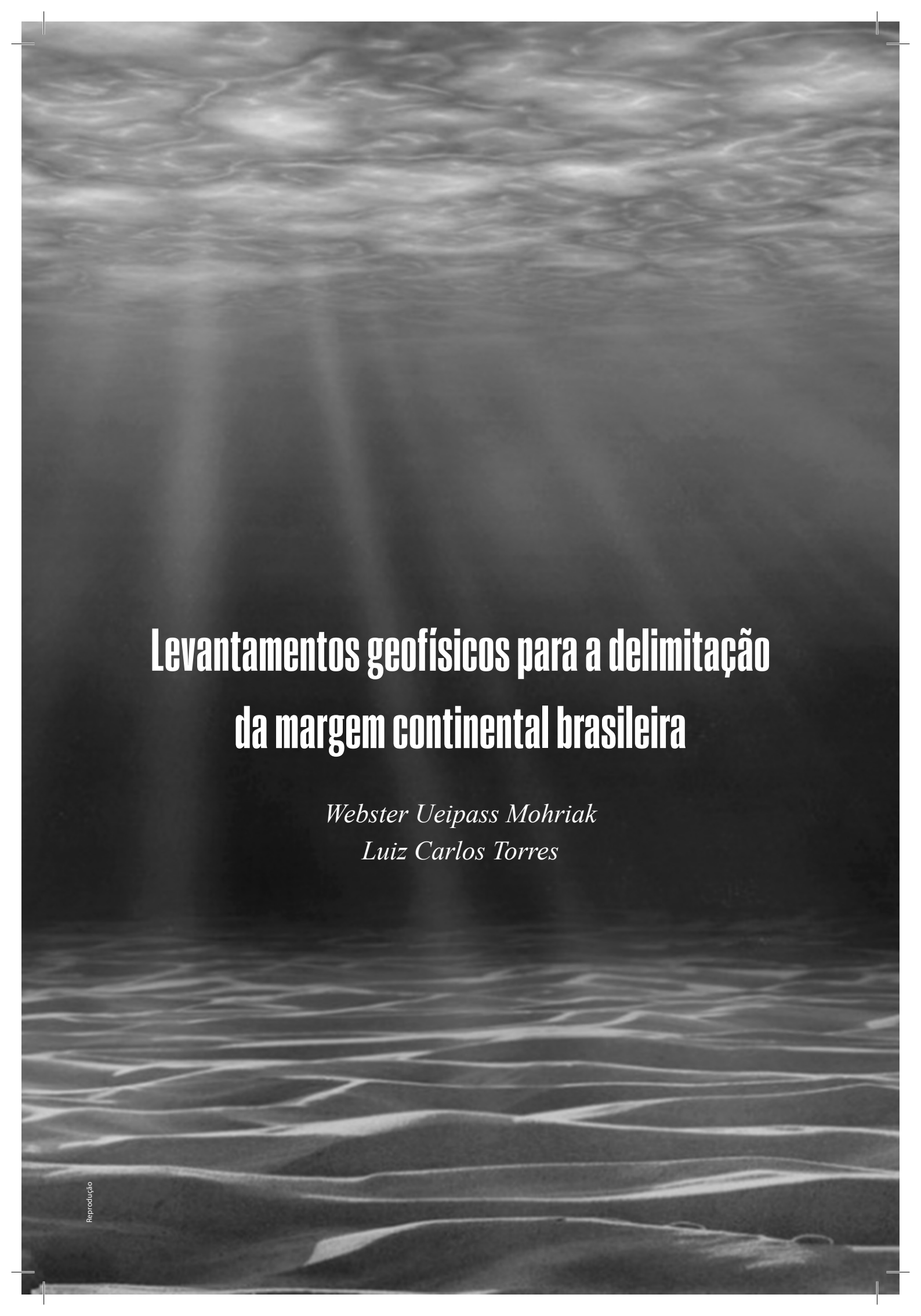
BIBLIOGRAFIA

- AMBRIZZI, T.; LACERDA, C. B.; DUTRA, L. M. M. "Construção de Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar e o Exemplo Incline", in A. Phillip Jr.; V. Fernandes; R. C. S. Pacheco (eds.). *Ensino, Pesquisa e Inovação: Desenvolvendo a Interdisciplinaridade*. Barueri, Manole, 2017, pp. 517-32.
- ARKEMA, K. K.; ABRAMSON, S. C.; DEWSBURY, B. M. "Marine Ecosystem-Based Management: From Characterization to Implementation", in *Frontiers in Ecology and the Environment*, v. 4, n. 10, 2006, pp. 525-32.
- ASMUS, M. L. et al. "Gestão Costeira no Brasil: Instrumentos, Fragilidades e Potencialidades", in *Gestão Costeira Integrada*, v. 5, p. 52-7, 2006.

- ASWANI, S. et al. "The Way Forward with Ecosystem-Based Management in Tropical Contexts: Reconciling with Existing Management Systems", in *Marine Policy*, v. 36, n. 1, jan./2012, pp. 1-10.
- BARRAGÁN, J. M. *Políticas, Gestão e Litoral: Uma Nova Visão da Gestão Integrada de Áreas Litorais*. 1a ed. Madrid, Editorial Tebar Flores, 2016.
- BLANCHARD, A.; BREMER, S. "Reflexively Mapping the Science – Policy Interface for Coastal Zones", in E. Moksness; E. Dahl; J. Stottrup (eds.). *Global Challenges in Integrated Coastal Zone Management*. 1a ed. John Wiley & Sons, 2013, pp. 206-17.
- BREMER, S. "Framing a Post-Normal Science-Policy Interface for Coastal Zone Management", in E. Moksness; E. Dahl; J. Stottrup (eds.). *Global Challenges in Integrated Coastal Zone Management*. 1a ed. John Wiley & Sons, 2013, pp. 179-91.
- BREMER, S.; GLAVOVIC, B. "Mobilizing Knowledge for Coastal Governance: Re-Framing the Science-Policy Interface for Integrated Coastal Management", in *Coastal Management*, v. 41, n. 1, 2013a, pp. 39-56.
- _____. "Exploring the Science-Policy Interface for Integrated Coastal Management in New Zealand", in *Ocean & Coastal Management*, v. 84, nov./2013b, pp. 107-18.
- BREWER, G. D. "The Challenges of Interdisciplinarity", in *Policy Sciences*, v. 32, n. 4, 1999, pp. 327-37.
- CASH, D. W. et al. "Knowledge Systems for Sustainable Development", in *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 100, n. 14, 2003, pp. 8.086-91.
- CHEONG, S.-M. "A New Direction in Coastal Management", in *Marine Policy*, v. 32, n. 6, nov./2008, pp. 1.090-3.
- CICIN-SAIN, B.; KNECHT, R. W. *Integrated Coastal and Ocean Management: Concepts and Practices*. Washington DC/Covelo/California, Island Press, 1998.
- COMMITTEE ON FACILITATING INTERDISCIPLINARY RESEARCH (CFIR). *Facilitating Interdisciplinary Research Public Policy*. Washington D.C., The National Academies Press, 2005.
- CURTIN, R.; PRELLEZO, R. "Understanding Marine Ecosystem Based Management: A Literature Review", in *Marine Policy*, v. 34, n. 5, set./2010, pp. 821-30.
- DEREYNIER, Y. L.; LEVIN, P. S.; SHOJI, N. L. "Bringing Stakeholders, Scientists, and Managers Together Through an Integrated Ecosystem Assessment Process", in *Marine Policy*, v. 34, n. 3, maio/2010, pp. 534-40.
- EHLER, C.; DOUVERE, F. *Marine Spatial Planning: A Step-by-Step Approach*. Intergover ed. Paris, Unesco, 2009.
- FORST, M. F. "The Convergence of Integrated Coastal Zone Management and the Ecosystems Approach", in *Ocean & Coastal Management*, v. 52, n. 6, jun./2009, pp. 294-306.
- FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. "Science for the Post-Normal Age", in *Futures*, v. 25, n. 7, set./1993, pp. 739-55.
- _____. "Ciência Pós-Normal e Comunidades Ampliadas de Pares Face aos Desafios Ambientais", in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 4, n. 2, 1997, pp. 219-30.
- GESAMP. *The Contribution of Science to Coastal Zone Management*. Rome, 1996.
- GIATTI, L. L. *O Paradigma da Ciência Pós-Normal: Participação Social na Produção de Saberes e na Governança Socioambiental e da Saúde*. São Paulo, Annablume, 2015.
- GRANEK, E. F. et al. "Ecosystem Services As a Common Language for Coastal Ecosystem-Based Management", in *Conservation Biology: The Journal of the Society for Conservation Biology*, v. 24, n. 1, 2010, pp. 207-16.

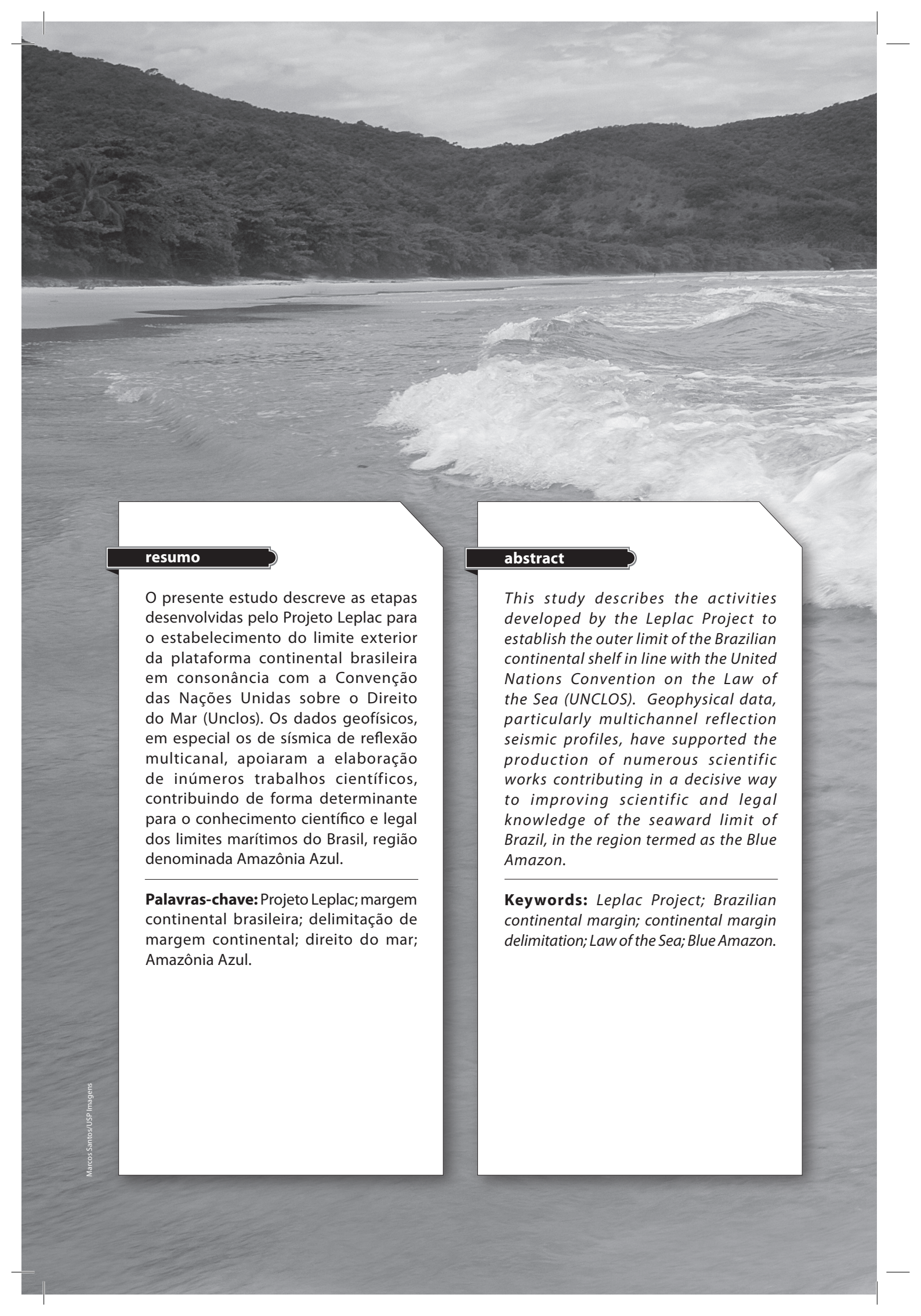
- GRC - GLOBAL RESEARCH COUNCIL. *Statement of Principles on Interdisciplinarity*, 2016.
- GRUMBINE, R. E. "What Is Ecosystem Management?", in *Conservation Biology*, v. 8, n. 1, 1994, pp. 27-38.
- HAINES-YOUNG, R.; POTSCHIN, M. "Integrated Coastal Zone Management and the Ecosystem Approach", in *Deliverable D2.1, PEGASO Grant agreement no: 244170*, v. *CEM Workin*, n. 7, 2011, pp. 1-19.
- HALPERN, B. S. et al. "A Global Map of Human Impact on marine Ecosystems", in *Science, New Series*, v. 319, n. 5.865, 2008a, pp. 948-52.
- _____. "Managing for Cumulative Impacts in Ecosystem-Based Management Through Ocean Zoning", in *Ocean & Coastal Management*, v. 51, n. 3, 2008b, pp. 203-11.
- JAVIER, G. S. "The Scope of Marine Spatial Planning and Integrated Coastal Zone Management: New Challenges for the Future", in *Journal of Coastal Development*, v. 17, n. 2, 2014, p. e109.
- LEDFORD, B. Y. H. "Team Science", in *Nature*, v. 525, 2015, pp. 308-11.
- LESLIE, H. M.; MCLEOD, K. L. "Confronting the Challenges of Implementing Marine Ecosystem-Based Management", in *Frontiers in Ecology and the Environment*, v. 5, n. 10, 2007, pp. 540-8.
- LONG, R. D.; CHARLES, A.; STEPHENSON, R. L. "Key Principles of Marine Ecosystem-Based Management", in *Marine Policy*, v. 57, jul./2015, pp. 53-60.
- LYALL, C. et al. "The Role of Funding Agencies in Creating Interdisciplinary Knowledge", in *Science and Public Policy*, v. 40, 2013, pp. 62-71.
- LYALL, C.; MEAGHER, L. A. *Short Guide to Building and Managing Interdisciplinary Research Teams*. ISSTI Briefing Note, 3, 2007.
- MCFADDEN, L. "Governing Coastal Spaces: The Case of Disappearing Science in Integrated Coastal Zone Management", in *Coastal Management*, v. 35, n. 4, 2007, pp. 429-43.
- MCLEOD, K.; LESLIE, H. "Why Ecosystem-Based Management?", in K. L. Mcleod; H. M. Leslie (eds.). *Ecosystem Based Management for the Oceans*. Washington DC, Island Press, 2009, p. 392.
- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). "Ecosystems and Human Well-Being: Synthesis", 2005, p. 155.
- MOKSNESS, E.; DAHL, E.; STOTTRUP, J. *Global Challenges in Integrated Coastal Zone Management*. 1a ed. New Jersey, John Wiley & Sons, 2013.
- MOURA, G. G. M. *Avanços em Oceanografia Humana: O Socioambientalismo nas Ciências do Mar*. 1a ed. Jundiaí, Paco, 2017.
- NIGHTINGALE, P.; SCOTT, A. "Peer Review and the relevance Gap: Ten Suggestions for Policy-Makers", in *Science and Public Policy*, v. 34, n. 8, 2007, pp. 543-53.
- NURSEY-BRAY, M. J. et al. "Science Into Policy? Discourse, Coastal Management and Knowledge", in *Environmental Science & Policy*, v. 38, abr./2014, pp. 107-19.
- RAVETZ, J. R. "Post-Normal Science and the Complexity of Transitions Towards Sustainability", in *Ecological Complexity*, v. 3, 2006, pp. 275-84.
- ROSENBERG, A. A.; MCLEOD, K. L. "Implementing Ecosystem-Based Approaches to Management for the Conservation of Ecosystem Services", in H. I. Browman; K. I. Stergiou (eds.). *Politics and Socio-Economics of Ecosystem-Based Management of Marine Resources*, Marine Ecology Progress Series, v. 300, 2005, pp. 241-96.
- RYLANCE, R. "Global Funders to Focus on Interdisciplinarity", in *Nature*, v. 525, 2015, pp. 313-5.
- SANDERSEN, T. H. et al. "Knowledge Issues in ICZM and EBM Applied on Small Geographic Scales: Lessos from a Case Study in Risør, Norway", in E. Moksness;

- E. Dahl; J. Stottrup (eds.). *Global Challenges in Integrated Coastal Zone Management*. 1a ed. New Jersey, John Wiley & Sons, 2013, pp. 127-44.
- SCOTT, A. "Peer Review and the Relevance of Science", in *Futures*, v. 39, 2007, pp. 827-45.
- TAIT, J.; LYALL, C. "Short Guide to Developing Interdisciplinary Research Proposals", in *Futures ISSTI Briefing Note*, v. 36, n. 1, 2007.
- TALLIS, H. et al. "The Many Faces of Ecosystem-Based Management: Making the Process Work Today in Real Places", in *Marine Policy*, v. 34, n. 2, mar./2010, pp. 340-8.
- TREVISOL, J. V.; MEDEIROS, I. A. DE; GIANNINI, M. J. "A Interdisciplinaridade na Agenda Institucional do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa", in A. Phillip Jr.; V. Fernandes; R. C. S. Pacheco (eds.). *Ensino, Pesquisa e Inovação: Desenvolvendo a Interdisciplinaridade*. Barueri, Manole, 2017, pp. 120-33.
- TURNER, R. K. "Integrating Natural and Socio-Economic Science in Coastal Management", in *Journal of Marine Systems*, v. 25, 2000, pp. 447-60.
- TURRA, A. "Conservação Marinha – Histórico, Bases Conceituais e Estratégias", in R. C. Pereira; A. S. Gomes (eds.). *Ecologia Marinha*. 1a ed. Rio de Janeiro, Interciência, s.d.
- TURRA, A. et al. "Global Environmental Changes: Setting Priorities for Latin American Coastal Habitats", in *Global Change Biology*, v. 19, 2013, pp. 1.965-9.
- UDOVYK, O.; GILEK, M. "Participation and Post-Normal Science in Practice? Reality Check for Hazardous Chemicals Management in the European Marine Environment", in *Futures*, v. 63, 2014, pp. 15-25.
- UNITED NATIONS (UN). "Summary of the First Global Integrated Marine Assessment". [s.l.: s.n.].
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). "Rio Declaration on Environment and Development", 1992.
- UNITED NATIONS WORLD OCEAN ASSESSMENT (UNWOA). "Regular Process for Global Reporting and Assessment of the State of the Marine Environment Including Socioeconomic Aspects". Disponível em: <http://www.worldoceanassessment.org/>. Acesso em: 9/1/2016.
- VAN DEN HOVE, S. "A Rationale for Science-Policy Interfaces", in *Futures*, v. 39, n. 7, 2007, pp. 807-26.
- VAN KONINGSVELD, M.; DAVIDSON, M. A.; HUNTLEY, D. A. "Matching Science with Coastal Management Needs: The Search for Appropriate Coastal State Indicators", in *Journal of Coastal Research*, v. 21, n. 3, 2005, pp. 399-411.
- VAN NOORDEN, R. "Interdisciplinary Research by the Numbers: An Analysis Reveals the Extent and Impact of Research That Bridges Disciplines", in *Nature*, v. 525, 2015, pp. 306-7.
- WOLTERS, E. A. et al. "What is the Best Available Science? A Comparison of Marine Scientists, Managers, and Interest Groups in the United States", in *Ocean & Coastal Management*, v. 122, mar./2016, pp. 95-102.



Levantamentos geofísicos para a delimitação da margem continental brasileira

Webster Ueipass Mohriak
Luiz Carlos Torres



resumo

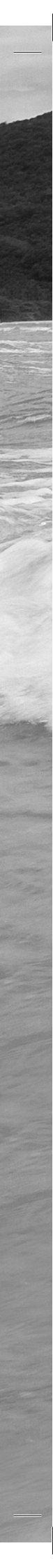
O presente estudo descreve as etapas desenvolvidas pelo Projeto Leplac para o estabelecimento do limite exterior da plataforma continental brasileira em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos). Os dados geofísicos, em especial os de sísmica de reflexão multicanal, apoiaram a elaboração de inúmeros trabalhos científicos, contribuindo de forma determinante para o conhecimento científico e legal dos limites marítimos do Brasil, região denominada Amazônia Azul.

Palavras-chave: Projeto Leplac; margem continental brasileira; delimitação de margem continental; direito do mar; Amazônia Azul.

abstract

This study describes the activities developed by the Leplac Project to establish the outer limit of the Brazilian continental shelf in line with the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). Geophysical data, particularly multichannel reflection seismic profiles, have supported the production of numerous scientific works contributing in a decisive way to improving scientific and legal knowledge of the seaward limit of Brazil, in the region termed as the Blue Amazon.

Keywords: *Leplac Project; Brazilian continental margin; continental margin delimitation; Law of the Sea; Blue Amazon.*



Apresenta-se neste trabalho de síntese uma visão geral dos levantamentos sísmicos na plataforma continental brasileira conduzidos pelo Projeto Leplac (Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira). O Leplac é um projeto nacional, legalmente instituído em 1988, e conduzido pela Cirm (Comissão Intermistrial para os Recursos do Mar), ficando a sua coordenação a cargo da Secretaria Executiva da Cirm (Secirm), da Marinha do Brasil. Dentre os executores do Leplac distinguem-se instituições nacionais, dentre as quais: Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Petrobras, Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM) e várias instituições de ensino nacionais com vocação para o mar representando a comunidade científica nacional. O objetivo fundamental do projeto é a delimitação da extensão territorial da plataforma continental do Brasil além do limite das 200 milhas da zona econômica exclusiva (ZEE) contadas a partir das

linhas de base sobre a linha de costa. Dessa forma, ao se projetar a soberania brasileira na plataforma continental, assegura-se a pesquisa científica e a exploração de recursos no fundo do mar e em subsuperfície nessa região, incluindo os recursos vivos bentônicos e os recursos minerais e petróleo que se encontram em subsuperfície.

O mar representa uma importante via de acesso entre povos de todas as partes do mundo e serve também como via de escoamento de produtos e riquezas entre países, ligando continentes. Desde a Idade Média, diversas nações, em particular no continente europeu, têm procurado estabelecer os limites de suas áreas de influência econômica e política além dos limites da linha de costa. Destaca-se o Tratado de Tordesilhas estabelecido entre Portugal e Espanha em 1494, sob o auspício da Igreja Católica, que versava

WEBSTER UEIPASS MOHRIAK é professor associado da Faculdade de Geologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

LUIZ CARLOS TORRES é consultor para Assuntos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

que as novas terras descobertas e a descobrir na região além-mar seriam possessões a serem divididas entre aqueles dois países europeus. Esse tratado contribuiu de maneira relevante para o desenvolvimento do território nacional brasileiro, estabelecendo que as terras a leste da divisão (que corresponde aproximadamente ao meridiano 50° Oeste do Meridiano Central de Greenwich) teriam o controle por Portugal. A Coroa portuguesa, na última década do século XV, subsidiou expedições marinhas para a descoberta de novos caminhos para as rotas comerciais entre os oceanos Atlântico e Índico. Em 1500, com as expedições de Pedro Álvares Cabral, que oficialmente desembarcou na costa leste da região que seria o embrião do território do Brasil, Portugal passa a dividir com a Espanha a posse das terras descobertas no Novo Mundo, particularmente no continente chamado América do Sul. Nesse contexto, a proteção contra outras nações também interessadas em colonizar as terras do Novo Mundo (como Inglaterra, Holanda, França) passou a contar com apoio de guarnições e fortificações próximas do mar para defender as fronteiras das colônias. Esse processo desenvolveu-se até meados do século XIX, quando a maior parte das colônias sul-americanas buscou a independência e a autossustentação política e econômica.

A regulamentação jurídica desse ambiente marinho nos tempos modernos fez-se necessária para acomodar os mais diversos interesses das nações e dos inúmeros agentes envolvidos. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos – United Nations Convention on The Law of the Sea) foi concebida com o propósito de preencher esse anseio. Em 27 de abril de 1958, em Genebra, foi realizada a primeira Conferência

das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. A conclusão dos trabalhos levou à adoção de quatro convenções: a) sobre o mar territorial e a zona contígua; b) o alto-mar; c) a pesca e conservação dos recursos vivos de alto-mar; e d) a plataforma continental. Os conceitos ainda não estavam devidamente consolidados, principalmente quanto à largura do mar territorial. A segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em 1960, mais uma vez em Genebra, não representou qualquer tipo de avanço relevante em relação à primeira. Para ser aceita internacionalmente pelas diversas nações, os limites precisariam estar definidos por critérios técnicos e não apenas políticos.

Em 1970 foi convocada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, com o intuito de tratar de um regime internacional equitativo sobre o fundo oceânico e seu subsolo além dos limites de jurisdição nacional, bem como de uma gama de assuntos relacionados às conferências anteriores. Após 11 sessões, a conferência foi concluída em 1982 em Montego Bay, Jamaica, com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar representando um marco de cooperação internacional para o processo de elaboração de um tratado.

As décadas de 1970 e 1980 foram fundamentais para as discussões sobre a largura do mar territorial do Brasil, que até meados do século XIX era de apenas 3 milhas além da linha de costa, tendo essa largura sido expandida para 200 milhas marítimas, acompanhando a iniciativa de vários outros países na adoção de tais valores para a faixa do mar territorial, fato que resultou em ampla repercussão interna e

externa (Silva, 2013). Em março de 1970 foi publicado o Decreto-Lei nº 1.098, no qual o governo brasileiro determinou que o “mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro”.

O Brasil depositou seu instrumento de ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos) junto ao secretário geral da Organização das Nações Unidas em 22 de dezembro de 1988, após o Congresso Nacional ter aprovado o seu texto por meio do Decreto Legislativo 5, publicado em novembro de 1987. A Constituição Federal, promulgada em 1988, já incorpora alguns conceitos constantes na Unclos, o que pode ser comprovado, por exemplo, na medida que considera como bens da União o mar territorial e os recursos naturais da zona econômica exclusiva e da plataforma continental. O diploma legal para o mar do Brasil é a Lei 8.617, de 4 de janeiro de 1993, a qual dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira, além de ter revogado o Decreto-Lei 1.098, de 25 de março de 1970, que atribuía ao Brasil mar territorial de 200 milhas. Esses limites serão discutidos no próximo item, particularmente no que concerne às nações limítrofes ao norte e ao sul do território nacional.

LIMITE LATERAL MARÍTIMO ENTRE A REGIÃO NORTE DO BRASIL E A FRANÇA

O estabelecimento do limite lateral marítimo entre a região norte da República Federativa do Brasil e a República da França

(Departamento Ultramarino da Guiana Francesa) foi celebrado quando das tratativas relativas ao Tratado de Paris, assinado em 30 de janeiro de 1981 na cidade de Paris.

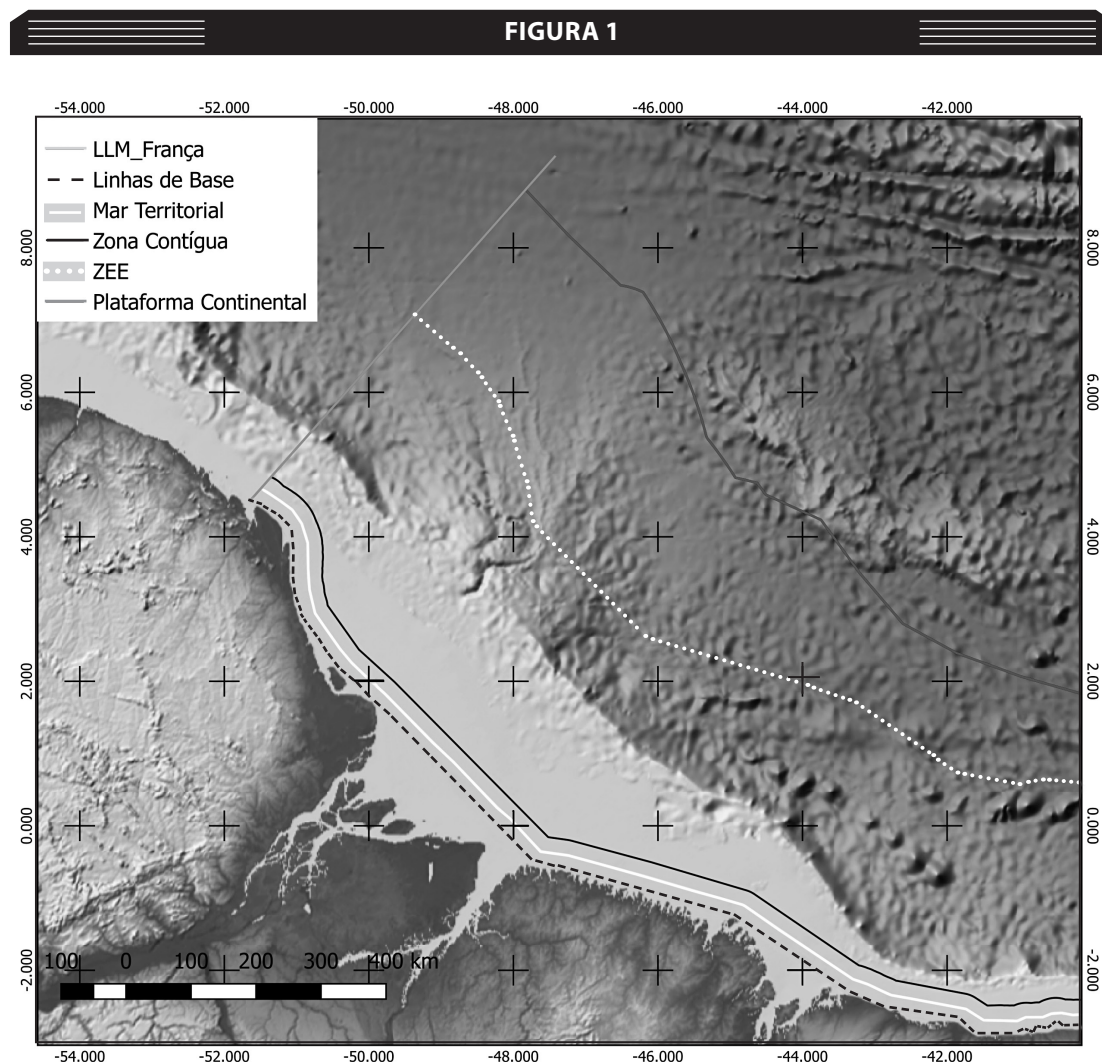
O tratado estabelecia que:

“A linha de delimitação marítima, inclusive a da plataforma continental, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, ao largo do Departamento da Guiana, fica determinada pela linha loxodrômica (segmento de reta que corta os meridianos segundo um ângulo constante) que tem o azimute verdadeiro (segmento de reta que corta os meridianos segundo um ângulo constante) de 41 graus e 30 minutos sexagesimais, partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude 4 graus, 30 minutos e 5 décimos Norte e de longitude 51 graus, 38 minutos e 2 décimos Oeste”.

Apresenta-se na Figura 1 a demarcação do limite marinho entre a Guiana Francesa (atualmente designada apenas como Guiana ou Guyane, em francês) e o território brasileiro no seu extremo norte. Observa-se que na parte continental o limite associa-se ao Rio Oiapoque, que limita os dois países, e, na parte marinha, o traçado da linha que materializa o limite lateral marítimo passa a oeste do Cabo Orange.

LIMITE LATERAL MARÍTIMO ENTRE A REGIÃO SUL DO BRASIL E O URUGUAI

O estabelecimento do limite lateral marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai ocorreu em Montevideu em 21 de julho de 1972,



Tratado de Paris - Delimitação Marítima Brasil-França (Guiana Francesa). As águas marítimas localizadas à direita do limite lateral marítimo encontram-se sob jurisdição do Brasil, ao passo que as águas localizadas à esquerda estão sob jurisdição da França

por ocasião da XXXVIII Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai. A ata final da referida conferência fixou que o limite lateral marítimo seria a linha loxodrômica de valor de azimute de 128 graus sexagesimais (a contar do Norte verdadeiro), contado a partir do Farol do Chuí, a partir da barra do Arroio Chuí, até atingir o limite exterior do mar territorial de ambos os países.

Com a entrada em vigor da Unclos, a redação do Tratado de Montevideu demandou a adequação de sua redação. Dessa forma,

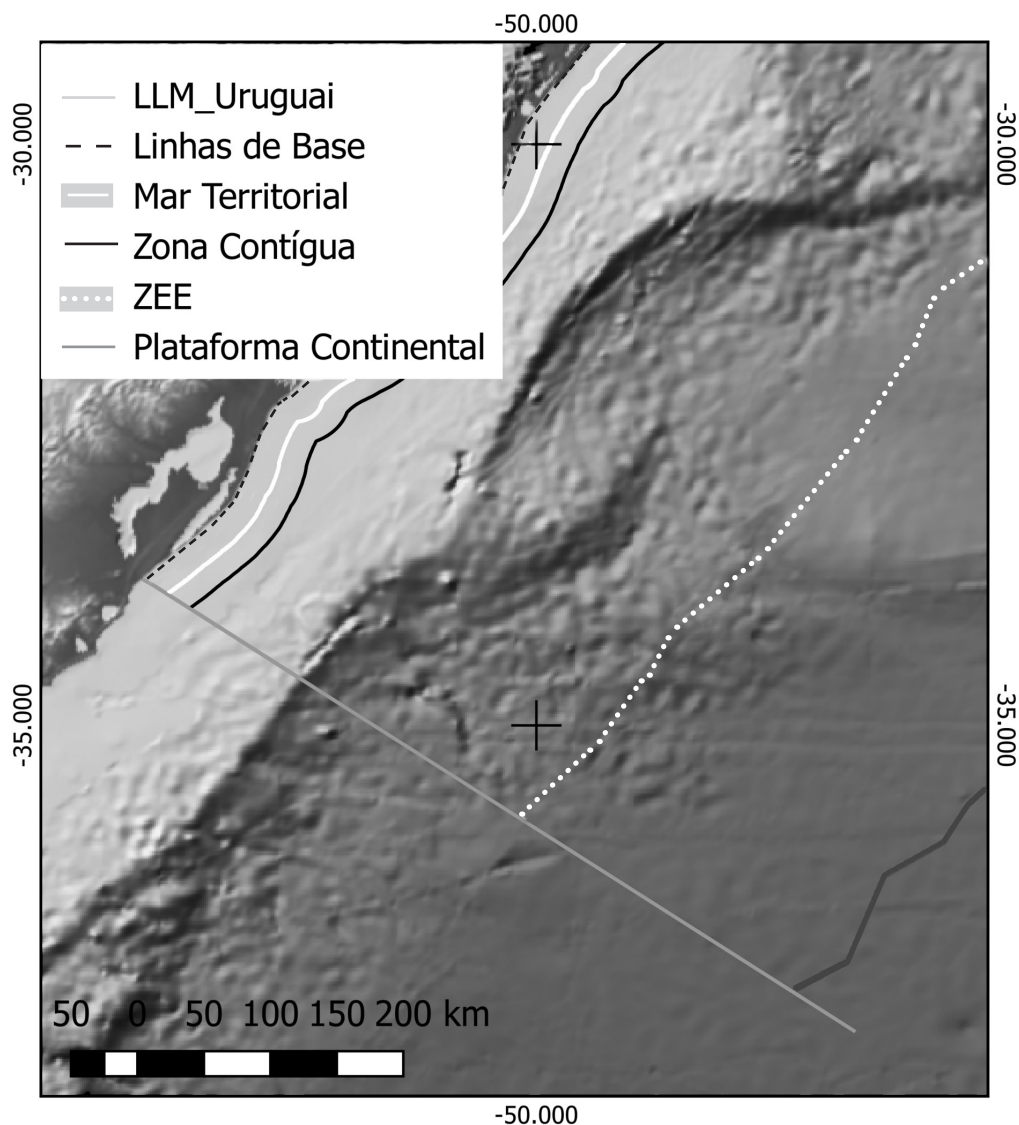
em 5 de setembro de 2006 foi atualizada ao se trocar o termo “mar territorial” por “plataforma continental”.

A Figura 2 mostra o Arroio Chuí, que separa o Brasil do Uruguai, no Atlântico Sul.

FISIOGRAFIA DA MARGEM CONTINENTAL E LINHAS DE BASE

A margem continental brasileira estende-se desde a região equatorial, que é caracterizada pelas zonas de fraturas transformantes

FIGURA 2



Arroio Chuí, localizado ao sul do estado do Rio Grande do Sul. As águas marítimas localizadas à esquerda do limite lateral marítimo encontram-se sob jurisdição do Brasil, ao passo que as águas localizadas à direita estão sob jurisdição do Uruguai

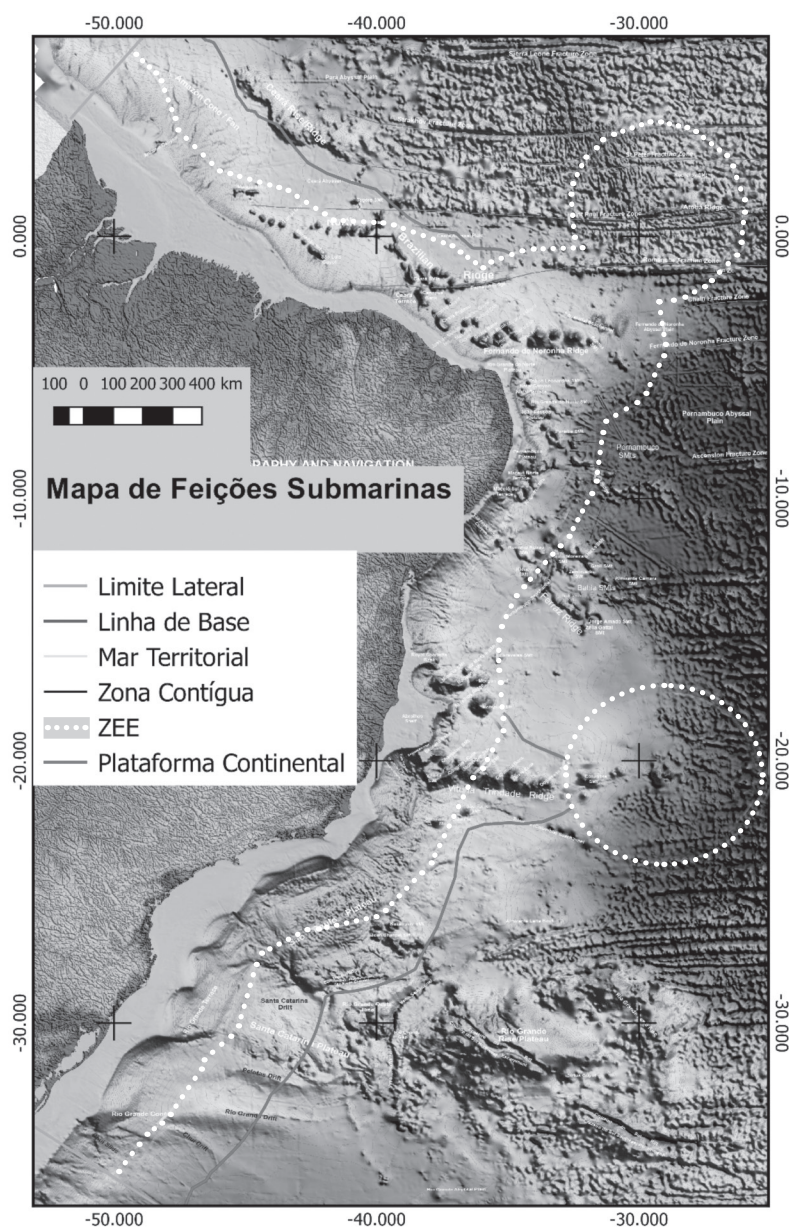
que seccionam o centro de espalhamento oceânico (Figura 3), até a região sul do Atlântico Sul, onde destacam-se o Alto do Rio Grande e a Bacia Argentina, onde são observadas batimetrias maiores que 4.000 m.

A fisiografia da margem continental pode ser compartimentalizada em diversos domínios, incluindo a plataforma, talude e terraço ou platô continental, a elevação continen-

tal e a planície abissal (Figura 4). Nesses domínios são traçados os limites das águas exteriores, o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a região de alto-mar. Os limites marítimos são definidos no assoalho oceânico a partir das linhas de base.

As linhas de base são a referência para a contagem da medição dos limites marítimos e as linhas oficiais brasileiras e encon-

FIGURA 3



Fisiografia da margem continental brasileira, demonstrando, dentre outras, as zonas de fraturas da margem equatorial que segmentam o centro de espalhamento oceânico e a elevação do Rio Grande na margem sul brasileira

tram-se publicadas no Decreto 8.400, de 4 de fevereiro de 2015. As linhas de base tratadas no citado decreto foram estabelecidas de acordo com as orientações da Unclos para servirem como base para a medição dos limites marítimos constantes na mesma Convenção. Nessa divisão

definem-se as regiões de mar territorial com soberania nacional e as regiões de alto-mar sem a soberania do país confor- tante, mas que constituem um patrimônio da humanidade. A Figura 4 apresenta os limites marítimos desde a linha de costa até a região de águas ultraprofundas.

FIGURA 4

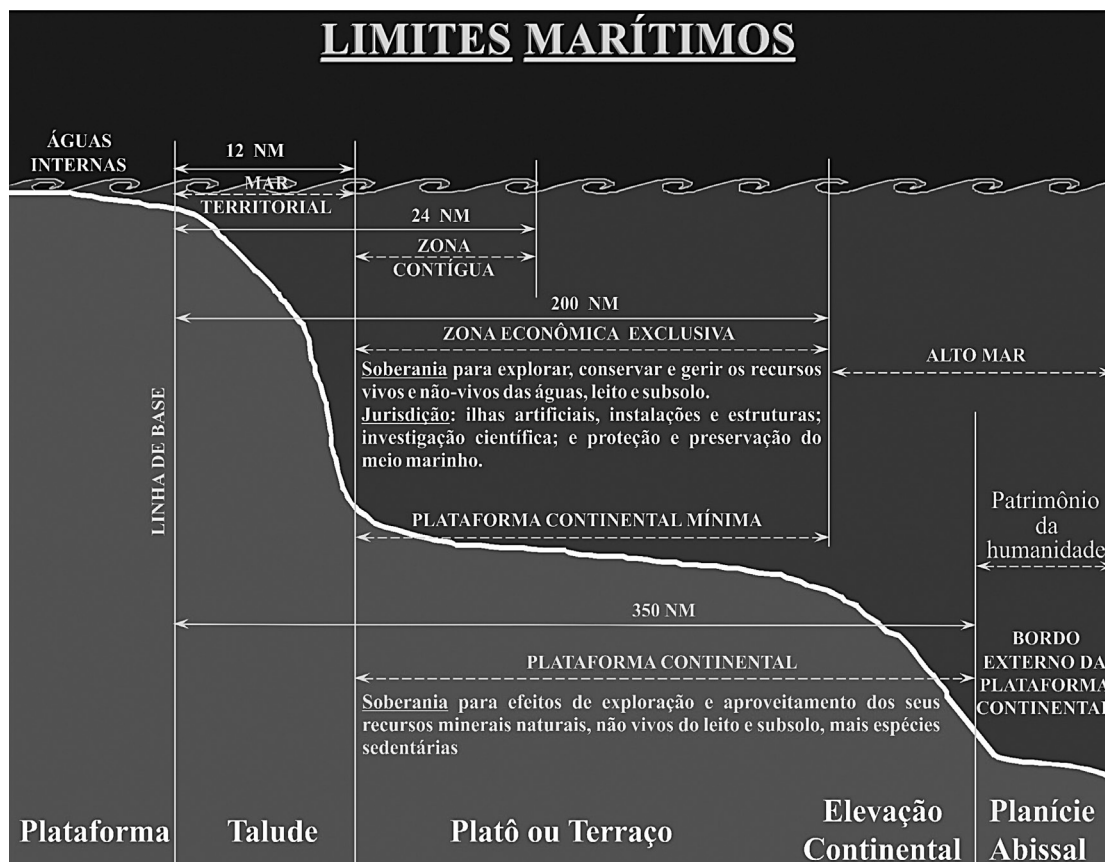


Diagrama esquemático mostrando os limites marítimos da plataforma continental com os diversos domínios fisiográficos da margem

MAR TERRITORIAL

O Brasil, conforme estabelecido na Lei 8.617/93, definiu seu mar territorial como uma faixa de 12 milhas de distância contada a partir da sua linha de base. No seu mar territorial o Brasil exerce direito de soberania sobre o espaço aéreo sobrejacente e na massa líquida, fundo do mar e subfundo, no que diz respeito à utilização dos seus recursos naturais vivos e não vivos. Dos espaços marítimos, o mar territorial é onde o Estado costeiro exerce maior intensidade de direito de soberania.

ZONA CONTÍGUA

A zona contígua, como definida na UNCLOS, corresponde a uma faixa adjacente ao mar territorial cuja distância, contada a partir das linhas de base do Estado costeiro, não ultrapasse 24 milhas. Na sua zona contígua, o Estado costeiro pode tomar as medidas de fiscalização necessárias a:

- evitar as infrações às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários no seu território ou no seu mar territorial; e
- reprimir as infrações às leis e regulamentos no seu território ou no seu mar territorial.

ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

A zona econômica exclusiva é uma faixa situada além do mar territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico estabelecido segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da Unclos. O Brasil, na sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), exerce direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos, dentre outras.

PLATAFORMA CONTINENTAL

O talude continental é uma das mais importantes províncias que ocorrem nas margens continentais (Figura 4). A partir da linha de costa em direção ao mar profundo, observa-se a ocorrência de três grandes províncias submersas na margem continental brasileira. A plataforma continental geológica corresponde a uma faixa que varia em média de 30 a 200 km de largura com as profundidades máximas variando de 70 a 200 m. O talude continental se inicia a partir da quebra da plataforma continental e vai terminar na elevação continental. A região do talude continental se caracteriza por apresentar, em geral, uma elevada inclinação em relação às demais províncias, que apresentam declividades bem mais baixas. Finalmente, observa-se a elevação continen-

tal, que se inicia ao fim do talude (designado como pé do talude) e termina nas planícies abissais que podem atingir batimetrias maiores que 4.000 m. A inclinação do substrato marinho na elevação continental é bastante reduzida, e na planície abissal é próxima de zero, sendo afetada apenas por montes submarinos.

A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

Os critérios alternativos que o Estado costeiro pode utilizar para definir o bordo externo da plataforma continental obedecem ao transcrito a seguir do Artigo 76 da Unclos:

- a) uma linha traçada de conformidade com o § 7º (distância entre dois pontos consecutivos do limite exterior não pode exceder 60 milhas), com referência aos pontos fixos mais exteriores, em cada um dos quais a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental; ou
- b) uma linha traçada de conformidade com o § 7º em referência aos pontos fixos situados a não mais de 60 milhas marítimas do pé do talude continental.

O pé do talude continental é definido na Unclos da seguinte forma: “Salvo prova em contrário, o pé do talude continental deve ser determinado como o ponto de variação máxima do gradiente na sua base”.

Porém, existem dois critérios alternativos os quais os pontos fixos que constituem a linha dos limites exteriores da plataforma continental o Estado costeiro não pode ultrapassar, quais sejam: 1) devem estar situados a uma distância que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial; e 2) devem estar a uma distância que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata (linha que une pontos de mesma profundidade) de 2.500 m.

O Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais (os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo, bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo, ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo). Os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental são independentes da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa.

Em 17 de maio de 2004 o Brasil depositou junto ao secretário-geral das Nações Unidas a sua submissão de limite exterior para a plataforma continental. A Figura 5 apresenta os traçados dos espaços marítimos brasileiros, onde estão representados: linha de base (linha de cor azul próxima da linha de costa), mar territorial (faixa compreendida entre a linha de base e a linha amarela), zona contígua (faixa compreendida entre a linha amarela e a linha magenta), zona econômica exclusiva (faixa entre a linha de base e a linha verde) e limite exterior da plataforma continental (faixa compreendida entre a linha de base e a linha vermelha).

Mais informações sobre o desenvolvimento do processo para o estabelecimento do bordo exterior da plataforma brasileira podem ser obtidas mediante consultas ao *site* da Organização das Nações Unidas: http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm.

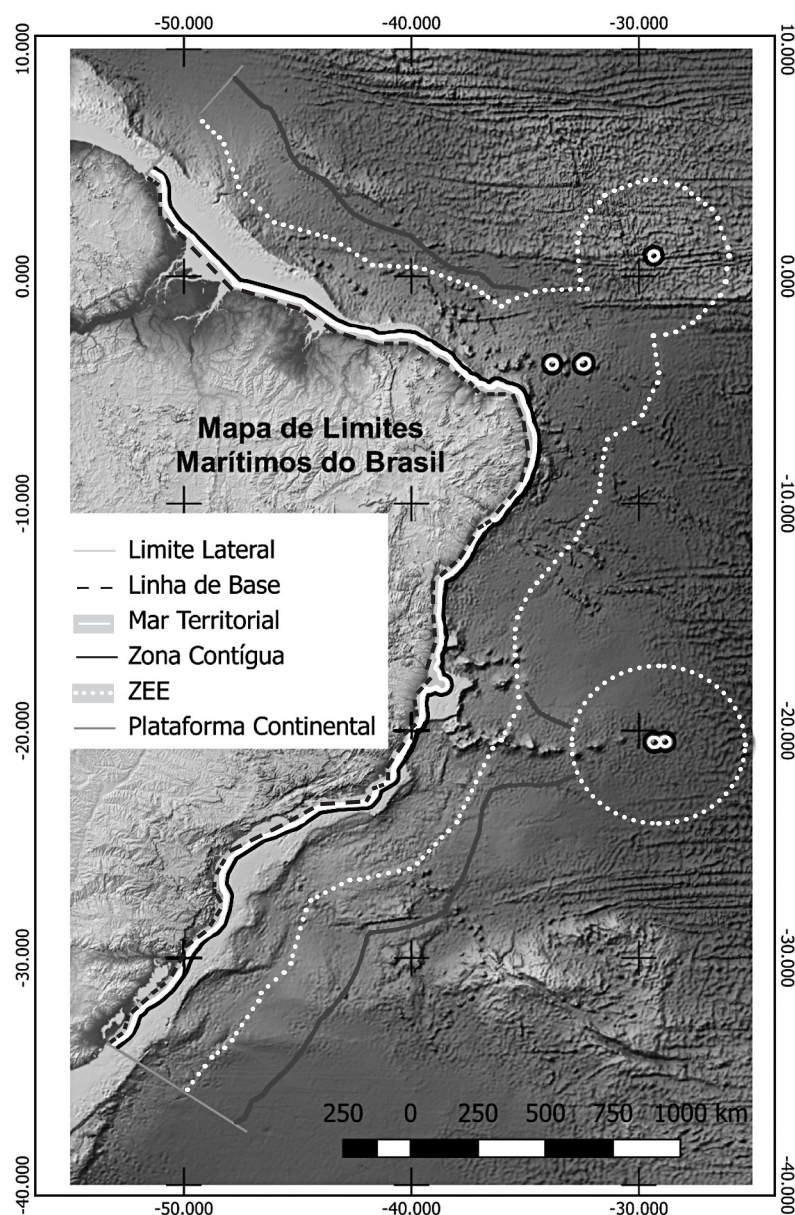
ÁREA INTERNACIONAL (ALÉM DOS LIMITES DE DIREITO DE SOBERANIA DOS ESTADOS COSTEIROS)

A porção do mar além do direito de soberania dos Estados costeiros integra o espaço marítimo denominado área internacional (ou Área) e as atividades nesse espaço devem ser regidas pelas disposições da Unclos. O princípio que rege a área internacional é o do patrimônio comum da humanidade, que estabelece que a Área e seus recursos são bens comuns da humanidade e, como consequência, nenhum Estado pode reivindicar ou exercer soberania ou direitos de soberania sobre qualquer parte da Área ou seus recursos. Todos os direitos sobre os recursos da Área pertencem à humanidade em geral, em cujo nome atuará a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (Isba, na sigla em inglês).

AMAZÔNIA AZUL

Esse termo procura de alguma forma chamar a atenção sobre o imenso espaço marítimo do Brasil, que pode ser comparado em dimensão à área da Amazônia brasileira. A última fronteira marítima do Estado brasileiro está sendo traçada, fruto do pleito da extensão dos limites da pla-

FIGURA 5



Plotagem dos espaços marítimos brasileiros de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

taforma continental que, combinada com a zona econômica exclusiva, estabelecerá os limites da imensa área conhecida como Amazônia Azul. Quando da sua conclusão, o espaço marítimo do Brasil será da ordem de 4,5 milhões de km², equivalente a mais da metade da superfície continental do país.

PROCESSO DE ESTABELECIMENTO DO LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL

A plataforma continental do Brasil encontra-se definida em consonância com a UNCLOS e tem como amparo legal a Lei nº 8.617/93.

O seu limite exterior em alguns casos se confunde com o da zona econômica exclusiva, como, por exemplo, na faixa que vai do norte do Espírito Santo até as proximidades de Sergipe. Em outras partes, como as regiões Norte e Sul, por exemplo, devido a peculiaridades no desenvolvimento da margem continental do Brasil, o limite exterior da plataforma continental está sendo obtido por meio da combinação dos parâmetros previstos na Unclos e consubstanciado por dados geofísicos coletados na margem continental.

A delimitação da plataforma continental é uma prerrogativa do Estado costeiro e é bem mais complexa que as exigidas para a delimitação do mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva quando a plataforma ultrapassar a zona econômica exclusiva. Para os últimos limites, a tarefa basicamente consiste em determinar pontos que distem, respectivamente, 12, 24 e 200 milhas contadas a partir das linhas de base (Figura 4). Uma vez determinados tais limites, o Estado deverá dar a devida publicidade, sendo que listas contendo as coordenadas dos pontos que compõem as linhas de base e dos que compõem a zona econômica exclusiva deverão ser depositadas perante o secretário das Nações Unidas.

O Estado costeiro deverá submeter para análise da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) uma proposta de acordo com a Unclos nos locais em que essa se estender além da zona econômica exclusiva. A proposta é consubstanciada por meio de evidências geológicas, geofísicas e batimétricas que serão analisadas pela CLPC. Ao final de tais análises, a comissão encaminhará ao Estado costeiro o seu Relatório de Recomendações. Normalmente, durante o processo de análise da submissão

pela CLPC, o Estado costeiro envia delegações técnicas para esclarecer eventuais pontos em que a comissão tenha dúvidas ou que não ficaram suficientemente claros na sua submissão.

O processo para o estabelecimento do limite exterior da plataforma de um Estado costeiro é complexo e eventualmente poderá ser longo e dispendioso. Basicamente a primeira fase consiste em pesquisar os dados preexistentes sobre a margem continental visando a fundamentar estudos que sustentem a expansão do limite exterior da plataforma continental do Estado costeiro além das 200 milhas, em função das especificidades do desenvolvimento da sua margem continental nas regiões de interesses. Posteriormente, deve-se avaliar se os dados qualificados que o Estado costeiro possua ou tenha acesso preenchem os critérios de qualidade previstos nas documentações técnicas (*Scientific and Technical Guidelines – CLCS/11*, publicação produzida pela CLPC a fim de orientar o Estado costeiro na produção da sua proposta de limite exterior de plataforma continental). Finalmente, deve-se determinar se esses dados são suficientes para a aplicação dos critérios do Artigo 76, de uma forma que possam resguardar os interesses do Estado. É importante frisar que normalmente a coleta de dados no mar é feita por meio de navios especializados, o que demanda tempo e requer vultosos recursos financeiros e um corpo técnico qualificado para processar e interpretar os dados, de modo a transformá-los em informações que venham a sustentar na proposta de limite exterior da plataforma continental os efetivos interesses do Estado costeiro.

A CLPC, instituída pela Unclos, é a responsável pela análise da proposta dos Estados

costeiros e pela apresentação de um Relatório de Recomendações sobre a proposta analisada. O Estado costeiro, por sua vez, ao receber o Relatório de Recomendações, decide se irá aceitar ou rejeitar, em parte ou totalmente, as recomendações da CLPC.

Caso o Estado costeiro concorde com as recomendações emanadas pela CLPC, ele deverá emitir uma regulamentação nacional sobre o assunto e, posteriormente, depositar junto ao secretário das Nações Unidas as coordenadas dos pontos que compõem o limite exterior da sua plataforma continental, limite que, uma vez depositado, será considerado final e definitivo, concluindo dessa forma o processo.

Entretanto, na eventualidade de o Estado costeiro rejeitar as recomendações da CLPC, ele poderá apresentar uma ou mais propostas em um período de tempo razoável (normalmente algo em torno de dez anos) e percorrer todo o processo outra vez, quantas vezes avaliar ser necessário, até que venha finalmente a estabelecer o seu limite, para então concluir o processo.

É muito importante ressaltar que o processo de estabelecimento do limite exterior da plataforma continental não apresenta a possibilidade de se recorrer a uma instância superior, ou seja, na Unclos não há provisão legal de se recorrer das decisões da CLPC à instância superior.

Não é correto dizer que a CLPC aprova os limites submetidos pelo Estado. A CLPC é um órgão estabelecido pela Unclos de modo a conferir à submissão de delimitação da plataforma continental do Estado costeiro depositada, junto ao secretário-geral das Nações Unidas, o seu aval técnico-científico no que diz respeito à aplicação dos parâmetros e critérios contidos na Unclos.

Assim, é importante enfatizar que a manifestação da CLPC não constitui aprovação ou desaprovação da ONU. Essa comissão não possui qualquer vinculação com a ONU, senão pelo apoio administrativo, conforme previsto na própria Unclos, provido pelo secretário-geral da ONU na qualidade de depositário desse instrumento jurídico internacional.

O regime jurídico na plataforma continental é mais restritivo que o existente na ZEE, uma vez que o direito nesse espaço do Estado costeiro está exclusivamente relacionado à exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, os quais não afetam o regime jurídico das águas sobrejacentes. No caso de aproveitamento dos recursos minerais existentes na plataforma continental do Estado costeiro, essa atividade estará sujeita a pagamento e contribuição por parte do Estado costeiro à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (Isba). Os pagamentos serão efetuados anualmente, incidindo sobre toda a produção de um sítio após os cinco primeiros anos de produção. No sexto ano de produção, o valor de pagamento e contribuição será de 1% do total produzido. A taxa deverá aumentar 1% a cada ano, de modo que no 12º ano ficará constante em 7%.

O processo de estabelecimento do limite exterior da plataforma continental brasileira foi iniciado em 17 de maio de 2004 com o depósito da proposta brasileira junto ao secretário-geral das Nações Unidas. Na ocasião, o Brasil encaminhou proposta de limite exterior de toda a plataforma brasileira. As regiões que ultrapassavam a zona econômica exclusiva (Figura 5) concentravam-se no cone do Amazonas e na Cadeia Norte Brasileira, na margem equatorial, na mar-

gem oriental da região da cadeia Vitória-Trindade e na margem sul, do platô de São Paulo até o limite lateral marítimo com o Uruguai. O somatório das áreas propostas perfazia aproximadamente 1 milhão de km².

Após cinco reuniões de trabalho entre os peritos do Brasil (composta basicamente de profissionais da Marinha do Brasil, Petrobras e comunidade científica brasileira, que estiveram envolvidos em todas as fases da construção da proposta de limite exterior do Brasil) com os peritos da CLPC, a comissão encaminhou ao Brasil o seu Relatório de Recomendações em abril de 2007. O Brasil não concordou com as recomendações emanadas pela CLPC, resolvendo que seria apresentada uma nova proposta, e iniciou um plano de coleta de dados a fim de contar com novas medições, particularmente nos locais em que a CLPC não aceitou a argumentação brasileira. Algumas alterações foram introduzidas no que se passou a denominar segunda fase do Leplac. Basicamente procurou-se dividir a proposta em três partes, a saber: meridional, equatorial e oriental.

Em 10 de abril de 2015 foi depositada junto ao secretário das Nações Unidas a Submissão Parcial Revista do Brasil para a Região Sul e em 25 de agosto do mesmo ano foi realizada a sua apresentação para os membros da CLPC. Desde então a proposta encontra-se sob análise. Os relatórios técnicos e científicos referentes à Submissão Parcial Revista do Brasil para a margem equatorial encontram-se concluídos e seguindo o processo administrativo junto às autoridades brasileiras, a fim de ser posteriormente encaminhados ao secretário das Nações Unidas em data oportuna, a ser definida pelo Brasil.

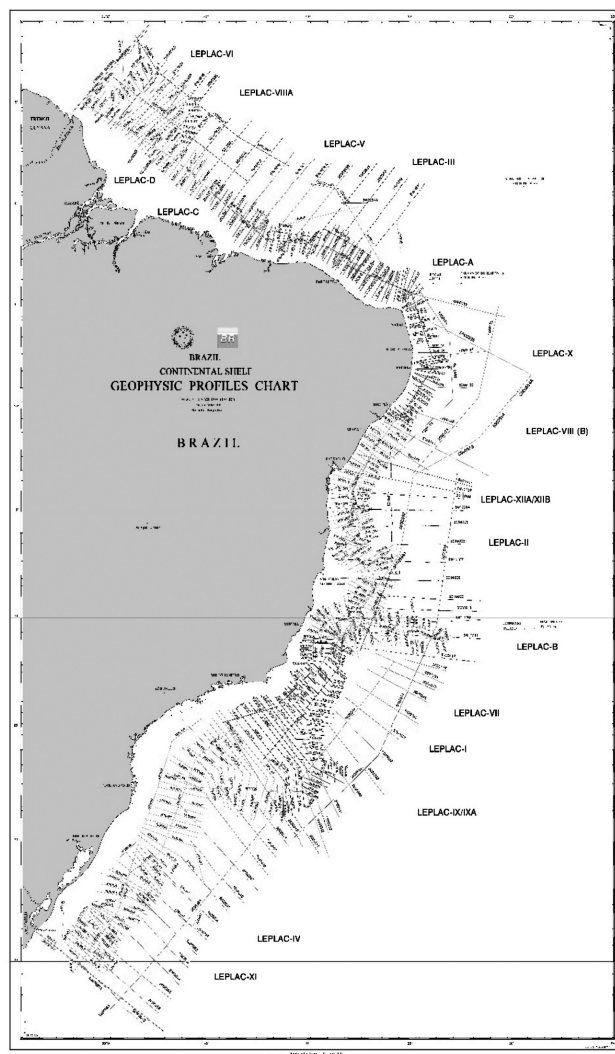
O PROJETO LEPLAC E DADOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS COLETADOS NA MARGEM CONTINENTAL BRASILEIRA

Até a década de 1960 os trabalhos de pesquisa geológica em bacias sedimentares focavam apenas a região emersa do Brasil, com pequenas descobertas de petróleo nas bacias do Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Amazonas. Os trabalhos de exploração da plataforma continental brasileira iniciaram-se em 1968, quando a Petrobras encomendou a primeira sonda marítima para explorar a porção submersa da Bacia de Sergipe e, já naquele ano, encontrou a primeira acumulação de petróleo no mar, com a descoberta do Campo de Guaricema. Seguiram-se mais algumas pequenas descobertas de petróleo na porção submersa de vários Estados, até que, em 1974, descobriu-se o Campo de Garoupa, na Bacia de Campos, em águas de 110 m. Iniciou-se nessa década uma nova fase de exploração com grandes descobertas na porção submersa da plataforma continental, culminando com as descobertas de campos gigantes de petróleo em águas profundas (batimetria maior que 400 m), nas décadas de 1980 e 1990. A partir de 2006 foram feitas descobertas na seção pré-sal das bacias da margem sudeste brasileira, com poços perfurados em águas ultraprofundas (batimetria maior que 1.500 m). A pesquisa de petróleo na margem continental brasileira foi também subsidiada por projetos de pesquisa da região marinha, destacando-se o Projeto Remac (Reconhecimento da Margem Continental) na década de 1970 (Projeto Remac, 1979a, 1979 b).

O Leplac é um projeto da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), órgão coordenado pela Marinha do Brasil, que tem como objetivo estabelecer o limite exterior da plataforma continental, além das 200 milhas, com base na aplicação dos critérios do Artigo 76 da Unclos. Os critérios são fundamentados em conceitos geodésicos, hidrográficos, geológicos e geofísicos de natureza complexa, envolvendo a coleta, processamento e interpretação de

dados na extensa área ao longo da margem continental brasileira, o que demanda ações integradas de cooperação entre diversas instituições nacionais, como Marinha do Brasil, Petrobras, PGGM e centros de pesquisa acadêmica em diversas universidades nacionais com vocação para o mar. Inúmeros trabalhos de natureza científica foram produzidos tendo como base os levantamentos conduzidos pelo Leplac-I (Figura 6). Destacam-se publicações em eventos técnicos nacionais e inter-

FIGURA 6



Mapa regional da região marinha brasileira com as linhas de levantamento sísmico do Projeto Leplac na sua Fase I

nacionais como, por exemplo: Marques et al. (1989); Rangel & Azevedo (1991); Severino & Gomes (1991); Souza (1991); Gomes et al. (1993); Silveira (1993); Silveira et al. (1994); Gomes & Gomes (1997); Jinno & Souza (1999); Russo et al. (1999); Souza (1999); Torres (2012); e Torres (2014).

Para estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira de acordo com o que prescreve a Unclos, foi e continua sendo um grande desafio conhecer em detalhes a margem continental brasileira a fim de garantir que a proposta brasileira consiga consubstanciar os interesses brasileiros. No início dos trabalhos do Leplac foi realizado um levantamento de dados preexistentes na margem continental brasileira, incluindo-se o conhecimento obtido na execução de projetos anteriores, como o Projeto Remac, desenvolvido na década de 1970. Basicamente constatou-se que a cobertura de dados disponíveis era bem limitada e à medida que se afastava da linha de costa os dados ficavam mais escassos. Dessa forma, ficou evidenciado que o Brasil não contava com um banco de dados estruturado que pudesse servir de base para os trabalhos de delimitação da sua plataforma continental. Foi então concebido um plano de aquisição de dados sistemáticos em toda a margem continental brasileira a fim de contribuir para o seu conhecimento integrado e assim atribuir a necessária sustentação à construção de uma proposta de delimitação da plataforma continental. Foram então coletados dados de sísmica multicanal para se determinar a espessura de sedimentos na margem desde a plataforma continental geológica até a distância de 350 milhas das linhas de base. As linhas sísmicas cobriram basicamente toda a margem continental, totalizando uma produ-

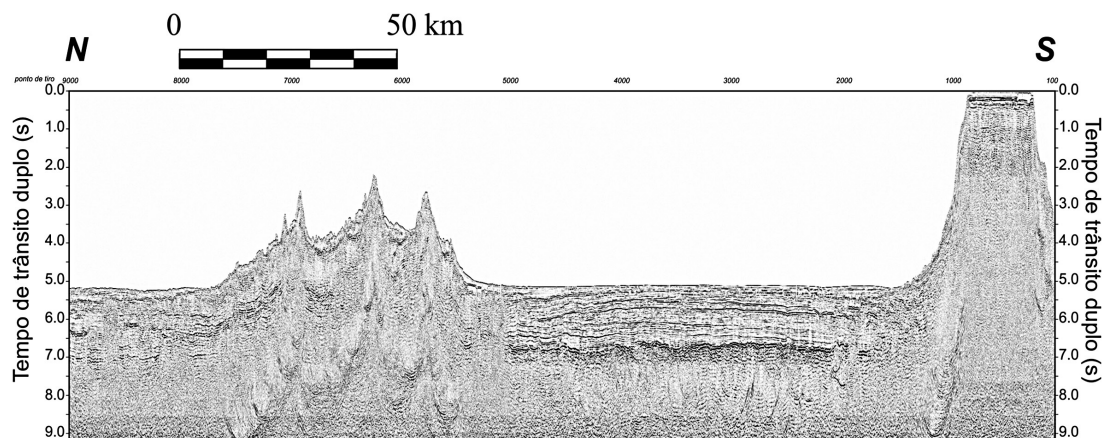
ção de cerca de 47.000 km lineares de linhas regionais 2D (Figura 6). A fim de complementar e apoiar aos dados sísmicos, foram coletados também dados de gravimetria e magnetometria, que também contribuíram para, dentre outros fins, estimar o limite entre as crostas continental e oceânica. Dados de batimetria foram coletados com a finalidade de se construir modelos mais realísticos da geomorfologia marinha. Adicionalmente, os dados de batimetria foram usados para o cálculo do pé do talude continental e para o traçado da isóbata de 2.500 m.

A coleta dos dados de campo ocorreu de 1986 a 1996 (Figura 6). Foram empregados quatro navios da Marinha do Brasil, quais sejam: NOc Alte Câmara, NOc Álvaro Alberto, NHi Sirius e NOc Antares. Os navios contaram a bordo com profissionais da Marinha do Brasil e da comunidade científica e quando da aquisição de dados geofísicos embarcavam profissionais da Petrobras.

Ao todo, na Fase I do Projeto Leplac foram coletados dados distribuídos ao longo de cerca de 150.000 km de perfis inseridos em uma faixa da margem continental, do Oiapoque ao Chuí e até uma distância do litoral de aproximadamente 350 milhas. A Figura 6 apresenta a localização dos levantamentos batimétricos, sísmicos e de métodos potenciais ao longo da região marinha brasileira, e a Tabela 1 sumariza os dados obtidos em 17 comissões, de 1987 a 1996 e 2005.

A Figura 7 mostra um exemplo de um dado sísmico na região leste do Brasil, ilustrando montes submarinos e o substrato oceânico. Vários trabalhos técnicos relacionados a margens continentais foram elaborados com a utilização de dados do Leplac (por exemplo: Mohriak et al., 2010),

FIGURA 7



Exemplo de seção sísmica de dados adquiridos pelo Projeto Leplac – Bacia do Espírito Santo

que também subsidiaram muitos projetos de pesquisa em nível de mestrado e doutorado nas universidades brasileiras.

TABELA 1

Produção de dados coletados
na Fase I do Leplac

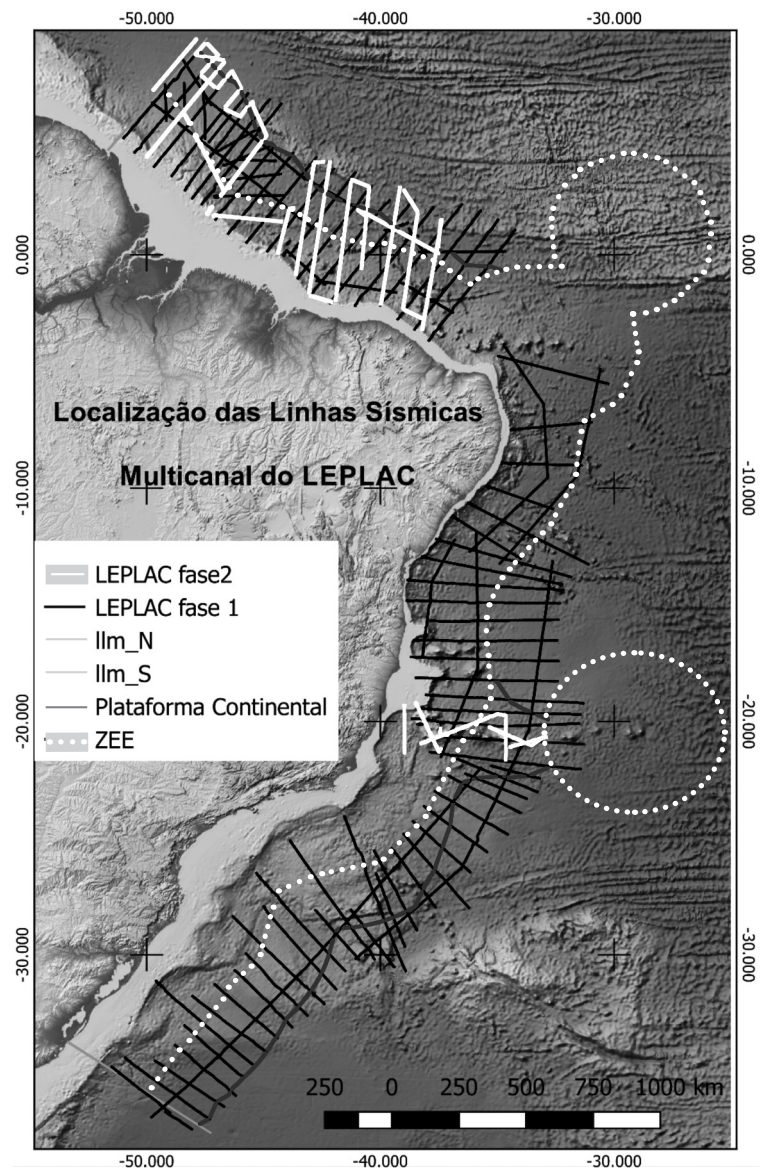
Batimetria	89.369 km
Sísmica.....	46.966 km
Gravimetria.....	97.237 km
Magnetometria.....	93.604 km

Os resultados obtidos na margem continental brasileira permitem concluir que o Brasil conta com uma área de zona econômica exclusiva de 3.539.919 km² e uma área de plataforma continental jurídica, além da ZEE, de aproximadamente 960.000 km². Isso significa dizer que o Brasil passará a exercer direito de soberania em uma área marítima um pouco maior que a metade da sua área continental, que é de 8.511.996 km², onde exercerá direitos de soberania e jurisdição, conforme o caso, no que se refere a explo-

ração, aproveitamento dos recursos naturais e exploração de recursos minerais marinhos.

A segunda fase de aquisição de dados do Leplac se iniciou em 2009 e basicamente foi concluída em 2011. O plano de aquisição procurou preencher regiões que apresentavam baixa concentração de dados e também alguns locais muito específicos (Figura 8). Dados de sísmica multicanal basicamente ocorreram no platô de Santa Catarina e em toda a margem equatorial. Ao longo da margem foram coletados dados de batimetria multifeixe, 3,5 kHz, gravimetria e magnetometria. Nos locais da margem onde não foram coletados dados de sísmica multicanal foi empregado um arranjo de sísmica multicanal simplificada denominado MAG (Mini Air Gun) que contava com fontes menos potentes, *streamer* de 300 m de seção ativa e 24 canais de gravação. Nas margens sul e norte foram lançadas sonoboias e em montes submarinos, que compõem as cadeias Vitória-Trindade e Norte Brasileira, foram coletadas amostras de rochas para estudos de petrologia e datações. Foram empregados

FIGURA 8



Mapa regional da margem continental do Brasil com os levantamentos sísmicos do Leplac das fases I e II

quatro navios de pesquisas. Remanescente da aquisição de dados da primeira fase, somente o NOc Antares. Os demais navios foram o MV Discoverer (sísmica multicanal, gravimetria e magnetometria), o MV Sea Surveyor (sísmica multicanal, gravimetria, magnetometria, sonoboias, batimetria multifeixe, MAG e 3,5 kHz) e o MV Prof. Logachev (amostras geológicas).

TABELA 2	
Produção de dados coletados na Fase II do Leplac	
Batimetria multifeixe	92.703 km
Sísmica multicanal.....	11.893 km
Gravimetria.....	81.157 km
Magnetometria.....	76.618 km
Mini Air Gun	61.896 km
3,5 kHz.....	71.966 km

A base de dados construída a partir dos dados coletados pelo Leplac nas suas duas fases e com dados de domínio público devidamente qualificados constitui a fonte de dados usada para fornecer as evidências técnicas e científicas que suportam as argumentações encaminhadas para a CLPC constantes na submissão de delimitação do limite exterior da plataforma continental do Brasil.

CONSEQUÊNCIAS DO PROJETO LEPLAC

As ações decorrentes das atividades do Leplac permitem apresentar alguns resultados alcançados, dentre os quais:

Estabelecimento de uma extensa área oceânica, além das 200 milhas, em relação à qual o Brasil exercerá jurisdição quanto às atividades de exploração e aproveitamento dos recursos naturais do solo e subsolo marinhos;

Desenvolvimento de trabalho harmonioso e profícuo com a participação simultânea de especialistas da Marinha do Brasil (DHN), da Petrobras e da comunidade científica representada por diversas universidades nacionais com vocação para pesquisa oceanográfica, incluindo-se a utilização de dados em projetos conduzidos pela Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, dentre outras;

Produção de importante acervo de dados batimétricos, sísmicos, gravimétricos e magnetométricos, o qual representa um bem público da sociedade brasileira e encontra-

-se à disposição da comunidade científica para a produção de pesquisas e produção de conhecimento;

Demonstração inequívoca, junto à comunidade científica internacional, de que o Brasil é de fato capaz de marcar efetiva presença no Atlântico Sul, no contexto da realização de empreendimentos oceanográficos;

Conexão internacional, com o estabelecimento de parcerias e fluxos de trabalho que podem servir de modelo para outras nações que estão ou irão também elaborar estudos de delimitação dos limites da margem continental, como efetivamente já ocorre com alguns países na África.

CONCLUSÕES

Como resultado do Projeto Leplac, o Brasil espera obter reconhecimento de direito de soberania na região marinha sob uma área de cerca de 900.000 km², maior que 10% do território nacional continental, sendo equivalente à soma das áreas dos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Os dados coletados pelo Leplac, a fim de servir como suporte técnico e científico para as propostas do Brasil de delimitação do bordo exterior da sua plataforma continental em consonância com a Unclos, também vêm sendo largamente usados pela comunidade científica. A produção de estudos acadêmicos a partir de tais dados contribui para o conhecimento da margem continental produzindo relevantes informações para toda a sociedade, que, inclusive, podem ser eventualmente usadas como suporte para a própria proposta brasileira. Quanto mais bem conhecida for a margem continental do Brasil, maior segurança se alcançará ao se aplicar

os critérios de delimitação da plataforma continental como descrito na Unclos: ciência e legislação caminhando juntas.

Como demonstrado ao longo do texto, os direitos de soberania do Estado costeiro sofrem decaimento à medida que se afastam das linhas de base, onde se verifica o seu máximo no mar territorial e o seu mínimo na plataforma continental. No caso particular do Brasil, a concentração de recursos energéticos sob a forma de acumulações de hidrocarbonetos encontra-se em sua maior parte localizada na zona econômica exclu-

siva, porém, os campos de petróleo da seção pré-sal na Bacia de Santos devem se projetar para leste e alcançar a plataforma continental. Caso isso venha a se concretizar, aos custos do petróleo extraído na plataforma deverá ser adicionada uma parcela de 7% do valor da produção destinada à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Consultas sobre disponibilidade de dados e produtos sobre o Leplac podem ser obtidos acessando o endereço digital a seguir: http://www.mar.mil.br/dhn/chm/oceanografia/acesso_dados_produtos.html.

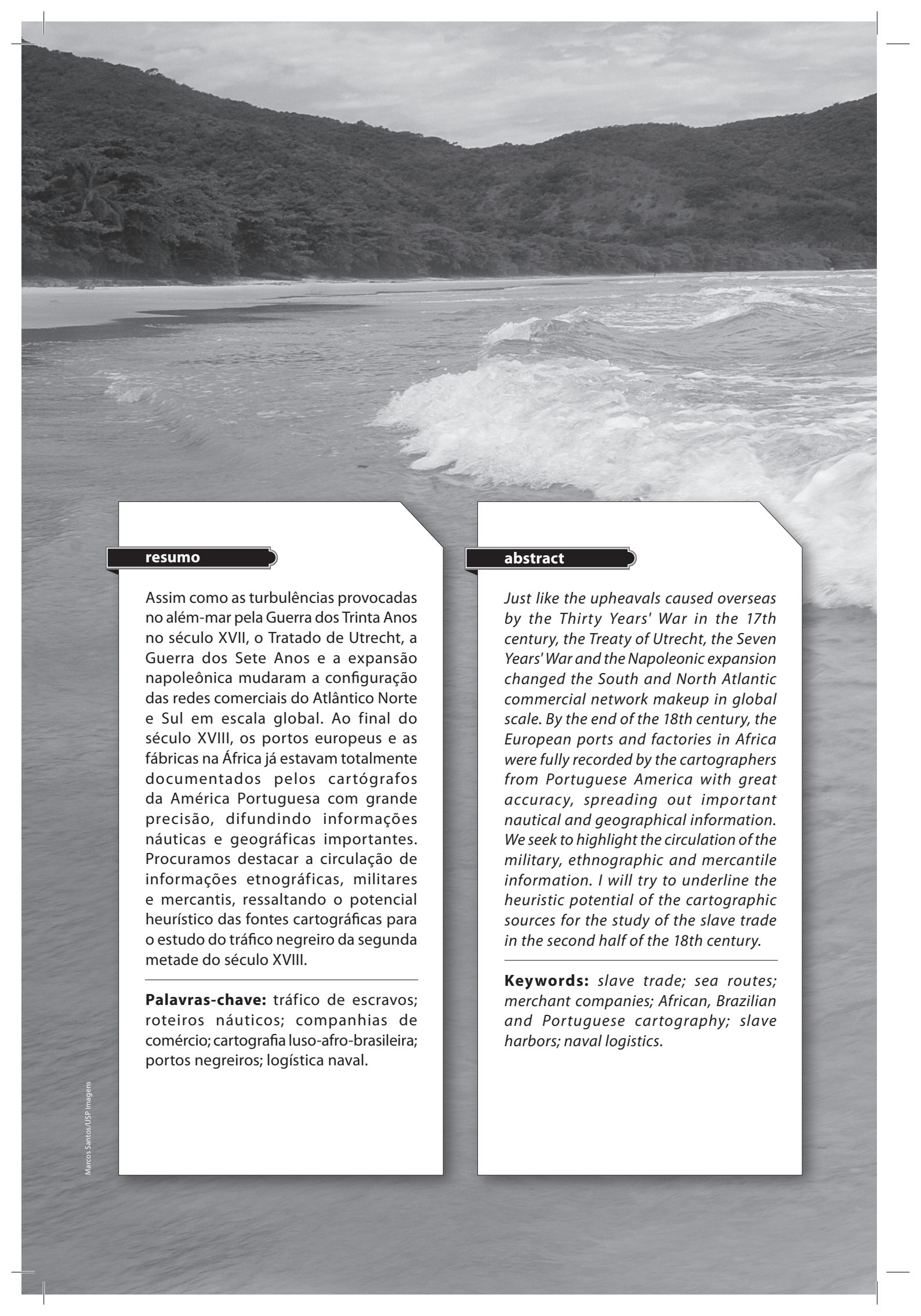
BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria de Hidrografia e Navegação. Centro de Hidrografia da Marinha. *Banco nacional de dados oceanográficos*. 2015. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/dhn/chm/oceanografia/acesso_dados_produtos.html>. Acesso em: 3/4/2017.
- GOMES, P. O.; GOMES, B. S. "Transição Crustal no Platô de Pernambuco: Uma Caracterização Geofísica a partir de Dados do Projeto Leplac", in *Resumos do Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, v. 1, n. 5. São Paulo, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1997, pp. 11-4.
- GOMES, P. O.; SEVERINO, M. C. G.; GOMES, B. S. "Projeto Leplac: Interpretação Integrada dos Dados Geofísicos do Prospecto Leplac-IV - Margem Continental Sul Brasileira", in *Anais do Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, v. 21, n. 3. Rio de Janeiro/São Paulo, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1993, pp. 1.275-80.
- JINNO, K.; SOUZA, J. M. "Brazilian Undersea Features: A Gazetteer of Geographical Names", in *Trabalho SBGF278 – Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, n. 6. Rio de Janeiro/São Paulo, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1999.
- MARQUES, J. A. R.; ALBUQUERQUE, A. T. M.; NORTHFLEET, A. A. "Delimitação da Plataforma Continental Brasileira", in *Anais do Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, v. 2, n. 1. Rio de Janeiro/São Paulo, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1989, pp. 802-8.

- MOHRIAK, W. U. et al. "Geological and Geophysical Interpretation of the Rio Grande Rise, South-Eastern Brazilian Margin: Extensional Tectonics and Rifting of Continental and Oceanic Crusts", in *Petroleum Geosciences*, v. 16. Londres, 2010, pp. 231-45.
- PROJETO REMAC. "Coletânea de Trabalhos (1971 a 1975)", in *Série Projeto Remac*, n. 1. Rio de Janeiro, Petrobras/Cenpes, 1979a.
- _____. "Coletânea de Trabalhos (1974-1977)", in *Série Projeto Remac* n. 5. Rio de Janeiro, Petrobras/Cenpes, 1979b.
- RANGEL, A. A.; AZEVEDO, M. M. "Delimitação da Plataforma Continental Brasileira", in *Anais do Congresso Brasileiro de Cartografia*, v. 1, n. 15. São Paulo/Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Cartografia, 1991, pp. 220-5.
- RUSSO, L. R. et al. "Projeto Leplac: Integração dos Dados Sísmicos da Margem Continental Sul Brasileira", in *Anais do Congresso Brasileiro de Geologia*, n. 39, v. 3. Salvador/São Paulo, Sociedade Brasileira de Geologia, 1996, pp. 450-4.
- SEVERINO, M. C. G.; GOMES, B. S. "Projeto Leplac: Interpretação Preliminar dos Dados Sísmicos e Gravimétricos do Prospecto Leplac-I", in *Anais do Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, n. 2, v. 2. Salvador/Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1991, pp. 597-602.
- SILVA, A. P. "O Novo Pleito Brasileiro no Mar: A Plataforma Continental Estendida e o Projeto Amazônia Azul", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1. Brasília, 2013, pp. 104-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/06.pdf>. Acesso em: 4/4/2017.
- SILVEIRA, D. P. "Interessantes Estruturas Geológicas Interpretadas em Linhas Sísmicas do 'Leplac Equatorial'", in *Anais do Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, n. 3, v. 2. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1993, pp. 1.231-6.
- SILVEIRA, D. P. et al. "Projeto Leplac: Interpretação Integrada dos Dados Geofísicos do 'Leplac Equatorial'", in *Anais do Congresso Brasileiro de Geologia*, n. 38, v. 2., Camboriú/São Paulo, Sociedade Brasileira de Geologia, 1994, pp. 35-7.
- SOUZA, J. M. "A Participação da Petrobras no Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac)", in *Anais do Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, v. 2, n. 2. Salvador/Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1991, pp. 588-92.
- SOUZA, J. M. "The Continental Shelf of Brazil: Going Beyond the 200 Nautical Miles", in *Trabalho SBGF330 – Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, n. 6. Rio de Janeiro/São Paulo, Sociedade Brasileira de Geofísica, 1999.
- TORRES, L. C. *Limites Marítimos Brasileiros, Quais São, Como Foram ou Estão Sendo Estabelecidos e o Desafio para Mantê-los Ecologicamente Equilibrados*. 2014. Monografia de Pós-Graduação em Direito Ambiental. Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 2014.
- TORRES, L. C. "Brazilian Baselines: Workshop WS3: Leplac Brazilian Continental Shelf Survey Project", in *Anais do Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*, n. 13. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Geofísica, 2012.
- UNITED NATIONS. "Ocean Affairs and the Law of the Sea", in *Submissions, through the Secretary-General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, pursuant to article 76, paragraph 8, of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982*. 2016. Disponível em: http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.ht. Acesso em: 4/4/2017.

**O tráfico negreiro na cartografia
lusó-afró-brasileira: a circulação da
informação geográfica no Atlântico Sul**

Iris Kantor



resumo

Assim como as turbulências provocadas no além-mar pela Guerra dos Trinta Anos no século XVII, o Tratado de Utrecht, a Guerra dos Sete Anos e a expansão napoleônica mudaram a configuração das redes comerciais do Atlântico Norte e Sul em escala global. Ao final do século XVIII, os portos europeus e as fábricas na África já estavam totalmente documentados pelos cartógrafos da América Portuguesa com grande precisão, difundindo informações náuticas e geográficas importantes. Procuramos destacar a circulação de informações etnográficas, militares e mercantis, ressaltando o potencial heurístico das fontes cartográficas para o estudo do tráfico negreiro da segunda metade do século XVIII.

Palavras-chave: tráfico de escravos; roteiros náuticos; companhias de comércio; cartografia luso-afro-brasileira; portos negreiros; logística naval.

abstract

Just like the upheavals caused overseas by the Thirty Years' War in the 17th century, the Treaty of Utrecht, the Seven Years' War and the Napoleonic expansion changed the South and North Atlantic commercial network makeup in global scale. By the end of the 18th century, the European ports and factories in Africa were fully recorded by the cartographers from Portuguese America with great accuracy, spreading out important nautical and geographical information. We seek to highlight the circulation of the military, ethnographic and mercantile information. I will try to underline the heuristic potential of the cartographic sources for the study of the slave trade in the second half of the 18th century.

Keywords: *slave trade; sea routes; merchant companies; African, Brazilian and Portuguese cartography; slave harbors; naval logistics.*

Em *Dialogos Geograficos, Chronologicos, Politicos e Naturaes* o cronista-historiador da Vila Real de Nosso Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Joseph Barbosa de Sá (?-1775), escreve que a América foi “vista de gentes africanas em tempos antiquíssimos que dela fizeram roteiros mas não a povoaram”¹ e afirma que durante a conquista de Ceuta pelos portugueses (em 1415) o infante D. Henrique teria recebido a notícia da existência de “uma grande terra que diziam ocupava o globo do mundo de polo a polo, além das Costas da África [...] e mostram-lhe um antiquíssimo mapa que tinha pintadas África e América na mesma forma em que hoje se pintam só

com a diferença que metia os dois cabos debaixo do polo do Sul”².

Um mapa que metia os dois cabos debaixo do Polo Sul, invertendo a orientação convencional Norte/Sul, teria soado extravagante para os ouvidos do recém-empossado governador geral da capitania, Luiz Pinto de Souza Coutinho (1735-1804), a quem o manuscrito fora dedicado em 1769. No entanto, o erudito cuiabano era proprietário de uma expressiva biblioteca que lhe permitia fundamentar hipóteses cosmográficas sobre a criação do mundo, entre as quais, que a África e a América estiveram unidas em tempos remotos, e igualmente sustentava que os africanos teriam povoado as Américas. Desde os confins da América portuguesa, o erudito buscava conexões geológicas e histórico-geográficas imprevistas para o horizonte mental da sua época.

1 IHGB, Mss. 1, 3, 4: *Dialogos Geograficos, Chronologicos, politicos e naturaes, escriptos por Joseph Barbosa de Sá, nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, parte primeira, 1769, oferecido ao Sr. Luiz Pinto de Souza Coutinho do Conselho de sua Magestade Fidelissima que Deus guarde seu Governador e capitão general das capitancias de Mato Grosso e Cuiabá* (Primeira Parte, Diálogo IV: Descrição da América Meridional fl 81-90).

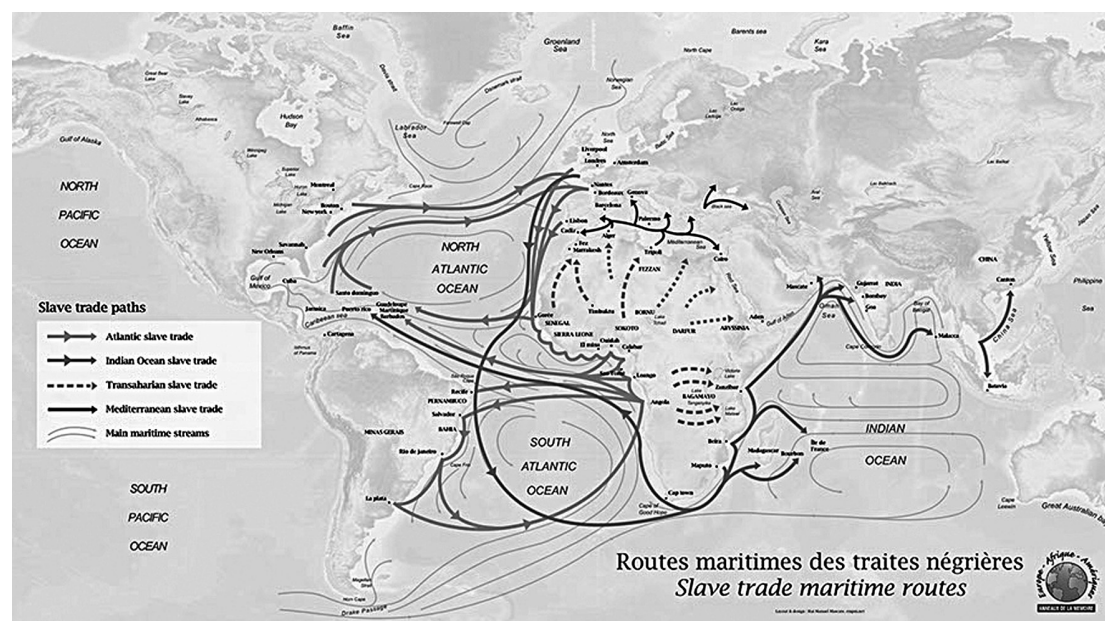
2 IHGB, Mss. 1, 3, 4: *Dialogos Geograficos, Chronologicos...* (Primeira Parte, Diálogo IV: Descrição da América Meridional fl 81-90).

IRIS KANTOR é professora do Departamento de História da FFLCH-USP e bolsista do CNPq.

Como, afinal, a realidade criada pela travessia oceânica e pelo tráfico negreiro foi registrada nas fontes cartográficas na conjuntura das revoluções atlânticas? De que forma os cartógrafos luso-brasileiros descreveram as condições geográficas, o sistema de portos-feitorias e os meios de comunicação marítima, costeira e continental? Este ensaio procura situar a produção cartográfica luso-afro-brasileira num contexto de acirramento da concorrência interimperial pela mão de obra oriunda do continente africano.

Ao longo dos 60 anos de União Ibérica (1580-1640), o Atlântico Sul emerge como uma territorialidade marítima específica e

estável. Para o historiador Luiz Felipe de Alencastro, até a primeira metade do século XVII, o Atlântico Sul ainda não era mais do que um segmento da longa viagem interoceânica que conectava as feitorias asiáticas aos portos europeus³. Nesse período, entre 1595 e 1640, os negreiros portugueses e cristãos-novos adquiriram exclusividade no contrato de distribuição dos escravos (o *asiento* de negros) nos portos hispano-americanos, criando assim um circuito geoeconômico praticamente autossustentável⁴. Desde então, as conexões entre Luanda, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lima, Cartagena e Vera Cruz passam a configurar um subsistema comercial no interior do sistema escravista atlântico ou mundial, especialmente se incluirmos



"Slave Voyages": vista geral das rotas negreiras entre 1500-1900

Fonte: Association des Anneaux de la Mémoire, Nantes. Disponível em: whitneyplantation.com/the-atlantic-trade.html

3 O historiador contabiliza cerca de 5 milhões e 800 mil africanos deportados para o Brasil, o que representou aproximadamente 43% da soma total do tráfico do Atlântico baseando-se na The Transatlantic Slavery database, disponível on-line: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Cf. Alencastro (2014, p. 6).

Ver também: Richardson & Eltis (2010, pp. 184-5); Verger (1987). Para os aspectos logísticos do comércio no Atlântico Sul, ver também: Mauro (1989); Costa (2002).

4 Sobre o *asiento* de negros, ver: Alencastro (2000); Rodríguez, González & Vilar (2003).

a Carreira das Índias e os galeões entre os portos de Manila (Filipinas) e Vera Cruz (Nova Espanha/México).

A conjuntura da União Ibérica propiciou a consolidação do tráfico bilateral sul-atlântico (entre os portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro e os entrepostos africanos ao sul da costa da Senegâmbia), delineando um complexo escravista condicionado pelas correntes marítimas e atmosféricas, bem como pela tecnologia de transporte naval (Alencastro, 2014). O uso recorrente do hidrotônimo “Oceano Ethiopico” na cartografia dessa época – na zona do Equador meteorológico e não geográfico, onde se dá o fenômeno do giro ou vórtice sul-equatorial (zona de convergência de ventos alísios) – define uma partilha natural e mercantil do Oceano Atlântico, configurado por três correntes marítimas: 1) sul-equatorial, que se bifurca na altura do Cabo de São Roque em direção ao Norte e ao Sul do continente americano; 2) corrente do Brasil, que acompanha a costa brasileira em direção ao Sul; e 3) a corrente de Benguela, que percorre toda a costa africana na direção Sul-Norte, desde o Cabo da Boa Esperança, passando por Luanda, até o Golfo da Guiné.

A denominação Mar ou Oceano Etiópico aparece com frequência na cartografia luso-afro-brasileira, assim como na cartografia holandesa, estimulada pela Companhia das Índias Ocidentais, na sequência da ocupação dos entrepostos portugueses na África ocidental, entre eles: São Jorge da Mina (1637), Ilha do Príncipe (1640), São Tomé (1641), Luanda (1641) e Axim (1642) (Boxer, 1991; Betz, 2007; Lois & Garcia, 2009). A expansão das companhias de comércio holandesas coincidirá, não por acaso, com a difusão das polêmicas sobre o direito de livre navegação

nos mares, deflagrada pelo *Mare Liberum* (1609) de Hugo Grotius.

Como é corrente, da famosa controvérsia nasceu o direito público interestatal, redimensionando o comércio internacional e o direito de conquista territorial a partir do Tratado de Westfalia (1648) (Freitas, 1983; Pagden, 2000; Gesteira, 2006). O jurista neerlandês, advogando em causa da Companhia das Índias Orientais na restituição de mercadorias apreendidas por um galeão português no Estreito de Malaca, procurou deslegitimar as prerrogativas e privilégios concedidos pelo Papado às coroas ibéricas desde meados do século XV (Kantor, 2009). No entanto, importa destacar que ao contrário das Províncias Unidas, onde casas editoriais transformaram o comércio de atlas, planisférios e mapas murais num empreendimento altamente rentável, as coroas ibéricas restringiam ao máximo a impressão de cartas geográficas, obrigando seus súditos a consumirem mapas gravados nas prensas dos concorrentes ou inimigos (Ferreira, 2013; Koeman et al., 2007).

Desde o fim da União Ibérica, com o realinhamento das alianças no comércio ultramarino, Portugal viu-se obrigado a expandir sua presença nos portos do Atlântico e do Índico, investindo pesadamente na formação de quadros militares profissionalizados, habilitados para construção de praças, fortes e fortalezas em suas conquistas, como no reino. Para tanto, a Coroa portuguesa autoriza a criação de aulas régias de fortificação e arquitetura militar, primeiro em Lisboa (1647) e, posteriormente, em outras localidades: Viana (1676), Salvador (1696), Rio de Janeiro (1698), Goa (1699), Luanda (1699), São Luís do Maranhão (1699), Recife (1701), Elvas e Almeida (1732), Belém (1758) e Porto Alegre (1792).

Nesses espaços institucionais, a *expertise* náutica e logística adquirida nas travessias interoceânicas foi acumulada e sistematizada em roteiros de navegação, cartas topográficas, planos urbanos, memórias administrativas, censos populacionais e também em dicionários de línguas autóctones. Repositórios de informação que muito ajudavam nas negociações locais, facilitando o enraizamento das estruturas negreiras para deportação em massa dos cativos. Contudo, parece importante frisar que a maior parte dessas obras permaneceu inédita até recentemente, embora os manuscritos e dossiês circulassem clandestinamente nos circuitos diplomáticos, sendo muito cobiçados pelos mercadores e demais operadores do trato negreiro.

Juntamente com as mercadorias e bens de prestígio utilizados na compra dos contingentes de escravos, as informações geográficas e o conhecimento logístico constituíram um patrimônio estratégico, especialmente após a assinatura do Tratado de Utrecht (1713), quando a preeminência portuguesa no comércio negreiro foi eclipsada pelos interesses ingleses (que passaram a controlar o *asiento* de negros), mas também pelos franceses. Desde 1690 a Coroa francesa patrocinava a formação de engenheiros navais para atuar nas colônias de Guadalupe, Martinica, Guiana, Tobago, São Cristóvão e Santo Domingo (McClellan III & Regourd, s.d., p. 169). Com efeito, o primeiro atlas náutico impresso na França data de 1693: *Le Neptune François*. Em 1720, a Coroa francesa instituía o *Dépôt des plans, cartes et journaux de la Marine*, destinado inicialmente a copiar e coletar cartas náuticas e hidrográficas para o uso da Marinha francesa. Somente a partir de 1737, a instituição, dirigida pelo engenheiro hidrógrafo Jacques Nicolas Bellin, passou a produzir suas

próprias cartas (Hofmann, 2012, p. 68). A primeira carta reduzida do Oceano Meridional (ou Atlântico Sul) foi publicada somente em 1739 (Pelletier, 2001). Anteriormente, o editor holandês Pierre Mortier imprimiu em Amsterdã a *Suite du Neptune François*, em 1700, uma compilação importante baseada na documentação portuguesa sobre o Mar Meridional ou “Mar Ethiopico”.

De modo que o conhecimento náutico e logístico adquirido pelos navegadores, militares, jesuítas, mercadores e funcionários da Coroa portuguesa continuaria sendo essencial na travessia oceânica, até praticamente o início do século XIX, o que também fica patente nas numerosas edições inglesas e francesas dos roteiros portugueses, como foi o caso da obra de Manoel Pimentel *A Arte de Navegar* (1699), editado na França com o título de *Routier Portugais*.

No entanto, a ascensão de Filipe V e a aproximação dinástica entre a França e a Espanha borbônica (desde a Paz de Utrecht em 1713) significaram uma ameaça aos interesses portugueses nos portos africanos, tanto no Atlântico como no Índico. A Companhia das Índias Orientais francesa tinha se estabelecido nas Ilhas Bourbon, praticando a importação regular de escravos embarcados pelos portos portugueses na zona costeira de Moçambique.

Na sequência do Tratado de Utrecht, a diplomacia portuguesa encomendou cartas geográficas em ateliês parisienses para serem exibidas nas sessões da Academia de Ciências de Paris e publicadas nas gazetas científicas⁵. O diplomata D. Luís da Cunha,

5 Como forma de contestar a publicação da memória de Guillaume Delisle, *Détermination géographique de la situation et de l'étendue de différents parties de la Terre*, em 1722, na qual se questionava o direito de ocupação dos portugueses nas Guianas.

por exemplo, solicitou ao cartógrafo francês Jean B. B. d'Anville a confecção de cartas geográficas da África e da América visando a dar publicidade aos domínios portugueses no ultramar (Furtado, 2017; 2012; 2013). A carta da África meridional, em 1725, composta por J. B. B. d'Anville (Cunha, 2001, p. 375)⁶, a pedido de D. Luís da Cunha, explicita o desejo de controlar as comunicações terrestres e marítimas, desde a costa atlântica até o Índico, um projeto acalentado por várias gerações, mas sempre mal-sucedido (Mota, 1962).

Na segunda metade do século XVIII, os tratados de fronteira luso-hispânicos evidenciam a preocupação de ambas as coroas em manter o controle das rotas de navegação e dos entrepostos africanos. No Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777 e ratificado em 1778, Portugal concordava em ceder à Espanha as ilhas de Fernando Pó e Ano Bom, bem como o direito de comércio com os portos da costa africana na região do Rio Gabão, Camarões, Santo Domingo e Cabo Formoso. Um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Visconde de São Leopoldo bem observou a dependência estrutural que os espanhóis tinham das mercadorias portuguesas e dos intermediários estrangeiros para comprarem escravos para suas colônias (Aladrén, 2012, p. 149; Pinheiro, 1839, pp. 168-9).

Durante o reinado de D. José I, entre 1755-1759, o governo instituiu duas companhias reais de comércio para atuar no Atlântico Equatorial e no Atlântico Sul

com direitos exclusivos de comercialização de escravos e outras mercadorias (Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba). Por seu turno, a recomposição geopolítica dos territórios coloniais ingleses, franceses, espanhóis e holandeses no Caribe após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) suscita o interesse das potências europeias nas Guianas e região amazônica, impulsionando a produção cartográfica inglesa e francesa (Garcia & Frias, 2014). O estabelecimento das companhias de comércio holandesas e francesas no Atlântico Equatorial acirra a disputa com a recém-criada Companhia Real de Comércio do Grão-Pará e Maranhão pela comercialização da salsaparrilha, anil, madeira, panos de algodão, cacau e, sobretudo, pela mão de obra africana (Carreira, 1983, pp. 86-99).

Nessa mesma época, em 1756, o ministro de D. José, Sebastião José de Melo e Carvalho (futuro Marquês de Pombal), proíbe o comércio praticado pelos comissários volantes ingleses nos portos portugueses, induzindo a concentração do comércio colonial nas mãos de grandes mercadores portugueses. A legislação comercial ultramarina pombalina oscilou entre a liberalização de certas vias comerciais e a monopolização de outras. Assim, a partir de 1765, decretou-se a liberdade de comércio entre os portos portugueses periféricos e manteve-se o controle exclusivo dos pontos centrais dos fluxos mercantis transoceânicos, reforçando-se o monopólio entre Goa e Lisboa, e liberando-se, em contrapartida, o comércio entre Goa e Moçambique (1755) e entre Moçambique e Rio de Janeiro.

Na região amazônica, o estabelecimento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão fomentou a economia

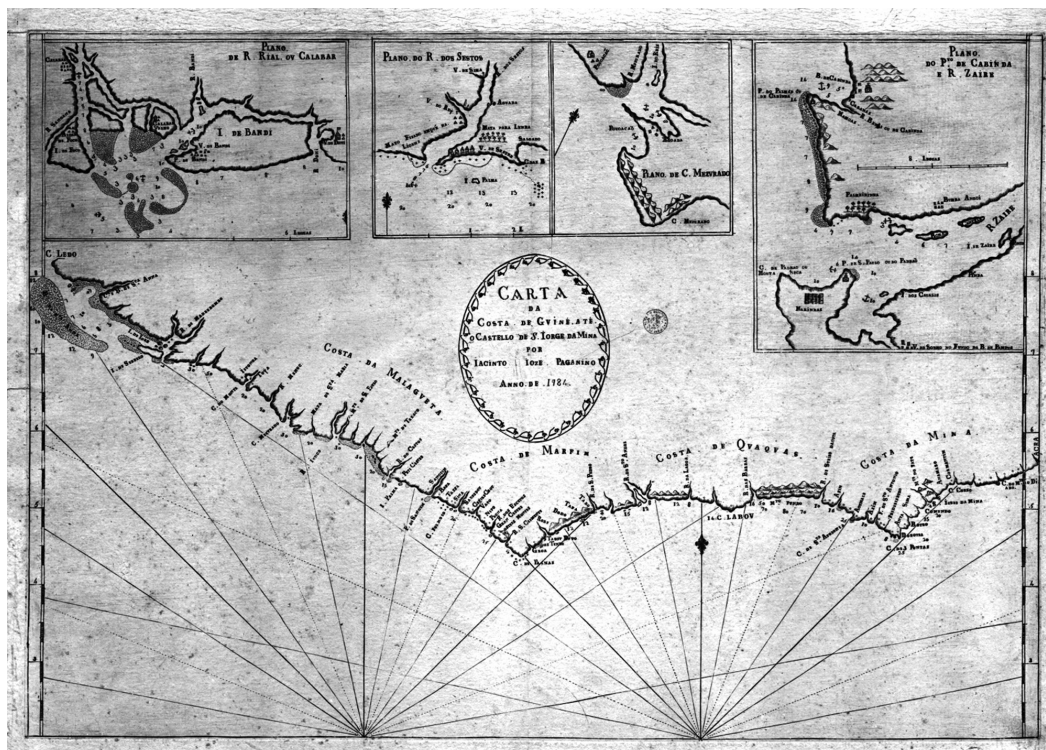
6 Em 1749, D'Anville publicou o mapa geral da África, intitulado *Afrique, publiée sous les auspices de Monseigneur le Duc D'Orléans* (Paris, 1749), modelo cartográfico seguido por muitos autores até o primeiro quartel do século XIX.

extensiva baseada no trabalho africano deportado da Alta Guiné (embarcados nos portos de Bissau e Cacheu), de Serra Leoa, Benguela e Angola. Estima-se que partiam dos portos africanos entre quatro e seis viagens anuais, dadas as boas condições de navegação e ancoragem no canal de Geba e na ria de Cacheu (Dias, 1971). Pelo arquipélago de Cabo Verde eram embarcados os cativos oriundos desde o Cabo Branco até o Cabo das Palmas, sendo que a Coroa concedera à Companhia Geral a administração da capitania das ilhas de Cabo Verde durante 20 anos (Carreira, 1988, p. 328; Ribeiro Junior, 1996, pp. 94-5).

Nessa zona também denominada “Rios da Guiné”, onde desde meados do século XV já se traficavam escravos para a Europa, a Coroa portuguesa estimulou a confecção de plantas da fortaleza de São José

de Bissau – um empreendimento realizado entre 1765 e 1796 por diversos cartógrafos, entre eles, Manuel Germano da Mata, José Luís de Braun e Bernardino Álvares de Andrade. Do outro lado do Atlântico, nessa mesma altura, redesenhava-se o sistema de fortalezas nas regiões limítrofes com os demais impérios, construindo-se uma linha de fortes nos principais pontos de comunicação fluvial entre o Pará e o Mato Grosso, pagos pelos rendimentos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A companhia, por sua vez, obteve da Coroa portuguesa a isenção de tributos para vender os escravos africanos deportados da feitoria negreira da Guiné-Bissau aos comerciantes de Mato Grosso (Alencastro, 2012, p. 8).

Nesse mesmo momento, Pombal abolia o tráfico de escravos para o reino (alva-



Jacinto José Paganino, “Carta da Costa da Guiné Até o Castello de S. Jorge da Mina, 1784”.

Escala [ca 1:3000000] 34,10x49,20 cm, em folha de 40,20x52 cm – 1 mapa: gravura p&b; 34,10x49,20 cm, em folha de 40,20x52 cm

rás de 1761 e 1773⁷) demarcando a divisão territorial e marítima do trato negreiro. A proibição de importação para o reino e a flexibilização do tráfico bilateral criavam dinâmicas complementares que permitiam a acomodação das diferentes elites mercantis portuguesas e luso-americanas no interior do sistema e do espaço imperial português (Novais & Falcon, 2005; Alencastro, 2000; Silva & Grimberg, 2015).

Como essa conjuntura foi assimilada pelos membros da Academia Brasílica dos Renascidos, fundada na cidade de São Salvador, Bahia de Todos os Santos, em 1759? Os eruditos dessa agremiação intelectual propunham escrever a história universal da América portuguesa levando em conta o comércio ativo e passivo com a África desde sua origem. Conhecer o volume dos negócios envolvidos na importação e exportação de escravos, aquilatar os valores cobrados nos contratos com a Coroa e as formas de apro-

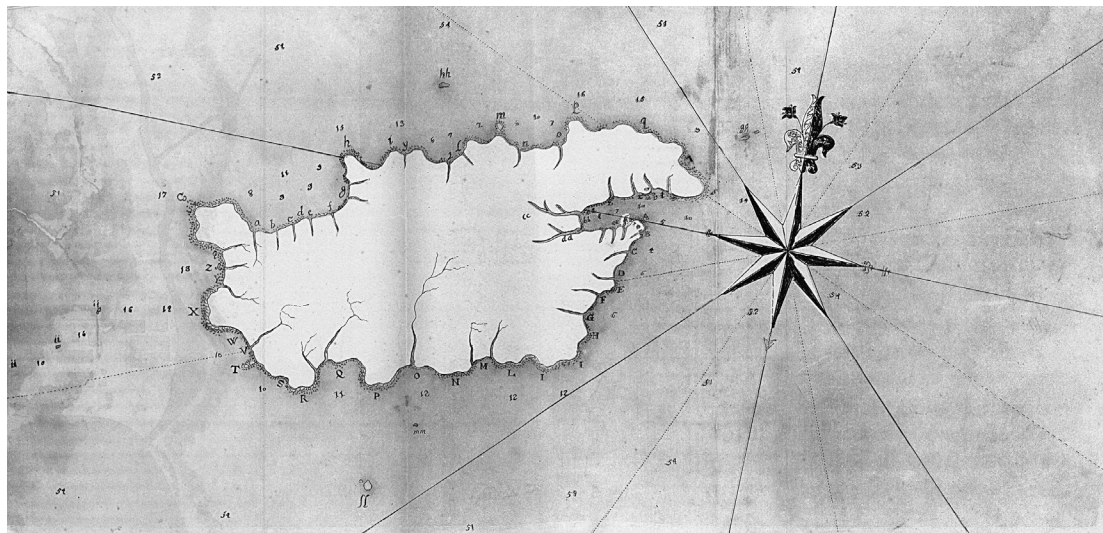
priação dos rendimentos faziam parte das agendas das elites mercantis luso-americanas em suas demandas junto à Corte lisboeta. Essas elites consideravam os domínios portugueses nos reinos de Angola, Benguela e São Tomé articulados ao espaço geoeconômico da América portuguesa.

Os mapas, prospectos e memórias confeccionados pelo capitão baiano José Antônio Caldas (1725-1782)⁸, professor na Academia de Artilharia da Bahia, nos permitem vislumbrar o significado sociocultural criado pela experiência das travessias atlânticas. Na Academia dos Renascidos ele tinha sido encarregado de redigir as memórias do Bispado de São Tomé (que era subordinado ao Arcebispado da Bahia).

Alguns anos antes, em 1757, José Antônio Caldas fora enviado pelo vice-rei da Bahia, D. Marcos Noronha de Brito, para as ilhas de São Tomé e Príncipe com a missão de preparar cartas topográficas da costa, projetar a catedral e fortificações, inventariar os rendimentos da Fazenda real e o estado da artilharia e munições de guerra. O vice-rei o incumbiu de tomar posse da Ilha de Ano Bom e de coletar informações sobre o Forte de Ajuda, sob controle do rei do Daomé, averiguando os “interesses de seus habitantes, o modo por que regulam o comércio, tanto com os naturais, como com os estrangeiros” (Caldas, 1951). Na explicação (legenda) da “Planta do Forte de São João de Ajuda que está situada huma légua pela terra dentro do domínio de el rei do Daomé, cujas canho-

7 Cf. “Alvará determinando que os pretos que forem trazidos da América, África e Ásia, passado o tempo que menciona, sejam considerados livres logo que cheguem aos portos deste reino, sem outra formalidade mais que passarem-lhes nas respectivas alfândegas, a competente certidão de terem nelas entrado. 1761-09-19”, Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Núcleo Antigo 28, f. 160v; “Alvará determinando as providências precisas para pôr termo à escravidão em que, no reino do Algarve e em outras províncias de Portugal, vivia ainda uma grande quantidade de negros e mestiços. 1773-01-16”, Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Núcleo Antigo 30, f. 122v; “Alvará declarando e ampliando o de 19 de Setembro de 1761 para que os escravos que viessem ao porto de Lisboa e aos mais deste reino em serviço de navios de comércio, ou o sejam dos donos dos navios, ou das pessoas que andam a bordo deles, ou residam no ultramar, e os queiram trazer a ganho, não possam gozar da faculdade que o dito alvará concede de ficarem livres, mas sim tenham de tornar a embarcar como escravos. 1800-03-10”, Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Núcleo Antigo 34, f. 125v.

8 AHU.ACL-CU-005, cx. 148, d. 11324 (1761). “Requerimento do capitão José Antônio Caldas solicitando o Hábito da Ordem de Cristo”; BNRJ, cópia Ms. II-34,4,42. “Representação de José Antônio Caldas pedindo a promoção ao posto de sargento” (c. 1766) (Oliveira, 2002).



José Antônio Caldas, “Planta Geográfica da Ilha do Príncipe no Mar da Etiópia para a Parte do Norte. Bahia, datada em 12 de agosto de 1757”. A carta topográfica apresenta o nome de todas as praias da Ilha do Príncipe e indica a profundidade dos melhores ancoradouros

neiras (sic) sam a maneira de portinholas de navio”, estão perfeitamente indicados o “Tronco dos Cativos”, o lugar dos armazéns e casas dos oficiais. Descreve também as condições do trato no porto de Ajuda:

“Este porto de Ajuda a he avultado em negócio de escravos e mais frequentado de todas as nasoes que navegam para aquela costa. Nele há três fortalezas, a saber, inglesa, francesa e portuguesa distantes da praia huma légua e por esta razão sujeitas aos insultos do rei de Daomé. Corre a costa a leste-nordeste surgesse no dito porto em nove brazas, fundo de lama”.

De 1753 data a decisão de mudar a capital de São Tomé para a pequena Ilha do Príncipe, o que explica a importante coleção de mapas de grande e pequena escalas confeccionados por Caldas sobre a baía, a cidade de Santo Antônio e as diversas fortificações existentes e projetadas. Em *Notícia Geral de Toda esta Capitania da Bahia* encontramos dados fundamentais para a história

do reino de Angola (Caldas, 1951), como, por exemplo, a lista dos seus governadores desde Paulo Dias Novais (1575) até a posse de D. Antonio de Vasconcelos, em 1758. E descreve o tráfico nas duas margens do Atlântico Sul: “Destes portos para o Reino de Angola saem todos os anos para cima de doze embarcações carregadas de fazenda da Índia e Europa, águas ardentes da terra e outros gêneros a buscar escravos e cera para o serviço e gasto desta América” (Caldas, 1951, p. 222). Faz um relato detalhado da costa da Mina com seus portos, da “derrota que seve fazer da cidade para Bahia para costa da Mina (cabo das Palmas, Cabo Sahou, Castelo da Mina, Ilha de Fernando Pó) detalhando a variação das agulhas no tempo presente segundo as melhores averiguações”; faz a relação das despesas que fazem as embarcações que viajam para a costa da Mina, suas lotações e portos, lista os gastos (e presentes) que o diretor da Fortaleza de Ajuda fez quando tomou posse o rei do Daomé; e, por fim, dá notícia da Ilha de São Tomé, da Ilha do Príncipe e da Ilha

de Ano Bom (Caldas, 1951, pp. 477-524).

Entre 1764-1772, o governador de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780), empreende uma ambiciosa política de controle territorial levada a cabo pelo trabalho dos engenheiros militares, responsáveis pelo planejamento da logística do tráfico, assim como pelo levantamento de dados populacionais, confecção de cartas e roteiros geográficos⁹. Uma imagem paradigmática desse período de “arredondamento territorial”, segundo Catarina Madeira Santos, foi concebida pelo cartógrafo Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado. Em suas cartas apresenta as informações recolhidas em expedições realizadas pelos práticos da costa e do sertão. Em 1783, ele integrou a malograda expedição comandada pelo capitão de mar e guerra Antônio Januário do Vale para construir a fortaleza negreira em Cabinda e, principalmente, tentar conter a penetração dos negreiros estrangeiros, nomeadamente os franceses¹⁰.

Assim, pode-se afirmar que nesse período houve um verdadeiro surto cartográfico que se articulou com a atuação das companhias gerais de comércio, uma vez que uma parte dos rendimentos financeiros visava à defesa dos portos, fortalezas e presídios dos dois lados do Atlântico. A cartografia do tráfico merece ser compreendida à luz das atividades das companhias monopolistas pombalinas nos dois lados do Atlântico, como resultado de um esforço simultâneo de interiorização ou territorialização da metrópole

portuguesa num período em que a concorrência interimperial tornou-se avassaladora¹¹.

A Revolução das Treze Colônias norte-americanas em 1776 transforma o quadro de forças no Atlântico Sul, como já tinha ocorrido após o fim da União Ibérica. Nessa circunstância, a Coroa portuguesa promove a reforma das instituições navais, criando a Academia Real da Marinha, a Academia dos Guardas-Marinhas e a Sociedade Real Marítima e Militar, potencializando assim a formação de quadros de engenheiros navais e hidrógrafos preparados para execução de cartas náuticas e topográficas.

Assim, em 1798, D. Maria I estabelece, pela primeira vez, uma política oficial de impressão e comercialização de mapas em seus domínios. Com esse objetivo, foi criada a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, por iniciativa de D. Rodrigo de Souza Coutinho (cf. Diniz e Silva, 2003-2006; 1993). A nova instituição deveria corrigir deformações e erros veiculados pela cartografia estrangeira, sobretudo holandesa, francesa e inglesa. Conforme os estatutos, as cartas geográficas preparadas pelos membros da Sociedade Real Marítima, fossem em grande ou pequena escala, deveriam utilizar o meridiano português estabelecido a partir do Observatório da Marinha em Lisboa.

A instituição tinha intenção de rever os modelos do conhecimento astronômico e topográfico disseminados pelos atlas euro-

9 Ver o importante trabalho de Catarina Madeira Santos (2005), especialmente o capítulo sobre a produção do território.

10 Ver a nota da redação nos *Arquivos de Angola*, volume III, n. 13 e 14, 1946, p. 186.

11 Desdobro aqui a hipótese de Maria Odila da Silva Dias sobre a expansão e enraizamento da administração pública pombalina na América.

peus, nomeadamente os franceses e ingleses, atualizando-os com informação mais rigorosa e cálculos matemáticos, recolhidos por engenheiros, astrônomos e matemáticos portugueses e luso-brasileiros¹². Recomendava-se que, além dos pilotos, também os comandantes das embarcações de guerra e dos correios marítimos submetessem a exame suas descrições das derrotas marítimas. As atividades da Sociedade Real Marítima e Militar tinham um lado comercial, já que a instituição devia ser financiada pela venda de mapas, instrumentos náuticos e de mensuração, e por taxas postais (as quais se tornaram monopólio da Coroa a partir de 1794).

O ministro da Guerra e do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, alimentava também o desejo de executar o “velho, útil e nunca executado projeto da reunião das duas costas da África [...]”¹³. De fato, muitas dificuldades apresentaram-se para realizar o domínio horizontal de costa a costa na África meridional. Tentativas frustradas foram feitas pelo jovem engenheiro naval, natural de Minas Gerais, Felisberto Caldeira Brant Pontes (1772-1784), partindo de Benguela em direção à costa da África oriental. Em correspondência ao ministro, ele admitia que talvez fosse mais prático e útil para o comércio fazer a conexão por mar do que por via terrestre¹⁴. Do lado contrá-

rio, o astrônomo e matemático, natural da capitania de São Paulo, Francisco Lacerda e Almeida, então nomeado governador dos Rios de Sena, partira pelos rios de Sena e Tete, atingindo o Rio Zamzebe e, a partir daí, tomou a direção noroeste para alcançar os domínios do rei Muata Cazembe, de onde se dizia ser possível alcançar o reino de Angola. Contudo, Almeida morreu durante o trajeto, sem alcançar seu objetivo (Pombo, 2013).

O governador de Angola, D. Miguel Antônio de Melo, em correspondência com o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, refere-se criticamente ao projeto do embaixador D. Luís da Cunha:

“[...] todo o fim do projeto é evitar a navegação do Cabo da Boa Esperança, e converter o ouro e riquezas que ora saem pela costa oriental da África para a ocidental. Supõe-se para isto por certo, ou por muito prováveis vantagens, que o dito embaixador nomeia, e que d’Anville inculcou por conjecturas de filósofo, e não por certeza física da sua existência, as quais escuso referir [...] bastando-me certificar à Vossa Excelência que a maior parte das ditas conjecturas umas são falsas, e outras não tenho meios para me enganar se o são”¹⁵.

E, tentando dissuadir o ministro do Ultramar dos planos mirabolantes do embaixador, conclui:

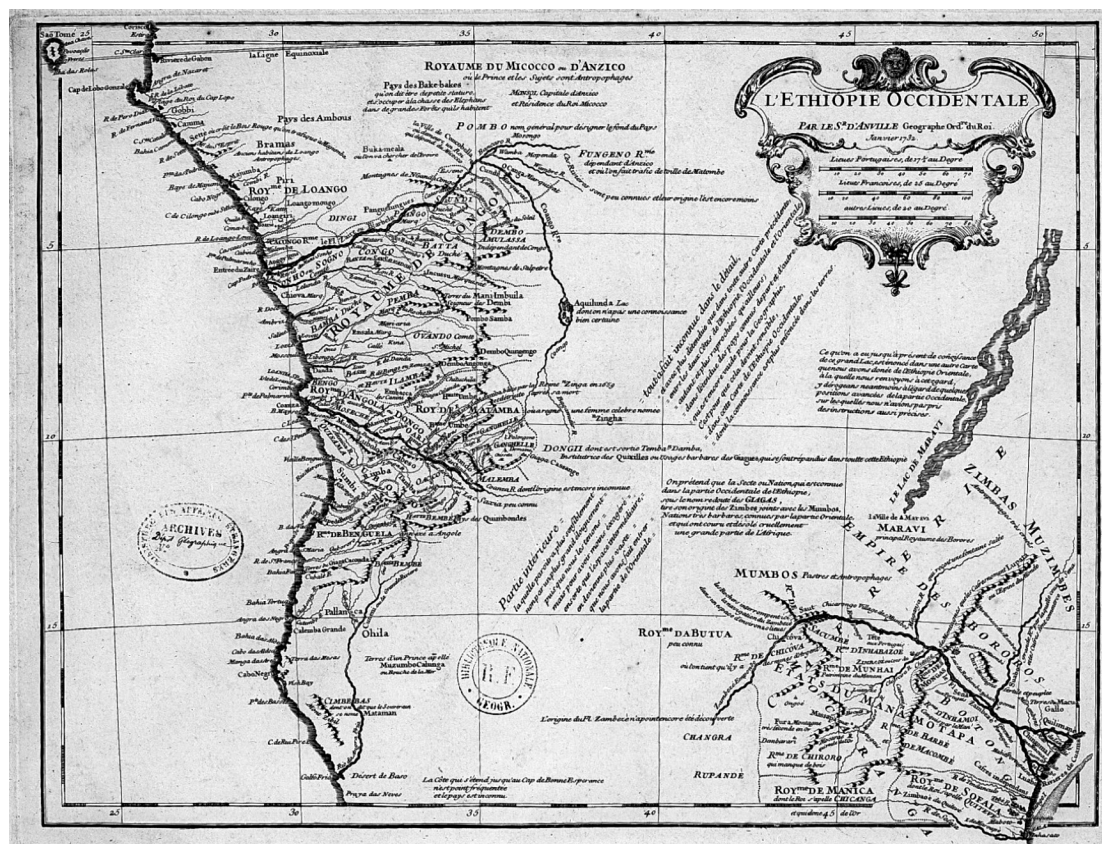
“Dobrar o Cabo da Boa Esperança para ir à costa oriental da África buscar as riquezas que lá se encontram desta parte do mundo

12 O resultado dessa pesquisa sobre o atlas terrestre e celeste, feita em conjunto com Thomas Haddad, está em vias de publicação.

13 Discurso feito por D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 22 de dezembro de 1798 (Diniz e Silva, vol. II, 2003-2006, p. 187; cf. Mota, 1964, pp. 101-107; Curto, s.d., p. 30).

14 Cf. “Memória de Felisberto Caldeira Brant Pontes sobre a Comunicação da Costa Oriental com a Ocidental de África – 9 de Setembro de 1800”, in *Arquivos de Angola*, vol. I, n. 3 (out./1935); *Arquivos de Angola*, vol. III, n. 16 (jan.-mar./1937), pp. 33-52.

15 AHU. Angola (avulsos). Caixa 95, doc. 8. Ofício de D. Miguel a D. Rodrigo, 8 de março de 1800 (Pombo, 2013, p. 146).



Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, "L'Ethiopie occidentale", 1732, 33,5 x 49 cm
 Fonte: Bibliothèque Nationale de France

não é hoje empresa que se repute temerosa. Muito mais para temer é que elas se percam vindas trazidas por terra desde Sena até Benguela por entre diversas e imensas nações de negros bárbaros. Muito mais difícil é termos forças para os domar, do que navios para ir à costa oriental. Muito mais impraticável é achar homens para se virem estabelecer no sertão da África, do que marinheiros para tripular embarcações do comércio que frequentarem o da costa oriental”¹⁶.

De toda maneira, na segunda metade do século XVIII a Coroa investiu na formação

de quadros militares profissionais que cumpriram um papel decisivo na reorganização administrativa dos espaços ultramarinos e na difusão das luzes científicas no mundo português. Os suportes dessa nova razão prática estão materializados na cartografia, nas estatísticas e nas memórias, como bem notou Diogo Ramada Curto (no prelo).

Do ponto de vista diplomático, pode-se dizer que Portugal estabeleceu uma política de soberania científica por intermédio da preparação de artefatos culturais, como foi o caso do *Atlas Universal* e do *Atlas Celeste*, concebidos pelos cartógrafos da Sociedade Real Marítima e Militar e gravados na Oficina Tipográfica do Arco do Cego e na Impressão Régia. Embora o atlas universal terrestre não tenha sido concluído, ele evidencia o notável

16 AHU. Angola (avulsos). Caixa 95, doc. 8. Ofício de D. Miguel a D. Rodrigo, 8 de março de 1800 (Pombo, 2013, p. 147).

esforço de validar nos círculos científicos o conhecimento cartográfico produzido pelos portugueses ao longo do século XVIII¹⁷.

O atlas da Sociedade Real Marítima e Militar é uma compilação e bricolagem de diversos atlas, combina mapas temáticos da Antiguidade (especialmente bíblica), assim como mapas recentes na época (da França pós-revolução). No total são 51 cartas de pequena e grande escala: dois planisférios, 21 cartas da Europa, dez da Ásia, seis da África, quatro do continente americano e diversas cartas topográficas das ilhas de Cabo Verde, Canárias, etc. Chamam a atenção o esforço de traduzir os topônimos para o português e em algumas delas a utilização do meridiano de Lisboa, conforme a orientação nacionalizante da Sociedade Real Marítima e Militar, nomeadamente no que respeitava ao caso dos domínios que os portugueses reclamavam como seus. Como observou o governador de Angola, D. Miguel Antônio de Melo: “[...] um território imenso, e que só aparentemente e no *nome* dominamos” (Melo, 1946, p. 146).

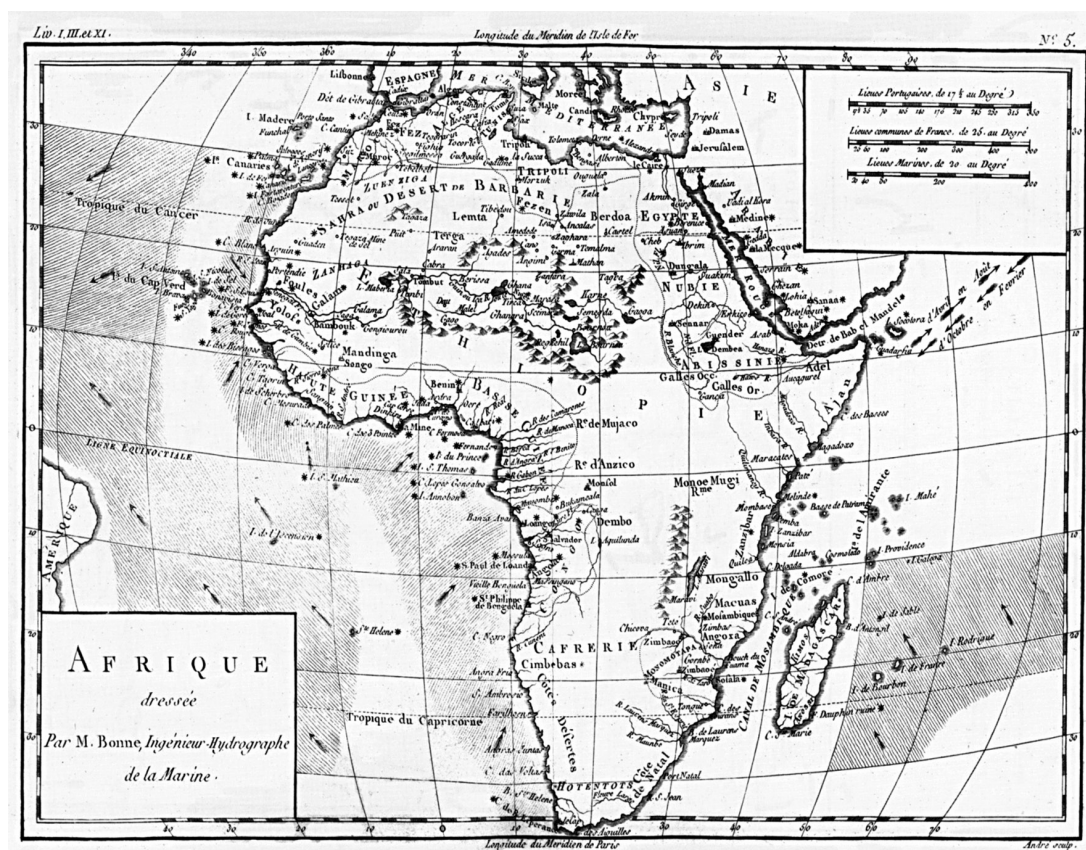
Um dos aspectos mais notáveis desse artefato cartográfico é, precisamente, a variedade de matrizes e tradições mobilizadas para sua confecção. Se tomarmos as cartas da África preparadas por Rigobert Bonne para o famoso livro do Abade Raynal, *Histoire des deux Indes*, a diferença é notória. No atlas da Sociedade Real Marítima e Militar, os estabelecimentos portugueses são claramente identificados, enquanto no atlas de Raynal, a África aparece sem indicação clara da soberania portuguesa, com a exceção

de umas poucas ilhas que são apresentadas como domínios espanhóis e portugueses. Nos finais de 1790, a França expandia sua conquista do comércio portuário africano de forma mais determinada. São Tomé e Príncipe figurava entre os planos de conquista da Marinha francesa.

Um dos cartógrafos mais prolíficos da Sociedade Real Marítima e Militar foi o piloto e engenheiro hidrógrafo luso-brasileiro José Fernandes Portugal (1755-1817), que aos 34 anos compôs, na cidade de Salvador, uma carta náutica do Oceano Oriental e Meridional em pergaminho de grandes dimensões. A serviço da Marinha de Guerra, ele deixou mais de uma dezena de cartas de toda a costa do Brasil, com descrições topográficas da região costeira (indicando altitudes e o relevo); redigiu roteiros de cabotagem desde o Maranhão até o Rio da Prata, do Cabo de Santo Agostinho até a Baía da Traição (1809); e preparou um diário náutico de Pernambuco para a Ilha de Fernando de Noronha (1798) (Cortesão, 2009, p. 389).

Jaime Cortesão o considera um pioneiro da meteorologia marítima (anterior ao trabalho de Matthew Fontaine Maury – hidrógrafo da Marinha norte-americana cujas obras datam de meados do século XIX) (Cortesão, 2009, p. 390). Cortesão sugere ainda que José Fernandes teria sido o primeiro a grafar o complicado jogo de ventos e correntes do Golfo da Guiné. Os seus mapas apresentam pequenas setas para identificar a direção do sistema de ventos e nos permitem observar com distinção os alísios do Sudeste, a corrente equatorial do Norte, a de Benguela, a da Guiné e a das Guianas, e estas duas, em particular, com setas mais densas. Em suas cartas reduzi-

17 *Atlas Universal*, Lisboa, Arco do Cego, 1801 (51 estampas, 35 x 43 cm. Mapas gravados em metal). Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



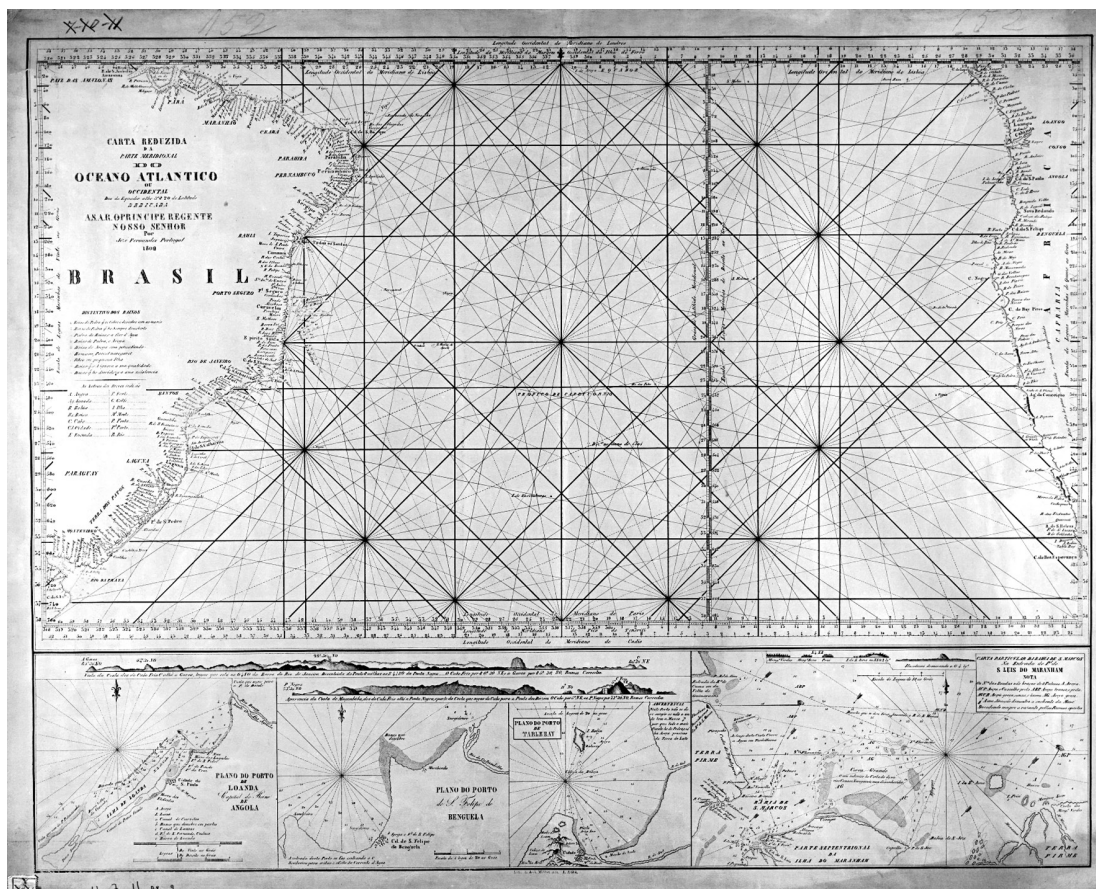
Rigobert Bonne, "Tableaux atlas et cartes de l'Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes (1780)". Paris, Fundação Voltaire, 2010

das, o cartógrafo enumera e situa por meio de latitudes e longitudes as diferentes ilhotas e baixios do Atlântico. Na carta náutica dos dois oceanos, o hidrógrafo teve a preocupação de indicar os nomes dos capitães que os descobriram e a data dos achados, questionando as informações dadas pelos demais cartógrafos, e cita abundantemente os capitães franceses e ingleses, observando a necessidade de atualização dos dados. Quase a totalidade das informações diz respeito às navegações recentes, e menciona a obra do hidrógrafo da Marinha britânica Alexander Dalrymple (1737-1808), cujo roteiro náutico foi traduzido e comentado pelo cartógrafo português Jacinto José Paganino no *Roteiro do Neptuno Oriental para Uso das Cartas de M. Aprés e D'Alrymple* (1783).

Segundo Varnhagen, José Fernandes Portugal tomou parte na Revolução Constitucionista pernambucana em 1817, tendo sido preso e se suicidado no cárcere em 17 de dezembro daquele mesmo ano (Cortesão, 2009, p. 388). Evaldo Cabral de Mello refere sua participação na redação do programa autonomista, redigido também por Arruda da Câmara e João Ribeiro, que propunha criar uma entidade supraprovincial, englobando as províncias federadas desde Alagoas até a extremidade norte do Ceará (Mello, 2014, pp. 43-4).

Até pelo menos o início do século XIX, os roteiros náuticos portugueses eram uma referência para os navegadores ingleses¹⁸: *Brazil*

18 Somente em 1795 a monarquia inglesa funda o Serviço de Hidrografia da Royal Navy.



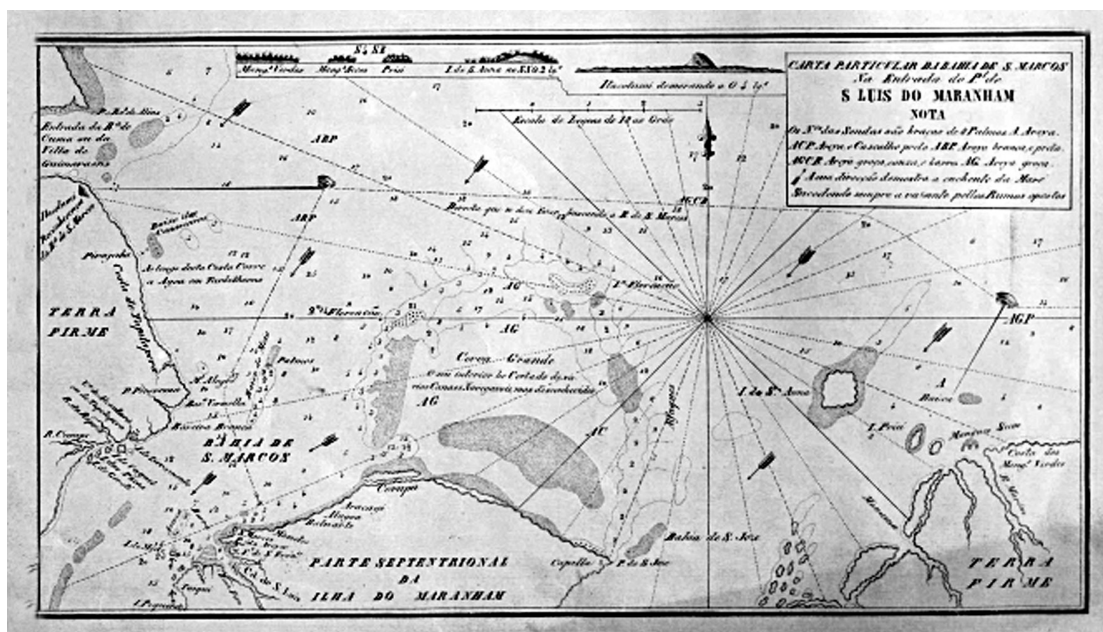
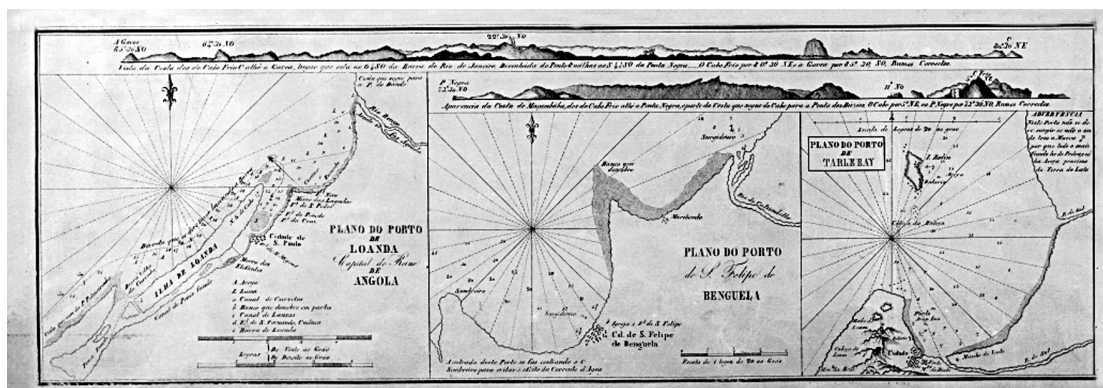
José Fernandes Portugal, "Carta Reduzida da Parte Meridional do Oceano Atlântico: des. do Equador athe 3°8'20" de latitude c. 1803", 81,2x63,6
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Pilots or A Description of the Coast of Brazil, de Manoel Pimentel, foi revisto e reeditado pelos ingleses em 1809. Nessa edição foram acrescentadas informações inéditas da frota inglesa que acompanhou a transmigração da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro e traz mapas executados entre 10 e 30 de novembro de 1808, confeccionados sob a pressão dos acontecimentos da instalação da Corte.

Na segunda metade do século XVIII, as revoluções constitucionais e das independências das colônias ibero-americanas deflagram importantes transformações nos fluxos de informação geográfica entre o Velho e o Novo Mundo. A estreita relação diplomática entre Portugal e Inglaterra permitiu que os

ateliês londrinos se tornassem o local de gravação e impressão de mapas baseados na cartografia manuscrita portuguesa (Domingues, 2012). Os cartógrafos franceses, por seu turno, contavam com a informação geográfica produzida pelos espanhóis e hispano-americanos para compor mapas da região do Caribe e das Guianas.

Um último exemplo que serve de contraponto à produção cartográfica estatal é uma obra de rara singularidade. Trata-se do *Guia de Caminhantes*, que, salvo engano, é o primeiro atlas manuscrito totalmente executado na cidade de Salvador. Um conjunto de 13 car-



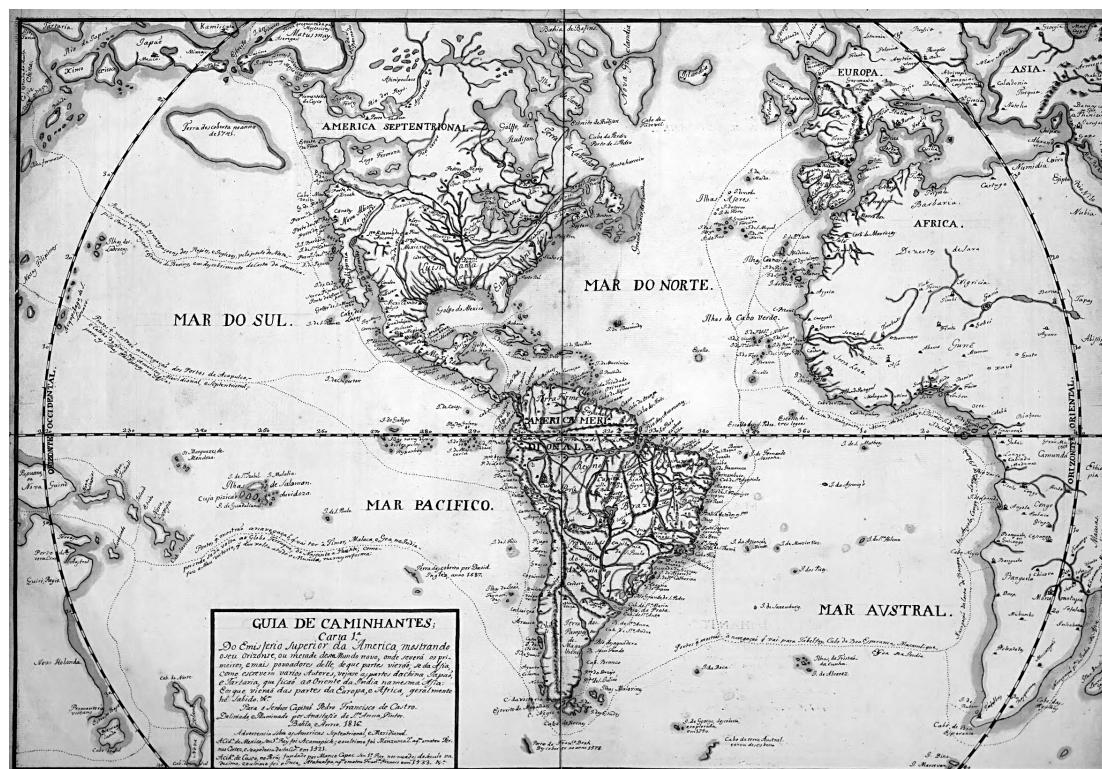
José Fernandes Portugal, detalhe da "Carta Reduzida da Parte Meridional do Oceano Atlântico: des. do Equador atre 3°8'20" de latitude c. 1803"

tas, assinado por Anastácio de Sant'Anna, que refere a si mesmo como o Velho Pardo e se designa "pintor" e não cartógrafo. Datado de 1816, quando a Corte portuguesa já se encontrava no Rio de Janeiro, e à semelhança do atlas da Sociedade Real Marítima e Militar, o exemplar permaneceu inédito e é resultado de um complexo processo de compilação e bricolagem a partir de variadas cartas, oriundas de fontes diversas por ele retrabalhadas.

Anastácio de Sant'Anna intitula seu atlas como *Guia de Caminhantes* e afirma ter como objetivo corrigir os erros feitos pelos

engenheiros militares e cartógrafos de gabinete que nunca tinham estado no continente americano. Propõe-se representar o espaço a partir de cálculos baseados em convenções antropométricas, combinados com distâncias e tempos de viagem. O atlas é dirigido a todos aqueles que viajavam a pé. Dedicou seu labor a um capitão-mor e, do que se sabe, este é o único documento cartográfico luso-brasileiro que não foi dedicado a uma autoridade metropolitana ou ao próprio rei.

Trata-se da primeira representação do conjunto das capitanias/províncias brasi-



Anastácio de Sant'Anna, "Guia de Caminhantes", 1817

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Anastácio de Sant'Anna, "Guia de Caminhantes", 1817 (detalhe das rotas)

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

leiras desde a primeira metade do século XVII. Interessa aqui chamar a atenção para o mapa-múndi no qual o continente americano figura no centro, equidistante da África e da Ásia. A redução da dimensão do Oceano Pacífico evidencia a manipulação gráfica, mas o fundamental é que ele identifica as rotas de navegação praticadas pelos portugueses, especialmente aquelas relacionadas com o comércio negreiro no Atlântico Sul. Embora construído sem o rigor matemático dos engenheiros hidrógrafos, como foi o caso de José Fernandes Portugal, o planisfério de Anastácio de Sant'Anna pontilha as principais rotas que vertebravam a navegação no Atlântico Sul: 1) navegação da Costa de Benguela, Angola, Congo, Loango e São Thomé; 2) pontos que mostram a navegação que vai para Table Bay, Cabo da Boa Esperança e Moçambique; e 3) navegação da Costa Malaqueta, Mina, Ardra, Calabar, São Thomé e Ilha do Príncipe. O uso intensivo da toponímia autóctone também chama a atenção, por estar em consonância com a metodologia proposta pelos cartógrafos franceses (como era o caso de J. B. B. d'Anville) no que se refere ao uso das línguas nativas para identificação dos nomes dos lugares.

As revoluções atlânticas e, mais tarde, a expansão napoleônica e as independências ibero-americanas intensificaram a circulação e a apropriação do conhecimento geográfico entre cartógrafos, por vezes reforçando alianças diplomáticas estratégicas, mas também ultrapassando as fronteiras meramente políticas. Se as guerras napoleônicas terminaram facilitando a partilha e a troca de conhecimento científico, o confisco de uma

grande massa de informação geográfica relacionada com a administração colonial e com interesses comerciais tornou-se uma prática comum (Brigola, 2003, pp. 341-61). O trânsito interimperial e transnacional de cartógrafos tornava-se mais intenso nessa altura, de modo que o atlas da Sociedade Real Marítima e Militar é uma expressão do contexto de mudanças geopolíticas, no qual a informação geográfica circulava cada vez mais rapidamente, de um para outro lugar. Um dos aspectos mais notáveis desses artefatos cartográficos é, precisamente, a variedade de modelos e de tradições mobilizadas na produção das imagens gravadas.

Para D. Rodrigo de Souza Coutinho, a guerra europeia era favorável para Portugal e para os seus domínios: “A nação pode justamente duvidar se uma paz absoluta lhe houvera sido mais vantajosa do que a guerra de que não sente os funestos efeitos, com que só vê uma maior estabilidade no seu Governo”¹⁹. No contexto de guerras interimperiais, novos fluxos de comunicação científica foram estabelecidos, criando oportunidades para atores situados na periferia dos “centros de cálculo”²⁰, inclusive na distante Cuiabá ou na cidade de Salvador. Nessa brecha criada pela conjuntura bélica, a cartografia do Atlântico Sul transformou-se em moeda de troca de relevância não apenas geoeconômica e científica, mas também um dispositivo da memória multissecular das travessias forçadas no Atlântico Sul.

19 Discurso feito a D. Rodrigo de Souza Coutinho, 22 de dezembro de 1798 (Diniz e Silva, 1993, p. 183).

20 A expressão se refere ao conceito de Bruno Latour (2004) para designar o processo de acumulação de conhecimento em certos nós de redes de informação assimetricamente constituídas.

BIBLIOGRAFIA

- ALADRÉN, Gabriel. *Sem Respeitar Fé Nem Tratados: Escravidão e Guerra na Formação Histórica da Fronteira Sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "L'Atlantique de Bahia: rivalités portugaises et luso-brésiliennes dans l'Atlantique Sud à l'époque du marquis de Pombal", in Dennis Rolland (org.). *Pour l'histoire du Brésil: hommage à Katia de Queirós Mattoso*. Paris, s.e., 2000, pp. 331-43.
- _____. "Prefácio: O Rio de Janeiro e o Atlântico", in Lorelay Kury; Heloisa Gesteira. *Ensaio de História das Ciências no Brasil*. Niterói, s.e., 2012.
- _____. "The Ethiopic Ocean – History and Historiography 1600-1975", in *Portuguese Literary & Cultural Studies*, n. 27, s.e., 2014.
- _____. *O Trato dos Viventes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 96-105.
- BETZ, Richard L. (org.). *The Mapping of Africa. A cartobibliography of Printed Maps of the African Continent to 1700*. Goy-Houten, HES & De Graaf, 2007.
- BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa, Edições Setenta, 1991.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa, Gulbekian, 2003.
- CALDAS, José António. *Notícia Geral de Toda esta Capitania da Bahia desde o Seu Descobrimento até o Presente Ano de 1759*. Edição fac-similar. Salvador, Typografia Beneditina, 1951.
- CARREIRA, Antonio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo, Nacional, 1988.
- _____. *As Companhias Pombalinas*. Lisboa, Presença, 1983.
- CORTESÃO, Jaime. *O Brasil nos Velhos Mapas*. Lisboa, Casa da Moeda, 2009.
- COSTA, Leonor Freire. *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- CUNHA, D. Luís da. "Carta de 1725", in Abílio Diniz Silva (ed.). *Instruções Políticas*. Lisboa, CNCDP, 2001.
- CURTO, Diogo Ramada. *Iluminismo e Projectos Coloniais para Angola (1797-1802)*, in Ana Paula Megiani e Ermelinda Pataca (eds.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego* (no prelo).
- DIAS, Manuel Nunes. "A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1756-1778)", in *Revista de História*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1971.
- DINIZ E SILVA, Andrée Mansuy. *Souza Coutinho (D. Rodrigo de). Textos Políticos, Económicos e Financeiros*. Lisboa, Banco de Portugal, 1993.
- _____. *Portrait d'un homme d'Etat. D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares (1755-1812)*. T. I: *La formation d'un homme d'Etat (1755-1796)*. T. II: *L'homme d'Etat (1796-1812)*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 2003-2006.
- DOMINGUES, Angela. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*. Lisboa, Cham, 2012.

- FERREIRA, Victor Bertocchi. "A Representação da Economia Açucareira e do Tráfico de Escravos na Cartografia Neerlandesa do Século XVII". 3º Relatório de Iniciação Científica para Fapesp, 2013.
- FREITAS, Serafim de. *Do Justo Império dos Portugueses*. Ed. Miguel Pinto de Meneses. Lisboa, Inic, 1983.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon d'Anville na Construção da Cartografia do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012.
- _____. *The Map That Invented Brazil*. Rio de Janeiro, Versal, 2013.
- _____. "Envolving Ideas: J. B. B. d'Anville's Maps of Southern Africa 1725-1749", in *Imago Mundi*, v. 69, 2017, pp. 202-215.
- GARCIA, João Carlos; FRIAS, Guillermo Arturo Medina. "El Atlántico Central del Ingeniero Geógrafo La Rouge (1779)". Comunicação inédita apresentada no V Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia. Bogotá, setembro de 2014.
- GESTEIRA, Heloisa M. "Da Liberdade dos Mares: Guerra e Comércio na Expansão Neerlandesa para o Atlântico", in *Revista de História*, v. 154. São Paulo, FFLCH-USP, 2006, pp. 221-49.
- HOFMANN, Catherine (dir.) *Artistes de la carte*. Paris, Editions Autrement, 2012.
- KANTOR, Iris. "Soberania e Territorialidade Colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720)", in Andréa Carla Doré; Antonio Cesar de Almeida Santos. *Temas Setecentistas: Governos e Populações no Império Português*. Curitiba, Araucária, 2009, pp. 233-9. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Soberania-e-territorialidade-colonial-Iris-Kantor.pdf>. Acesso em: 1º/7/2017.
- KOEMAN, Cornelis et al. "Commercial Cartography and Map Production in the Low Countries, 1500 – ca.1672", in David Woodward (org.). *The History of Cartography, volume III. Cartography in the European Renaissance. Part 2*. Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 2007.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação*. São Paulo, Unesp, 2004.
- LOIS, Carla; GARCIA, João Carlos. "Do Oceano dos Clássicos aos Mares dos Impérios: Transformações Cartográficas do Atlântico Sul", in *Anais do Museu Paulista*, v. 17, 2009, pp.15-37.
- MAURO, Frédéric. *Portugal, Brasil e o Atlântico: 1570-1670*. Lisboa, Estampa, 1989.
- MCCLELLAN III, James; REGOURD, François. "The Colonial Machine in Action – The Conquest of Space", in *The Colonial Machine*. Turnhout, Brepols Publishers, 2011.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Outra Independência: Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2014.
- MELO, D. Miguel Antônio de. "Ofício ao Vice-Rei do Brasil, datado de 8 de Novembro de 1799", in *Arquivos de Angola*, v. III, n. 13 e 14, 1946.
- MOTA, Avelino Teixeira da. *A Cartografia Antiga da África Central e a Travessia entre Angola e Moçambique, 1500-1860*. Lourenço Marques (Maputo), Sociedade de Estudos de Moçambique, 1964.
- _____. *D. Luís da Cunha e a Carta da África Meridional de Bourguignon d'Anville*. Lisboa, 1962.
- NOVAIS, Fernando A.; FALCON, Francisco. "A Extinção da Escravatura Africana em Portugal no Quadro da Política Pombalina", in Fernando Novais. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005, pp. 83-105.

- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. "Sargento-mor José Antônio Caldas, um Professor", in *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador, IHGB, 2002.
- PAGDEN, Anthony. "Commerce and Conquest: Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the Freedom of the Seas", in *Mare Liberum*, v. 20, s.e., 2000, pp. 33-55.
- PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde: de la Renaissance au Siècle des lumières*. Paris, Bibliothèque Nationale de France, 2001.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). *Annaes da Provincia de S. Pedro*. Rio de Janeiro, 1839.
- POMBO, Nivia. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos Ilustrados (Portugal, Brasil e Angola – 1796-1803)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2013.
- RIBEIRO JUNIOR, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- RICHARDON, D.; ELTIS, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven, Yale University Press, 2010.
- RODRÍGUEZ, Antonio Acosta; GONZÁLEZ, Adolfo; VILAR, Enriqueta Vila. *La Casa de Contratación y la Navegación y Comercio entre España y las Indias*. Sevilha, CSIC, 2003.
- SANTOS, Catarina Madeira. *Angola Não É Feitoria... É Reino... Pode Ser Império – Poderes Africanos e Governo Polido (1750-c.1800)*. Tese de doutorado. Lisboa/Paris, Universidade Nova de Lisboa/EHESS, 2005.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da; GRINBERG, Keila. "Soil Free from Slaves: Slave Law in late 18th – Early 19th Century Portugal", in Sue Peabody; Keila Grinberg. *Free Soil in the Atlantic World*. London/New York, Routledge, 2015.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987.



HOMENAGEM

Antonio Candido

Antonio Candido pioneiro

Telê Ancona Lopez



“E quando eu tiver saído
Para fora do teu círculo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Não serei nem terás sido
Tempo, tempo, tempo, tempo

Ainda assim acredito
Ser possível reunirmo-nos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo, tempo, tempo, tempo”
(Caetano Veloso)

Tenho o Caetano cantando no meu pensamento e hoje, num outro nível de vínculo, este meu tema emerge, associa-se às lembranças, costurando-as na medida do depoimento, tempo de historiar para esta aluna de Antonio Candido que eu sou, por toda a minha vida.

Recém-formada, descubro Antonio Candido de Mello e Souza pioneiro, no segundo semestre de 1961, quando ele abre para a interdisciplinaridade as fronteiras do ensino da literatura. Seu curso Teoria e Análise do Romance, na área nova, Teoria Literária e Literatura Comparada, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (hoje Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Huma-

nas) da Universidade de São Paulo, enseja o seminário interdisciplinar “A Personagem de Ficção”, que ele coordena após as aulas, de outubro a novembro, no prédio cinza de altivas colunas, à Rua Maria Antonia. Com-

Meu agradecimento aos amigos que, generosamente, compartilharam comigo informações por eles recolhidas em projetos seus: professores Antonio Dimas e Thiago Lima Nicodemo, que estudam, respectivamente, a interlocução IEB-USP/Fapesp e Sérgio Buarque de Holanda na formação do IEB-USP.

TELÊ ANCONA LOPEZ é Professora Emérita do IEB-USP e colaboradora-sênior do IEB e da FFLCH-USP.

pareço ao seminário. Conferencistas convidados, excelentes, ocupam-se de focos paralelos ao da teoria e da análise literária: Anatol Rosenfeld aborda a questão geral da ficção; Decio de Almeida Prado, a personagem de teatro; Paulo Emílio Sales Gomes, a personagem de cinema; Antonio Candido cuida da personagem na literatura. Há mesa-redonda com a participação de alunos, projeção de filme, peça teatral, debates. Tudo coisa nova, facultada à comunidade, como se diz atualmente. Em 1964, o número 284 do *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, intitulado *A Personagem de Ficção*, divulga os ensaios dos quatro conferencistas no seminário de 1961. O prefácio de Antonio Candido à segunda edição, pela Editora Perspectiva, em 1968, destaca a primeira publicação como um livro “nascido de uma experiência de ensino”.

O renovar, inerente aos passos de Antonio Candido, reitera 1962, na chave da interdisciplinaridade, no primeiro semestre, durante o curso de especialização em que se estuda *Quincas Borba*, das 10 horas ao meio-dia, às sextas-feiras, na sala 11, a sala grande no primeiro andar. Sou aluna matriculada. Na análise minuciosa e na interpretação do texto, regidas pelo professor, a crítica literária traça pontes com a sociologia, o cinema e a pintura. As aulas garantem voz aos alunos inscritos e àqueles que se achegam, atraídos pelo valor da discussão. Os alunos “de fora” são estudantes de outras áreas e pessoas que levantam questões interessantes – a escritora Lygia Fagundes Telles, Paulo Emílio Sales Gomes, Maurice Capovilla, cineasta e ator, jornalistas, um rato de biblioteca, duas senhoras da *haute gomme* paulistana, d. Ivonne, d. Nelia, cultas e gentis. Dessa disciplina sai o projeto de Antonio Candido para a sua

aluna Pérola de Carvalho – reunir o jornalismo do Machado, transcrevendo crônicas e críticas diretamente dos jornais e revistas conservados na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O projeto põe em cena o ensino da pesquisa literária nas fontes primárias. Para concretizá-lo, o orientador, em 1963, apresenta à Fapesp, então compromissada com a investigação nas ciências exatas e biológicas, o pedido de bolsa para o projeto de Pérola, no âmbito de um doutoramento. Concedida a bolsa, o desempenho da pesquisadora é exemplar, dizem os pareceres aos relatórios da nossa colega.

Cronista, eu regresso a 1962, ao segundo semestre e ao curso de especialização, desta vez mergulhada na análise e na interpretação do poema de Mário de Andrade, “Louvação da Tarde”, no Modernismo que ainda arreliava muita gente. O estudo meticuloso, que Antonio Candido desenvolve, motiva dois caminhos, de 1963 a 1968, unindo estreitamente o grande polígrafo à Universidade de São Paulo.

O caminho imediato é inaugurar, na universidade brasileira, o estudo das bibliotecas de escritores, concretizado na pesquisa que visa ao levantamento dos títulos e à coleta da marginália nas estantes de Mário de Andrade. Desponta em uma das nossas aulas (talvez ideia matreiramente lançada...). Nosso professor nos conta – e bem me lembro do sorriso nos olhos dele – que a imensa biblioteca do poeta de *Pauliceia Desvairada* possui uma igualmente imensa marginália e que tudo está lá, intocado, na casa onde ele viveu, à Rua Lopes Chaves, 546, na Barra Funda. Entusiasmada, mas delirando, eu proponho que, nas férias, nós, seus alunos de teoria literária, registremos tudo. A verdade é que demorou um pouco... Em janeiro de

1963, Maria Helena Grembecki e eu começamos a trabalhar, guiadas pelo nosso mestre, no tombamento dos títulos e na transcrição das notas marginais. O projeto, em 1965, admite mais uma pesquisadora, Nites Feres. E nós só conseguimos fechá-lo em 1968, isso porque recorreremos à microfilmagem com uma Leica, acoplada a um incrível aparelho inventado pelo professor José Aderaldo Castello, então diretor do Instituto de Estudos Brasileiros, personagem e entidade significativos neste meu lembrar, como logo se verá. Àquela altura, já contamos com o respaldo financeiro da Fapesp. Ao solicitar bolsas para nós duas, em janeiro de 1964, Antonio Candido ressaltara a relevância da biblioteca de Mário de Andrade, “superior a 10.000 volumes”, nas múltiplas áreas que a compõem, enriquecidos com as copiosas anotações daquele especial leitor. Para convencer a Fapesp da necessidade de captar os títulos e recolher a marginália, o professor se referira à marginália de Stendhal, coligida e publicada pela Universidade de Grenoble. Frisara o ineditismo do seu próprio empreendimento:

“No quadro das tentativas (em que estamos empenhados) de trazer a pesquisa humanística, no Brasil, ao nível já alcançado nas ciências físicas e biológicas, estou certo de que o projeto agora apresentado merece consideração, pela matéria investigada e pela qualidade das duas investigadoras”.

Pouco depois, ele vincularia nossa pesquisa ao mestrado implantado pela área de Teoria Literária e Literatura Comparada na faculdade. E orientaria as dissertações de mestrado de suas três pesquisadoras, defendidas em 1967. Sobre a marginália de Mário

de Andrade, naturalmente! Em 1968, ao finalizar o registro da biblioteca e da marginália, as fichas e os microfilmes resultantes da nossa pesquisa são depositados no instituto e franqueados à consulta.

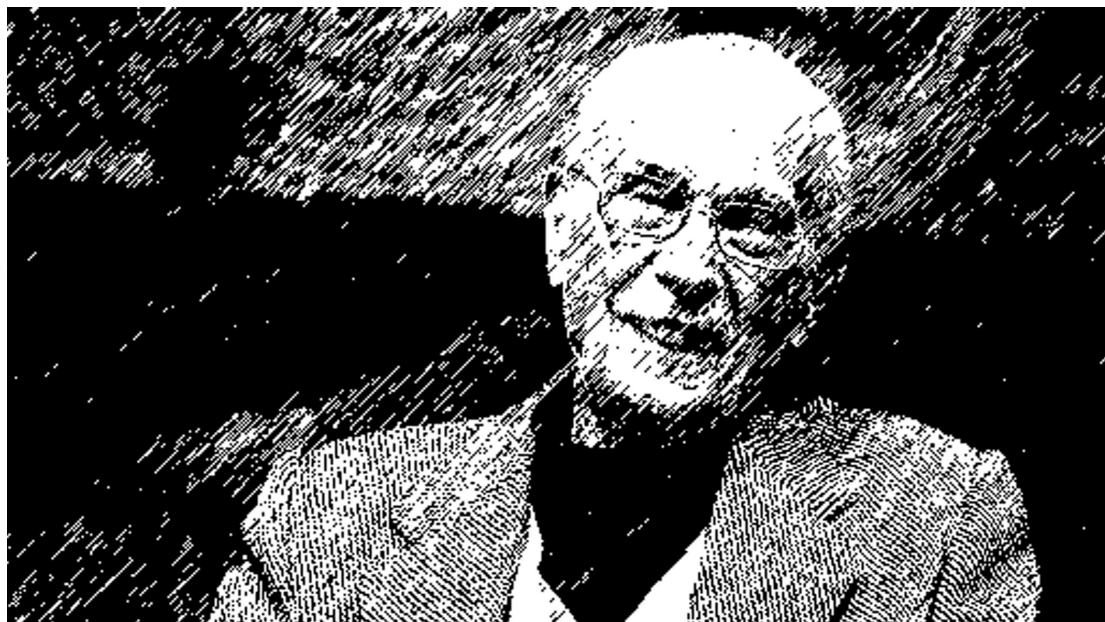
O segundo caminho nascido do curso de especialização consolida a democratização do saber na esfera das humanidades, ao contemplar a salvaguarda do acervo do criador de *Macunaíma* e o acesso ao seu conteúdo. E me faz voltar a uma tarde de agosto, em 1967. Tanto quanto pode meu olhar se deter em Antonio Candido, ele chega – paletó de *tweed* e boina – à casa da Lopes Chaves, para supervisionar nosso trabalho. Conta-nos do Instituto de Estudos Brasileiros, criado dentro da USP pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, em 1962, um órgão composto de várias áreas integradas, no qual, como conselheiro ligado à literatura, ele defende a pesquisa nas fontes primárias e a internacionalização de projetos. Pois esse IEB – como se fala então, escandindo a sigla – tem agora, na direção, José Aderaldo Castello, um professor de literatura brasileira que, compreendendo o alcance do Acervo Mário de Andrade, deseja firmemente incorporá-lo ao patrimônio da instituição. Antonio Candido sonha um centro de estudos do Modernismo; aplica-se, de corpo e alma, à negociação com o governo do Estado no intuito de obter a aquisição do acervo para a Universidade de São Paulo, já determinado ao IEB. Castello luta ao seu lado. A transação se consuma em 1968. A família de Mário, que, desde a morte dele, em 1945, zelara do arquivo, dos livros, das obras de arte plásticas, da imaginária religiosa e dos objetos da cultura popular, no espólio de valor incalculável, que generosamente recebera as pesquisadoras em sua casa, revela

plena compreensão do destino do acervo, quando aceita o pagamento simbólico do Estado, envolvendo a biblioteca e a coleção de arte. Doa o arquivo ao IEB. De lá para cá, perde-se a conta dos projetos universitários, nas áreas de artes plásticas, música, fotografia, filosofia, sociologia, antropologia, teoria literária e literatura comparada, literatura brasileira, bem como nas literaturas de outras nacionalidades que, na USP e fora dela, se abeberaram do acervo, votando-se ou não à obra do multi-Mário. Testemunha-se, igualmente, o sem-número de pesquisadores que, sem objetivos acadêmicos, ali apoiam as respectivas investigações.

Eu me atraso em conhecer o que, para mim, representa mais uma instância pioneira no trajeto de Antonio Candido professor. Prende-se a 1959 e à crítica textual, creio que nunca antes especificamente ensinada na universidade brasileira. Em 1977, como pesquisadora concursada do IEB, devo preparar uma edição crítica de *Macunaíma* para a coleção Biblioteca Universitária de Literatura

Brasileira, dirigida pelo professor Castello. Peço socorro ao meu mestre, com quem, há algum tempo, eu avalio critérios para editar inéditos do Mário de Andrade. Desta vez, suas respostas pontuais são acompanhadas de um presentão – a apostila *Noções de Análise Histórico-Literária*, mimeografada (datilografia dele) para a disciplina homônima que ele lecionara, em 1959, na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, fundamentando-se em Pasquali, Jannaco, Paul Maas, livros que passam, igualmente, para minhas mãos. Em 2005, “depois de muita relutância”, Antonio Candido consente em divulgar, pela Associação Editorial Humanitas, essas suas aulas, surpreendendo muita gente.

Esses três instantes, sobre os quais me inclino, eu os vejo no bojo de um pensamento, de uma vida que compreendeu o direito inalienável da humanidade de exercer e de fruir a literatura e todas as artes, em um sentido de liberdade e justiça, fundamental para a evolução emocional e ética dessa mesma humanidade – Antonio Candido.



Na sala de aula com Antonio Candido

Marisa Lajolo

Eram os anos 60. Comecinho da década, 1961, talvez 1962. Quem fazia Letras na USP tinha aulas na Rua Maria Antonia. Lá ficava a faculdade então chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Até hoje, o prédio cinzento e sóbrio, com colunas e alguns degraus na entrada, fica de frente para os tijolos vermelhos do Mackenzie. Pertinho, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (a FAU, na Rua Maranhão) e a Faculdade de Economia (a FEA, na Rua Dr. Vila Nova). Meia quadra abaixo, tinha o Diretório Central dos Estudantes (DCE), ali na Major Sertório.

No currículo dos calouros, aulas de grego para alguns, aulas de línguas e literaturas

estrangeiras para outros; aulas de filologia e de latim para todos. E uma novidade: a disciplina *teoria literária*.

Espanto de alguns dos jovens alunos: então a literatura tinha uma teoria, como a gravidade de Newton ou a relatividade de Einstein?

II

Tendo ou não uma teoria, tinha um professor: Antonio Candido.

A sala dele ficava num prédio ao lado.

MARISA LAJOLO é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Unicamp.

Prédio de porta estreita, sem as colunas do prédio principal. De sua sala, atulhada de livros, para o prédio das salas de aula, sua figura magra e elegante – sempre de paletó – palmilhava a calçada. Às vezes com o professor Salum (que vestia um avental branco e às vezes um boné), outras com o professor João Alexandre, recém-chegado do Recife.

Era assim que Antonio Candido chegava à sala de aula.

A sala onde ele nos dava aula ficava no andar térreo. Era lá que nós – então moços e moças – travávamos conhecimento com a tal teoria literária, disciplina recém-chegada ao currículo das letras e cuja austeridade do título parecia acenar com objetividade, precisão, rigidez de regras, normas pétreas, imobilidade de categorias.

Puro preconceito!

Não era nada disso que as aulas do professor Antonio Candido nos ofereciam. Para nós, futuros professores e pesquisadores, suas aulas eram um exemplo de docência e de fidelidade a modelos epistemológicos bem menos engessados do que a palavra “teoria” parecia (e parece ainda?) sugerir para as tribos das ciências humanas.

Suas aulas nos proporcionavam uma rara experiência intelectual. Sentíamos que participávamos de situações em que a profunda erudição do professor articulava-se a seu amor à literatura, à sua sensibilidade para o texto literário e a seu respeito por quem assistia a suas aulas. A articulação desses elementos tinha efeitos fantásticos: jamais intimidava os alunos, jamais fazia sentirem-se menores aqueles que não traziam do berço familiaridade com a cultura letrada.

Talvez, até pelo contrário.

Nos incentivava a ler, estudar, pensar.

Era generosa a atenção que o professor

dava, ao final de sua exposição, a questões levantadas pelos alunos; e era gentil a paciência com que respondia às nossas abordagens pelos corredores e escadarias.

Esta atenção ao *outro* – nós, alunos de graduação – articulava-se à extrema clareza com que apresentava e discutia textos e conceitos envolvidos em suas aulas.

Era simples, mas não simplificava o tópico. A complexidade dos temas se esclarecia na explicação demorada, salpicada de expressões que favoreciam interesse e envolvimento. Creio que suas aulas nos faziam sentir que éramos, sim, capazes de ler e de interpretar textos, de nos debruçar sobre a bibliografia, de analisar obras, de discutir autores.

O que não era – e continua não sendo – pouco.

III

Muitas décadas depois, em uma entrevista (2011, jornal *Brasil de Fato*¹), o professor comenta e, comentando, parece referendar este seu antigo compromisso com a clareza. O que ele – na entrevista – advoga para textos publicados é o que testemunhávamos e vivíamos em suas aulas.

Diz Antonio Candido, meio século depois de ter inaugurado teoria literária na Universidade de São Paulo:

“Acho que a clareza é um respeito pelo próximo, um respeito pelo leitor. Sempre achei, eu e alguns colegas, que, quando se trata de ciências humanas, apesar de serem

1 A entrevista, na íntegra e com comentários de leitores, está disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/6819>.

chamadas de ciências, são ligadas à nossa humanidade, de maneira que não deve haver jargão científico. Posso dizer o que tenho para dizer nas humanidades com a linguagem comum. [...] acho que a clareza é necessária inclusive para poder divulgar a mensagem, a mensagem deixar de ser um privilégio e se tornar um bem comum.

Uma coisa que sempre me preocupou muito é que os teóricos da literatura dizem: é, preciso fazer isso, mas não fazem”.

Seu compromisso com a clareza, tanto nas aulas quanto nos livros, manifesta-se não apenas na fuga ao vocabulário pretensioso e exótico, e às construções retorcidas. A limpidez de seu texto reside, talvez sobretudo, em seu cuidado em pilotar o leitor, por exemplo, sublinhando o ponto de partida e anunciando o pretendido ponto de chegada.

Texto originalmente publicado em 1958², já no primeiro parágrafo informa a seus leitores o *que esperar* e o *que não esperar* do texto que vão ler:

“Não desejo aqui propor uma teoria sociológica da arte e da literatura, nem mesmo fazer uma contribuição original à sociologia de ambas; mas apenas focalizar aspectos sociais que envolvem a vida artística e literária nos seus diferentes momentos” (Candido, 1975, p. 17).

Como se vê, o fragmento se abre apontando o que *não* se encontrará no texto (*teoria sociológica*, nem *contribuição original à sociologia*); logo depois, a partir de um

advérbio (*apenas*), que confere modéstia a quem o emprega, vem a indicação daquilo que, *sim*, tratará o texto: *aspectos sociais que (...)*.

Ao final do longo e belo artigo, nova cortesia aos leitores: reafirma o objetivo do texto, detalha como chegou a ele (*através da literatura*), aponta os limites do percurso trilhado (*não explica a essência do fenômeno artístico*), enumera tópicos importantes discutidos: *a formação e o destino das obras*. E, de novo, a marca da modéstia representada em algumas expressões: o autor apenas *aflorou* a questão, *pensa ter ficado claro* o que expôs e espera que sua exposição *ajude a compreender...*

“[...] penso ter ficado claro que o estudo sociológico da arte, aflorado aqui sobretudo através da literatura, se não explica a essência do fenômeno artístico, ajuda a compreender a formação e o destino das obras; e, neste sentido, a própria criação” (Candido, 1975, p. 39).

Ou seja, nem verdades categóricas nem certezas pétreas.

IV

Quase 30 anos depois, em *Na Sala de Aula: Caderno de Análise Literária*³, obra de 1985, a mesma atenuação de certezas e desvio de receitas se fazem claros na exposição dos objetivos do livrinho que, com menos de 100 páginas, *Na Sala de Aula* pretende “[...] sugerir ao professor e ao estudante manei-

2 O rodapé do autor informa que se trata de “redação de uma conferência pronunciada em 1957, na Sociedade de Psicologia de São Paulo” (Candido, 1975).

3 A propósito deste livro, retomo ideias que apresentei em artigo publicado no Caderno de Programas e Leituras do *Jornal da Tarde* em 1985.

ras possíveis de trabalhar o texto” (Candido, 1985, p. 5).

Analisando poemas brasileiros que foram originalmente apresentados e discutidos em suas aulas, o professor disponibiliza matéria de seus cursos a que alguns tiveram o privilégio de assistir.

Na análise dos textos, lição preciosa: como olhar e discutir poemas brasileiros de diferentes épocas/estilos? E por que ler e discutir literatura?

Penso que a resposta à questão acima é a grande lição de Antonio Candido.

V

Ao longo das análises que *Na Sala de Aula* apresenta, aprendemos que o diálogo de um leitor com um texto constitui um diálogo de muitas vozes: a voz do leitor com o texto que analisa, do leitor com outros leitores daquele texto, do leitor com suas leituras e análises anteriores, etc. Tais leituras tecem-se, na voz que analisa um texto – sobretudo em situações escolares (incluindo as universitárias) – com muitas outras vozes, cuja polifonia como que orienta a sensibilidade de quem (por exemplo, como professor ou como ensaísta), debruçando-se sobre o texto, rege um coro de intérpretes.

A percepção dessas outras vozes (desses outros – os leitores – para os quais seu texto se dirige) se faz presente em *Na Sala de Aula* pela consciência da presença virtual de um leitor a pedir-lhe contas.

Ao longo das análises, Antonio Candido não perde de vista seu interlocutor/leitor, a quem credita, em face de seu texto e de cada poema, uma atitude tão ativa quanto a sua. Anuncia suas interpretações: “Caberá uma extrapolação? Se couber, eu diria [...]”

(Candido, 1985, p. 18). Adivinha e leva em conta virtuais antecipações do leitor: “Habitado às neblinas da poesia contemporânea, o leitor fica muito perplexo” (Candido, 1985, p. 22) ou “estes movimentos do poema penetram no subconsciente do leitor devido a uma espécie de sedimentação dos modos e tempos verbais” (Candido, 1985, p. 26).

Creio que é exatamente na intersecção desses diálogos – o do mestre com o texto e o do mestre com seus leitores, debruçados ambos sobre cada poema – que se dá o ato propriamente formador.

Outra lição preciosa de *Na Sala de Aula* é a de que são muitos os caminhos através dos quais o leitor constrói os significados que, pelo exercício da análise, atribui a um texto. Não se furtando a percorrer nenhum deles, Antonio Candido ensina que a opção por um ou por outro depende do texto, de quem se debruça sobre ele, da situação na qual decorre o exercício de análise, etc.

Assim, recursos à biografia do autor (expulsa há algum tempo das aulas de literatura?), à análise gramatical (vista com severas ressalvas pelos adversários de tendências formalistas da crítica?), à história da elaboração do texto (geralmente relegada ao *anedótico*?), à minuciosa explicitação da estrutura rítmica e melódica do texto são, em momentos diferentes, convocados para análise dos textos. Para Antonio Candido é o recurso a uma ou outra dessas perspectivas que permite a construção de um significado para o texto.

Na entrevista de 2001, já mencionada, Antonio Candido reafirma a pluralidade de – digamos – categorias às quais ele recorre em sua prática de professor e de crítico literário:

“Depois de mais maduro minha conclusão foi muito óbvia: o crítico tem que proceder

conforme a natureza de cada obra que ele analisa. Há obras que pedem um método psicológico, eu uso; outras pedem estudo do vocabulário, a classe social do autor; uso. Talvez eu seja aquilo que os marxistas xingam muito, que é ser eclético. Talvez eu seja um pouco eclético, confesso. Isso me permite tratar de um número muito variado de obras”.

O que – penso – aprende-se em *Na Sala de Aula* é que discutir ou ensinar literatura não pode ou não deve pautar-se por categorias rígidas apriorísticas que dirijam o rumo que deve seguir cada leitor a cada leitura de cada texto.

Tal redução, no limite, reifica o leitor, a leitura e o próprio texto.

Reificação que talvez seja o oposto do que Antonio Candido propõe como *função* da literatura.

VI

A *função* da literatura é tema constante do professor, ao lado da relação entre *literatura* e *sociedade*. Ambos os tópicos são fundamentais para a concepção da literatura como *formadora* sendo, portanto, um *direito* de todas as pessoas. Literatura e sociedade, aliás, dão título a uma de suas mais importantes obras (Candido, 2006).

Antonio Candido discute a sutil relação entre o social e o literário a partir da hipótese de que o *social*, sendo externo à obra, precisa internalizar-se. Esta *internalização*, por exemplo, é trabalhada na discussão de *Memórias de um Sargento de Milícias*⁴, no

artigo “Dialética da Malandragem”, recolhido em *O Discurso e a Cidade* (Candido, 2004)⁵.

Comentando a divertida história dos Leonardos e seus parceiros *do tempo do Rei*, o olhar de Antonio Candido recai sobre a cena em que o prepotente Major Vidigal, na pressa de fazer-se apresentável, veste-se com curiosa indumentária: da cintura para cima, farda fulgurante de medalhas; da cintura para baixo, roupa de casa.

Na duplicidade das roupas da personagem, o ensaio de Antonio Candido propõe que se veja representada a profunda cisão que marca a sociedade brasileira: digamos que, de um lado, a classe dominante com fumaças francesas; de outro, a grande massa de excluídos. Ricos e pobres, população livre e população escrava, por aí...

Depois de apontar a presença, no texto do romance, de uma *dialética da ordem e da desordem* (Candido, 2004, p. 31) vem o comentário à vestimenta do Major, que bem pode ilustrar um exercício de interpretação que observa a transformação do *externo* em *interno*:

“Há um traço saboroso que funde no terreno do símbolo essas confusões de hemisférios e esta subversão final de valores. Quando as mulheres chegam à sua casa (Dona Maria na cadeirinha, as outras se esbofando ao lado), o Major aparece de chambre de chita e tamancos, num desmazelo que contradiz o seu aprumo durante o curso da narrativa. Atarantado com a visita, desfeito em risos e arrepios de erotismo senil, corre para dentro e volta envergando a casaca do uniforme,

4 De Manuel Antônio de Almeida (1831-61), *Memórias de um Sargento de Milícias* foi originalmente (1852-53) publicado em folhetins de *A Pacotilha*; em 1853 e 1854 foi publicado em livro, em dois volumes.

5 Ao final do livro, vem a informação de que a análise foi originalmente publicada na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (IEB-USP), n. 8, 1970.

devidamente abotoada e luzindo em seus galões, mas com as calças domésticas e os mesmos tamancos batendo no assoalho” (Candido, 2004, p. 37).

VII

A proposta de interpretação de formas assumidas pela relação entre história & sociedade, entre o social e o literário encaminha-se sempre para uma concepção da literatura – sua produção e sua recepção – como fator de *humanização*.

O tema parece aflorar de forma explícita em texto dos anos 70: “A Literatura e a Formação do Homem”⁶, que retoma apresentação feita no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência de 1972. Dez anos depois, o tema ressurge, refinado, em “O Direito à Literatura” (Candido, 2004b)⁷.

Em ambos os textos, o professor propõe que se conceba a literatura como uma resposta a necessidades profunda e ancestralmente sentidas por todos: homens, mulheres e crianças, de todos os tempos e de todos os lugares.

A hipótese do professor é a de que em todas as suas manifestações, das mais simples às mais complexas, a literatura forma e humaniza quem a produz e quem a consome. Forma e humaniza pela fantasia e imaginação de que ela, a literatura, se nutre. O real da vida, em todas as suas dimensões, é transfigurado pela fabulação.

Medos, desejos, ignorâncias, amores, necessidades, está tudo nela, transfigurado.

É através da fabulação que a literatura propõe respostas e refina questões. E, questionando e respondendo, nos forma e humaniza. E por isso é um direito.

Nas palavras de Antonio Candido:

“Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito [...]” (Candido, 2004b, p. 174).

Mais adiante:

“[...] ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente” (Candido, 2004b, p. 175).

VIII

Para finalizar, penso que as observações acima ancoram-se na tese maior de Antonio Candido, a concepção de um *sistema literário* que costuma ser representado pela figura geométrica de um triângulo cujos vértices simbolizam, respectivamente, *autores*, *obras* e *públicos*.

Apresentado originalmente em *Formação da Literatura Brasileira*, cuja primeira edição é de 1959, o conceito de sistema literário, sobretudo nas reflexões que instiga sobre as intermediações entre os vértices do triângulo, oferece a fundamentação para a ideia

6 Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3560>.

7 Inspirado neste texto de Antonio Candido, Aldo Lima organiza a obra *O Direito à Literatura* (2012).

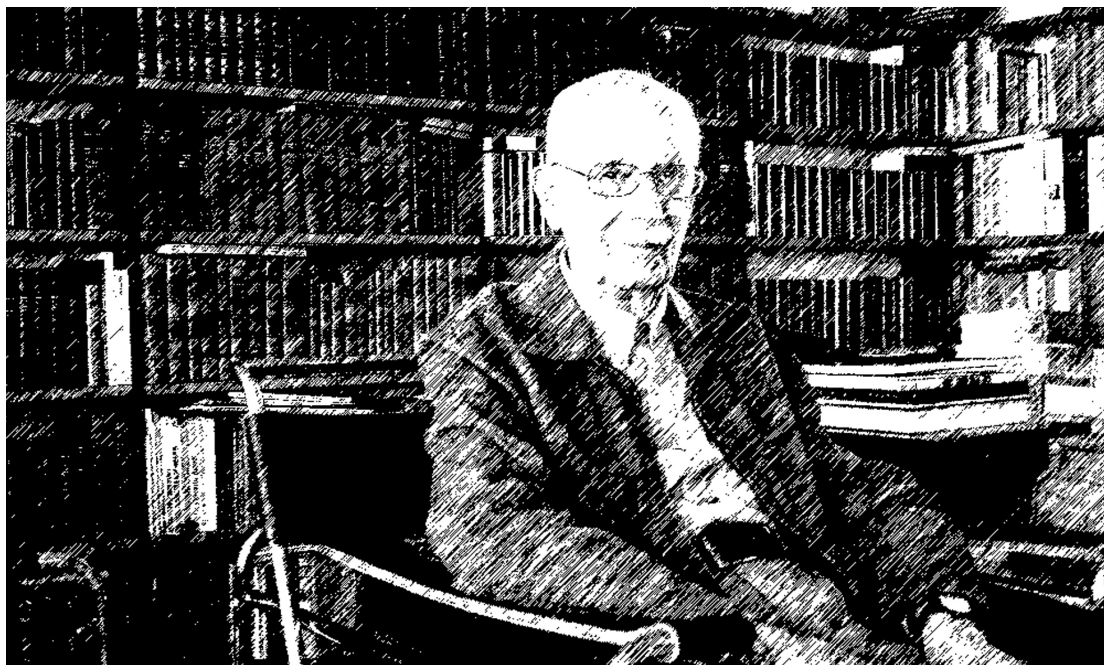
da literatura como formadora e, consequentemente, como um direito do ser humano.

Ou, nas palavras de Antonio Candido, com que encerro meu texto:

“A literatura [...] trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (Candido, 2006b, p. 176).

BIBLIOGRAFIA

- CANDIDO, Antonio. “A Literatura e a Vida Social”, in *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 4ª ed. revista. São Paulo, Nacional, 1975.
- _____. *Na Sala de Aula: Caderno de Análise Literária*. São Paulo, Ática, 1985.
- _____. “Dialética da Malandragem”, in *O Discurso e a Cidade*. São Paulo/Rio de Janeiro, Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, pp. 17-46.
- _____. “O Direito à Literatura”, in *Vários Escritos*. São Paulo/Rio de Janeiro, Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004b, pp. 169-91.
- _____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. *Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006b.
- LIMA, Aldo (org.). *O Direito à Literatura*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2012.



1º de maio de 2017, a última visita

Jorge Schwartz

Antonio Candido acompanhou o percurso de Oswald de Andrade desde os primeiros trabalhos, que resenhou em jornal. Mas também através de ensaios e nos vários depoimentos, palestras, programas de televisão e datas comemorativas, que culminaram na grande homenagem da Flip em 2011. Nas inúmeras conversas privadas a lembrança era permanente, sempre com graça e alegria, mesmo que fosse para falar da personalidade difícil de Oswald. Ao longo do tempo houve idas e voltas, todas elas registradas por Antonio Candido, mas a amizade e a mútua admiração se preservaram até e além da morte de Oswald, em outubro de 1954.

Com a obra completa sendo agora publicada pela Companhia das Letras, graças à iniciativa de Marília de Andrade, única filha viva do poeta paulista, surgiram novas propostas para cada um dos volumes desta nova coleção. As edições anteriores foram da Difel (Difusão Europeia do Livro), da Civilização Brasileira (as duas sob a coordenação de Antonio Candido, seu testamenteiro literário) e posteriormente da Editora Globo de

JORGE SCHWARTZ é professor titular de Literatura Hispano-Americana da Universidade de São Paulo e autor de, entre outros, *Vanguarda e Cosmopolitismo* (Perspectiva).

São Paulo, já por iniciativa do filho Rudá de Andrade, em 20 volumes publicados de 2002 a 2014.

Gênese Andrade, coordenadora junto comigo desta nova série, transcreveu uma das várias palestras sobre Oswald por ela gravada. Antonio Candido, ao ler a transcrição, achou que era coloquial demais; imediatamente trouxe do escritório um datiloscrito, que ele considerou já pronto para publicação. Pediu apenas alguns dias para fazer uma releitura. Semanas mais tarde, me entregou o datiloscrito “O Oswald de Andrade que eu Conheci”, com correções, pedindo delicadamente que as passasse a limpo. Quando o visitei novamente com o texto limpo, produziu outro datiloscrito, “Lembrando Oswald de Andrade”, muito semelhante, mas segundo ele, mais bem-acabado. Ambos tinham oito laudas cada e as diferenças eram mínimas. Entregou a segunda versão com correções, que seriam novamente passadas a limpo. Isso ocorreu na última visita feita ao Mestre, na tarde da segunda-feira, dia 1º de maio. Na sexta-feira recebi de Gênese a versão limpa, sem saber que no dia anterior ele fora internado com uma crise de saúde, que levaria ao desenlace dias mais tarde.

Na visita feita durante o feriado, acompanhado de Berta Waldman, a quem dava sempre um forte abraço na chegada e outro tão ou mais forte na saída, ele estava muito agasalhado. Era uma dessas tardes frias de São Paulo. Mesmo assim, continuou tirando de sua infinita memória lembranças que nós ouvíamos assombrados, por nunca tê-las ouvido anteriormente, ao longo dos quase 50 anos de convivência: ele como eterno Mestre, orientador de nossas teses, e nós como eternos alunos. Éramos a “meninada”, agora septuagenária, como ele gostava de chamar.

Rememorou naquela tarde uma das tantas malícias do Oswald: Otto Maria Carpeaux, o crítico austríaco, sofria de uma espécie de gagueira, e no final da fala era acometido por umas tosses compassadas, que ele imitou. Imitações magníficas, divertidíssimas, dos mais variados indivíduos (pessoalmente, acho que a de Ungaretti era insuperável). Voltando à gagueira e às tosses no final da frase: Oswald o apelidara por isso “Otto Rino Laringo Carpeaux Morse”. Maledicência de uma graça infinita, a exemplo de outras que tanto custaram em vida ao amigo Oswald.

Naquela tarde também rememorou e imitou mais uma vez a leitura que Oswald fazia da própria poesia. Embora de vanguarda, era imitada por Antonio Candido em tom de grandiloquência própria do bacharel das Arcadas, numa voz elevada e trêmula, comum ao século XIX, e que paradoxalmente nada tinha a ver com o espírito de modernidade do poema.

Poucas semanas antes, na penúltima visita, acompanhei Marília de Andrade. Ela tinha em mãos um documento assinado por Antonio Candido, depois da morte de Oswald, sobre os *Cadernos Confessionais*, ainda inéditos. Ele prometeu dar total apoio à publicação. Para minha surpresa, transcreveu *ipsis litteris* o documento por ele escrito mais de meio século antes, e copiou até a própria assinatura. No momento chamei a atenção para o fato de que a letra e a assinatura eram idênticas, como se o tempo não tivesse passado. Algo pouco menos que assombroso, para alguém quase chegando a fazer um século de idade. Cumpriu a promessa daquela tarde, enviando a Marília pelo correio o novo documento. Como sabemos, ele ia pessoalmente ao correio, e na semana anterior ao falecimento chegou até a ir ao banco.

Registro tudo isso, antes de eu mesmo esquecer rapidamente essas visitas, que sempre me sobrecarregavam de emoção. E, embora nas últimas ele continuasse em perfeito estado de saúde e de lucidez mental, meu medo era de que não houvesse mais uma nova visita.

Vendo os familiares e os amigos em volta, por ocasião do velório e da despedida final no cemitério Horto da Paz, per-

cebi que éramos todos seres reais. Mas que Antonio Candido pairava em outra esfera, a da transcendência. Um modelo a ser admirado incondicionalmente, mas impossível de ser imitado. Como disse a filha Ana Luisa Escorel, ele foi feito de um barro diferente da gente. E como observara Laura de Mello e Souza, a segunda das três filhas, o mundo continua, mas um mundo foi embora.

textos

O Caso dos Dez Negrinhos: romance em ampulheta

Jean Pierre Chauvin

E

“O enredo, em suma, está de acordo com nossos desejos, não com nosso conhecimento” (Muir, 1929, p. 10).

“[...] a inexorável diminuição do número... o sentimento de inevitabilidade” (Christie, 1976, p. 243)¹.

Escrever sobre *best sellers* constitui uma tarefa de risco. Nunca se sabe até que ponto não estamos apenas a parafrasear a obra em exame, ou se nos mostraremos inábeis em formular hipóteses que contribuam efetivamente para

¹ A partir daqui, todas as citações do romance serão identificadas apenas pelo número da página.

JEAN PIERRE CHAUVIN é professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

a sua análise e interpretação. Acresce que, sendo a crítica uma escrita em segunda instância, o texto pode soar superficial ou revelar traços de puerilidade, especialmente quando se abordam romances policiais.

Malgrado os receios que acompanham o seu trabalho, o estudioso não pode se deixar contagiar pelo desânimo ou temor. Diante do texto literário, ele há que encontrar passagens que comprovem suas hipóteses e revelem o que estava implícito no romance. Recorrer aos conceitos da teoria literária pode ser de grande valia, em particular quando a obra em questão é impactante e sugere algumas das qualidades desejáveis em um autor de talento.

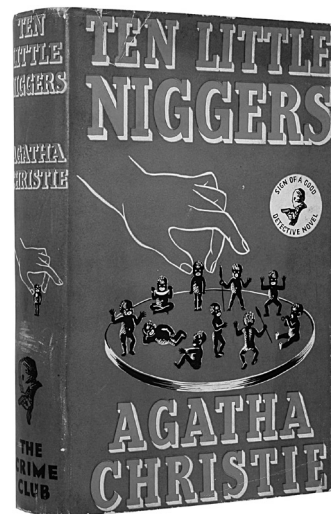
A questão é que não podemos nos furtar ao exercício, que é atividade saudável. Acresce que diante do texto literário sempre existe a possibilidade de superar a expectativa que nós mesmos tínhamos, antes de proceder à investigação. Nas palavras de Óscar Tacca, “a crítica trata de enxergar mais de perto o ateliê do romancista: e descobre que suas técnicas são muitas vezes questão de consciente ofício, outras de inconsciente *savoir-faire*” (Tacca, 1973, p. 10 – tradução minha).

Isto posto, passemos a uma breve análise de *O Caso dos Dez Negrinhos* (1939) – um dos romances mais populares de Agatha Christie (1890-1976). Para isso recorreremos à narratologia, de maneira a que se possa observar: a tipologia em que o romance se insere, os modos como as personagens estão caracterizadas e os recursos empregados pela escritora ao dispor o enredo.

ENREDO

Publicado na Inglaterra em 1939, *O Caso dos Dez Negrinhos*² é considerado, com justiça, uma das obras mais bem-sucedidas de

Agatha Christie. Isso diz respeito especialmente à forma como a narrativa foi estruturada e à solução proposta pela romancista às linhas finais. David Lodge (2010, pp. 222-3) observou que “a estrutura de uma narrativa é como a estrutura de vigas que sustenta os arranha-céus: você não a enxerga, mas é ela que determina o formato e as características do edifício”.



Primeira edição do romance de Agatha Christie

Nesse romance de atmosfera carregada, os primeiros dois capítulos são os únicos em que a leitura flui sem maior apreensão. Como se se tratasse de uma partida de xadrez com resultado anunciado, uma vez dispostas as peças, o jogo macabro tem início. O problema é que não identificamos o adversário;

2 À época de sua publicação nos Estados Unidos, o título do romance foi alterado para *And Then Were None*, como forma de evitar polêmicas em torno da expressão “*little niggers*”. Esta parece uma atitude inócua e desnecessária, mesmo porque o título original, concebido por Agatha Christie, é o verso de uma canção bastante popular nos países anglófonos. De todo modo, em 2008 uma editora brasileira imitou o gesto dos norte-americanos, traduzindo o romance, a partir de então, como *E Não Sobrou Nenhum*.

apenas assistimo-lo a engolir as peças do tabuleiro, sem mostrar como procedeu.

Estamos às voltas com um dos enredos mais engenhosos da romancista. Publicado dez anos antes de *A Casa Torta* (1949) – talvez o desfecho mais cruel concebido pela escritora –, *O Caso dos Dez Negrinhos* é um marco em sua volumosa produção policial. A história é bastante conhecida do público e foi representada tanto nos palcos quanto nas telas de cinema.

Isolados em uma ilha da Inglaterra, sem possibilidade de comunicação com o mundo exterior, dez hóspedes vivem sob o limite do desespero, enquanto acompanham um a um ser assassinado por uma pessoa desconhecida. Suas mortes são embaladas pelos versos de uma canção popular infantil, que elege dez negrinhos como personagens.

A letra da música vem bem a calhar, já que as criaturas foram reunidas na Ilha do Negro, mediante um convite misterioso, assinado pelas iniciais O. N. U. e, em alguns casos, acompanhado de um persuasivo cheque de alta cifra. Uma das premissas do misterioso anfitrião é a de que seus convidados carecem de maior escrúpulo, o que se confirma no gesto de reforçar seu inusitado convite com um incentivo pecuniário.

O enredo se pauta na intenção de um justiceiro misterioso em responsabilizar dez sujeitos envolvidos em atos criminosos cometidos em um passado nem sempre remoto. Antes de a sucessão de crimes ter início, todos escutam uma gravação fatídica, cuja voz resgata seus atos (ainda) sem punição. As mortes por justiça são o mote para uma convivência absolutamente hostil e instável, em que todos desconfiam de todos.

Durante a primeira reunião dos hóspedes nas dependências da casa de Owen, a

voz reproduzida no gramofone constitui um dos elementos mais impressionantes. A cena resulta num dos pontos máximos da narrativa. Acresce que recorrer a essa tecnologia, no final da década de 1930, deveria provocar um efeito ainda mais poderoso sobre os leitores: “‘Senhoras e senhores! Silêncio, por favor!’ Todos se sobressaltaram. Olharam em torno... uns para os outros, para as paredes. Quem estava falando?” (p. 41).

Mas por que recorrer a uma gravação? A utilização de um equipamento capaz de reproduzir a fala justiceira conjuga a ideia de rigor na apuração dos crimes cometidos e a punição inapelável dos envolvidos³. Além de reforçar o horror dos ouvintes (personagens) e leitores, a utilização de um dispositivo de vida própria sugere que a justiça será aplicada de modo inelutável, impessoal e objetivo. A disposição da casa reforça esse sentimento entre os hóspedes:

“Se aquela fosse uma casa antiga, com o madeiramento a estalar, desvãos escuros e paredes revestidas de pesados lambris, talvez se pudesse dizer que o ambiente lúgubre pesava sobre eles. Mas a vivenda era a essência do modernismo. Não havia recantos sombrios, nem a possibilidade de painéis corrediços; era inundada de luz elétrica... tudo novo, limpo e brilhante. Não havia nada escondido ali. A casa não possuía atmosfera

3 Diversos autores e diretores recorreram a estratégia similar, dentre os quais a própria Agatha Christie, em *O Assassinato de Roger Ackroyd* (1926); as imagens reproduzidas sem cessar nas teletelas de George Orwell, em *1984* (1947); as mensagens repetidas nos alto-falantes utilizados pelos guardas no *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), de José Saramago; as gravações que estruturam os jogos protagonizados por uma personagem de grande êxito cinematográfico, no filme *Jig Saw* (2004), etc.

própria. De certo modo, isso era o mais assustador de tudo...” (p. 68).

Após a exposição coletiva de seu passado obscuro, os hóspedes estão equiparados do ponto de vista moral: todos são considerados criminosos que teriam escapado às garras da justiça. Comparados aos negrinhos da canção, sua identidade também é colocada à prova. Como se verá nos capítulos seguintes, o efeito de horror é crescente. A cada assassinato aumenta a terrível sensação de “inevitabilidade”, como se a trajetória de cada um estivesse em marcha sobre o trilho “inexorável” da morte, graças ao jogo orquestrado pelo anfitrião.

O primeiro a intuir que se tratava de um plano arquitetado com cuidado e inteligência, do qual não haveria forma de sair com vida, é Macarthur. Logo após Anthony Marston ter sido envenenado, de volta ao seu quarto o general faz uma longa reflexão sobre o caso extraconjugal de sua ex-esposa, o que o motivou a enviar o soldado envolvido para a morte: “*De súbito, o general compreendeu que não desejava mais sair da ilha*” (p. 74 – grifo da autora).

A princípio, poder-se-ia afirmar que a narrativa se encaixa dentro da tipologia proposta por Edwin Muir:

“No seu decorrer, o *romance de ação* em geral infligirá morte a certos personagens subsidiários; os malvados serão massacrados e mesmo alguns dos bons poderão ser sacrificados sem dano, desde que o herói volte à paz e à prosperidade depois de suas férias tumultuosas” (Muir, s/d, p. 10 – grifo meu).

Outro dado relevante é que *O Caso dos Dez Negrinhos* é o romance com maior

número de personagens assassinadas em toda a ficção da autora. Sob esse aspecto, ele está em perspectiva oposta a *Assassinato no Expresso Oriente* (1934) – em que o crime é único, mas há mais de um responsável por sua consecução.

RETRATOS

Em *O Caso dos Dez Negrinhos* a primazia está por conta do enredo, e não em função de suas personagens. Apesar de o romance congregar figuras bem construídas, trata-se de seres sem maior brilho ou originalidade, que agem de modo planejado (Forster, 2005), sem encabeçar grandes surpresas. São típicos representantes de alguns setores da sociedade, curiosos por conhecer uma propriedade alardeada nos jornais de fofoca.

De fato, não são as figuras o elemento mais impactante no romance. Diferentemente do enredo centrado nas personagens, como é o caso de *O Assassinato de Roger Ackroyd* (1926), *Poirot Perde uma Cliente* (1937), *A Mansão Hollow* (1946) ou *A Casa Torta* (1949), em *O Caso dos Dez Negrinhos* a condição passiva das figuras é condição para o maior êxito da história. Em acordo com a denominação proposta por Edwin Muir:

“Na ação, em sua complicação e resolução, nosso interesse é captado, e, interessados, estamos satisfeitos. Contudo, por serem as figuras caracterizadas de modo imperfeito, os acontecimentos tanto evocarão respostas de sua parte quanto servirão para complicar a ação. Mas a ação é o principal, a reação dos personagens a ela é incidental e sempre de modo a socorrer o enredo. Os atores em geral têm personalidades tais e

tanta personalidade quanto a ação exige” (Muir, s/d, p. 9).

Porém, a sumária apresentação dessas figuras não impede que colhamos informações significativas a seu respeito, o que colabora para o bom rendimento da narrativa. Todas têm ocupações diferentes, como se a autora oferecesse um painel em miniatura da classe média inglesa. Isso implica assimetrias sociais e diferentes concepções sobre o seu estar-no-mundo. Ao discutir o conceito de “tipo”, Umberto Eco fazia uma distinção importante:

“[...] o fenômeno da tipicidade não interessa tanto à ‘ontologia’ da personagem, quanto à sua ‘sociologia’: a tipicidade não é um dado objetivo que a personagem deva adequar para tornar-se esteticamente (ou ideologicamente) válida, mas resulta da relação de fruição entre personagem e leitor, e um reconhecimento (ou uma projeção) que o leitor realiza diante da personagem” (Eco, 2008, pp. 216-7).

Elas são introduzidas no primeiro capítulo, de maneira que nos permitem inferir sua posição socioeconômica e alguns traços de seu caráter. O “aposentado” Juiz Wargrave vai à costa de Devon num “vagão de fumar de primeira classe”, curioso por ler “as notícias políticas do *Times*” (p. 5). Já Mr. Blore “viajava no trem ordinário de Plymouth”. Investigador da Scotland Yard, ele “tornou a repassar tudo na mente, com meticuloso cuidado” (pp. 16-7).

A secretária Vera Claythorne seguia para o destino “num vagão de terceira classe, onde viajava em companhia de mais cinco passageiros” (p. 6). No mesmo vagão ocupado por

Vera, está Philip Lombard: “Ia a negócios. Devia concentrar-se na sua ocupação” (p. 9). Por sua vez, Emily Brent, “num carro para não fumantes [...], ia rigidamente sentada, como era seu costume. [...] Envoltos numa aura de retidão e de princípios irreduzíveis, Miss Brent viajava no apinhado vagão de terceira classe e triunfava sobre o desconforto e o calor” (p. 10-11).

Em outro vagão, o General Macarthur lamentava a lentidão dos “trens lerdos de ramal” (p. 12). O militar estava desconfortável. “Ultimamente andava desconfiado de que os amigos o evitavam. Tudo por causa daquele infernal boato!” (p. 13). Quanto ao dr. Armstrong, “atravessava a planície de Salsbury em seu carro. Sentia-se bastante cansado” (p. 13). Em seu caminho, ele cruza sem saber com o carro excessivamente veloz de Tony Marston, que conduzia “chispando na direção de Mere, [e] dizia com os seus botões: – Incrível a quantidade de carros que se arrastam pelas estradas!” (p. 15).

A chegada e acomodação dos convidados são matéria do segundo capítulo. A narradora se refere às criaturas por meio de alusões ao seu comportamento usual: Miss Brent agradece a oferta do táxi por Vera Claythorne “dura como um pau” (p. 19). O Juiz Wargrave faz um comentário ameno sobre o clima “com a devida cautela judiciária” (p. 20).

Fiel ao seu caráter escorregadio, e indeciso sobre qual tática adotar, Philip Lombard “saltou sobre o fictício inseto com um gesto convincente” (p. 22). Habitado a dissimular sensações, o General Macarthur observa: “– Ah! que lugar encantador! [...] Mas no íntimo sentia-se inquieto” (p. 28).

Animado pela perspectiva de encontrar paz, o dr. Armstrong supõe: “Havia qualquer coisa de mágico numa ilha – a sim-

ples palavra despertava a fantasia” (p. 33). Indiferente à opinião dos demais, Anthony Marston é retratado como um sujeito fútil e vazio: “Muitos poucos pensamentos lhe passavam pela cabeça. Anthony era um homem de sensações – e de ação” (p. 35). Mr. Blore é desenhado de forma similar: “[...] estava dando um laço na gravata. Não era muito hábil nessas coisas. Tinha boa aparência? Supunha que sim” (p. 35).

Nos momentos mais agudos a linguagem ganha maior destaque. É o que se percebe nos modos polidos do médico, ao anunciar a morte de Mrs. Rogers, a esposa do mordomo, imediatamente após o primeiro desjejum compartilhado pelos hóspedes:

“Depois de retirados os pratos, o dr. Armstrong afastou um pouco sua cadeira para trás, pigarreou com importância e falou:
– Achei conveniente esperar que todos houvessem terminado de comer antes de lhes dar uma triste notícia. Mrs. Rogers morreu durante o sono” (pp. 81-2).

Observe-se que as personagens reunidas na Ilha do Negro são muito contrastantes. Numa ponta está Wargrave, juiz aparentemente sereno e impassível que pauta seu discurso na lei; na outra está a devota Emily Brent, com seu olhar condenatório a supor que se trate de castigos metafísicos: “– Aham impossível que um pecador seja prostrado pela cólera divina?” (p. 83).

À medida que a situação se torna mais complexa, as criaturas entram em conflito consigo mesmas. Conforme Edward Morgan Forster, isso acontece porque:

“Um homem não fala a si próprio com toda a veracidade – nem mesmo a si próprio; a

felicidade ou a infelicidade que ele secreta-mente sente vem de causas que ele não sabe explicitar direito, porque, ao trazê-las até a dimensão do explicável, elas perdem seu caráter original. E aí o romancista realmente leva a vantagem. Ele pode mostrar o curto-circuito do subconsciente em plena ação (coisa que o dramaturgo também é capaz de fazer); e também pode mostrá-lo com relação ao solilóquio. Ele rege toda a vida secreta, e ninguém lhe tira esse privilégio” (Forster, 2005, p. 106).

Recuperada após um surto histérico, em que gargalhava compulsivamente, Vera Claythorne retoma a custo a fachada de profissional sóbria e eficiente:

“– O homem que nos trouxe ontem parecia uma pessoa de confiança – disse Emily Brent. – É verdadeiramente muito esquisito que ele esteja tão atrasado esta manhã. Vera não respondeu. Estava procurando reprimir um sentimento de pânico que crescia dentro dela.

‘Deve conservar a calma, a serenidade’, dizia a si mesma, furiosa. ‘Que foi que a transformou assim? Você sempre teve nervos excelentes.’

Depois de um ou dois minutos, disse em voz alta:

– Tomara que ele venha de uma vez. Eu... eu quero ir-me embora daqui” (p. 91).

LINGUAGENS

Arelado a personagens com variados graus de intensidade, o papel da linguagem parece ser decisivo para a qualidade e eficácia do romance. As diferentes vozes transmitem variadas concepções a respeito



Foto: Reprodução



A escritora em foto de 1950

da vida e, no caso específico que reúne as personagens na Ilha do Negro, exprimem o anseio por escapar à morte anunciada. Isso acontece porque “o falante no romance é sempre, em maior ou menor grau, um ideólogo, e sua palavra é sempre um ideologema. A linguagem peculiar do romance é sempre um ponto de vista peculiar sobre o mundo, que aspira a uma significação social” (Bakhtin, 2015, pp. 124-5).

O leitor suspeita que algo vai mal, muito antes das personagens. Esse conhecimento prévio e superior de quem tem o livro em mãos traduz-se num mecanismo incomum, na obra policial da escritora. O fato de sabermos mais que as criaturas de papel concede-nos alguma sensação de poder e, simultaneamente, angustia-nos, já que não há como intervir no destino reservado às personagens.

Repare-se que os convidados de Owen para a Ilha do Negro são recebidos pontualmente e de modo respeitoso na estação ferroviária de Oakbridge. Os hóspedes contarão com um casal de mordomos e Vera Claythorne, contratada para atuar como secretária em caráter temporário, mediante instruções de um ilustre desconhecido:

“O chofer tornou a falar, dirigindo-se ao Juiz Wargrave, como o mais velho de todos: – Temos dois táxis aqui, senhor. Um deles deve esperar pela chegada do trem ordinário de Exeter. É uma questão de cinco minutos... Vem mais um cavalheiro por esse trem. Talvez um dos senhores não se importe em esperar. Ficariam melhor acomodados assim. Vera Claythorne, que não esquecia a sua posição de secretária, respondeu em seguida: – Eu espero, se os senhores quiserem ir. Sua voz e a expressão do seu rosto tinham

esse quê de comando próprio das pessoas que ocupam uma posição de autoridade” (p. 19).

Superado o estranhamento inicial, dadas as condições inusitadas do convite e o fato de não contarem com a presença do famigerado Mr. Owen, os hóspedes começam a interagir. O terceiro capítulo representa o máximo contraste entre as boas maneiras à mesa e o caráter peremptório das acusações, cuja voz parece atravessar as paredes:

“O jantar estava no fim.
A comida tinha sido boa e o vinho perfeito. Rogers servia muito bem à mesa.
Todos mostravam a melhor das disposições. Haviam começado a conversar uns com os outros com mais liberdade e intimidade. [...] – Esquisitas essas coisas, não? – disse Marston de repente.
No centro da mesa redonda, sobre um suporte circular de vidro, viam-se algumas figurinhas de porcelana.
– Negros – disse Tony. – A Ilha do Negro. Creio que a ideia é essa” (p. 39).

Os embates tornam-se mais frequentes. No capítulo nove, as contradições começam a ser dissipadas. Todos se apercebem que se trata de um jogo:

“O dr. Armstrong fez uma pergunta arguta: – Mas agora... pensa de modo diverso?
O rosto de Lombard mudou de expressão. Fez-se mais duro e sombrio.
– Sim – disse ele. – Acredito agora que estou no mesmo barco com os senhores todos. Aqueles cem guinéus foram apenas a isca que Mr. Owen usou para me fazer entrar na ratoeira com os outros” (p. 120).

Assenhoreando-se da situação, o Juiz Wargrave também assume a condução do acalorado debate entre os convidados, com vistas a ponderar a situação que atravessam. Cabe a ele, o mais velho do grupo, a descoberta de que “[...] as iniciais [das cartas] são as mesmas em ambos os casos. Ulick Norman Owen... Una Nancy Owen... Isto é, sempre U. N. Owen. Ora, com um pouco de imaginação, temos: UNKNOWN!” (p. 54).

À determinada altura, os diálogos rotineiros à mesa se contrapõem vivamente à apreensão que contamina os convidados. O contraste gritante revela uma ponta do humor que preside as narrativas de Agatha Christie:

“– O General Macarthur está sentado lá embaixo, à beira do mar – disse Vera. – Não creio que ele tenha ouvido o gongo... – Vera hesitou. – Parece-me que está um pouco aéreo hoje.

Rogers ofereceu-se em seguida:

– Vou descer para avisá-lo de que o almoço está pronto.

Armstrong pôs-se em pé de um salto.

– Irei eu. Podem começar.

O médico deixou a sala. Às suas costas, ouviu a voz de Rogers:

– Aceita língua fria ou presunto frio, minha senhora?” (p. 122).

Após uma nova rodada de elucubrações, o magistrado sugere que uma mulher também poderia ter cometido os crimes, ao que a secretária Vera Claythorne reage furiosamente:

“– Acho que o senhor está maluco! Os olhos do velho magistrado voltaram-se lentamente e pousaram-se sobre a moça. Era o olhar desapaixonado de um homem habituado a pesar a humanidade numa balança” (p. 129).

Em várias oportunidades, a paisagem entra em mórbida consonância com o estado de ânimo⁴ dos convidados: “A tormenta crescia de fúria. O vento uivava contra os flancos da casa. Todos se achavam na sala de estar, inertes, vigiando-se furtivamente uns aos outros. Quando Rogers trouxe o aparelho de chá, todos se puseram em pé de um salto” (p. 148).

De tempos em tempos, a narradora emite juízos que reforçam a inautenticidade que impera no ambiente. Com isso, acentua-se a situação substancialmente dicotômica vivenciada pelos sobreviventes.

“Curiosa refeição foi o café. Todos se mostravam muito polidos.

– Trago-lhe mais um pouco de café, Miss Brent?

– Miss Claythorne, uma fatia de presunto?

– Outra torrada?

Seis pessoas. Exteriormente, todas normais e senhoras de si.

Por dentro? Pensamentos que corriam em círculo como esquilos numa gaiola” (p. 164).

A personalidade dos hóspedes reunidos na Ilha do Negro condiz com sua postura. Sujeito de iniciativa, “mais uma vez, foi Lombard o primeiro a agir” (p. 44). É justamente ele quem descobre a localização do potente gramofone e os buracos feitos na parede de modo que o som a atravessasse. Ao lado dele, também caracterizado

4 “A paisagem [...] é estado de ânimo porque não nasce na natureza indiferente, mas na interpretação artística e leva à revelação da natureza através de um meio expressivo – palavra, cor, linha – impregnado da subjetividade do artista. A paisagem oferece a ótica e as tonalidades do estado de ânimo antes que os da realidade copiada” (Castagnino, 1968, p. 93).

como homem de presença de espírito e “de ação”, Anthony Marston faz uma das perguntas-chave, tendo em vista a progressão do enredo: “Quem diabo botou esse disco a rodar?” (p. 45).

Pouco a pouco, o enredo se revela fruto de um projeto mórbido, embora praticado em nome de um relativo e megalomaniaco senso de justiça. Trata-se de uma história em que o leitor não terá sossego. Fugindo aos enredos em que os crimes são solucionados e a relativa ordem volta a reinar tanto no universo narrativo quanto no espírito do leitor, nesse romance a perturbação nos acompanha até as palavras finais: “Lá embaixo, na sala de jantar, Rogers estacou intrigado. Fitava as figurinhas de porcelana que se achavam no centro da mesa. – Esquisito! murmurou de si para si. – Teria jurado que eram dez” (p. 70).

AMPULHETA

“Os ponteiros do relógio indicavam nove e vinte. Formou-se um silêncio – um silêncio farto e confortável. Dentro desse silêncio ressoou a voz. Inesperada, inumana, penetrante...” (p. 41).

Seria possível caracterizar *O Caso dos Dez Negrinhos* como romance-ampulheta. Eis uma metáfora produtiva para a interpretação de seu enredo, mesmo porque a redução do número de integrantes é acompanhada pela crescente atmosfera de tensão. Trata-se de uma narrativa pautada pelo elemento tétrico, em que o leitor deseja a suspensão do julgamento e a consecução das penas, ao mesmo tempo em que devora as páginas, para saber até onde a ficção será capaz de conduzi-lo.

A intervalos regulares, os diálogos acalorados são interrompidos pelas refeições, servidas rigorosamente três vezes ao dia. As constantes alusões ao horário de comer congregam as personagens. Para o leitor, esses momentos conferem maior verossimilhança ao mundo ficcional. Além disso, reforçam a sensação de que um elevado número de assassinatos acontece em um reduzido número de dias.

Como o próprio assassino reconhece, há um misto de calculismo e imaturidade em seus gestos. De modo a encaixar os crimes nos versos da canção infantil, as mortes respeitam a sequência sugerida pela música. No caso de Emily Brent, não faltou sequer uma abelha a esvoaçar por perto da cadeira onde a senhora foi encontrada morta.

A morte alcançará a todos os hóspedes da Ilha do Negro. A imagem da ampulheta (do latim *ampulia*, redoma) parece ser ajustada à estrutura do romance. Ela diz respeito tanto à evidência de se tratar de um dispositivo fechado quanto ao fato de que o tempo constitui uma medida volátil e irrecuperável.

Nessa forma se sucedem os episódios no romance, dir-se-ia que todas as personagens estavam temporariamente localizadas na âmbula superior, de onde passarão inexoravelmente para a inferior. Para Masaud Moisés, o escritor “arquiteta o tempo à sua maneira, com o objetivo de produzir humanidade no interior do romance” (Moisés, 2012, p. 406).

Em movimento análogo ao que sucede com o relógio de areia, o tempo escoia como acontece aos minúsculos grãos. Na luta pela sobrevivência, as personagens perfazem um movimento contrário ao da areia que escorre: gradativamente elas assumem maior consciência de que vivem em uma ilha desta-

cada do mundo ordinário. Elas estão sob os desígnios de uma redoma cercada não por vidro, mas pelo mar.

Vale lembrar que a morte foi constantemente associada a esse artefato, na cultura ocidental. Sirvam como exemplos as telas de Antoine Le Nain (1593-1648) *A Vanitas* e *Natureza Morta com Caveira*, de Philippe de Champaigne (1602-1674), em que ambos os artistas dispõem elementos de modo a aproximar a caveira da ampulheta, sugerindo o caráter efêmero da existência e o primado absoluto da finitude.

A tonalidade sombria e o modo distinto em que os elementos são dispostos sobre a tela são comuns a ambas as ilustrações, o que permitiria estabelecer paralelos com o que transcorre na propriedade de Mr. Owen. Integrantes de uma empreitada inútil contra o tempo, o ânimo das personagens está em acordo com a chuva constante e a atmosfera opressora que as aflige.

Uma teatralidade mórbida percorre as páginas do romance. Graças ao disco contendo a gravação acusatória e à eliminação dos negrinhos sobre a mesa, os crimes ganham estatuto de cenas cuidadosamente arquitetadas, em

meio à perturbação dos sobreviventes. Sob esse aspecto, a fachada de uns e outros cai à medida que os assassinatos sucedem. A execução dos hóspedes evidencia quão relativo pode ser o senso de justiça.

Em *O Caso dos Dez Negrinhos*, Agatha Christie está na sua melhor forma. Ao confinar dez personagens em uma ilha remota e sem saída, submetendo-as à desrazão de um justiceiro, a escritora potencializou as qualidades de uma trama policial muito bem urdida. Configurado sob a lógica veloz e implacável da ampulheta, o tempo escoar e se converte em mais um dos elementos a traduzir mau agouro, tanto para as personagens quanto para os leitores. Em acordo com Benedito Nunes:

“O tempo imaginário da ficção, condicionado pela linguagem, liga momentos que o tempo real separa, inverte a sua ordem, perturba a distinção entre eles, comprime-os, dilata-os, retarda-os e acelera-os. Deve-se essa ‘infinita docilidade’ do tempo da narrativa ficcional como obra literária à sua duplicidade, pois que ele se articula nos dois planos, nem sempre paralelos, da história e do discurso” (Nunes, 1992, p. 350).



Antoine Le Nain, *A Vanitas*



Philippe de Champaigne,
Natureza Morta com Caveira

Eis que chega o momento de restituir o livro à estante e recompor a nossa sobriedade, até que topemos com um novo volume,

capaz de nos tornar solidários frente à sorte de um punhado de seres que escaparam à lei e à moral vigentes.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do Romance I: A Estilística*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo, Editora 34, 2015.
- CASTAGNINO, Raúl H. *Análise Literária*. Trad. Luiz Aparecido Caruso. São Paulo, Mestre Jou, 1968.
- CHRISTIE, Agatha. *O Caso dos Dez Negrinhos*. 8ª ed. Trad. Leonel Vallandro. São Paulo, Círculo do Livro, 1976.
- ECO, Umberto. "O Uso Prático da Personagem", in *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 2008, pp. 209-38.
- FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do Romance*. 4ª ed. Trad. Sergio Alcides. São Paulo, Globo, 2005.
- LODGE, David. *A Arte da Ficção*. Trad. Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre, L&PM, 2010.
- MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária: Poesia e Prosa*. São Paulo, Cultrix, 2012.
- MUIR, Edwin. *A Estrutura do Romance*. Trad. Maria da Glória Bordini. Porto Alegre, Globo, s/d. [1929].
- NUNES, Benedito. "Tempo", in José Luís Jobim (org.). *Palavras da Crítica: Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 343-65.
- TACCA, Óscar. *Las Voces de la Novela*. Madrid, Editorial Gredos, 1973.

Entre raízes e arbustos: a forma arvoral da literatura e da cultura brasileira

Lúcia Ricotta

“O contentamento da árvore com as suas raízes,
a felicidade de não se saber totalmente arbitrário e casual,
mas de crescer a partir de um passado como sua herança,
o seu florescimento e fruto, sendo através daí desculpado, sim,
mesmo justificado em sua existência – é isto que se designa
agora propriamente como o sentido histórico apropriado”
(Friedrich Nietzsche, *Segunda Consideração Intempestiva*.
Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida).

“A cultura será ainda e sempre uma simples cópia da natureza?”
(Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*).

A

Antonio Candido, o autor que escreve sobre a formação da literatura brasileira, pontua, em 1967, a sua própria formação em função de três livros, segundo ele, chaves para “o sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da revolução de 1930” (Candido, 1989, p. 39). Trata-se de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., que, para Candido, constituem-se em um contexto cultural de formação de uma geração de intelectuais que aprenderam a se interessar pelo Brasil, “sobretudo em termos do passado”, ou, nos termos avaliativos da “obra” da colonização portuguesa, para endereçamento futuro do desenvolvimento histórico brasileiro.

LÚCIA RICOTTA é professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O “sistema literário” de Antonio Candido rearticula a interpretação do passado luso-brasileiro pelas “raízes” apresentadas por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, ressignificando o campo de semelhanças e dessemelhanças da herança lusitana e do sentido próprio da literatura brasileira. Para as “consequências” efetivas e estruturais do peso da tradição ibérica para a cultura brasileira, sem dúvida, tanto *Casa-Grande & Senzala* (1933) quanto *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) acrescentariam teor de complexidade ao campo da *formação* no Brasil; no entanto, deixo-os de lado, por ora. A presente consideração percorre as seguintes relações: a genealogia da “formação” de Candido nas “raízes” de Sérgio Buarque; o caráter teleológico da “formação” como substituição da preocupação romântica com a “origem”, sem descarte do princípio da originalidade; e a metáfora das raízes, por Sérgio Buarque, e a metáfora do galho, por Candido, como concepção arvor¹ da nossa cultura e literatura².

A afirmação de que nossa literatura “é um galho secundário da literatura portuguesa” e o ensaio sobre as “raízes” brasileiras configuram um regime expressivo ligado à reprodução vegetativa, em que raízes, árvore, galhos, enxertos e enxertia procedem de modo a configurar uma forma *vegetal* da cultura e da literatura brasileira. Tem força de funda-

ção, tanto em nossa sensibilização crítico-literária quanto na literatura propriamente dita, certo rendimento metafórico orientando as linhas de um pensamento sobre a gênese, a “forma final” e as vicissitudes da cultura e da literatura brasileira que exprimem os sentidos históricos de nossa *Bildung*.

Para efeito de significar o projeto fundacional romântico, A. J. de Macedo Soares procede na apreciação geral sobre os *Cantos* de Gonçalves Dias obedecendo à retórica das figuras nacionais da planta e da floresta sobre a literatura romântica: “Ao sr. Gonçalves Dias compete o primeiro lugar entre os primeiros poetas da geração nova: a ele a honra de ter trazido do seio da floresta a planta da poesia nacional, e completado a nossa emancipação do jugo da Arcádia” (Soares, 1862, p. 2).

Uma possível genealogia do rendimento vegetal vem dos viajantes que, dentro de uma nova pragmática discursiva, rejuvenescem a antiga tópica de afetação da natureza do Novo Mundo. Com eles, todo um regime de metáforas é reavivado pela redescoberta poética da paisagem³. Uma genealogia provável está em *Visões da Natureza* (1807), de Alexander von Humboldt. A “cobertura vegetal”, para ele, é a “determinação principal” da “impressão total” (*Totaleindruck*) nas zonas tórridas, pois “a criação vegetal [...] atua através da grandeza uniforme sobre nossa imaginação” (Humboldt, 2008, p. 76). São vastas as referências ao “grande livro da

1 O termo “arvor” foi usado por João Camillo Penna numa conversa que tivemos sobre o *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. De alguma forma, sua inspiração naturalista, tomada agora de empréstimo por mim, apresenta o teor da hipótese de Abel Barros Baptista sobre uma espécie de naturalização da finalidade teleológica da “formação” da literatura brasileira.

2 Apoio-me em Abel Barros Baptista e Ettore Finazzi-Agrò – reavaliações críticas contemporâneas do *Formação da Literatura Brasileira*.

3 Em *Metáfora Viva*, Paul Ricoeur reorienta a perspectiva sobre a metáfora tendo em vista os postulados da referência, desde o “rejuvenescimento” de “metáforas mortas” em novos contextos discursivos cujas significações darão uma visão dinâmica da realidade. A par da hipótese sobre a “metáfora viva”, sugerem-se nas diversas elaborações aqui representadas reinvenções e reinterpretções de metáforas difundidas ao longo da historiografia, que provocam o encontro com o drama da realidade brasileira.

natureza”, cujo sentido figurado remete às correspondências e aos símbolos do mundo espiritual⁴. Em “Ideias para uma Fisionomia das Plantas”, Humboldt afirma que a “beleza específica” dos trópicos está na “diversidade e grandeza das formas vegetais”, que *formam* a “fisionomia natural” aos trópicos: “[...] aos trópicos, a diversidade e a grandeza das formas vegetais, ao norte, a vista das planícies [...]. Cada zona, além de ter seu mérito próprio, tem seu caráter particular” (Humboldt, 2008, pp. 74-5 – grifos nossos).

A mente sensível europeia, ao definir o nosso aspecto fisionômico pela *disposição* do belo vegetal, produziu um regime de afetação tropical para *técnica* das paixões nacionais. Humboldt operou a vegetalização da tópica do belo local, o que lhe garantiu o “senso” das regiões tropicais. Algo genealogicamente próximo das “amizades vegetais” de Rousseau, espécie de “terapia das paixões” do genebrino, quando herboriza nas *Promenades*. Próximo também de um Bernardin de Saint-Pierre, de *Études de la Nature*, importante referência para o Romantismo brasileiro que, como lembra Sílvia Romero (1969, p. 226), “com todos os seus dismantelos, teve muito mais seiva do que os áridos e desajeitados sistemas que [o] substituíram”.

A forma *arvorar* como Candido explica o funcionamento da nossa literatura como sistema evoca não só as “raízes” por meio das quais Sérgio Buarque irá pensar criticamente a forma ibérica enraizada na cultura

brasileira, mas, igualmente, remonta ao jogo de analogia entre “literatura própria”, “caráter particular” e “fruto específico” lançado por Gonçalves de Magalhães, em “Discurso sobre a História da Literatura do Brasil”, de 1836. O preceito analógico a favor do argumento da originalidade torna-se sentença nesse texto. Cito-o: “Cada povo tem sua literatura própria, como cada homem seu caráter particular, cada árvore seu fruto específico”. E demonstra: há as literaturas primitivas e originais, como a grega, por exemplo, que é “toda filha” do céu da Grécia, das leis e dos costumes gregos, e existem as literaturas europeias – a inglesa, a francesa, a italiana, a portuguesa e a espanhola – filhas de outras formações e civilizações, correspondendo, a seu ver, às “árvores enxertadas” de onde se “veem pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies” (Magalhães, 1836, p. 242).

O argumento romântico dos “pergaminhos da nação” caracteriza-se por afetar um sentimento antilusitanista, anexo à consideração anacrônica de um hipotético “início” do Brasil e dos brasileiros antes da dominação lusitana. Segundo pensa Magalhães, o primeiro habitante desta terra, o índio, constitui o gênio dos instintos *ocultos* do Brasil, “entidade primitiva, estável e indomável, que teimosamente teria sobrevivido a séculos de colonização” (Lima, 1991, p. 63). Assim o “Discurso” representa uma narrativa de “fundação” da nação dentro do programa de invenção da tradição, notabilizando-se pela rearticulação de matrizes europeias, em especial a de Ferdinand Denis, para referendar sua *nova* pragmática discursiva de originalidade.

Para proceder ao exame da herança do “ângulo” romântico que a visada historiográfica de Candido nos impõe, há que se

4 Samuel Taylor Coleridge (1829, p. 376) entende assim a criação vegetal: “[...] the vegetable creation, in the simplicity and uniformity of its internal structure symbolizing the unity of nature, while it represents the omniformity of her delegated functions in its external variety and manifoldness, becomes the record and chronicle of her ministerial acts, and inchoates the vast unfolded volume of the earth with the hieroglyphics of her history”.

distinguir a nuance entre a preocupação com a origem e a proposta de “formação”, ponto de notável importância no terreno das atitudes críticas no Brasil, que interpreta a literatura segundo as “providências formativas” do “leitor culto” (Candido, 2007b, p. 11).

A afirmação do “Prefácio da 1ª Edição” de *Formação da Literatura Brasileira*, de 1959, é a seguinte: “[...] a nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no Jardim das Musas...” (Candido, 2007b, p. 11). O contexto textual do “galho secundário” representa a hipótese de nossa proveniência da árvore original de Portugal e prepara a sugestão para formarmos, nós, brasileiros, “sensibilidade” literária e cultural e “visão de mundo” de extração nacional *sem provincianismo*. O *nosso* dentro do projeto formativo não consiste numa *evidência* produzida em nossa origem como originalidade, tal qual postulada pelos historiadores literários que cancelaram o Romantismo brasileiro, pois a perspectiva do “galho secundário” segue o paradigma da “transplantação”, em que “todo fruto de nosso trabalho e de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (Buarque de Holanda, 1989, p. 3).

O “Prefácio” ainda esboça a discrepância entre o complexo orgânico local e universal na literatura estrangeira e a situação histórica, no caso das letras brasileiras, de ausência de origem. Parafraseio Candido: o francês, o italiano, o inglês, o alemão, o russo e o espanhol, conhecendo os autores de suas terras, encontraram o suficiente para elaborar a “visão das coisas” e para experimentar “as mais altas emoções literárias”, sem recorrer a experiências literárias de outras formações sociais. Nós, brasileiros, segundo

nota, estamos “fadados, pois, a depender da experiência de outras letras”, porque nossa literatura é gerada “no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir” (Candido, 2007b, p. 11). Três pontos a considerar: primeiro, a ideia de que a formação de um escritor culto na Europa radica suas condições de existência na expressão universal de um *local*, o campo próprio de cultivo estético-sensível do receptor europeu. O segundo, que dá prosseguimento lógico à situação de enraizamento do leitor europeu, emerge do endereçamento dialético do local e do universal apto a filtrar a experiência literária do Brasil. Sob esse ponto de vista, Candido acrescenta a função histórica de um dos “momentos decisivos”: “[...] o Arcadismo foi importante porque plantou de vez a literatura do Ocidente no Brasil” (Candido, 2007b, p. 19) e porque articula *localmente* o sistema expressivo da língua culta europeia. Regrando suas composições segundo modelos prescritivos da “disciplina clássica”, os árcades definiram, a seu ver, *nossa* hipotética originalidade, “por causa” dos artifícios distintivamente cultos e universais. Candido anacronicamente subtrai o lugar institucional da prática letrada lusitana de representação no século XVIII, ainda em profunda continuidade histórica com a da América portuguesa, para afirmar nela a existência da originalidade *brasileira*. É, portanto, “desistoricizado” o nexos entre local e universal na produção colonial, porque o “cá” e o “lá” não correspondem a circunscrições geográfico-culturais distintas; os prováveis sentidos históricos do local engendram-se na repetição e diferença impossível do mesmo imposto pela metrópole. Sobre a “condição paradoxal” do Brasil colônia, evoco Finazzi-Agrò (1991, p. 55):

“Condição paradoxal, esta, pela qual só insinuando-se nas imagens ‘emprestadas’ pelos europeus [...] os intelectuais do Novo Mundo podem reconhecer e nomear a sua especificidade que, sendo, todavia, adquirida dentro da visão e imaginação alheias, cessa, *ipso facto*, de ser uma especificidade”.

O terceiro ponto a considerar vem da afirmação de que nossa literatura é “gerada no seio da portuguesa”, seu início não é autêntico e tampouco expressa espontaneamente uma cultura peculiar. O acento sobre a “transplantação” da “cultura milenar europeia”, que resolveria contrarromanticamente a equação da origem, evitando anacronismos, perde o valor de proposição antirromântica, quando se evidencia a determinação sobre a “formação de uma sensibilidade nacional na literatura”, de Cláudio Manuel da Costa, por exemplo. O *local* distinguido extemporaneamente no interior do “sistema colonial” em formação aplica-se na projeção de uma hipotética “realidade” de “cor local” na “prática letrada” setecentista, outrora prescrita pelo regime representativo retórico-poético, supranacional, e sob a vigência dos sistemas teológico-políticos da monarquia portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII⁵. Ao invés de ver ali a atualização de discursos referendados pela larga tradição da prática letrada, Candido busca a expressão de um local *brasileiro* já se diferenciando do universal, muito antes de o projeto romântico constituir os termos da originalidade como fundamento da nacionalidade literária.

Para além, portanto, do evidente descarte da busca de autenticidade desde a origem

por Candido, o argumento da dependência na forma de um historicismo radical sobrevaloriza o caráter histórico da literatura em nome do dever-ser das letras num engajamento reflexológico da “cor local”. Essa história literária não procede de uma rejeição formalista da história; ao invés, o histórico da literatura não é o fundamental caráter dos eventos contingentes da produção literária, mas a “função histórica” que liga os dois “momentos decisivos”. A história é, em Candido, o lugar da “construção nacional”, e como, para ele também, o ponto de vista histórico é “quase imposto pelo caráter de nossa literatura”, vem daí que à expressão literária brasileira não cabe outro sentido senão o de que “são todos [...] animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus” (Candido, 2007b, p. 28). É nesse sentido que os “momentos decisivos” podem ser articulados, mesmo no caso das letras coloniais, que convencionalmente encenam a função moral e política do Estado monárquico português.

A hipótese sobre a *dependência* da literatura brasileira das letras portuguesas é uma construção do Romantismo. Construção fortemente dramatizada pela afetação antilusitanista, que interpreta a dependência colonial como “espessas trevas” ou “fado” a desterrar o “gênio” brasileiro. O “Discurso” de Magalhães⁶, mais uma vez, propõe a contrapartida do primitivismo (“cada povo tem sua literatura”), embora aponte para as literaturas modernas “cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo”,

5 Para os critérios de legibilidade da produção letrada colonial, ver Hansen (2007).

6 Gonçalves de Magalhães admite a dependência da literatura europeia moderna de outras formações culturais.

nelas enxertadas (Magalhães, 1836, p. 242). Magalhães rejeita o enxerto lusitano e, com ele, a imposição do aparato mitológico-pagão. O *novo* gênio deve contrapor-se à “imitação servil” aos clássicos e imitar as “felizes disposições de uma pródiga natureza” nas cenas originárias, endereçando seus instintos para o simbolismo da terra natal (Magalhães, 1836, p. 266). Assim presume o *tipo* original da literatura, toda filha do céu do Brasil e do “gênio musical e poético” dos tambores, tupinambás e caetés, arrematando: “[...] o país se não opõe a uma poesia original, antes a inspira”. Pela “fisionomia” e “caráter” da paisagem poética nos trópicos ornamenta-se a *origem* primitiva do “instinto oculto” do primeiro habitante da terra brasílica (Magalhães, 1836, p. 248).

Note-se desde já a articulação na historiografia literária brasileira do discurso sobre a *teckné* dos instintos. O “instinto oculto” de Magalhães, o “instinto de nacionalidade” de Machado e a “brasilidade” de Candido evidenciam tanto o aspecto original quanto o processo de maturação e a finalidade da literatura brasileira. O instinto como afecção nacional também é reclamado por José de Alencar. Na carta ao Dr. Jaguaribe, em *Iracema – Lenda do Ceará*, a busca da língua indígena, com “termos que pareçam naturais na boca do selvagem”, é realizada mediante “uma espécie de instinto”, afirma Alencar, que “impelia a [sua] imaginação para a raça selvagem indígena”. Por meio desse artifício da disposição *originária* dos brasileiros, a produção metafórica do Romantismo dramatiza a infância do Brasil⁷ em uma “ficção

de origem”, então esvaziada de história e largamente difundida como tópica. A historiografia do “sistema” não postula o autenticamente *nosso* na origem, embora atualize disposições locais como originalidade. Soa, aliás, como contraponto ao *nosso* desde a origem a afirmação candidiana: “[...] estamos fadados a depender da experiência de outras letras”. Atualizando a tocante pressuposição de Sérgio Buarque de que “somos herdeiros”⁸, formados pela herança ibérica que nos especifica, Candido se afasta do problema da origem, sem contudo desarticulá-lo do âmbito da *Formação*.

Fora da tipificação das “cenas de origem” pelos românticos, a formação ganha figura de problema, sobretudo quando vemos Candido empenhado em equacionar o caráter *defeituoso* da *nossa* formação.

Romero sobre a ausência de “tradição intelectual” no Brasil. Cito-o, a partir de “A Filosofia no Brasil. Ensaio Crítico”: “Na história do desenvolvimento espiritual no Brasil há uma lacuna a considerar: a falta de seriação nas ideias, a ausência de uma genética. Por outros termos: entre nós um autor não procede de outro; um sistema não é uma consequência de algum que o precedeu” (Romero, 1969, p. 32).

- 8 A afirmação de Sérgio Buarque de Holanda de que “somos herdeiros” ganharia rendimento se confrontada com a ideia de “força plástica” presente na *Segunda Consideração Intempestiva. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*, de Friedrich Nietzsche. O patrimônio formativo da herança, segundo o filósofo, impõe uma necessidade exterior ao herdeiro; um povo herdeiro de outro povo tem sua determinação nas raízes de um passado alheio a seu próprio tempo. A contrapartida da herança está no seu caráter de força plástica, a força principal da qual dependem as duas faculdades, o esquecimento e a memória prontos a balizar o grau de assimilação dos elementos culturais e formativos vindos de fora. O passado, o elemento estrangeiro implica um problema: a capacidade de sua assimilação pela plasticidade do vivente ou do povo. A “força plástica”, medida do quanto de estranho um homem é capaz de assimilar, está ligada à questão da “digestão”, que faz com que o vivente se alimente do que ele não é e isso transforma a sua própria substância; assim o homem se degenera porque vive na “ruminação” de um passado alheio e entulhado com épocas, hábitos, costumes, conhecimentos estranhos

7 Relembro *O Sentido da Formação*, de Paulo e Otilia Arantes, e sua sugestão sobre a genealogia do projeto formativo de Candido na proposição de Sílvia

A proposta é partir de uma aprendizagem amorosa das “coisas brasileiras”. Aprendizagem que é o meio para o fim da particularização “dos sentimentos” dos homens em meio a uma terra inculta, dos quais se formaram os *nossos*. Aplicando-se na “aclimação penosa”, as providências formativas do “sistema literário” adéquam-se à finalidade de constituir o autenticamente *nosso*, na propensão a indicá-lo anacronicamente como hipotético início da cultura da brasilidade, quando ainda éramos América portuguesa⁹. O *nosso* impõe a dialética das situações simbólicas, local e universal, aptas então a banir o vazio da “terra inculta” e a resistir ao provincianismo obtuso de um puro local, que, “para bem ou para mal”, anota Schwarz, “é uma força histórica e funciona como filtro” capaz de frear o patético macaquear das influências externas, temido por Sílvio Romero. O “sistema literário” dinamiza os efeitos da força formativa do “engajamento patriótico das letras” sem, contudo, cumular a teoria literária de Candido de nacionalismo, afirma Schwarz; seria como afirmar que a água não toma a forma do vaso que enche... Ora, o *Formação* constitui-se num momento teórico, ele também decisivo, de dar forma ao “sentimento íntimo” do escritor e leitor *brasileiros* perante as contradições locais, uma verdadeira “cultura histórica” da lite-

ratura para a aprendizagem amorosa das coisas brasileiras.

Os conceitos de “formação” e “sistema literário” convergem com as preocupações culturais e políticas da “geração” da década de 30. Candido avalia, no prefácio de 1967 ao *Raízes do Brasil*, como seu testemunho sobre o livro de Sérgio Buarque vale representativamente como o testemunho da “experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração”, vão desaparecendo enquanto indivíduos “para se dissolverem nas características gerais da sua época” (Candido, 1989, p. 39). Seu depoimento, que supostamente registraria um falar de si, opera um distanciamento da significação pessoal, possibilitando a construção histórica de um contexto intelectual que remonta à década de 30.

Paulo Arantes assinala a pertinência emblemática da palavra “formação”, no âmbito da experiência intelectual brasileira. Os ensaios interpretativos do Brasil dedicam-se, a seu ver, a dotar de “ossatura moderna o meio gelatinoso”, e a *performance* intelectual no Brasil, segundo pensa, visa a combater a “atrofia congênita” significativa na “ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*”. À essa geração dos ensaístas de 30 se junta a “construção penosa de nós mesmos” (no dizer de Paulo Emílio), para formar a fonte nacional de um sistema de referências internas apto a romper com a vulnerabilidade local perante a indiscriminada adesão às ideias postigas.

Daí “a dinâmica da nossa formação europeia e americana”, configuração típica, a marcar a “dupla fidelidade” dos escritores brasileiros, que são fiéis ao local sendo fiéis ao universal (Candido, 2007b,

que o tornam indignos de criar por si mesmos. Disso deriva a indigestão da vida ou o que ele chama de “ruminação”, espécie de sintomatologia do ascetismo em que Nietzsche vai buscar a genealogia do ideal ascético, na terceira dissertação da *Genealogia da Moral*.

9 O que se lê em Antonio Candido tem por alvo a literatura, no entanto, como no período colonial se desconhecia o que chamamos de literatura, é pertinente falar da produção letrada colonial que conduz à retórica. Ver Hansen (2007).

p. 91)¹⁰. Os romancistas românticos, para Candido, querendo cumprir com o padrão europeu solicitam produções literárias mais amadurecidas e, ao mesmo tempo, autenticam o local. *Nosso* epítome está num Machado de Assis duplamente fiel: filho da “tradição romântica brasileira”, se alça à paternidade dela – “[...] prezou sempre a tradição romântica brasileira, e, ao continuá-la, deu o exemplo de como se faz literatura universal pelo aprofundamento das sugestões locais” (Candido, 2007b, p. 437)¹¹. Outro contexto literário da “dupla fidelidade”, esteticamente valioso para Candido, é a produção de Cláudio Manuel da Costa. Este configura uma ambivalência simbólica sob “oscilação moral” entre “duas terras” e “dois níveis de cultura”, um rude e um civilizado, as Minas Gerais e Portugal: “Intelectualmente propenso a esposar as normas estéticas e os temas líricos sugeridos pela Europa, sentia-se não obstante muito preso ao Brasil” (Candido, 2007b, p. 90). Na sua poesia árcade, Candido distinguiu uma *sub*-realidade de Tejo e Mondego nas Minas. Então, a seu ver, foi “por causa” da formação europeia e não “a despeito” dela, como quis Gonçalves de Magalhães, que a literatura *funcionou* localmente e definiu *nossa* originalidade (Can-

dido, 2007b, p. 19). No entanto, esse modo de imputar a finalidade da originalidade à prática poética na colônia não é outra coisa que a tentativa candidiana de adequar uma suposta afetação *emocional* das penhas e penhascos das Minas ao padrão cultural do artifício europeu: como se Cláudio Manuel da Costa fingisse ser um pastor virgiliano com “naturalidade sem artifício” nos penhascos mineiros.

É admitido, por Candido, que a poesia de Cláudio Manuel contém uma emoção que se passa no interior do sujeito, por sua vez provocada por uma referência objetiva da rusticidade das montanhas mineiras. A rusticidade nesse poeta, deve-se entender, é uma tópica, metafórica e poética, e não referenciada a uma experiência pessoal do escritor em relação ao seu meio ou ao localismo, pois – nos apoiemos em Sérgio Buarque de Holanda –, “no tempo de Cláudio Manuel da Costa e nas condições em que se formou sua mentalidade, [o] empenho realista seria nada menos do que um milagre de anacronismo” (Buarque de Holanda, 1991, p. 369). Por contraste a Sérgio Buarque, Candido vê presentes, de modo “vital” na prática de Cláudio, o “subsolo emotivo”, as “vivências profundas”, as “raízes da emoção”, a “sensibilidade profunda”, que, apesar do convencionalismo arcádico, irrompem (Candido, 2007b, pp. 89-91). Supondo a psicologia, o reflexo do solo natal e a originalidade para os termos da representação colonial de Cláudio, talvez o “ponto de vista romântico” de Candido¹² não se expresse com maior relevo romântico que na interpretação desse autor, evidenciando-se

10 Curiosa a permanência da ambiguidade do escritor brasileiro. Veja o juízo de Pinheiro Chagas de um Gonçalves Dias bifacetado: “Gonçalves Dias tem duas feições distintas, a do poeta americano e a do poeta europeu. A primeira adotou-a [...] porque estava intimamente convencido que devia [...] fundar ou procurar fundar a poesia nacional. Essas tentativas [...] ficaram, apesar de tudo, um pouco descoradas, porque o poeta [...] tinha os olhos constantemente fitos, através do Oceano, nas paisagens europeias” (Chagas, 1866, p. 170).

11 Embora não exista no livro de 1959 sequer um capítulo sobre Machado, o certo é que ele representa a própria razão de ser do sistema literário, o seu *télos*. Ver “Um Instrumento de Descoberta e Interpretação”, do *Formação*.

12 Para uma discussão do ponto de vista romântico de Candido, ver “Gonçalves de Magalhães e o romantismo no Brasil”.

na projeção de categorias extemporâneas ao contexto das “letras” coloniais. Ajuizando a prática letrada de Cláudio como o *início* de um traçado típico da essencialidade e do realismo local – com efeito, um nacionalismo antes da nação –, Candido se coloca no “ângulo dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros” e se utiliza de categorias positivistas para ajuizar criticamente (Candido, 2007b, p. 27). Há, claro, uma diferença de seu ponto de vista romântico para os termos teóricos do nacionalismo literário inaugurado por Magalhães. Enquanto este elabora, assinala Paulo Franchetti (2006, p. 121), “a primeira formulação cabal, no Brasil, à ideia [...] de que os temas, as formas e as técnicas da literatura europeia se não obstruem, ao menos dificultam a expressão do caráter nacional na produção letrada do país”, Candido sustenta uma razão dialética. Portanto, não é “a despeito dos cálculos da educação” europeia, como referia Magalhães, que a poesia original do país se constituiria. Antes, é “por causa” da orientação mental e estética dos europeus que os árcades expressam *nossa* originalidade, contrapõe Candido. Ele, portanto, rompe com o antilusitanismo de Magalhães sem, contudo, dissociar-se da “seiva” romântica; a expressão da brasilidade *empenhada* submete-se à experiência de filtragem da “língua culta” *aqui*.

Como a base do “sistema literário” de Candido supõe a estrutura tripartida de autor-obra-público, e o destinatário *local* da enunciação poética, ao menos da prática poética do século XVIII da América portuguesa, é inexistente no Brasil, pois tanto Cláudio Manuel da Costa quanto Silva Alvarenga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão formalizavam articulações imaginárias de um receptor europeu, então a comunicação lite-

rária não pôde se efetivar na arena local, a não ser pela introdução do argumento candidato da particularização intempestiva de um comportamento poético da brasilidade no século XVIII da América portuguesa.

A leitura de Sérgio Buarque de Holanda é primorosa, nesse sentido. Ao invés de um Cláudio romântico *avant la lettre*, Sérgio Buarque, com erudição notável, rastreia o emprego convencional que o poeta faz de Góngora, Lope de Vega, Metastasio, Teócrito, Virgílio, Horácio, Camões, evidenciado antes a emulação de matrizes tradicionais pelo poeta que nele afetam um “fundo patético”. Fora, portanto, de esquema teleológico, e sem qualquer demanda anacrônica de nacionalismos antes da hora, Sérgio Buarque segue de antemão o argumento de que a literatura brasileira dos tempos coloniais tem “raízes bem hispânicas e portuguesas” e, enquanto tal, não pode se constituir separada da literatura que a formou. Replicando afirmação de João Ribeiro sobre a “Fábula do Ribeirão do Carmo” do poeta árcade, Sérgio Buarque (1991, p. 345) comenta: “A amargura contra a condição de peregrino na própria terra responde para o poeta a uma simples convenção literária. A paisagem brasileira, disse-o bem João Ribeiro, ‘não cabe em sua estética’”.

No quadro dos ensaios que diagnosticam a precariedade do sistema intelectual brasileiro, Candido reintroduz a ideia de formação a título de agente formal significativo da tradição literária, circunscrita à comunidade nacional. A voga da formação, além de assegurar a “transmissão de algo entre os homens, [...] formando padrões” (Candido, 2007b, p. 24), reflete as linhas de um pensamento sobre a gênese e a forma final da cultura e da literatura brasileira. Forma

e genética configuradas sob um regime expressivo ligado à reprodução vegetativa, em que raízes, árvore, galhos, enxertos e enxertia procedem de modo a constituir uma forma “arvoral” de legibilidade da cultura e literatura brasileiras. Do ponto de vista de Sérgio Buarque, a metáfora de fundamento das “raízes” indica como objeto formador a parte por meio da qual a estrutura orgânica se implanta em determinado terreno. Parte oculta, não visível, enterrada sob “extenso território” da natureza tropical, as raízes – espécie de recalque mediado pela tópica da exuberância tropical – antecedem temporalmente o Brasil e lhe determinam a proveniência. Essa ensaística das “raízes” sustenta o argumento do artificialismo da herança ibérica perante uma terra de notável volume natural, e ao mesmo tempo critica a hipótese romântica de um Brasil originário bem como o espírito de brasilidade presidindo a cultura no Brasil¹³.

A família de metáforas de linhagem vegetal, rastreadas na historiografia literária romântica e na visada de Candido e Sérgio Buarque, percorre sentidos distintos em que se alinham o Brasil originário pelos românticos e a rearticulação dessa descoberta pelos modernistas, na qual se inclui o ensaio de Sérgio Buarque bem como o projeto da *Formação*. Da competência dessa família metafórica confere-se significação à fundação da nacionalidade, à aclimação da cultura ibérica transplantada e às “condições especiais de nosso desenvolvimento histórico”

13 A discussão de “Contrapontos à Brasileira: *Raízes do Brasil* e o Jogo das Metáforas”, de Roberto Vecchi, situa o livro de Sérgio Buarque dentro de um amplo projeto modernista de “desmetaforização e remetaforização do passado”, para configuração de uma “ordem explicativa” sobre “o movimento histórico ocorrido no país e da forma por ele gerada” (Vecchi, 2008, p. 370).

(Buarque de Holanda, 1989, p. 136)¹⁴, por meio da figuração de sentidos repartidos em diferentes níveis de singularização cultural do Brasil, que se desdobram nos processos de gestação de “frutos” nacionais, de maturação do “sentimento íntimo” e, finalmente, no processo da “forma final” da brasilidade.

Em *Raízes do Brasil*, qualquer precocidade da brasilidade é refutada; evitam-se os anacronismos românticos. Com efeito, o emprego nele de metáforas consiste num ato interpretativo do comportamento social da tradição com vistas a estabelecer, em face do delírio ufanista de um passado nacional, a anterioridade da cultura ibérica. As raízes reescrevem a história do Brasil evocando a memória de algo que esteve ausente das interpretações historiográficas românticas, o iberismo como a nossa proveniência. Dessa-cralizam o discurso da origem, destroem o repertório canônico das metáforas românticas e reinterpretam a “obra” histórica do passado luso-brasileiro para representar a genealogia das mazelas de nossa formação social – “a sociedade foi malformada nesta terra, desde as suas raízes”. Tudo isso é arquitetonicamente alinhavado no livro, como argumenta Roberto Vecchi, para se chegar ao sentido histórico descrito nos “Novos Tempos” e “Nossa Revolução”. Depois de historiar o peso da tradição, vislumbra-se, ao final, o compasso da *nossa* realidade brasileira¹⁵.

14 Considere-se por Sérgio Buarque a aquiescência entre a rude cultura portuguesa agrícola e a natureza do Brasil. Ver Costa (2004, p. 71).

15 Atualizo a estrutura dualista de *Raízes do Brasil* assinada por Roberto Vecchi. Ele vê dois tipos de recursos metafóricos no livro, o que nos permite vislumbrar o “quanto esta obra está enraizada no terreno modernista não só pela descoberta-reflexão sobre a realidade do país, mas também da brasilidade como temporalidade própria da experiência coletiva da nacionalidade” (Vecchi, 2008, p. 373).

Esse é o provável conhecimento *novo* que os “novos tempos” propiciam, o conhecimento de um tempo próprio ao Brasil, moderno até, no que ele tem de preservação e novidade, ordem do Estado e desordem natural do conjunto social brasileiro. Essa a modernização metafórica de *Raízes do Brasil*.

A hipótese aqui da analogia entre interpretação do Brasil e processo botânico exprime também um campo de finalidades tensionadas. Desde o “fato” social de que tudo o que é nosso vem de fora, se produz uma tensão entre a procedência das raízes (exteriores à terra) e o vir-a-ser dos galhos brasileiros segundo “aclimação penosa” da árvore original ibérica. O caso peculiar de Sérgio Buarque está em que ele pensa a tensão histórica entre o peso das estruturas arcaicas do passado e os pontos culminantes da “grande revolução brasileira”, sem “harmonia falsa”. Caso contrário, ou estaríamos diante de um país de passadistas enraizados, ou num Brasil de futuros desenraizados.

A *nossa* revolução aplica-se em configurar politicamente o “nosso próprio ritmo espontâneo”, o verdadeiro ritmo de encontro com a “nossa realidade” periférica, caracteristicamente tensa e dinâmica entre o que ela é e o que ela não é. E onde estaria o sentido do novo nessa revolução? Não tanto num caminho salvacionista de revolução da civilização citadina, pois se o movimento revolucionário lentamente rompe com a articulação social das condutas rurais, a cidade tampouco parece promissora aos valores cordiais da comunidade. Essa tese encontra-se na interpretação que Pedro Meira Monteiro dá ao *Raízes do Brasil*, “não apenas como o drama da formação do espaço público no Brasil, mas como a tragédia que indica a ruína de uma ordem familiar, antiga

e acolhedora”¹⁶. O novo estaria, portanto, no “contraponto” do Estado, que mostra seu domínio na arte de contrastar e, ao mesmo tempo, complementar o conjunto social desde um “contorno congênito” do “mundo de essências mais íntimas”, este mundo intocável do ponto de vista de uma ação política razoável e resistente “às decisões impostas de fora”, seja a dos caprichos políticos, seja a do normatismo de ideias, um mundo, aliás, que se mantém plasticamente ordenado. O novo, desde já, causa efeitos combinados de contraste, semelhança e complementaridade com o “mundo de essências mais íntimas”, o que equivale a abandonar a hipótese segundo a qual a nossa revolução conteria uma ruptura drástica com o passado, uma vez que coexistem, sem conciliação nem síntese dialetizada, o “mundo de essências mais íntimas” e a “organização de nossa desordem” pelo Estado (Monteiro, 2008, p. 357).

Por contraste ao mundo de essências mais íntimas, a imagem boa e instrutiva, apresentada por Sérgio Buarque, é a de um Machado como “flor” de “planta de estufa”, como escritor de modernidade desenraizada, sem antecessores espirituais nacionais, o próprio gênio descolado do solo natal (Buarque de Holanda, 1989, p. 121). Para Sérgio Buarque, Machado forma um “mundo fora do mundo”, o qual gira em torno de um fator dominante das letras no país: “[...] o horror

16 Essas considerações seguem o argumento de Pedro Meira Monteiro, em “Uma Tragédia Familiar”: “Muito se tem escrito a respeito da ausência de um fecho programático em *Raízes do Brasil*, que talvez não seja simplesmente um sinal de abertura para o novo, como muitas vezes se quer fazer crer. Mais que uma suposta abertura para o novo, ou para o inteiramente novo, talvez exista aí, nessa irresolução, um fundo de conservantismo” (Monteiro, 2008, pp. 354-5).

à nossa realidade cotidiana”. Representante típico do indiferentismo e do esquecimento perante a vida brasileira, ele provoca, a seu ver, “desencantos precoces e ilusões de maturidade”, os meios pelos quais efetua sua imitação de “planta de estufa”.

Machado de Assis, o mestre dos mestres, ou, como a crítica oitocentista gostava de referir, o “patriarca das letras”, instaura uma cena de reconhecimento e des(conhecimento) para todo brasileiro que o lê. Esta cena é posta e repostada pela “cadeia de recepções” que vai do século XIX ao século XX tentando resolver a paternidade ou a orfandade de Machado perante a tradição local. Ele era um “estorvo” para seus contemporâneos, fosse para José Veríssimo ou para Sílvio Romero. Este identifica nele um humor pessimista e, ao mesmo tempo, afirma que “não somos em grau algum um povo de pessimistas”. Veríssimo teve o mérito de condenar o juízo de Romero, dizendo que “a obra literária de Machado de Assis não pode ser julgada segundo o critério que eu peço licença para chamar nacionalístico”, no entanto, restringe-se a apontar para o perfeccionismo do emprego da língua, “a mais sã, a mais numerosa, a mais expressiva e a mais formosa que ainda aqui se escreveu”.

“Cadeias de recepções” ainda se desdobram no século XX: como sugere Candido, o Machado como representante de uma “continuidade literária”, a tradição do romance romântico e aquele que deu realmente “o exemplo de como se faz literatura universal pelo aprofundamento das sugestões locais”, ou Machado, um iniciador sem “antecessores espirituais”, órfão de pai nacional, espécie de traição à tradição do romance romântico brasileiro ou “ilha isolada, sem contato com a terra geral”, para usar o *retrato*

de Luiz Costa Lima de um Machado com face oposta à repetida mimética nacional, até inverossímil, ao Brasil de escritores empenhados. A paternidade nacionalista de Machado, por Candido, lhe é atribuída em virtude de ter sido o escritor maduro que fez aceder o local à expressão universal. Filtrado pela “dupla fidelidade” ao Brasil e à Europa, Machado *forma* a maturidade do sistema literário brasileiro e é, definitivamente, transformado por Candido em plataforma crítica e canônica. Recebido por essa historiografia literária empenhada no nacional, Machado, segundo essa perspectiva, que, além de Candido, inclui o trabalho de Roberto Schwarz, transforma o nacionalismo convencional do “pitoresquismo” em notação íntima do “escritor brasileiro”. E o “sentimento íntimo” desse escritor, “homem do seu tempo e país”, sobrepõe-se finalmente à matéria da paisagem romântica. Um verdadeiro “programa de trabalho” crítico que transforma o “instinto de nacionalidade” em meta do projeto da *Formação*.

A organização orgânica, por Candido, da cultura e da literatura brasileira perante a evolução do Brasil é notada pelo crítico Abel Barros Baptista. A seu ver, Candido combina o “galho secundário” da literatura portuguesa com o terreno denominado *brasileiro*, onde se realiza nova conformidade: o galho medrando conforme o terreno da enxertia adquire a forma do Brasil. Entre a literatura portuguesa e a literatura brasileira, já não há somente um corte entre raízes e finalidades, ou entre causa histórica e efeitos, mas uma exclusão; eis por que nas primeiras linhas do exame de Abel Barros ele aponta para o “desconhecimento” de Portugal como “resultado natural do processo de ‘formação’ da literatura brasileira”, uma vez que para a

particularização literária *brasileira* precisava-se cunhar de passadista qualquer eco português que lutasse por se manter no campo de nossa literatura. Juízo próximo a este está em Luiz Costa Lima de “A Crítica Literária na Cultura Brasileira do Século XIX”. Embora o autor esteja se ressentindo de um fosso aberto entre o século XX e seu antecedente, o século XIX, e não do desconhecimento da herança portuguesa, o diagnóstico acerca da estranheza que imputamos ao nosso passado, como se ele não nos pertencesse e como se não reconhecêssemos nos nossos críticos de outrora a paternidade cultural de muito dos nossos impasses, aponta para a persistente mania de instituir marcos zero.

“Antes de sabermos o grau em que éramos colonizados, optamos pelo ‘esquecimento’ da proveniência, preferimo-nos órfãos. Esta morte cultural da paternidade apresenta duas faces. Na primeira, regozijamo-nos com nossa orfandade; não temos legado, herança ou tradição; ao começarmos, a terra é outra vez virgem; marco zero, tudo em nós e de nós principia” (Lima, 1981, p. 30).

Raízes e Formação convergem no campo das nossas raízes paternas de cultura ibérica, no entanto, eles se encaminham para distintas articulações. As raízes de Sérgio Buarque, apesar de recolocar o passado e o peso de sua tradição em nós, engendram uma interpretação referenciada para percepção das temporalidades que compõem o ritmo nacional. Candido, à diferença de Sérgio Buarque, reinterpreta as raízes orientando-as para um suposto fim de sinais intactos de brasilidade. Pelas mãos de Candido, à “implantação” das raízes segue-se a “aclimação” da herança ibérica a um devir *brasileiro*; naturaliza-se o implantado conforme o *nosso* terreno,

porque sendo as “tendências particularistas e universalistas” a condição de possibilidade do que nos particulariza, e sendo a herança regida pela diferença pura e essencializante que o Brasil faz do universal, desde um assíduo consumo *local* da cultura culta, a exigência de organização do sistema continua sendo contraditoriamente um *local* aniquilador das raízes ibéricas. E o preceito, não sendo mais o da origem explicadora da razão de ser da literatura *brasileira*, para Candido pressupõe, contudo, a originalidade do “sentimento íntimo”, formada ao longo de um processo histórico de antemão dirigido para o aniquilamento das raízes.

A tensão em Candido entre proveniência e formação, ou entre passado e futuro, é resolvida pela síntese do nacional que a tradição do sistema opera. Assim, a ficção machadiana representa o próprio “futuro passado” dentro da literatura brasileira, o momento em que Machado recupera o que ficara até então perdido entre os escritores de antes dele, podendo devolver retrospectivamente aos romancistas românticos o que lhes fora devido, o Brasil, já seminalmente formalizados em suas narrativas. Machado, portanto, constitui-se numa determinação histórica vinda do passado literário do Brasil e, como tal, forma o Brasil na exata medida em que é formado pelo seu país, seu tempo e seus antecedentes.

No caso de Sérgio Buarque, teríamos diferente advertência: conserve-se *melhor* o “mundo de essências mais íntimas” (Buarque de Holanda, 1989, p. 142). Sua proposta de aniquilação das raízes ibéricas se fará desenterrando o tradicionalismo oligárquico e preservando, sob contorno congênito, “essências mais íntimas”. Se, por um lado, seu exame reflete a consciência sobre as mazelas do

personalismo autoritário, do homem cordial e da ausência de transparência pública em face da força das prerrogativas privadas, por outro, considera o contorno de possibilidades democráticas futuras sem abrir mão do “mundo de essências mais íntimas”, herança da tradição colonial luso-brasileira.

No caso de Candido, o caráter nacional, perfazendo-se na dialética, constituirá um local purificado das raízes portuguesas e ibéricas. Mas é preciso perguntar, tendo em vista agora um confronto de Sérgio Buarque com Antonio Candido: como nossas raízes ibéricas, mais especificamente portuguesas, fazem crescer uma literatura brasileira comprometida formal e substancialmente com o Brasil? Pelo caráter teleológico da formação de Candido, nota Abel Barros Baptista. Lembre-se da metáfora do galho *brasileiro* da literatura portuguesa por Candido e agora retome o raciocínio de Abel, no seguinte ponto: “[...] um galho medra, mantendo naturalmente características do arbusto donde provém, mas crescendo em consonância com o terreno até se tornar *próprio* dele”. O amadurecimento dos galhos da árvore europeia implantada se dá conforme o terreno, até o galho se tornar próprio dele, seguindo a tendência natural de crescimento de uma muda transplantada. Isso resume o processo de implantação numa tensão entre a origem e a finalidade com fins de *nossa* formação. O americanismo de Sérgio Buarque supõe um plano de vicissitudes; o local de Candido traduz um destino *final* desenhado segundo um dever-ser ideal da formação, naturalizando o que é nosso na forma final.

Todo o ato da enxertia conformaria uma “alma comum”. Segundo definição dicionarizada, ela é a “operação que se caracteriza pela inserção de uma gema, broto ou

ramo de um vegetal em outro vegetal para que se desenvolva *como na planta que o originou*”. Seria *tal pai qual filho*, cujos nomes operam uma semelhança na determinação da herança sobre a forma filial, *tal qual* sua forma original, daí a “alma comum”. No entanto, o “galho secundário”, o qual se tornará *tal qual* a forma natural ao terreno *brasileiro*, sacrifica a semelhança implantada e inverossimilmente fecunda um organismo diferente de “folhas perdidas no torvelinho de nossa indiferença” em relação ao passado lusitano, para usar expressão de Sílvio Romero. Sendo a forma literária um instrumento de adequação à transformação social do Brasil, suas raízes puderam dar frutos conformes ao terreno do país, construindo simbolicamente sua identidade. A árvore enxertada é substituída pela vitalidade do “galho secundário”. Eis o poder *vegetal* desse galho na sua capacidade de assimilar a realidade brasileira; mergulhado na luz e na terra brasileira, dá vida à forma elementar do Brasil. O impasse crítico da “formação” está, portanto, em que a recusa à origem mobiliza uma tradição *brasileira* desfamiliarizada de sua proveniência. A literatura se submeteu ao modo de existência do sistema e, em especial, aos termos de germinação do galho, que se transformou no símbolo de outra tradição. A literatura *brasileira* não é mais parte e germinação da árvore ibérica, senão símbolo vivo do Brasil. A metáfora do galho opera o corte entre a herança velha e um Brasil vital graças ao qual se desarticula a função histórico-existencial da “alma comum” e interioriza-se o sentido próprio da brasilidade.

O iberismo de Sérgio Buarque forma um Brasil alinhado com a dinâmica da margem fora “da chave rigidamente opositiva e dia-

lética” (Vecchi, 2008, p. 380). O iberismo de Candido dá lugar à razão inexorável do localismo, a “outra marcha da formação”, a da ontologia local, que é desejo do discurso de um Brasil que não pode mais viver fora de si, ou ser o que ele não é. Essa é a pertinência do “instinto da nacionalidade” num

Machado nacionalista e mimético. Quaisquer que sejam os limites de “quando e onde é a origem”, (Finazzi-Agrò, 2001, p. 169), a “outra marcha” da formação é sintetizável na meta prospectivamente postulada pela finalidade *natural* da literatura brasileira para fins de sua originalidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, José de. *Iracema: Lenda do Ceará*. São Paulo, Ateliê, 2006.
- ARANTES, Otilia; ARANTES, Paulo. *Sentido da Formação: Três Estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- BAPTISTA, Abel Barros. *O Livro Agreste*. Campinas, Ed. Unicamp, 2005.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.
- _____. “Cláudio Manuel da Costa”, in *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991, pp. 227-404.
- CANDIDO, Antonio. “O Significado de Raízes do Brasil”, in Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.
- _____. *Iniciação À Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2007a.
- _____. *Formação da Literatura Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2007b.
- CHAGAS, Pinheiro. *Ensaio Crítico*. Porto, Em Casa de Viúva Moré, 1866.
- COLERIDGE, Samuel Taylor. “Appendix to the Statesman’s Manual, Containing Comments and Essays”, in *Aids to Reflection in the Formation of Manly Character, on the Several Grounds of Prudence, Morality and Religion*. Burlington, Chauncey Goodrich, 1829.
- COSTA, Manoel (ed.). *Textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “O Duplo e a Falta: Construção do Outro e Identidade Nacional na Literatura Brasileira”, in *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 1. Niterói, Abralic, 1991, pp. 52-61.
- _____. “Em Formação. A Literatura Brasileira e a ‘Configuração da Origem’”, in *Antonio Candido y los Estudios Latinoamericanos*. Pittsburgh, Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2001, pp. 165-82.

- FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa*. Cotia, Ateliê, 2007.
- _____. "Gonçalves de Magalhães e o Romantismo no Brasil", in *Revista de Letras*, 46/2. São Paulo, 2006, pp. 113-30.
- HANSEN, João Adolfo. "Para uma História dos Conceitos das Letras Coloniais Luso-Brasileiras dos Séculos XVI, XVII e XVIII", in Marcelo Jasmim; João Feres Jr. (eds.). *História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Ed. Loyola/Luperj, 2007, pp. 253- 266.
- HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der Natur*. Stuttgart, Reclam, 2008.
- LIMA, Luiz Costa. "Antropofagia e Controle do Imaginário", in *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Niterói, Abralic, 1991, pp. 62-75.
- _____. "A Crítica Literária na Cultura Brasileira do Século XIX", in *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, pp. 30-56.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. "Discurso sobre a História da Literatura do Brasil", in *Nitheroy: Revista Brasiliense: Ciencias, Lettras e Artes*. 2ª ed. Paris, Dauvin et Fountaine, 1836, pp. 132-59.
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kenedy (eds.). *Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj, 2008.
- MONTEIRO, Pedro Meira. "Uma Tragédia Familiar", in Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.
- RICOUER, Paul. *Metáfora Viva*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- ROMERO, Sílvio. "A Filosofia no Brasil. Ensaio Crítico", in *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro/ São Paulo, José Olympio/Editora da USP, 1969.
- SOARES, Joaquim de Macedo. "Tipos Literatos Contemporâneos", in *Correio Mercantil*, 7-8/jan./1862.
- VECCHI, Roberto. "Contrapontos à Brasileira: Raízes do Brasil e o Jogo das Metáforas", in Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj, 2008.

arte





Instalação e site specific works:

arte

como

oposição

Marcos Fabris

Todos os interessados nas relações entre arte e fotografia devem, imperiosamente, conhecer o trabalho da norte-americana Barbara Kruger (1945). E não pretendo, com tal afirmação, impor um gosto ou reivindicar um local destacado para uma artista supostamente pouco valorizada no panteão da arte contemporânea, carente de honra ao devido mérito – Kruger é suficientemente consagrada nos círculos artísticos e no (cada vez mais) aquecido mercado das artes, onde circula com a propriedade de quem vende uma imagem por centenas de milhares de dólares. Se grandes museus, galerias e colecionadores tendem a medir o valor de seu trabalho em cifras astronômicas (como é praxe), gostaria, inversamente, de propor uma avaliação de sua obra em termos artísticos, que não excluam aspectos de natureza política. Adiantando o argumento que pretendo desenvolver: transitando entre arte, publicidade e fotografia, Kruger busca congrega aspectos da vida cotidiana que *aparecem* separadamente, quais sejam, consumo, espetáculo, gênero e classe, explicitando como tal a operação de fragmentação ideologicamente construída ao conceber, com os fragmentos

extraídos da linguagem da propaganda, instalações em museus, galerias, lojas e espaços públicos. Como veremos, tais obras pretendem iluminar os nexos existentes – e metodicamente eclipsados – naquilo que Guy Debord definiu como “sociedade do espetáculo”: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (Debord, 1997, p. 13).

A maior contribuição da arte produzida por Kruger, que já poderíamos caracterizar como enfática, múltipla e combativa, prenhe de ambição crítica, reflexiva e intelectual, residirá, nos termos que sugeri, no repúdio às tendências reinantes no universo artístico contemporâneo, que premia o inconsequente, o ingênuo, o imaturo, o anódino... enfim, toda variação e combinação que camufla conflitos sociais ou, se preferirmos, as lutas de classes. Precisamente este o elemento que a obra de Kruger tenciona evidenciar. Como?

MARCOS FABRIS é doutor pela FFLCH-USP, com pós-doutorado na Universidade de Columbia (Nova York) e Université Paris Ouest Nanterre (Paris).

Utilizei a palavra “instalação” e gostaria de contextualizar o surgimento desse tipo de arte, fundamental para a compreensão do trabalho da artista. Em seguida, considerarei a formação e algumas instalações de Kruger, refletindo como estas obras estabelecem diálogo profícuo com a tradição que as precede para, como sugeri, produzir uma arte consequente – porque crítica de suas coordenadas espaço-temporais (ou “de oposição”).

II

O que hoje conhecemos por “instalação” teve origem no início da década de 60 na Europa e nos Estados Unidos. À época, o termo “ambientação” foi usado para descrever, por exemplo, obras como *Memorial de Guerra Portátil*, de 1968, do pintor norte-americano Ed Kienholz (1927-1994). Essas ambientações, que pretendiam se relacionar com o espaço ao redor, constituíam uma rejeição flagrante às práticas da arte tradicional porque, ao incorporarem o espaço exterior, integravam ou absorviam também o próprio observador à obra. Expansivas e abrangentes, pretendiam figurar certas experiências ou conteúdos, desrespeitando toda concepção de arte como receptáculo de significados fixos.

A partir dos anos 60, a instalação se desenvolveu de diferentes formas e por muitos artistas dos mais diversos movimentos contemporâneos: arte *pop*, arte *op*, *fluxus*, minimalismo, arte performática, *sound art*, *earth art*, arte *povera* e *site works*. Em Paris, em 1958, o novo realista Yves Klein (1928-1962) expôs o espaço vazio de uma galeria (Iris Clert), a que deu o nome de *A Especialização da Sensibilidade à Idade da Matéria-Prima em Sensibilidade Pictural Estabilizada. O Vazio*. Sua “réplica” não tardaria a

surgir. O franco-americano Arman (Armand Pierre Fernandez, 1928-2005) entulhou a mesma galeria com lixo, chamando a intervenção de *O Cheio* (1960). Deve-se notar que as instalações não eram propriamente procedimentos artísticos “inéditos” nos anos 60. Anteriormente, seu objetivo essencial limitava-se sobretudo à ampliação da pintura para o campo da tridimensionalidade. Constituem exemplos desse tipo de produção o grande trabalho de ocupação espacial do dadaísta Kurt Schwitters (1887-1948) intitulado *Merzbau (Casa Merz)*, de 1923, que ocupava toda a residência do artista em Hanover, e as ambientações luminosas de Lucio Fontana (1899-1968), como *Estrutura de Néon para a IX Trienal de Milão*, de 1958.

Das obras surrealistas, surgiu a ideia de instalação como conceito criativo de exposição. Por ocasião da mostra surrealista realizada em Nova York, em 1942, Marcel Duchamp construiu um labirinto de fios amarrados em torno das telas no local em que estavam instaladas, chamando sua intervenção de *Uma Milha de Barbante*. A instalação exigia uma postura ativa do espectador, que, emaranhado na teia tecida pela “aranha Duchamp”, contemplava as obras expostas ao mesmo tempo em que se percebia fisicamente aprisionado ao tipo de apreciação tradicional imposta por formatos expositivos consagrados – precisamente o que se pretendia pôr em xeque. Vale notar que Duchamp desempenhou papel exemplar nesse sentido, planejando a instalação de suas obras nos mínimos detalhes, incluindo, como se sabe, a exposição póstuma na qual trabalhara em segredo por anos a fio intitulada *Étant donnés (Dados)*, numa tradução livre), realizada no Museu de Arte da Filadélfia em 1969. Ele é, até hoje, uma

importante referência para muitos artistas que trabalham com instalações.

A partir dos anos 70, galerias comerciais e espaços alternativos (incluindo a rua ou qualquer outro espaço que não aquele convencionalmente dedicado à exposição da obra de arte) passaram também a acolher a arte da instalação e todas as suas variações, como os chamados *site works*, termo em inglês que designa obras artísticas especialmente concebidas para certos espaços. As instalações e suas variantes seriam logo percebidas como gêneros vigorosos para artistas ativistas, que acreditavam na ideia de que a arte deveria ser tão crítica quanto democrática, disponibilizada para muitos e inclusive com subvenção (de natureza pública ou privada) – pensemos na tradição da pintura mural mexicana. Nesse sentido, tais obras explorarão os contextos nos quais estão inseridas, que efetivamente passarão a fazer parte de sua fatura artística. Noutros termos, não se trata de pensá-las como “mobiliário urbano”, tampouco como peças decorativas. As instalações mais bem-sucedidas serão aquelas que buscarão equacionar uma relação (tensionada?) entre as possibilidades e condições de produção e consumo de arte num certo espaço por um certo público, todos agora partes integrantes da obra em questão. Sem entrar no mérito individual ou no grau de sucesso de cada obra, alguns exemplos dessa produção incluem *Batcolumn* em Chicago, de Claes Oldenburg, de 1977, a arqui-famosa *Duas Plataformas* em Paris, de Daniel Buren, de 1985-86, e *O Anjo do Norte* em Gateshead, de Antony Gormley, de 1998. Se, como vimos, as instalações e *site works* podem ser instrumentos poderosos para artistas que pretendem refletir sobre as relações entre arte e sociedade, resta então identificar e avaliar casos

bem-sucedidos dessas produções artísticas. Entra em cena Barbara Kruger.

III

A arte dita “engajada” dos anos 70 consolidou-se como um dos pilares do que se convencionou chamar de pós-modernismo artístico (Wood et al., 1998)¹. Seu principal desdobramento foi precisamente a confirmação de uma tendência, aquela de ignorar o tradicional foco na classe em favor de uma insistente concentração nas questões de grupos hegemonicamente minoritários. Estou me referindo sobretudo ao gênero e raça – *queer*, *lesbian* ou *black studies* são exemplos dessa segmentação nos estudos teóricos e departamentos acadêmicos norte-americanos, que os difundiriam globalmente. Esse desdobramento foi conduzido sobre um termo abrangente e deveras vago, o “poder”, amplamente estudado pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984). Em linhas bastante gerais, Foucault acreditava que o poder era “secretado” pelas sociedades, impossível de se escapar inclusive por meio de revoluções. Tal como para Althusser, a ideologia para Foucault era, então, uma condição social da vida ou, se preferirmos, uma condição “permanente” da vida em sociedade. Tal posição teórica, amplamente difundida na academia e nas artes, fora concebida em oposição ao que uma fração da *intelligentsia* francesa, da qual Foucault fazia parte e era expoente, percebia como “fracasso marxista”, segundo ela explicitado após a derrota de maio de 1968 (Wood et al., 1998)¹.

1 Uma poderosa avaliação deste dominante cultural encontra-se em Jameson (1991).

Nesses termos, as análises de Foucault pretendiam conceber possibilidades alternativas de resistência, mirando em alvos como lutas sociais de caráter contingente e/ou institucional, não em transformações sistêmicas e estruturais. Evidentemente, ao deslocar a ênfase das relações econômicas, como as de classe, para as relações de poder entre indivíduos, Foucault reorientou toda a preocupação para áreas psicossociais: orientação sexual, gênero e raça tomam o lugar da classe para se tornarem os “temas melódicos” da maior parte das práticas culturais e intelectuais consideradas radicais no período. O trabalho de Barbara Kruger é frequentemente citado e valorizado como exemplo artístico paradigmático *desse* tipo de produção pós-moderna, que busca discutir as questões de gênero no âmbito de sua produção e, *essencialmente por isso*, tornou-se consagrado nos círculos artísticos. O ponto cego para o qual gostaria de chamar a atenção reside precisamente no fato de que a artista não se limita à crítica de gênero, como anteriormente mencionado. O interesse, a força e a atualidade de seu trabalho estão estribados no questionamento dos limites da produção artística, intelectual e crítica que se restringem *apenas* a uma área da experiência social, o que a artista, no conjunto de sua obra, não parece fazer. Ao contrário, acredito que compute e reúna diversos aspectos da vida sob o capitalismo contemporâneo graças a procedimentos aprendidos ao longo de sua formação e carreira no universo (ou indústria) das artes, da fotografia e da propaganda norte-americano. Passo a descrevê-lo de modo abreviado.

Kruger estudou arte e design na consagrada escola nova-iorquina Parsons School of Design com duas figuras importantes para

seu futuro trabalho artístico: Diane Arbus (1923-1971), um ícone da fotografia norte-americana, conhecida por seu engajamento artístico e pelo retrato dos excluídos sociais (pensemos em *Mulher Porto-Riquenha com Pinta*, de 1965), e Marvin Israel (1924-1984), artista, fotógrafo e professor nova-iorquino conhecido pela criação de interiores sinistros e surreais e pela imagística abstrata, nervosa e perturbadora, característica de seu trabalho artístico. Igualmente fundamental para o desenvolvimento artístico de Kruger foi seu trabalho como designer na prestigiada casa editorial Condé Nast (em publicações como *Mademoiselle*, *House and Garden* e *Aperture*), onde aprendeu e desenvolveu a linguagem típica da propaganda como ferramenta de estímulo do consumo, presente nesse tipo de veículo, e que utilizará em suas obras de modo diametralmente oposto às revistas onde trabalhou. Noutros termos, na apropriação de imagens existentes e na associação de texto e imagem em montagens fotográficas (que não descartarão montagens inclusive no nível semântico, como veremos) a artista refuncionalizará a linguagem tradicional da publicidade para fins críticos e reflexivos. Na forte conotação publicitária de seu trabalho verifica-se um padrão: à imagem fotográfica básica, em geral de impressão monocromática, é acrescido um breve texto exortatório que funciona essencialmente como um *slogan* publicitário (como em *Sem Título [Seu Conforto É Meu Silêncio]*, de 1981). Com frequência, esse texto é apresentado em letras brancas sobre fundo vermelho, cortando ou margeando a imagem, de tal modo que o texto não apareça apenas como uma “legenda clássica” para a imagem, tampouco seja a imagem uma “ilustração” “subordinada” ao texto. Nes-

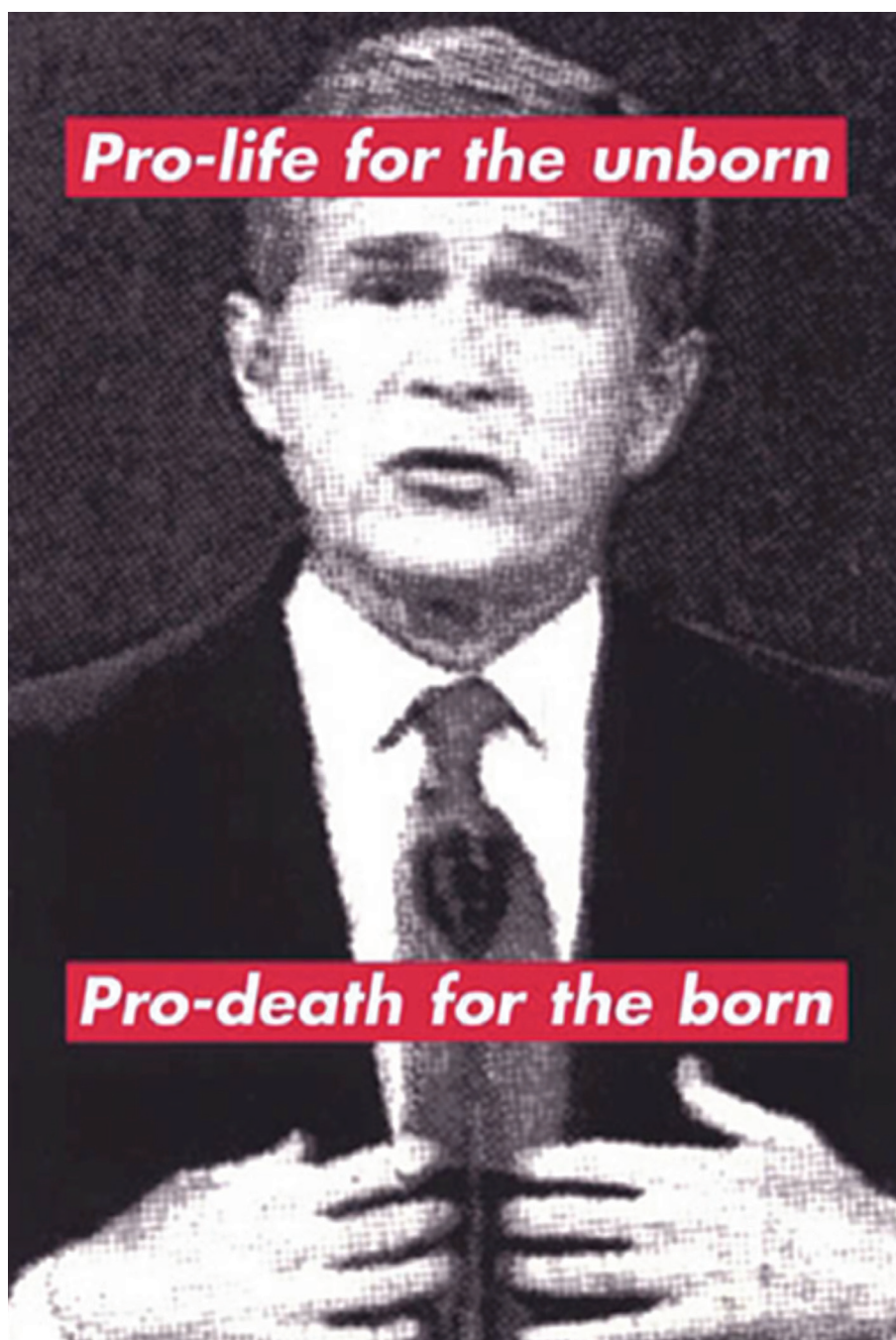


Sem Título [Seu Conforto É Meu Silêncio], Barbara Kruger, 1981

sas “pseudolegendas”, Kruger frequentemente utiliza artifícios semânticos de oposição binária (“Nós”/“Vocês”, “Meu”/“Seu”, “Vida”/“Morte”, etc.) para questionar tanto o uso tradicional do *tagline* da propaganda quanto as operações de oposições simplis-

tas por ela criadas para, creio, repensá-las nos termos de suas contradições, funções e consequências (por exemplo, *Sem Título [Pro-Life for the Unborn]*, de 2000).

A isso, adiciona-se o fato de que vários de seus trabalhos aparecem em lugares pouco



Sem Título [Pro-Life for the Unborn], Barbara Kruger, 2000

ou nada convencionais para obras de arte “tradicionais”: *outdoors*, revistas, pôsteres ou camisetas (como *Sem Título* [da série *We don't Need Another Hero*], de 1986). Esses trabalhos *nesses* lugares questionam, adicionalmente, o local “ideal” para a obra “ideal”. Outros trabalhos são especialmente concebidos para exposição em galerias de arte, no formato de uma instalação do tipo *site-specific*, como *Toda Violência É uma Ilustração de um Estereótipo Patético* [*All Violence is an Illustration of a Pathetic Stereotype*], de 1991. Gostaria de me deter nesta que parece uma obra emblemática do caráter compósito da obra da artista.

Aqui, vemos uma parte dessa instalação, a terceira exposição individual da artista na prestigiada Galeria Mary Boone, de Nova

York. O título é interessante e representativo do trabalho de Kruger. Em inglês, o substantivo *illustration* pode significar “ilustração”, “figura”, “desenho” ou “imagem”. Também pode significar “típico”, “característico” ou “exemplo que explica”. Assim, já no título, e por meio da montagem (que estará presente também nas imagens), Kruger introduz o ruído que aponta para as múltiplas e ambíguas relações entre significados e suas relações com violência, produção imagética, exemplaridade de processos (artísticos e sociais) e ratificação (e questionamento) de estereótipos. Para tanto, Kruger transformou o espaço expositivo de modo a provocar no espectador uma experiência inusitada de desaclimatação: ao entrar na galeria, o visitante deparava com o texto: “Tudo o



Sem Título [da série *We Don't Need Another Hero*], Londres, Barbara Kruger, 1986

que parecia abaixo de você lhe fala agora. Tudo o que parecia surdo o escuta. Tudo o que parecia estúpido/mudo sabe o que se passa em sua mente. Tudo o que parecia cego enxerga através de você/o desvenda” (*“All that seemed beneath you is speaking to you now. All that seemed deaf hears you. All that seemed dumb knows what’s on your mind. All that seemed blind sees through you”*). As sentenças iniciais, tão ambíguas quanto familiares para aqueles que vivem nas grandes metrópoles globais, dão o tom do que aguarda o observador no restante da instalação. Paredes, chão e teto do espaço foram forrados de imagens à la Kruger, que implicam os sentidos do observador (a visão e a audição foram particularmente evidenciadas nas frases iniciais – falar, escutar, enxergar, desvendar). Não temos alternativa senão confrontar um universo estético surreal de medo, opressão, violência e controle. A imagem decepada e duplicada de uma figura sem sexo ou idade aparente grita “silenciosamente” (pensemos no homúnculo de Munch para *O Grito*). Sua angústia é “verbalizada” na sentença “Toda violência é a ilustração de um estereótipo patético” (*“All violence is the illustration of a pathetic violence”*), que ecoa pela sala e reverbera nas outras sentenças e imagens ali presentes, do teto ao chão.

Em claro diálogo com a estética dadaísta e construtivista, Kruger intensifica o tom hostil da relação oriunda entre texto e imagem, explicitando suas matrizes artísticas para ativar os sentidos e as emoções do espectador, que deverá indagar-se dos motivos da artista para agredi-lo tão diretamente, confrontando-se com um universo igualmente agressivo, vigiado e punitivo, sempre artisticamente *construído*.

Gostaria de tecer brevíssimos comentários sobre a tradição artística que precede a artista e sobre uma das matrizes de Kruger, explicitada nessa instalação. Trata-se da obra do fotomontador alemão John Heartfield (1891-1968). Nos trabalhos realizados para a revista alemã AIZ – *Jornal Ilustrado do Trabalhador* (*Arbeiter-Illustrierte-Zeitung*), podemos identificar certas afinidades eletivas entre os dois artistas. Tomemos como exemplo a obra *Adolf, o Super-Homem: Engole Ouro e Cospe Asneiras*, de 1932. A produção de Heartfield, que como Kruger não fotografava e apenas se apropriava de imagens existentes, está assentada na ideia da colagem e da *assemblage*: aqui, são negados os materiais tradicionais da arte (como a tela e a tinta) a fim de produzir obras artísticas “mestiças”, ou seja, estruturadas por um princípio que permite a introdução de elementos da realidade cotidiana (tais como fragmentos de papel de parede, jornais, revistas; pensemos também nas colagens de Picasso). Trata-se, então, do que poderíamos chamar de matéria “vulgar”, que com sua “vulgaridade produtiva” dessacraliza o objeto artístico convencionalmente concebido, aproximando-o da experiência cotidiana. Este é o golpe mais violento desfechado contra a pintura e a fotografia tradicionais – e contra toda concepção idealista ou sentimentalista da obra de arte. Nesses termos, o objeto artístico não é mais concebido como resultado da expressão privilegiada do saber técnico que reproduz uma beleza absoluta, classicizante, a-histórica. Com o esfacelamento da hierarquia dos materiais e o questionamento a fundo do fazer artístico sugere-se inclusive a possibilidade de indistinção cada vez maior entre artistas exclusivamente produtores e público unicamente consumidor.



Adolf, o Super-Homem: Engole Ouro e Cospe Asneiras, John Heartfield, 1932

Vejamos como *Adolf, o Super-Homem...* esclarece certos procedimentos artísticos típicos de Kruger, evidenciando-os:

1) *Blechen* é um verbo em alemão que significa “pagar”, “inchar” ou “expectorar”; *blech*

é um substantivo neutro que significa “folha de flandres”, “ferro” ou “disparate”. Percebemos como Heartfield, tal qual Kruger, opera uma montagem significativa, inclusive em termos semânticos, para expor o ditador.

2) A imagem, no nível do fragmento, está

ao mesmo tempo colada a seu referente e propondo novas relações de sentido graças à construção desnaturalizada do todo numa narrativa imagética nova. É assim que, a partir da fragmentação ou do fragmento, o artista pretende compreender o todo com o qual ele se relaciona ou, se preferirmos, como o todo se apresenta (fragmentado) no fragmento.

3) Heartfield produz ironia e sarcasmo em verdadeiras “caricaturas fotográficas” (à *la* Honoré Daumier) que explicitam as marcas do trabalho do artista (ao contrário da “peça bem-feita” nas artes representacionais, executada de modo a esconder as “emendas” ou as marcas do trabalho artístico – pensemos, por oposição, no “liso” da fotografia idealizada de Sebastião Salgado em *Gênesis...*).

4) Aqui, o corpo do ditador títere é um objeto de estudo. A tentativa de compreendê-lo em suas entranhas vai de par com a compreensão do “corpo social” que o produz.

5) Heartfield reitera cientificamente a limitação da visão humana, incapaz de enxergar certos conteúdos a olho nu – daí a necessidade de penetrar a epiderme da realidade, como um inconsciente óptico capaz de revelar aspectos desconhecidos da consciência.

6) Presenciamos então uma abordagem analítica, que cirurgicamente decupa uma ação aparentemente natural e contínua, o discurso do líder, para investigá-la em seus nexos profundos.

7) O fotomontador aponta uma pistola cronográfica para o coração de Hitler, semelhante àquela utilizada por Étienne-Jules Marey (1830-1904) ao analisar o movimento dos pássaros no século XIX. É com o avanço científico, tecnológico e artístico – indissociáveis entre si – que toda matéria deixa de ser impenetrável para tornar-se cognoscível.

Esse tipo de fotomontagem é consequente em termos artísticos (por desmistificar o ato criador, que é trabalho mental e trabalho manual ao mesmo tempo) e sociais (por propor o que poderíamos definir por uma “contravisão”, que pretende desembolar todo olhar viciado e permitir um maior conhecimento das estruturas ópticas, psicológicas e sociais). Essa subversão da racionalidade instrumentalizada não é absolutamente alheia ao trabalho de Kruger, que analogamente estrutura de modo dialético os detalhes fotográficos cuidadosamente escolhidos, evidenciando processos e suas contradições no seio de sua realidade social para discutir as relações entre cultura, sociedade e poder.

Vale ressaltar que a utilização da técnica de montagem por si mesma não é garantia do caráter progressista de um artefato de cultura. Há uma importante distinção entre a montagem tradicional, característica da propaganda e publicidade, e aquela que poderíamos definir como reflexiva: ambas têm como princípio a recombinação de “partes da realidade”. Mas a montagem tradicional falsifica a realidade social como um todo, usando a pseudo-objetividade da fotografia para disfarçar processos e para dar a impressão de que o que está sendo apresentado é a “verdadeira realidade”. A fotomontagem reflexiva, ao contrário, estrutura a realidade dialeticamente, de modo a opinar sobre processos sociais em curso.

IV

Assim como aquele de Heartfield, o trabalho de Kruger opera numa função artística que não a da contemplação ou consumo estético, o que não significa, claro, que não se mobilizem artifícios de composição como

meios para um determinado fim. Nesse sentido, o trabalho da artista ocupa um lugar parecido ao das “propagandas” do inglês Victor Burgin, produzidas em meados dos anos 70 (pensemos em *Indo para Algum Lugar?*, de 1975, ou *Zoo78*, de 1978-79). Não teríamos aqui uma encruzilhada de instituições (arte, economia, política, identidade sexual, etc.) e referência às tradições artísticas modernas que também, a seu tempo, refletiram sobre tais questões em conjunto (*Um Bar no Folies Bergère*, Édouard Manet, 1882)?

Creio que Kruger atualiza e amplia certas discussões fazendo avançar o próprio conceito de instalação ou *site work* ao repensar o local ocupado pela obra de arte, pelo fazer artístico e pelo consumo de arte – inclusive aquela produzida pela artista, questionando-a como mercadoria no rentável mercado das artes, sempre pronto a acomodar o dissenso... (*Sem Título [I Shop Therefore I Am]*, de 1987; produtos com as imagens de Kruger; campanha publicitária para a loja de departamento inglesa Selfridges, de 2003). Em suas



Sem Título [I Shop Therefore I Am], Barbara Kruger, 1987



Campanha publicitária para a loja de departamentos inglesa Selfridges, Barbara Kruger, 2003

obras e instalações, a artista se torna, então, mais uma manipuladora de signos do que uma produtora de objetos de arte no sentido convencional, e o espectador, mais um leitor de mensagens do que um contemplador de objetos estéticos “clássicos”.

Para compreender em termos profundos o projeto e o local ocupado pela artista como exemplo de arte de “oposição”, precisamos necessariamente coligar gênero, classe, consumo e espetáculo, pilares do *business* cultural e artístico contemporâneo (*Sem Título [Business as Usual]*, de 1987). Ao questionar as fronteiras da arte nesses termos, Kruger se aproxima das demandas para a produção

artística articuladas pelo Walter Benjamin de *O Autor como Produtor*, nos lembrando que:

“Um [produtor de cultura] que não ensina outros [produtores de cultura] não ensina ninguém. O caráter modelar da produção é, portanto, decisivo: em primeiro lugar, ele deve orientar outros produtores em sua produção e, em segundo lugar, precisa colocar à disposição deles um aparelho mais perfeito. Esse aparelho é tanto melhor quanto mais conduz consumidores à esfera da produção, ou seja, quanto maior for sua capacidade de transformar em colaboradores os espectadores” (Benjamin, 1993, p. 132).

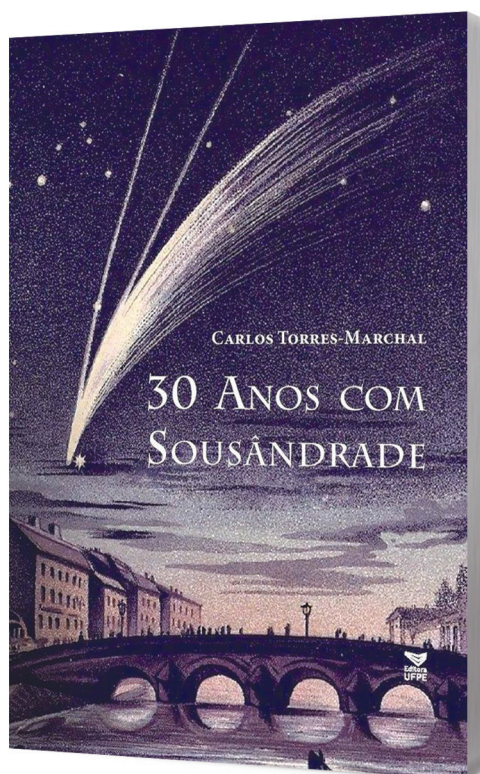


Sem Título [Business As Usual], Barbara Kruger, 1987

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- JAMESON, F. *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*. Londres/Nova York, Verso, 1991.
- KRUGER, B. *Love for Sale – The Words and Pictures of Barbara Kruger*. Nova York, Harry N. Abrams, Inc., Publishers, 1990.
- _____. *Money Talks*. Nova York, Skarstedt Fine Art, 2005.
- WOOD, P. et al. *Modernismo em Disputa – A Arte desde os Anos Quarenta*. São Paulo, Cosac & Naify, 1998.

livros



O Guesa esmiuçado

Alessandra da Silva Carneiro

30 Anos com Sousândrade, de Carlos Torres-Marchal,
organização de Sueli Cavendish e Michelle Valois, Recife, Editora UFPE, 2016, 450 pp.

Contribuição decisiva para a fortuna crítica de Joaquim de Sousa Andrade (1832-1902), o livro *30 Anos com Sousândrade*, de Carlos Torres-Marchal (Lima, 1947/Salvador, 2016), rechaça a recepção do poeta oitocentista no século XX, pois avalia que a chave de leitura que o consagrou atribuiu-lhe características estéticas anacrônicas. Como se sabe, a inserção de Sousândrade no canône literário oficial aconteceu somente em 1964, com a publicação do livro *Revisão de Sousândrade*, de Augusto e Haroldo de Campos. Esse primeiro estudo de fôlego da obra do poeta maranhense prioriza os aspectos micro e macroestéticos do poema *O Guesa*, especificamente dos cantos II e X, e com eles os irmãos Campos foram os responsáveis pela divulgação da obra de Sousândrade mais de 50 anos após sua morte, influenciando toda uma tradição de leitura e estudos acadêmicos sobre ela. Desde então, Sousândrade foi consagrado como o precursor do Modernismo e

pai do Concretismo, poeta *avant-garde* e por isso incompreendido na sua época.

Oposto a isso, Carlos Torres-Marchal propõe-se a entender os estímulos da criação poética sousandradina no século XIX. Para tanto, empreendeu trabalho minucioso de pesquisas, realizadas às suas próprias expensas, ao longo de três décadas – razão do título do livro ora resenhado. *30 Anos com Sousândrade* compreende uma dezena de estudos sobre a obra do poeta, publicados separadamente entre 2008 e 2013 na *Eutomia*, revista *on-line* do curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O mesmo encontrava-se no prelo desde 2014, mas só veio a público no segundo semestre de 2016, pela editora da universidade, fato que explica a discordância das datas impressas na folha de rosto e na ficha bibliográfica dos exemplares.

Movido pelo diletantismo, Carlos Torres-Marchal pesquisou em diversos países da

ALESSANDRA DA SILVA CARNEIRO é doutora em Literatura Brasileira pela FFLCH-USP.

Europa e das Américas. Nos Estados Unidos, por exemplo, pôde coletar informações raras sobre a década de 1870, quando Sousândrade mudou-se para Nova York e publicou pela primeira vez o Canto X do seu poema épico. É a partir desse aporte bibliográfico inédito, resultado de trabalho dedicado e persistente, que o autor analisa, por exemplo, as duas passagens mais memoráveis de *O Guesa* e opõe-se à extirpação do “Inferno de Wall Street”, no Canto X, pelos irmãos Campos. Esse trecho do poema, assim como o seu correspondente no Canto II, representa a descida do protagonista épico ao plano inferior e, por isso, não pode prescindir do contexto no qual está inserido. É notável que Torres-Marchal está menos interessado na análise literária que exegética da obra, por isso seu empenho em esclarecer as possíveis fontes e intertextos estabelecidos por Sousândrade na tessitura da sua obra máxima.

Posto isso, em “Crônicas do Inferno”, primeiro estudo que lemos em *30 Anos com Sousândrade*, o autor realiza análise da temática do sobrenatural presente nas duas últimas estrofes que encerram a primeira versão do Canto X, publicado em Nova York no ano de 1877. Assim, Torres-Marchal decifra um conjunto de referências ligadas ao vidente estadunidense Charles H. Foster, às feiticeiras de *Macbeth*, de Shakespeare, à “Noite de Walpúrgis”, de Goethe, bem como ao Meia-Lua, navio outrora guiado por Henry Hudson e que assombraria o rio nova-iorquino que hoje leva o seu nome. Todas essas referências, aludidas no poema hermeticamente, só podem ser identificadas por meio da recuperação de fontes e obras utilizadas por Sousândrade, caso contrário fariam recair sobre o poema a pecha de *non-sense*. Com isso, Torres-Marchal consegue

aproximar o leitor do processo de escrita do poeta, que apropriava-se de um arsenal bibliográfico e depois eliminava os rastros dos textos com os quais *O Guesa* dialoga.

O artigo supracitado é exemplar ao revelar não só o método de trabalho de Sousândrade, mas também o de Torres-Marchal. Seus artigos sempre partem da análise de estrofes específicas com a finalidade de esmiuçá-las e identificar-lhes os intertextos, não raro concebendo mais de uma hipótese interpretativa. Cada artigo é fartamente documentado, com bibliografia extensa, boa parte em inglês, e rico material iconográfico (não obstante a má qualidade das impressões). Seu estilo de escrita pode parecer excessivamente técnico para o especialista em literatura, o que não nega a formação original do autor, que é engenheiro aposentado. Independentemente disso, seu trabalho cumpre a tarefa de reconstituir as pegadas do *Guesa* e de Sousândrade mundo afora e torna-se obra de referência para futuras tentativas de superação de qualquer peça hermenêutica já realizada do *corpus* sousandradino.

“Crônicas do Inferno II” continua a exploração do Canto X iniciada no artigo de abertura e com “A Lenda do Tatuturema” forma a tríade mais interessante do livro, visto que desmitifica os episódios mais intrigantes de *O Guesa*. Em relação ao “Inferno de Wall Street”, o autor prefere chamá-lo de “Inferno de Sousândrade”, pois o tema da bolsa de valores de Nova York aparece apenas nas cinco primeiras estrofes do total de 176 que compõem a versão final do poema. Sendo assim, em “Crônicas do Inferno II”, Torres-Marchal analisa essas estrofes ligadas propriamente à temática econômica na passagem da personagem Guesa pelo inferno e registra a ocorrência “de uma maior preocupação

literária e escatológica do que econômica” nas mesmas (p. 45). As personagens citadas no “Inferno” são identificadas como *business mans* ligados à venda de ações ferroviárias e Torres-Marchal analisa a participação também da personagem Guesa nessas transações, sugerindo que “Sousândrade tenha perdido dinheiro em operações da bolsa, talvez até da Delaware and Hudson” (p. 51).

Em “A Lenda do Tatuturema” conhecemos as condições da viagem que Sousândrade fez ao Amazonas em 1858 e que serviu de inspiração para o Canto II d’*O Guesa*. No breve período em que esteve em Tabatinga (AM), Sousândrade estabeleceu contato com as tradições das comunidades indígenas ribeirinhas da região, como o ritual da moça nova, dos índios ticunas, descrito na passagem infernal desse canto. O autor argumenta que o termo “*tatuturema*” é neologismo sousandradino, sem embasamento etnológico, ligado ao referido ritual e não ao da entidade Jurupari, conforme a leitura mais conhecida dessa passagem. Torres-Marchal é generoso ao oferecer ao leitor denso caldo de informações pouco exploradas por ele mesmo no livro, como no caso do tema recorrente de bebidas alcoólicas no *corpus* sousandradino, ou mesmo da possível etimologia da palavra “*tatuturema*”. Disso decorre o enorme interesse que este estudo pode suscitar entre futuros pesquisadores da obra do poeta maranhense.

Em “Contribuições a uma Biografia de Sousândrade”, dividido em duas partes, Torres-Marchal rebate algumas imprecisões e anedotas relativas à vida do escritor. Guiado pela polêmica convicção de que conhecer a biografia do poeta é essencial para entender sua obra, Torres-Marchal oferece ao leitor informações inéditas sobre as andanças de

Sousândrade pelo mundo e esclarece, por exemplo, as datas da sua dupla estadia nos Estados Unidos. A origem da anedota da penúria sofrida pelo autor, cuja única fonte de renda nos últimos anos de vida teria sido a venda das pedras do muro do seu casarão, às margens do Rio Anil, na capital maranhense, também é desconstruída. Conforme comprova o pesquisador, Sousândrade, depois de uma temporada no Rio de Janeiro, “encontrou a Quinta Vitória invadida e transformada em depósito de pedras” retiradas do mesmo rio e “reclama seu direito de ‘tirar algum rendimento’ deste uso da sua propriedade” (p. 157).

30 Anos com Sousândrade consta ainda de três artigos sobre a presença de “Dom Pedro II no Inferno de Wall Street”. O monarca brasileiro é o personagem mais citado nesse episódio, visto que é referenciado direta ou indiretamente em 35 das 176 estrofes que compõem a sua versão final. Essas referências se justificam pela oposição que Sousândrade fazia ao imperador, que visitou os Estados Unidos em 1876 em decorrência das comemorações do centenário da independência daquele país. Torres-Marchal aborda minuciosamente cada estrofe, apoiado em notícias da imprensa da época, que reagiu positivamente à visita do primeiro imperador em exercício em solo republicano. Essa metodologia elucida muitas passagens herméticas do poema, pois Sousândrade inspirou-se em notícias de jornais nova-iorquinos na escrita do “Inferno”, o que torna esse episódio, muitas vezes, uma espécie de colagem enigmática. Sousândrade aproveita a deixa para criticar a monarquia brasileira, bem como as falhas da república estadunidense sob a administração do presidente Ulysses S. Grant. O ineditismo da

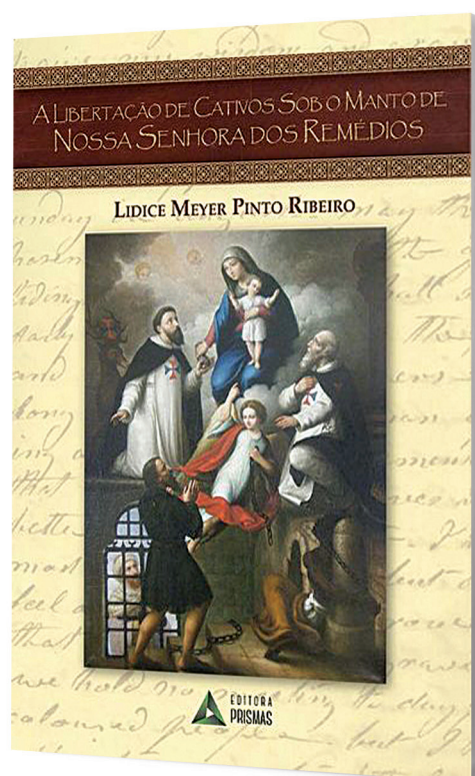
análise dessas estrofes decorre das fontes primárias estadunidenses a que o pesquisador teve acesso, bem como de um *scrapbook* de recortes jornalísticos intitulado *Dom Pedro in the U.S.* disponível na Lima Library (Catholic University) em Washington, D.C.

Diferentemente dos demais artigos, “O Multilinguismo e a Atualização d’*O Guesa*” configura uma crítica à edição do poema publicada em 2012, com organização de Luiza Lobo. Trata-se da primeira versão com ortografia atualizada, além de respeitar as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, visto que edições anteriores a essa preservaram a grafia do português oitocentista. Carlos Torres-Marchal explora alguns exemplos de atualizações inadequadas e anotações improcedentes dessa versão de *O Guesa* e é bastante convincente nas soluções que apresenta para cada caso. O autor enfatiza que, frente ao uso de pelo menos 12 línguas empregadas por Sousândrade no poema (latim, grego, português, espanhol, italiano, francês, alemão, holandês, norueguês, inglês, aramaico e línguas ameríndias), é necessário cuidado para discernir o que deve ser mantido para não contrariar a intenção do autor, porque “Sousândrade, ao introduzir uma palavra em língua estrangeira, frequentemente a acompanha de informações sobre o seu contexto, ou sobre o motivo de sua inclusão” (p. 325).

Por fim, “Sousândrade: Poeta-Astrônomo” destaca as referências a fenômenos astronômicos na obra do poeta, sobretudo em *O Guesa*, e chama atenção para o conhecimento que ele detinha sobre o assunto, ao passo que também revela a perspicácia de Torres-Marchal ao recuperar tais referências. Por

outro lado, esse é talvez o artigo que mais inquiete o leitor em virtude da intenção do autor em precisar datas de viagens e eventos biográficos do poeta por meio da ocorrência de fenômenos naturais. Exemplo disso é a menção ao eclipse solar ocorrido em 1858, ano em que Sousândrade viajou ao Amazonas, mencionado nos versos do Canto III e considerado por Torres-Marchal como confirmação da “sua presença no Rio Solimões na data do eclipse” (p. 75). Outro exemplo é a alusão no Canto III a um “cometa, do desejo/Errante imagem lívida de amores”, identificado por Torres-Marchal como o cometa Donati, o mesmo que ilustra a capa do livro em questão, embora possa tratar-se apenas de uma imagem poética.

A referida ilustração da capa deixa a desejar, pois, embora faça referência a um dos artigos contemplados no livro, não representa nenhum achado iconográfico do autor. Melhor seria, por exemplo, ter destacado na capa uma foto rara da Quinta da Vitória encontrada por Carlos Torres-Marchal no jornal *O Malho* e que podemos conferir na página 376 do livro. Além disso, *30 Anos com Sousândrade* carece de introdução que faça jus ao longo percurso do trabalho empreendido pelo pesquisador, falha compensada pela apreciação crítica de Luiz Costa Lima, no Prefácio, e texto da quarta capa de Marília Librandi-Rocha (Stanford University). Vale ainda dizer que ficaram de fora dessa coletânea dois artigos publicados na revista *Eutomia* após 2013: “Contribuições para uma Biografia de Sousândrade III – As Filhas do Poeta” e “Shakespeare em Sousândrade”, os quais podem ser consultados na página *on-line* da revista.



A força de uma devoção mariana

Margarida Maria Moura

A Libertação de Cativos sob o Manto de Nossa Senhora dos Remédios,
de Lidice Meyer Pinto Ribeiro, Curitiba, Prismas, 2016, 277 pp.

A apresentada como monografia de pós-doutoramento realizada no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e acompanhada no seu intento pelo professor João Baptista Borges Pereira, está-se diante de um trabalho raro, pela temática pesquisada, agora transformada em livro. Explico-me. As monografias antropológicas têm se dedicado maciçamente ao entendimento de culturas que fogem ao designativo de formas dominantes da vida religiosa ocidental, e aqui destaco o catolicismo pontifício, sacramental e, portanto, oficial.

O grande antropólogo Edmund Leach foi uma exceção a essa ausência, enveredando corajosamente no caminho desse catolicismo, através da análise de textos bíblicos acatados por essa importante linhagem do cristianismo. Na conferência “Nascimento Virgem”, publicada em *Proceeding of the Royal Anthropological Institute* (1966) e encontrada

em português no volume *Edmund Leach*, da coleção Grandes Cientistas Sociais, organizado por Roberto DaMatta, com a coordenação de Florestan Fernandes, afirma:

“O mito cristão é compatível com um sistema social que é essencialmente patriarcal, em que se admite que os governantes sejam tão superiores aos governados, que diferenças de classes quase se ossificam em castas, uma sociedade em que os senhores jamais se casam com pessoas de castas inferiores, mas em que graciosamente se dignam a tomar escravas como concubinas e a elevar seus filhos à altura da elite. Tais sociedades de fato repetidamente surgiram na cristandade, especialmente em Bizâncio e no Brasil do século XVIII, países nos quais o culto da Virgem era excepcionalmente bem desenvolvido. Seria necessária muita pesquisa cui-

MARGARIDA MARIA MOURA é professora do Departamento de Antropologia e do Diversitas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

dadosa para se descobrir se esta correlação não é apenas acidental, mas parece ser uma característica notável do colonialismo católico (que o distingue claramente da variedade protestante)”.

Na interpretação etnográfica feita por Leach, a figura bíblica da Virgem Maria encontrada no Evangelho de Lucas (Lc 1, 26-38) afirma, ao anjo Gabriel que a visita, que ela é “serva do Senhor”, que acolhe a sombra do Espírito Santo e, por essa razão e aceitação, se torna “bendita” porque vai gestar e dar à luz ao Filho de Deus, Jesus Cristo. Nesse cenário, creio que efetivamente o mito, bem como o rito, estabelecem categorias e afirmam relações, podendo-se entender o papel mediador através da invocação e devoção à Virgem Maria, no presente trabalho como Nossa Senhora dos Remédios.

Devoção e invocação estas que se manifestam principalmente na França e em Portugal, além de outros países, como intercessora especialíssima na libertação de cativos cristãos aprisionados por muçulmanos na época das Cruzadas. Isso se dá a partir de 1199, tendo como nascedouro Cerfroid, no Nordeste da França. Sua condição de Virgem libertadora está bem expressa em figurações e imagens que se fazem dela: o exemplo mais fascinante está justamente na gravura da capa do livro *A Libertação de Cativos sob o Manto de Nossa Senhora dos Remédios*, de Lidice Meyer Pinto Ribeiro. Nela, a Virgem se manifesta a meio caminho entre o céu e a terra e segura com seu braço esquerdo o filho-menino Jesus, enquanto o braço direito estendido segura na mão a bolsa com moedas para pagar a libertação dos cristãos aprisionados e, portanto, em cativo. A bolsa é entregue a São João da

Mata, fundador da Ordem Trinitária, a qual Maria protege e patrocina para remediar ou redimir a situação dos cativos. Seus dois braços têm funções bem distintas: o esquerdo, lado do coração, abriga e resguarda o sagrado na pessoa infantil de Jesus; o direito oferece os recursos profanos para que seu uso sirva a um determinado papel histórico que ela vai amadrinhar.

O livro disserta sobre a origem da devoção à Nossa Senhora dos Remédios em Portugal nos dias atuais, a presença dos trinitários e a sua devoção no Brasil, a igreja a ela consagrada em São Paulo e as assimilações e as combinações entre a invocação à Nossa Senhora dos Remédios e à Nossa Senhora do Leite.

Chegando ao Brasil no século XVI, seu papel se amplia no sentido de proteção aos desvalidos das mais variadas carências. É de se imaginar que sua devoção não proteja somente os brancos pobres – população abundante na Colônia –, mas que esteja amparando ameríndios e africanos, depois afro-brasileiros. Pode-se observar a formação de diversas confrarias e capelas em sua homenagem, situadas em áreas de atuação abolicionista, com especial destaque para a capela construída em São Paulo, capital da província. Com relação às confrarias, desenvolveram-se empreendimentos diretamente ligados à luta pela abolição da escravatura. A autora destaca dentre essas ações a formação dos caifazes, grupos de abolicionistas paulistas, que se reuniam nas dependências da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios – localizada na Praça João Mendes, hoje demolida – e insuflavam a fuga em massa das fazendas, protegendo os fugitivos de modo a conduzi-los até os quilombos de Santos. Seu líder foi Antonio Bento, que ficou conhecido pelo

seu jornal abolicionista *A Redenção* e pela criação de uma escola para crianças negras, ambos sediados na Igreja dos Remédios.

Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, a devoção à Nossa Senhora dos Remédios fica cada vez mais ligada ao ato de remediar situações urgentes de doença e cura, já presente na cultura brasileira através de outros comportamentos culturais, como os benzedores(as) e curandeiros(as), pois há registros, em capelas dedicadas a essa padroeira, de gratidão por curas através de orações e medicinas receitadas pelo seu patrocínio e intervenção. Contemporaneamente no meio urbano brasileiro – e aí retorna o papel da igreja oficial –, desliga-se parcialmente a invocação da ideia de remédio para a ideia de redenção de seres humanos em estado de carência e privação. Precisa-se, contudo, conhecer melhor o que acontece nos bairros rurais, nas grotas e comercinhos dos sertões da sociedade brasileira, onde se pode apostar, sendo muitas vezes possível comprovar, na permanência das invocações com os sentidos tradicionais de tratamento e cura.

A obra contém farta bibliografia e consulta a documentos manuscritos de grande valor, encontrados em acervos da Cúria

Metropolitana de São Paulo, da Biblioteca Nacional de Lisboa, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino, os três últimos sediados em Portugal. Tem especial destaque a documentação pesquisada no Arquivo do Vaticano, de acesso restrito. Consta também um relevante levantamento iconográfico realizado em diferentes países, com foco nas imagens marianas, com destaque para a devoção à Nossa Senhora dos Remédios.

O livro consubstancia uma descrição densa, que tem a possibilidade de adentrar uma antropologia de cunho mais interpretativo. Segue-se, nesse sentido, a proposta de E. Leach no artigo já citado:

“As peças de cada padrão precisam vir de um único contexto, não se podendo, pois, aceitar a técnica do método comparativo [...] no qual fragmentos de evidência são tirados daqui, dali e de toda a parte. Por outro lado, não precisamos ser funcionalistas até o fim e descrever *toda* a evidência de cada contexto. [...] Queremos distinguir a variedade de formas pelas quais um único padrão etnográfico pode se manifestar e depois examinar a natureza dessas variações”.

A REVISTA USP RECOMENDA A SEUS COLABORADORES QUE ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABAIXO:

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@edu.usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensine e/ou pesquise, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter resumo/*abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e palavras-chave/*keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a Revista não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da Revista a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

Assine a revista usp

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em seu setor. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta enviar um cheque cruzado e nominal ou depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130404-6) em nome da Superintendência de Comunicação Social/USP, CNPJ 63.025.530/0053-35, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

<http://jornal.usp.br/revista-usp>
revisusp@edu.usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **Revista USP**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	55 Revolução Virtual	78 Gestão e Política na Universidade Pública	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	97 Computação em Nuvem	105 Universidade em Movimento
7 Tecnologias	62 Cosmologia	80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	90 Marketing Político	98 Memória	106 Crise Hídrica
33 Aids	64 Brasil Rural	83 Nabuco e a República	91 Catástrofes	99 Futebol	107 Saúde Urbana
39 Rumos da Universidade	65 20 Anos de Redemocratização	84 Vinte Anos da Queda do Muro	92 Redes Sociais	100 Educação	108 Jogos Olímpicos
47 Alternativas para o Século XXI	66 Ano Internacional da Física	85 Balanço da Crise Mundial	93 Caminhos do Desenvolvimento	101 Justiça Brasileira	109 Democracia na América Latina
50 Revista Cinquenta	72 Ar/Fogo	86 Cibercultura	94 Semana de Arte Moderna	102 Metrópoles	110 Ética e Sociedade
51 Saúde	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	87 Música Brasileira	95 Desafios do Pré-sal	103 Clima	111 Música Popular Brasileira na USP
54 Os Sertões: Cem Anos	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	88 Humor na Mídia	96 Alcoolismo	104 Energia Elétrica	112 Americanistas

Já está programado o próximo volume: nº 114 – Interculturalidades

Você pode acessar todas as edições da *Revista USP* no Portal de Revistas da USP:
www.revistas.usp.br/revusp/

